



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

**O TRABALHO EM PARCERIA E A FORMAÇÃO DE ADULTOS  
NA CONSTRUÇÃO DA MULTICULTURALIDADE**

Uma avaliação externa  
dos efeitos do Projecto Gente Acolhedora

*Catarina Alzira Loureiro Sarmento*

**Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local**

Portalegre  
Setembro, 2010



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

**O TRABALHO EM PARCERIA E A FORMAÇÃO DE ADULTOS  
NA CONSTRUÇÃO DA MULTICULTURALIDADE**

Uma avaliação externa  
dos efeitos do Projecto Gente Acolhedora

*Catarina Alzira Loureiro Sarmento*

**Orientador:** *Professor Doutor Abílio Amiguinho*

**Co-orientador:** *Professor Alexandre Martins*

**Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local**

Portalegre

Setembro, 2010

## **RESUMO**

**Título:** O trabalho em parceria e a formação de adultos na construção da multiculturalidade: uma avaliação externa dos efeitos do projecto Gente Acolhedora.

**Resumo:** Este trabalho pretende avaliar externamente os efeitos de um programa de iniciativa comunitária EQUAL no âmbito da imigração, o *Gente Acolhedora*, e caracterizá-los em termos de eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade, junto dos parceiros e dos imigrantes envolvidos. O projecto implicou um trabalho em parceria entre 6 instituições locais para construir/ experimentar e disseminar um modelo de acolhimento para os imigrantes a residir na zona de intervenção (5 concelhos do distrito Portalegre), sendo que a actividade de avaliação externa possibilitou também analisar a representação que o projecto faz de teorias, conceitos e conhecimentos sobre temas ligados ao Desenvolvimento e Intervenção Comunitária, bem como à Formação (de adultos). Optou-se por uma metodologia mista (quantitativo+qualitativo) por permitir a triangulação de técnicas, de fontes e de dados. Além de se proceder à análise documental de registos do projecto, entre outros documentos exteriores ao mesmo, recorreu-se ao inquérito nas suas duas versões: questionário e entrevista. O primeiro aplicado a 8 profissionais (técnicos e dirigentes) das entidades parceiras e o segundo a 6 imigrantes a residir na zona de intervenção. Os resultados demonstram que os impactos do Gente Acolhedora são medianamente positivos em termos de eficácia e eficiência e mais favoráveis em termos de inovação e reprodutibilidade. Este conjunto de efeitos não produziu contudo mudanças significativas na ZI, segundo os inquiridos, pelo que se levantam outras questões que podem constituir novas possibilidades de investigação.

**Palavras-Chave:** Assimilacionista, Integracionista, Multicultural, Intercultural, Cultura, Identidade Étnica, Identidade Cultural, Integração Social, Desenvolvimento Comunitário, Intervenção Comunitária, Sistema-cliente, Sistema-interventor, Desenvolvimento Local, Planeamento Social, Avaliação de Programas, Trabalho em Parceria, Participação, Endogeneidade, Educação Intercultural, Formação, *Empowerment*.

**Headline:** The partnership work and the Adults' education in the construction of multiculturalism: an external evaluation concerning the effects of the project «Welcoming People».

**Abstract:** The aim of this work is to do an external evaluation about the effects of the communitarian EQUAL program “Welcoming People”, in what concerns to immigration and it also aims at characterizing its efficiency, innovation and replication among its partners and involved immigrants. The Project required the partnership between 6 local institutions to construct/try and spread a model to welcome/shelter immigrants who live in the intervention area of 5 municipalities from the Portalegre district. Furthermore, the external evaluation activity also made it possible to analyze the role of this project in what concerns to theories, concepts and knowledges about subjects connected to Communitarian Intervention and Development, as well as Adults' Education. We chose a mixed methodology (quantities and qualities) for it allows the triangulation of techniques, sources and data. We not only analyzed the documental registrations of the project as well as other documents which were out of it, but we also used a survey in its two versions: questionnaire and interview. The first one was applied to 8 professionals of the partner entities (technicians and managers) and the second one was applied to 6 immigrants who live in the intervention area. The results show that the impacts of the «Welcoming People Project» are of medium quality in terms of efficiency, but they are better in terms of innovation and replication. However, this set of effects did not produce significant changes in the intervention area, according to the inquired people therefore other questions can be put over in order to create new possibilities of investigation.

**Keywords:** Assimilationist, Integrationist, Multicultural, Intercultural, Culture, Ethnic Identity, Cultural Identity, Social Integration, Communitarian Development, Communitarian Intervention, Customer-system, interventor-system, Local Development, Social Planning, Programs Evaluation, Partnership Work, Participation, Ability of being endogenous, Intercultural Education, Education/Training, Empowerment.

## **AGRADECIMENTOS**

Alexandre Martins, Abílio Amiguinho, Diogo Serra, Luís Mamão, Rosário Lourenço, Vitor Palmeiro, Fernandino Lopes, Gabriela Conde, Ana Branquinho, Carolino Tapadejo, Ângela Munteanu, Suilange, Juliana Trindade, Alina Velniciuc, Livia Ghiriti, Khvida Rvikhadze, Guilherme Coelho,

e todos os que de alguma forma me apoiaram e acompanharam.

Obrigada.

# ÍNDICE

RESUMO .....	iii
AGRADECIMENTOS .....	v
ÍNDICE .....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS.....	vii
ÍNDICE DE TABELAS .....	viii
ÍNDICE DE SIGLAS .....	x
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I.....	6
Enquadramento Teórico e Metodológico .....	6
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	6
1. Multiculturalidade e Interculturalidade .....	6
1.1. A Multiculturalidade na Sociedade Portuguesa .....	7
1.2. A Multiculturalidade na Região de Portalegre .....	9
2. Formação e Desenvolvimento em Contexto Migratório.....	13
2.1. Desenvolvimento Comunitário.....	13
2.2. Intervenção Comunitária .....	17
2.2.1. Avaliação de Projectos Sociais.....	18
2.2.2. Trabalho em Parceria.....	23
2.3. Relação entre Desenvolvimento e Educação/Formação.....	26
CAPÍTULO II – METODOLOGIA .....	30
1. Objecto de Estudo.....	30
2. Apresentação dos Métodos e Técnicas .....	31
PARTE II.....	38
Apresentação e Discussão dos Resultados .....	38
CAPÍTULO III - RESULTADOS .....	38
1. Dimensão de análise: concepção .....	38
2. Dimensão de análise: operacionalização .....	54
3. Dimensão de análise: execução .....	63
4. Dimensão de análise: efeitos .....	74
CONCLUSÃO .....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	104
ANEXOS.....	108
ANEXO 1 – Modelo de Avaliação para Projectos Sociais .....	109
ANEXO 2 – Registos do Projecto.....	111
ANEXO 3 – Questionário .....	124
ANEXO 4 – Guião de Entrevista .....	138
ANEXO 5 – Entrevistas .....	139
ANEXO 6 – Análise de Conteúdo das Entrevistas .....	154
ANEXO 7 – Plano de Observação .....	156

## ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Figura 1 – Símbolo do Projecto Gente Acolhedora.....	30
Gráfico 1 - Impactos do GA junto da população imigrante em relação a vários itens (a, b, c, d, e, f, g)...	79
Quadro 1 – Distribuição da população estrangeira a residir no distrito de Portalegre por nacionalidades	11
Quadro 2 - Modelo de Avaliação do GA: .....	35
Quadro 3 - Listagem das entidades que constituem a PD .....	38
Quadro 4 - Entidades que decidiram conceber a candidatura ao EQUAL e como surgiu essa decisão .....	39
Quadro 5 - Entidades que decidiram sobre a aferição de parceiros e quais os critérios utilizados .....	40
Quadro 6 - Entidades que decidiram sobre aferição de destinatários das acções e quais os critérios .....	41
Quadro 7 - Destinatários do GA e respectivas necessidades específicas .....	41
Quadro 8 - Entidades que participaram na construção das diversas fases e actividades do projecto.....	42
Quadro 9 - Meios e recursos disponíveis à partida para cada um dos problemas identificados na ZI .....	49
Quadro 10 - Síntese da avaliação da concepção do GA.....	51
Quadro 11 - Estrutura funcional da entidade e estruturas criadas/papéis atribuídos no âmbito do GA .....	54
Quadro 12 - Actividades assumidas por cada entidade na fase 2 do projecto.....	55
Quadro 13 - Actividades assumidas por cada entidade na fase 3 (disseminação do produto) .....	56
Quadro 14 - Tipo de compromissos assumidos por cada entidade.....	57
Quadro 15 - Actividades que não se realizaram e as causas desse abandono .....	58
Quadro 16 - Síntese da avaliação da operacionalização do GA .....	60
Quadro 17 - Actividades assumidas por cada entidade da PD na disseminação do produto (acção 3).....	65
Quadro 18 - As 3 fases do GA .....	66
Quadro 19 - Número e tipo de destinatários finais das actividades do projecto.....	67
Quadro 20 - Causas das dificuldades no envolvimento dos destinatários e estratégias para as contornar.	69
Quadro 21 - Forma como a PD envolveu e fez participar no projecto os técnicos e os imigrantes .....	71
Quadro 22 - Síntese da avaliação da execução do GA.....	72
Quadro 23 - Carácter inovador/singular do produto e meios utilizados pela PD para o validar .....	75
Quadro 24 - Relação entre actividades, recursos (previstos e utilizados) e objectivos .....	89
Quadro 25 - Parcerias criadas, em termos de durabilidade e reprodutibilidade, intra e extra projecto .....	92
Quadro 26 - Síntese da avaliação dos efeitos do GA .....	93
Quadro 27 - Modelo de avaliação: quadro global de dimensões e indicadores .....	109
Quadro 28 - Características e competências das entidades que constituem a PD .....	111
Quadro 29 - Compromissos assumidos por cada entidade da PD para a realização das respectivas actividades (acção 2) .....	114
Quadro 30 - Compromissos assumidos por cada entidade da PD para a realização das respectivas actividades (acções 2 e 3).....	115
Quadro 31 - Acções programadas, objectivos planeados e grupos-alvo previstos.....	116
Quadro 32 - Descrição das actividades previstas no diagnóstico, mas que não obtiveram aprovação ....	119
Quadro 33 - Execução/envolvimento das actividades relativas à acção 2 do projecto .....	120
Quadro 34 - Execução/envolvimento das actividades relativas à disseminação do produto (acção 3)....	122
Quadro 35 – Matriz de análise de conteúdo .....	154
Quadro 36 – Matriz de análise de conteúdo .....	155
Quadro 37 - Matriz de cruzamento das técnicas de recolha e de tratamento de dados com os momentos e as fontes de informação para avaliar o GA .....	156

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da população estrangeira a residir no distrito de Portalegre .....	10
Tabela 2 - Relação entre a expectativa inicial e a avaliação actual face à concretização dos objectivos subjacentes às actividades .....	45
Tabela 3 - Grau de adequação do objectivo geral (1) para a solução dos problemas da ZI .....	46
Tabela 4 - Grau de adequação do objectivo geral (2) para a solução dos problemas da ZI .....	46
Tabela 5 - Grau de adequação do objectivo específico (1) para a solução dos problemas da ZI .....	47
Tabela 6 - Grau de adequação do objectivo específico (2) para a solução dos problemas da ZI .....	47
Tabela 7 - Grau de adequação do objectivo específico (3) para a solução dos problemas da ZI .....	48
Tabela 8 - Grau de adequação/participação da organização e gestão da PD (itens a, b, c, d, e) .....	55
Tabela 9 - Grau de execução/envolvimento das actividades (acção 2) .....	64
Tabela 10 - Os três problemas prioritários que mobilizaram a PD .....	66
Tabela 11 - Grau de adesão dos destinatários nas acções.....	68
Tabela 12 - Grau de participação/envolvimento da PD perante as fases do projecto.....	70
Tabela 13 - Grau de concordância para a frase “promovem a autonomia e a auto-responsabilização dos utilizadores e beneficiários finais” .....	76
Tabela 14 - Grau de concordância para a frase “correspondem às necessidades e respeitam as características dos utilizadores e beneficiários finais” .....	76
Tabela 15 - Grau de concordância para a frase “são facilmente integráveis nos hábitos dos beneficiários e utilizadores” .....	76
Tabela 16 - Grau de concordância para a frase “as acções valorizam e promovem a interculturalidade” ..	77
Tabela 17 - Grau de concordância para a frase “as actividades e o produto incluem características que favorecem a sua disponibilização e apropriação pelos diferentes contextos, territórios e organizações” ..	77
Tabela 18 - Caracterização dos impactos efectivos das acções junto dos destinatários .....	78
Tabela 19 - Grau de concordância para a frase “têm contribuído para a formação/qualificação da população imigrante” .....	79
Tabela 20 - Grau de concordância para a frase “os beneficiários finais participaram activamente na concepção das acções” .....	80
Tabela 21 - Grau de concordância para a frase “dão origem a impactos tais como: uma maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade” .....	81
Tabela 22 - Grau de concordância para a frase “dão origem a impactos tais como: o acolhimento mais eficaz dos imigrantes” .....	81
Tabela 23 - Grau de concordância para a frase “têm contribuído para que os profissionais desempenhem com mais proficiência as suas funções (aconselhamento a imigrantes)” .....	82
Tabela 24 - Grau de concordância para a frase “as entidades consolidam uma cultura favorecedora do trabalho de parceria” .....	82
Tabela 25 - Grau de concordância para a frase “promovem e mobilizam novas formas de aprender para colocar em prática” .....	82
Tabela 26 - Grau de concordância para a frase “resultam dos contributos diversificados e complementares dos parceiros” .....	83
Tabela 27 - Grau de concordância para a frase “têm contribuído para a formação/qualificação da comunidade local” .....	84
Tabela 28 - Grau de concordância para a frase “as competências promovidas são passíveis de reconhecimento social e de certificação” .....	84
Tabela 29 - Grau de concordância para a frase “têm potencial para influenciar mudanças nas práticas das organizações e nas políticas sociais, de formação e de emprego, orientadas para a economia social” .....	85



Tabela 30 - Grau de concordância para a frase “as acções promovem a formação de adultos e o desenvolvimento local” .....	85
Tabela 31 - Grau de concretização dos objectivos do projecto .....	86
Tabela 32 - Grau de concordância para a frase “as acções contribuem activamente para a resolução dos problemas” .....	86
Tabela 33 - Grau de atenuação/solução dos problemas identificados na ZI.....	87

## **ÍNDICE DE SIGLAS**

**CDCBP** - Cáritas Diocesana de Castelo Branco e Portalegre

**CLAI** – Centro Local de Apoio ao Imigrante

**CLAS** – Conselho Local de Acção Social

**CM** - Câmara Municipal

**DC** - Desenvolvimento Comunitário

**DL**- Desenvolvimento Local

**DS** - Diagnóstico Social

**E/F** - Educação/Formação

**E/FC** - Educação/Formação Comunitária

**FSE** - Fundo Social Europeu

**GA** - Gente Acolhedora

**GGE** - Gabinete de Gestão Equal

**IPSS** - Instituição Particular de Solidariedade Social

**ONGs** - Organizações Não Governamentais

**PD** - Parceria de Desenvolvimento

**PIC** - Programa de Iniciativa Comunitária

**SCMCV** - Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide

**SEF** - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

**UE** - União Europeia

**USNA** - União de Sindicatos do Norte Alentejano

**ZI** - Zona de Intervenção

## INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta é o resultado de uma investigação sobre a problemática: *Como se avalia, em termos de eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade, o Projecto Gente Acolhedora junto dos seus parceiros (dirigentes e técnicos) e imigrantes?*

- a) Como se processou a **concepção**, a **operacionalização** e a **execução** do projecto?
- b) Quais os **efeitos** do projecto e como se caracterizam em termos da sua **eficácia**, **eficiência**, **inovação** e **reprodutibilidade**?

Embora a avaliação *a posteriori* do GA evidencie os efeitos, torna-se relevante caracterizar as fases anteriores do projecto (concepção, operacionalização e execução) por razões de clareza e pertinência analítica.

A investigação incide sobre um projecto de intervenção social que decorreu entre 2004 e 2009, abrangendo 5 concelhos do distrito de Portalegre e visando o acolhimento e a integração dos imigrantes nesta região do Alto Alentejo, caracterizada por um nível de urbanização baixo e povoamento disperso. Através da actividade de Avaliação Externa do Projecto Gente Acolhedora, que se realizou entre 2009 e 2010, pretende-se contribuir também para a compreensão teórico-conceptual de certos aspectos desta realidade, como o *Desenvolvimento Comunitário*, a *Formação* (de adultos) e as *Metodologias da Intervenção Comunitária* (destacando-se o *Trabalho em Parceria* e a *Avaliação de Projectos Sociais*). Este entendimento da realidade, que possui como pano de fundo a questão da integração dos imigrantes, constitui uma das principais razões e motivação para a realização deste trabalho que procura integrar, na actividade de investigação, os contributos dos especialistas com obra publicada nestes domínios.

A questão da integração social dos imigrantes tem sido objecto de preocupação e de mobilização de interesses, quer estatais, quer da sociedade civil, tanto a nível nacional como a nível internacional. Como referem Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000), as associações de imigrantes e outras instituições da sociedade civil públicas ou privadas, cuja intervenção é dirigida à promoção da integração das comunidades imigrantes (associações anti racistas ou de defesa dos direitos humanos, instituições ligadas a igrejas, instituições educativas, associações de professores, sindicatos, estruturas do poder local) desenvolvem os seus próprios esforços com vista à integração, pressionando o estado a desenvolver políticas mais inclusivas. Neste sentido, estas entidades traduzem formas organizadas de exercício da cidadania, constituindo-se como actores fundamentais das dinâmicas de integração.

Por outro lado, como salientam vários autores, os projectos de Desenvolvimento Comunitário têm-se revelado eficazes como processos de ajuda a grupos populacionais particularmente vulneráveis (o caso de imigrantes e minorias étnicas), no quadro de luta pelos Direitos Humanos, constituindo um instrumento sócio-educativo, no âmbito da educação intercultural, da educação para a democracia e do progressivo fortalecimento individual e colectivo (*empowerment*). Como refere Carmo (2007, p. 87) o movimento do Desenvolvimento Comunitário tem evoluído desde o final dos anos 60 em Portugal e os “*seus princípios e metodologias têm sido aplicados a diversos níveis de sistema-cliente variando desde o simples bairro urbano ou aldeia até à dimensão nacional*”. O mesmo autor acrescenta que os “*contéudos e estilos de actuação apresentam também uma enorme diversidade, configurando um quadro de enorme riqueza empírica*”.

Assim, face ao exposto pretende-se investigar o trabalho em parceria de seis entidades locais - a *União dos Sindicatos do Norte Alentejano* (USNA), a *Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco* (CDPCB), a *Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide* (SCMCV), a *Associação Gente de Avis*, e os *Municípios de Alter do Chão* e de *Nisa* - que se juntaram para criar um projecto que na região trabalhasse a temática da imigração de forma articulada, visando a construção de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços.

Partindo-se do pressuposto que o GA é um projecto de Desenvolvimento Comunitário e que contribuiu para a formação (de adultos), para a integração dos imigrantes e para o Desenvolvimento Local, a investigação tem como **objectivo geral**:

- Avaliar os efeitos e caracterizar sumariamente a concepção, operacionalização e execução do Projecto Gente Acolhedora.

Tem como **objectivos específicos**:

- Identificar e analisar os processos e as dinâmicas de concepção, de operacionalização e de execução do *Projecto Gente Acolhedora*.
- Caracterizar os efeitos do projecto em termos de eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade, junto dos seus parceiros (dirigentes e técnicos) e imigrantes.
- Registar e analisar o discurso reflexivo dos dirigentes e técnicos das instituições parceiras, bem como dos imigrantes tendo em conta o modo como o projecto GA contribuiu para a valorização da multiculturalidade/interculturalidade, para a formação dos profissionais/instituições e dos imigrantes, para a integração social dos imigrantes e para o desenvolvimento local.

- Promover um melhor conhecimento da realidade local no que respeita aos processos de integração dos imigrantes no distrito de Portalegre.

Neste âmbito, deu-se conta que a intervenção apresenta efeitos medianamente positivos em termos de eficácia e eficiência e mais favoráveis ao nível de inovação e reprodutibilidade. É de salientar que a intervenção, sendo integrada num processo de desenvolvimento de uma região e adequada à sua especificidade em termos de recursos e características, não apresenta, no entanto, repercussões efectivas sobre a vida da mesma. O GA aparece associado a resistências de diversos níveis que, como salienta Franco (1995, p.10) “*outra coisa não seria de esperar de uma intervenção que se integra num processo de mudança social de uma região e que se apresenta como uma proposta inovadora e experimental*”.

O trabalho está organizado em 2 partes com 3 capítulos e 7 anexos. A primeira parte apresenta o Enquadramento Teórico (capítulo 1) e a Metodologia da investigação (capítulo 2). A segunda parte do estudo diz respeito à Apresentação e Discussão dos Resultados (capítulo 3).

O capítulo 1, **Enquadramento Teórico**, é baseado nos contributos de alguns autores com obra literária publicada na área da imigração e de projectos de intervenção social e está dividido em 2 subcapítulos. O primeiro subcapítulo, **Multiculturalidade e Interculturalidade**, apresenta as perspectivas fundamentais da sociedade sobre o fenómeno multicultural, de acordo com Peres (1999). Ao mesmo tempo, faz-se uma breve reflexão sobre as noções de *integração* e de *cultura*. Este subcapítulo divide-se em 2 subtemas: *A Multiculturalidade na Sociedade Portuguesa* e *A Multiculturalidade na Região de Portalegre*. No primeiro faz-se uma breve análise sobre a evolução do fluxo migratório na sociedade portuguesa. Nesta secção discutem-se também alguns conceitos como *identidade cultural* e *identidade étnica*, segundo Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000). O segundo subtema faz referência a este fenómeno no distrito de Portalegre, durante o período de intervenção do GA, dado tratar-se do objecto de estudo. Apresenta-se ainda a noção de *integração social*, de acordo com as mesmas autoras. No segundo subcapítulo, **Formação e Desenvolvimento em Contexto Migratório**, discutem-se as noções do *Desenvolvimento Comunitário*, da *Intervenção Comunitária* - destacando-se a *Avaliação de Projectos Sociais* e o *Trabalho em Parceria* – e da *Educação/Formação*, tendo como pano de fundo a imigração. Este subcapítulo está dividido em três secções. De forma a contextualizar o *Desenvolvimento Comunitário* e a fundamentar a sua importância, numa primeira secção designada **Desenvolvimento Comunitário**, começa-se por identificar os elementos estratégicos num processo de intervenção social (sistema-cliente, sistema-interventor, interacção e ambiente) e como se caracteriza na actualidade um sistema deste cariz segundo Carmo (2007). Para isso,

descreve-se resumidamente a evolução da intervenção social em função dos condicionalismos ambientais, de acordo com Canário (1999). Segue-se a análise de dois dos conceitos-base que integram o campo semântico do conceito de DC (*Desenvolvimento e Comunidade*) para introduzir os conceitos de *Desenvolvimento Comunitário* e de *Desenvolvimento Local*. Conclui-se a secção com a discussão de dois conceitos associados ao DL, segundo Canário (1999), nomeadamente: *participação* e *endogeneidade*. Na segunda secção, ***Intervenção Comunitária***, descreve-se a metodologia da *Intervenção Comunitária*. Começa-se por apresentar brevemente os três estilos de *Intervenção Comunitária* de acordo com Rothman (1995, in Carmo, 2007), designadamente: *Desenvolvimento Local* (projecto à escala local), *Planeamento Social* (projecto à escala regional) e *Acção Social* (projecto à escala nacional). Continua-se com a apresentação das principais tendências actuais dos projectos de DC, segundo Carmo (2007). Seguidamente, expõem-se as principais virtualidades da *abordagem sistémica*, bem como as diversas fases de análise e intervenção possíveis de distinguir num projecto de DC (estudo e diagnóstico, planeamento, execução e avaliação final). Dá-se relevo à ***Avaliação de Projectos Sociais*** - constituindo um subtema - por se tratar da problemática de estudo. Começa-se por analisar os principais contributos dos processos de avaliação e descrevem-se as suas diversas modalidades, segundo Capucha, Almeida, Pedroso e Silva (1996). O subtema termina com a apresentação do *Modelo de Avaliação de Projectos em Parceria* proposto por Alves, Martins e Cheta (2007), pois como se trata dum dispositivo que permite combinar as diversas modalidades de avaliação, adaptando-se e ajustando-se a projectos em parceria, foi escolhido para a actividade de Avaliação Externa do Projecto Gente Acolhedora, com as devidas adaptações. Destaca-se ainda o ***Trabalho em Parceria*** - constituindo o segundo subtema - onde se apresenta o conceito de *parceria* como instrumento de intervenção comunitária, a sua importância particularmente no âmbito da imigração e as condições para uma boa prática do *trabalho em parceria*. A terceira secção, ***Relação entre Desenvolvimento e Educação/Formação***, e última do subcapítulo é dedicada ao contributo do trabalho comunitário no campo da *Educação/Formação*, nomeadamente para enfrentar novos desafios como a educação intercultural. Nesta secção explicitam-se ainda os conceitos de *formação* e de *empowerment*.

O capítulo 2, **Metodologia**, está estruturado em 2 subcapítulos: o primeiro, ***Objecto de Estudo***, e o segundo, ***Apresentação dos Métodos e Técnicas***. No primeiro identifica-se o objecto de estudo: o projecto GA. No segundo faz-se uma exposição dos procedimentos e instrumentos utilizados para a recolha de dados, procurando-se esclarecer sobre as acções teórico-metodológicas, conceptualizando os fundamentos de uma abordagem mista (quantitativa+qualitativa).

No capítulo 3, **Apresentação e Discussão dos Resultados**, procede-se à análise e registo da informação recolhida sobre o objecto de estudo. Este capítulo está dividido em 4 subcapítulos, nomeadamente: *Dimensão de Análise: Conceção*, *Dimensão de Análise: Operacionalização*, *Dimensão de Análise: Execução* e *Dimensão de Análise: Efeitos*. Nos três primeiros identificam-se e analisam-se os processos e as dinâmicas de cada uma das fases do Projecto Gente Acolhedora. No último avaliam-se os efeitos do GA e como se caracterizam em termos da sua eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade. Os resultados são analisados à luz de conceitos teóricos como a *Formação* (de adultos), o *Desenvolvimento e a Intervenção Comunitária*.

Na **Conclusão** do estudo faz-se uma súmula da actividade de Avaliação Externa do GA visando responder-se às questões específicas do estudo, bem como uma breve reflexão geral sobre estas questões, entre outras decorrentes das temáticas em questão, e que podem constituir futuras linhas de pesquisa.

O estudo conclui-se com **7 anexos**: no anexo 1 apresenta-se o *Modelo de Avaliação para Projectos Sociais* em que se apoia o dispositivo de avaliação da investigação em questão; no anexo 2 encontram-se outros quadros construídos com base na análise documental dos registos do projecto que complementam os resultados da investigação; no anexo 3 apresenta-se o questionário tal como foi fornecido aos dirigentes e técnicos das entidades parceiras; no anexo 4, o guião de entrevista aplicado aos imigrantes; no anexo 5 encontram-se as entrevistas transcritas; no anexo 6, a matriz de análise de conteúdo das entrevistas e, por último, no anexo 7 mostra-se o *Plano de Observação* em que se apoiou o levantamento da informação recolhida da análise documental.

## PARTE I

### Enquadramento Teórico e Metodológico

#### CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

##### 1. Multiculturalidade e Interculturalidade

“(…) ser português é o resultado de múltiplas influências culturais e de tradições que, ao longo de séculos, se foram cruzando aqui e outras com que nos fomos cruzando pelo mundo. **Somos um povo de fusão.** Soubemos integrar uma diversidade que nos fez únicos, não pela homogeneidade mas pela miscigenação. Por isso, nada temos a temer do contacto com outras culturas e tradições. Pelo contrário, se com elas soubermos aprender, iremos ficando sempre mais ricos, porque mais diversos” (ACIME, in Visão, 2005, p.21).

Como referem Cortesão *et al.* (2000, p. 7), as posturas face ao que é considerado desejável para os «outros diferentes» podem “*ir desde um relativismo cultural mais alargado (que aceita, por princípio, sem qualquer reserva, todas as manifestações socioculturais dos «outros diferentes»), até às formas mais exacerbadas de racismo, que incluem a possibilidade de práticas de extermínio*”. Mas, como salientam os autores, “*entre estes dois extremos há todo um conjunto de situações que, em geral, são adoptadas em certas circunstâncias por muitos de nós, sem que se tenha, às vezes, consciência de significados que se ocultam por detrás dessas opções*” (*idem*, p.7). Por isso, o significado que se atribui ao conceito de “integração” pode ser muito diversificado.

De acordo com Peres (1999), a partir dos anos 60 do século passado é possível identificar o fenómeno multicultural através de quatro perspectivas fundamentais. São elas: *assimilacionista, integracionista, pluralista e interculturalista.*

Na primeira – **assimilacionista** – a diversidade e a diferença são entendidas como ameaças à coesão da sociedade de acolhimento, cuja cultura é considerada dominante e dominadora. É importante reter que o termo **cultura**, como referem Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000, p.6), envolve um quadro dinâmico que contém em si mecanismos capazes de adaptação e evolução, “*cuja expressão se traduz em práticas e respostas simbólicas produzidas por qualquer grupo às solicitações do seu meio*”.

A segunda perspectiva – **integracionista** - surge devido a um acréscimo na tolerância dos defensores da perspectiva anterior resultante do insucesso político e social daquele



posicionamento. Embora os seus defensores reconheçam a igualdade de direitos para todos os cidadãos, advogam que a identidade das minorias deve pautar-se pela ideologia do grupo dominante. No geral, o respeito pela diferença não é claramente suficiente, acabando esta por não ser muito distinta da postura anterior.

Ao invés das políticas, associadas às perspectivas anteriores, que preconizavam a diluição da diferença cultural dando origem a uma única cultura generalizada, defende-se actualmente uma atitude e uma política de *pluralismo cultural*, “reconhecendo o direito à coexistência, num mesmo espaço de soberania, de comunidades portadoras de culturas diferentes, bem como o direito à preservação, pelos próprios, dos traços essenciais de cada uma dessas culturas (Mendes & Rocha-Trindade, 1996, p.25). Surgem assim a postura *pluralista* – **Multicultural** – e a postura *interculturalista* – **Intercultural** – que corporizam as duas últimas perspectivas que se implementaram na sociedade (Peres, 1999). Embora ambas valorizem a diferença, a primeira é mais restrita e tradicional, integrando-se na tradição anglo-saxónica (Inglaterra, USA). Ao invés, a segunda perspectiva é mais lata e actual, integrando-se na educação ocidental – nos estudos europeus, sob influência dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho de Europa. No continente europeu há séculos que existem e coexistem diversas culturas e a sua configuração e as suas características resultam, de alguma forma, dessa diversidade. “A Europa é um continente mestiço”. A perspectiva actual – intercultural – não só aceita e valoriza a diferença como acrescenta que o que é importante é a interacção/comunicação entre as culturas. Mendes e Rocha-Trindade (1996, p.26) acrescentam que a perspectiva intercultural pode contribuir “para a correcção das discriminações que possam impender sobre as minorias culturais, reconhecidamente agravadas quando lhes corresponda, na generalidade, uma situação de grave carência económica e de desfavorecimento social.”

## 1.1. A Multiculturalidade na Sociedade Portuguesa

A época dos descobrimentos, entre os séc. XIV e XVI, tornou os portugueses senhores de um vasto império colonial – Brasil e países das costas africanas e costas orientais – que se manteve até 1975, um ano após a revolução dos cravos de Abril de 1974.

Segundo Peres (1999) os portugueses aprenderam durante vários séculos a trocar o seu país por outras terras longínquas, instalando-se e misturando-se com os autóctones, descurando o desenvolvimento do seu próprio território. “Tal como outros países europeus, a diversidade cultural no Portugal contemporâneo é prova evidente do período colonial” (Souta, 1997, p.36). Contudo, neste período - anterior aos anos 50 - nas escolas de todo o império estudava-se:

“a fauna, a flora, a geologia e a história de Portugal Continental. Ignorava-se tudo quanto dizia respeito à própria colónia (...) Portugal, seria então um todo homogéneo e universal, apesar das etnias que o compunham e da sua enorme dispersão geográfica” (Cortesão & Pacheco, 1991, p. 37).

Segundo estes autores, foi este contexto que estruturou o anterior sistema educativo Português, bem como o processo de formação dos professores, ainda actualmente em exercício. Estas razões, não parecem assim contribuir, actualmente, para que o sistema educativo e os próprios professores sejam sensíveis às diferenças culturais características de alguns grupos étnicos, classes sociais, géneros, meios rurais e piscatórios, etc.

Retomando os fluxos migratórios, segundo Peres (1999), nos anos 60, por razões ligadas à guerra colonial e ao subdesenvolvimento económico e social, cerca de dois milhões de cidadãos emigraram para países da Europa – França, Alemanha e Suíça – oferecendo mão-de-obra barata, contribuindo para o desenvolvimento das terras de acolhimento, constituindo aí minorias culturais e linguísticas. Os emigrantes portugueses, ou de outra origem, sofreram também um processo de assimilação/integração que nem sempre respeitou a sua identidade cultural.

É importante salientar que a noção de **identidade cultural** e de **cultura**, tal como referem Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000, p.13), são de natureza plural e, por isso, não se pode projectar qualquer cultura para todos os membros de uma dada comunidade. Nem todos se reconhecem e interpretam a sua história integralmente através dos mesmos comportamentos. Por outro lado, as autoras referem que a **identidade étnica** é uma concepção mais restrita representando apenas uma parte da identidade real dos indivíduos. Esta pode ser visível através de dados exteriores como sejam a língua, a “raça”, a religião, o território ou os traços culturais comuns, esta identidade pode ser entendida como referência a uma certa origem, simbolizada por uma herança cultural comum. Contudo a *identidade étnica* não representa senão uma parte do todo, que é complexo e que se define por *identidade cultural*.

Prosseguindo o percurso dos migrantes em Portugal, na década de 70, após as independências das colónias, o país “(...) *transforma-se num espaço de acolhimento de imigrantes das ex-colónias*” (Cortesão & Pacheco, 1991, p. 38). De acordo com Souta (1997) retornaram, em 1974-75, cerca de 800 mil pessoas devido ao processo de descolonização, que esteve historicamente associado, como se sabe, a uma transferência maciça de residentes nas ex-colónias para Portugal.

De acordo com Peres (1999), na década de 80 os emigrantes portugueses regressam ao país de origem por vários motivos: as ligações à terra ou família; inadaptação à vida ou ao

trabalho no estrangeiro; problemas de cansaço físico ou psicológico e educação dos filhos. Porém, o retorno não é fácil, pois “*os migrantes são um misto da sua cultura de origem com a cultura dos que os acolhem (...)*” (Khôï, 1991, cit. por Peres, 1999, p.41). Em 1986 Portugal aderiu à Comunidade Europeia e a partir desta data, de país de emigração passa para país de acolhimento de refugiados e trabalhadores migrantes. Portugal é por isso um país de recente imigração. Por estas razões, como referem Baganha *et al.* (1998, cit. por Martins, 2006, p.28), “*até ao início dos anos 90, as questões relativas à imigração para Portugal não constituíam uma temática central, nem no domínio das preocupações académicas ou científicas, nem no âmbito das principais preocupações políticas e sociais*”.

O final da década de 90, segundo Perista (2004, cit. por Martins, 2006, p.30), vem introduzir novas alterações no cenário imigratório português. “*A par da continuidade na imigração proveniente dos PALOP e de um reforço da imigração proveniente do Brasil, surgiu um novo fluxo que veio ter consequências importantíssimas (...): a imigração com origem nos países do leste europeu*”. De acordo com Baganha *et al.* (cit. por Martins, 2006, p.31) “*após o desmantelamento da União Soviética, os países da Europa de Leste entraram num período de transição para uma economia de mercado e para sistemas de governação democráticos que aumentaram consideravelmente a propensão para a emigração*”.

## **1.2. A Multiculturalidade na Região de Portalegre**

Com base nos relatórios estatísticos anuais do SEF<sup>1</sup>, e tendo em conta que a pesquisa em questão visa o período de 2004 a 2009, os dados<sup>2</sup> que se apresentam são relativos aos referidos anos. Assim, em 2004 os dados evidenciam 1075 imigrantes com situação regular no distrito de Portalegre (não estão incluídos os imigrantes com situação irregular). Em 2005 os dados provisórios apontam 2887 estrangeiros, incluindo já os imigrantes com prorrogação de autorização de permanência no território nacional<sup>3</sup> (1189 detêm o estatuto legal de residente, 964 a prorrogação de autorização de permanência e 734 a prorrogação de vistos de longa duração). No relatório estatístico de 2006 registam-se 2564 estrangeiros (1572 com autorização de residência, 305 com prorrogação de autorização de permanência e 687 com prorrogação de vistos de longa duração). Em 2007 os dados provisórios indicam 2396 estrangeiros a residir no distrito de Portalegre (2132 com autorização de residência, 27 com prorrogação de autorização

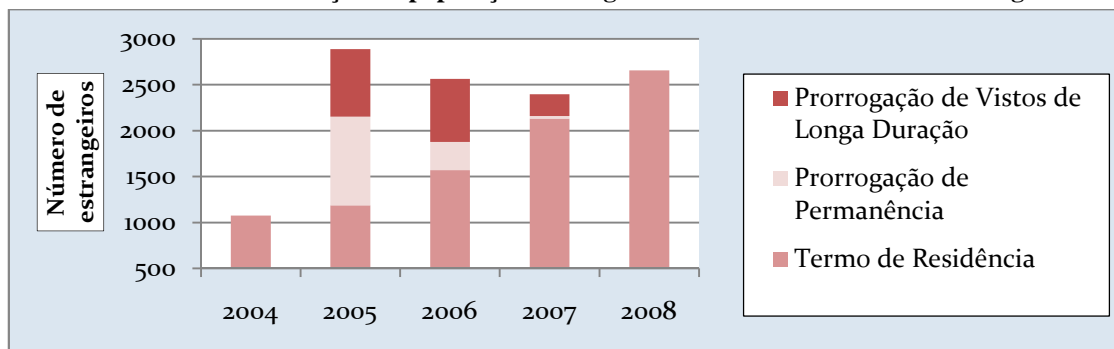
<sup>1</sup> SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

<sup>2</sup> É de salientar que estes dados são provisórios, segundo os relatórios estatísticos do SEF.

<sup>3</sup> As prorrogações referem-se a vistos de trabalho, estada temporária e estudo.

de permanência e 237 com prorrogação de vistos de longa duração). Por último, os dados provisórios que constam no relatório estatístico anual do SEF relativo a 2008 indicam 2654 estrangeiros a residir no distrito de Portalegre (2649 com termo de residência e 5 com visto de longa duração). É de referir que o relatório de 2009 não se encontra disponível no *site* do SEF, aquando da realização da pesquisa em questão (ver tabela 1).

**Tabela 1 – Distribuição da população estrangeira a residir no distrito de Portalegre**

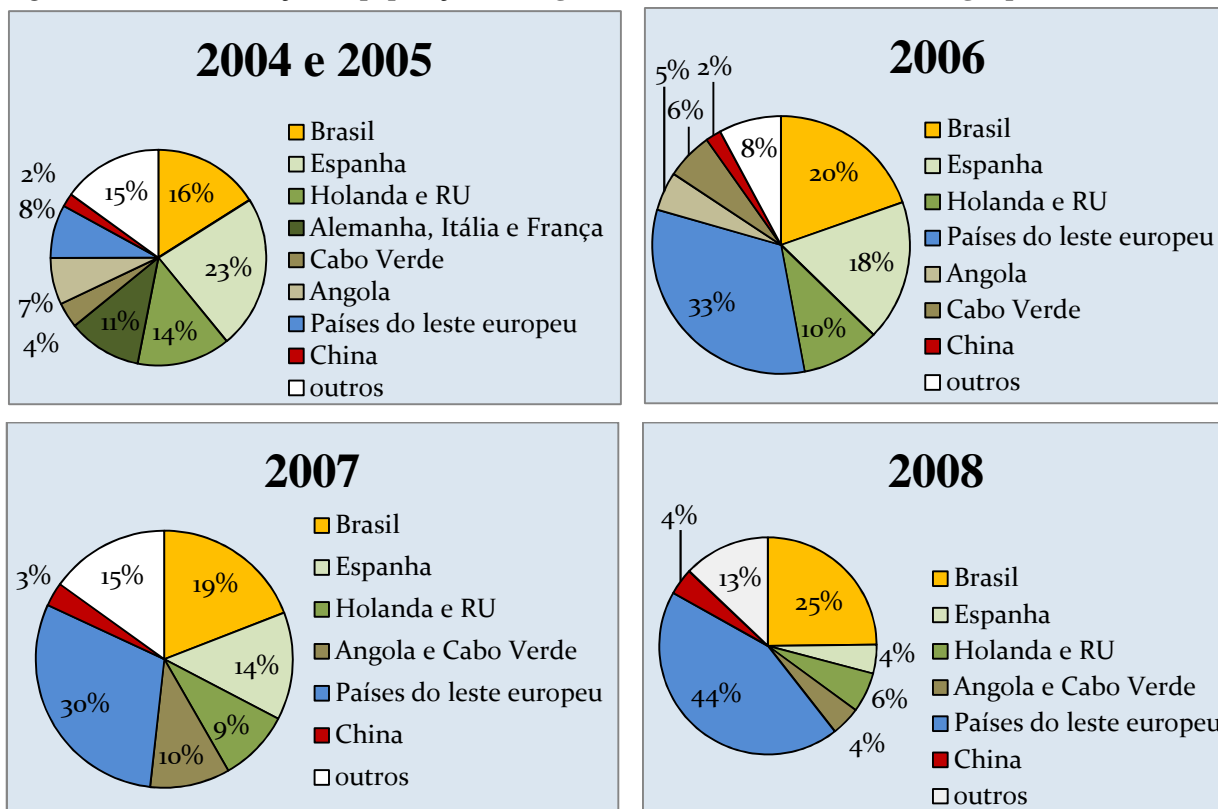


Fonte: Relatórios estatísticos anuais do SEF.

De acordo com os mesmos relatórios estatísticos do SEF constata-se ainda a nacionalidade dos imigrantes a residir na região. Os dados de 2004 e 2005 não diferem muito, verificando-se que 23% dos imigrantes locais são de Espanha, 16% do Brasil, 14% são da Holanda e do Reino Unido, 11% são da Alemanha, da Itália e da França, 8% são dos países do Leste europeu (3,7% da Moldávia, 1,5% da Roménia e 2,8% da Ucrânia), 7% são imigrantes oriundos de Angola, 4% de Cabo Verde e 2% da China. É de salientar que estes dados só se reportam aos imigrantes com termo de residência. O estudo de diagnóstico realizado em 2005 no âmbito do *Projecto Gente Acolhedora* (objecto de estudo), chama também a atenção para a população imigrante oriunda da Holanda e do Reino Unido que escolhe o distrito de Portalegre para trabalhar e residir sazonalmente, bem como para o caso dos trabalhadores transfronteiriços que exercem a sua actividade profissional no distrito, principalmente no ramo da saúde (médicos e enfermeiros), mas residem no seu país de origem, isto é, em Espanha. No ano de 2006 verifica-se que aproximadamente 33% dos imigrantes são oriundos dos países do Leste europeu (9% da Moldávia, 12% da Roménia e 11,8 % da Ucrânia), 20% são do Brasil, 18% são de Espanha, 10% são da Holanda e do Reino Unido, 5% de Angola, 6% de Cabo Verde e 2% da China. É de notar que a partir deste ano os relatórios estatísticos do SEF já evidenciam a nacionalidade dos imigrantes com prorrogação de permanência no território nacional. Em 2007, destacam-se as seguintes nacionalidades, por ordem decrescente: países do Leste europeu 30 % (Roménia 11%, Moldávia 9% e Ucrânia 10%), Brasil 19%, Espanha 14%, Angola e Cabo Verde 10%, Holanda e Reino Unido 9% e China 3%. Os dados provisórios do relatório estatístico do

SEF registam em 2008, 44% de imigrantes oriundos dos países do Leste europeu (15,8% da Roménia, 13,2% da Moldávia, 11,4% da Ucrânia e 3,6% da Bulgária), 25% do Brasil, 4% de Espanha, 4% da China, 6% do Reino Unido e da Holanda, 4% de Angola e de Cabo Verde (ver quadro 1).

**Quadro 1 – Distribuição da população estrangeira a residir no distrito de Portalegre por nacionalidades**



**Fonte:** Relatórios estatísticos anuais do SEF (os dados de 2004 e 2005 só se reportam aos imigrantes com termo de residência).

Quanto à estrutura etária da imigração regularizada, segundo o *diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre* (Martins, 2006, p.56), trata-se “(...) sobretudo de imigração feita em função da procura de trabalho, na medida em que é entre os 25 e os 49 anos que se observa a concentração do maior contingente”.

Relativamente ao género “(...) existe uma clara assimetria, na medida em que apenas cerca de 29% são mulheres” (*idem*, p.56).

No que concerne ao grau académico, de acordo com o estudo de diagnóstico do *Projecto Gente Acolhedora*, a população imigrante a residir na região tem, na sua grande maioria, habilitações literárias de nível médio e superior, sendo-lhes dificultada a obtenção das respectivas equivalências.

Quanto à ocupação profissional deduz-se do estudo efectuado pela equipa de trabalho do GA que:

“Dos imigrantes inscritos na segurança social, 95% são trabalhadores por conta de outrem sendo o sector de actividade mais representativo o dos Serviços Prestados à Comunidade e o dos Serviços Sociais e Pessoais. No entanto, através da nossa pesquisa empírica e de todo o trabalho de terreno desenvolvido, verificámos que uma grande maioria de imigrantes trabalha no sector da construção civil e obras públicas” (GA, Boletim Informativo n.º1, p.3).

No que se refere às suas principais necessidades, através do mesmo estudo, constata-se que:

- “A maioria dos imigrantes não domina a língua de acolhimento (Português)
- Não conhecem os hábitos e costumes locais da sociedade de acolhimento.
- Usam condições de habitabilidade muito precárias.
- Devido à centralização dos serviços de legalização existe um défice de informação de toda a legislação nacional e comunitária relativa aos procedimentos de legalização.
- Enquanto trabalhadores são alvo de exploração laboral.
- Não conhecem os seus direitos e deveres laborais.
- Não existe um serviço coordenado de apoio e acolhimento ao nível local à excepção do CLAI (Portalegre).
- Os serviços regionais (oficiais e não oficiais) não estão minimamente preparados para prestar apoio a este público-alvo.
- Não existem políticas sociais e educacionais a nível regional que fomentam a valorização da multiculturalidade e consequentemente a integração progressiva dos imigrantes” (*idem*, p.3).

Passando a analisar o Alto Alentejo como espaço de acolhimento e integração dos imigrantes que a escolhem para residir, destaca-se o estudo de *diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre* (Martins, 2006, p.49). Nele constata-se que a região regista “*duas tendências demográficas fortemente acentuadas: o envelhecimento da população e a incapacidade de renovação natural da base demográfica*”. Segundo o autor, o combate ao despovoamento e o respectivo rejuvenescimento passa pela fixação de populações exteriores na região.

Ainda, dos cenários identificados através do mesmo relatório (Martins, 2006, pp. 121-123) importa salientar:

“(…) um aumento da imigração para o concelho nos próximos anos – o que, dado o cenário demográfico (...), de que o concelho apenas se renovará demograficamente através de um saldo migratório positivo, denota uma clara oportunidade que deverá constituir eixo de reflexão, mas também de acção das entidades concelhias.

(…) alguma melhoria das condições sociais de vida dos imigrantes no concelho. A ser assim, aquela renovação demográfica poderá fazer-se acompanhar de um enriquecimento social e cultural do concelho, fundado na estruturação de uma efectiva integração social dos imigrantes.

(…) os resultados do inquérito realizado sobre as atitudes da população face à imigração mostram com clareza que existe (...) um perfil de organização da percepção (...) dos imigrantes que, se nem sempre é positivo é, pelo menos, relativamente homogéneo e, talvez por isso, eventualmente passível de ser tratado do ponto de vista da promoção da melhoria das condições de vida dos imigrantes de uma forma integrada e global.

(...) alguns problemas sentidos pelos imigrantes no seu processo de integração social na sociedade portuguesa e, concretamente, em Portalegre. Problemas sentidos, sobretudo, ao nível da habitação e do trabalho (...).

(...) que os imigrantes entrevistados parecem não sentir nenhuma especial discriminação e que se mostram abertos à constituição de sociabilidades com os autóctones. Não obstante, demonstraram um grande fechamento no que toca à manifestação da sua identidade cultural. Este é, seguramente, um aspecto a ser trabalhado para se assegurar uma integração plena dos imigrantes.”

Por tudo isto, acredita-se que neste espaço essencialmente rural, que constitui o distrito de Portalegre, é possível e desejável enveredar pela construção de um território multicultural/intercultural que assegure a integração plena da população imigrante e a motive a residir nesta região. Para além de se tratar de uma questão de Direitos Humanos, está-se também a utilizar o potencial da imigração no desenvolvimento da região. Na prática a **integração social**, como referem Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000, p.21), é um processo gradual através do qual os imigrantes “*se tornam participantes activos na vida económica, sindical, cívica, política, cultural e espiritual do país receptor, o que conduz ao exercício da cidadania*”.

## 2. Formação e Desenvolvimento em Contexto Migratório

### 2.1. Desenvolvimento Comunitário

Segundo Carmo (2007, pp. 38-39), em qualquer **processo de intervenção social** encontram-se sempre presentes quatro elementos fundamentais, nomeadamente:

- **sistema-cliente** - toda a pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social com necessidades sociais que requerem qualquer tipo de intervenção social planeada.
- **sistema-interventor** - toda a pessoa, grupo, organização, comunidade ou rede social que se constituem em recurso do sistema-cliente para responder às referidas necessidades.
- **interacção** entre o sistema-cliente e o sistema-interventor – através de um conjunto de comunicações pretende-se identificar necessidades e recursos e organizar respostas adequadas às primeiras através dos segundos.
- **ambiente** (político, económico e sociocultural) de intervenção – este emoldura a interacção, proporcionando condições favoráveis ou desfavoráveis à intervenção/mudança.

A intervenção social evolui, então, em função desses condicionalismos ambientais. Como refere Canário (1999), durante o período entre o final da segunda guerra e os meados da década de 70 - designado pelos economistas “os trinta anos gloriosos” – “*as disponibilidades*

*financeiras, bem como a necessidade de produzir mão-de-obra qualificada, estão na base de políticas governamentais que viram no aumento da oferta escolar um instrumento decisivo das suas políticas desenvolvimentistas*” (p.61). Estava-se no auge da sociedade industrial moderna, orientada para a produção em massa e para o consumo de massa, com base em economias de escala, tendo como unidades de referência as grandes empresas, organizadas segundo o modelo *taylorista* (produção estandardizada através do modelo da “linha de montagem”).

Segundo o autor, a crise económica mundial, desencadeada no início dos anos 70, pelo primeiro choque petrolífero, veio pôr em evidência as limitações deste modelo desenvolvimentista. Reduzido à vertente do crescimento económico - baseado numa exploração massiva e não controlada dos recursos naturais – este modelo não contou, quer com a escassez dos recursos (o caso do petróleo), quer com os efeitos devastadores ao nível ambiental, destruindo recursos indispensáveis à vida no planeta (os casos da água e do oxigénio), quer ainda com a falha de não conseguir corresponder às expectativas de contribuir para uma maior igualdade e maior justiça social. Ao invés, traduziu-se por assimetrias entre países “ricos”/“pobres”, e entre regiões urbano/rural, litoral/interior.

A partir dos anos 70 e 80 emerge “*uma outra concepção dos processos de desenvolvimento, sintetizada na expressão «pensar globalmente, agir localmente»*” (Canário, 1999, p.63). O autor identifica os traços mais marcantes deste modelo:

“A multidimensionalidade: o desenvolvimento está longe de poder ser reduzido a uma vertente económica. A educação, a saúde, o ambiente, a educação e a cultura são faces distintas, mas indissociáveis, de um processo global e sistémico capaz de articular estas diferentes dimensões.

Uma lógica qualitativa: se é verdade que o crescimento é susceptível de ser traduzido por indicadores quantificados (produção, rendimentos, consumo), uma visão multidimensional faz apelo à valorização de critérios de natureza qualitativa. Assim, por exemplo, o aumento da esperança de vida não é, necessariamente, sinónimo de melhor qualidade de vida para a população idosa.

Uma valorização do local: enquanto no modelo anterior se valorizava uma intervenção analítica e segmentada (indústria, saúde, educação, etc.) decidida e planeada a nível nacional, passam a valorizar-se processos integrados de intervenção, ao nível local, globalizando a intervenção ao nível de um território”.

Carmo (2007, pp. 63-64) também salienta que a **intervenção social na actualidade**, para ser eficaz, tem de se adequar aos vários níveis de actuação, isto é, tem de se posicionar numa óptica integrada, ultrapassando a perspectiva meramente sócio-económica (caracterizada por acções de natureza meramente assistencialista, voltadas para a resolução de problemas de subsistência) para assumir um papel sócio-político e sócio-cultural (necessidade de participação/



a intervenção é preventiva, de cunho sócio-educativo e sócio-político, no sentido de dotar de voz e de capacidade de intervenção aqueles que a não tinham).

É neste contexto que se fundamenta a importância do **Desenvolvimento Comunitário**. A noção de **Desenvolvimento** – um dos conceitos-base que integra o DC - apresenta-se, como refere Carmo (2007, p.77) ligada a dois critérios:

- “o de uma situação que concede o **acesso a recursos e serviços** que permitem, a uma população, desfrutar um melhor nível de vida;
- o de uma situação que permite **tirar partido e aperfeiçoar o potencial humano** de um dado conjunto social.”

De acordo com o mesmo autor, é neste quadro que os organismos internacionais têm defendido a necessidade de uma estratégia de **educação para o desenvolvimento**, implicando uma educação para a gestão dos recursos disponíveis de forma mais correcta e de uma educação para a solidariedade. “*Uma sociedade sem solidariedade constitui terreno fértil para a emergência de conflitos sociais, onde se gastam enormes quantidades de recursos para solucionar problemas evitáveis*” (*idem*, p.77).

Outro dos conceitos-base implicado no DC é a **Comunidade**. Encontram-se diversos significados para a palavra comunidade - tal como relativamente ao conceito de desenvolvimento - de acordo com o contexto em que se insere:

“Assim, é frequente ouvirmos ou lermos o termo aplicado para designar pequenos agregados rurais (aldeias, freguesias) ou urbanos (quarteirões, bairros), mas também a grupos profissionais (ex: comunidade médica, comunidade científica), a organizações (comunidade escolar), ou a sistemas mais complexos como países (comunidade nacional), regiões (comunidade europeia) ou mesmo o mundo visto como um todo (comunidade internacional ou mundial)” (*idem*, p.79).

Existe porém uma característica comum a todas estas designações: “*é a presença de uma dada semelhança que confere uma identidade ao sistema designado por comunidade, que determina uma fronteira entre os elementos que lhe pertencem dos que lhe são alheios*” (*idem*, p. 79).

De acordo com o mesmo autor é em 1950 que se consagra o termo **Desenvolvimento Comunitário**, no Documento das Nações Unidas intitulado *Progresso social através do Desenvolvimento Comunitário*. Nesse relatório o desenvolvimento comunitário (DC) é definido como um “*processo tendente a criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade, com a participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa*” (in Carmo, p.84). Mais recentemente e na mesma perspectiva, Ezequiel Ander-Egg (1980, cit. por Carmo, 2007, p.84) caracteriza o DC como “*uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação activa e democrática*

da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida”.

Canário (1999, p.65) também refere que o **Desenvolvimento Local** (Desenvolvimento Comunitário à escala local, segundo Rothman, 1995) “*remete para dois conceitos fundamentais: os conceitos de participação e de endogeneidade*”. A **participação** refere-se à tomada de decisões e concretização das mesmas e à avaliação dos resultados por parte dos actores locais, sendo esta participação que permite transformar o processo de desenvolvimento num trabalho que uma comunidade realiza sobre si própria, aprendendo a conhecer-se, a conhecer a realidade e a transformá-la. O conceito de **endogeneidade**, refere-se “*ao modo como são identificados e mobilizados, no quadro de processos de desenvolvimento, os recursos locais. Como os recursos locais mais importantes e decisivos são sempre as pessoas, a endogeneidade aparece como indissociável da participação*”. (*idem*, pp. 65-66).

Contudo, como refere este autor, o discurso mais comum sobre as dificuldades das regiões “problemáticas” é centrado sobre as carências, ao invés da valorização dos recursos locais. Como tal, a “*passagem de uma leitura “pela negativa” a uma leitura “pela positiva” representa o primeiro e indispensável passo para instituir um processo de desenvolvimento endógeno, baseado na optimização e recombinação dos recursos locais, em particular dos recursos humanos*” (*idem*, p.66).

À luz destas considerações, poder-se-ão ver os **processos de desenvolvimento local como processos educativos**, centralizados nos processos de aprendizagem, valorizando todo o edifício de conhecimentos construído ao longo da vida, promovendo a participação de todos os intervenientes na resolução dos problemas locais. Assim se farão brotar dinâmicas locais, educativas e de desenvolvimento, cujo carácter endógeno se concretiza pelas características seguintes:

- “Primazia do particular e do específico: o desenvolvimento define-se como um processo múltiplo que vem “de baixo”, não resultando de políticas centralizadas uniformes. O processo de desenvolvimento baseia-se na acção dos actores locais e na valorização dos recursos das colectividades locais.
- Predominância da acção e da auto-organização dos actores locais: os actores locais são mais importantes do que os instrumentos e as políticas. Os actores auto-organizam-se em torno de iniciativas e empreendimentos e projectos comuns ou convergentes.
- Tónica na valorização dos recursos qualitativos locais: estímulo prioritário à qualificação profissional, à investigação e à inovação. Enfatização das relações interactivas (redes, comunicações, informações).
- Perspectiva do desenvolvimento como um processo participado e negociado: Transferência de poder do nível central para os níveis local e regional. Criação de hábitos e práticas de parceria, ou seja de cooperação contratual entre os parceiros locais, em torno de projectos comuns” (Nóvoa *et al*, 1992, cit. por Canário, 1999, pp. 66-67).

## 2.2. Intervenção Comunitária

Jack Rothman (1995), citado por Carmo (2007, p.90), sugeriu três modelos de intervenção comunitária, nomeadamente:

- “Modelo de **Desenvolvimento Local**, caracterizado por uma intervenção muito localizada (perspectiva *microsocial*), orientada para o processo de criação de grupos de auto-ajuda em que o interventor assume um papel facilitador com uma forte componente sócio-educativa;
- Modelo de **Planeamento Social** caracterizado por uma intervenção de componente *meso* e *macro* mais evidente, voltada para a resolução de problemas concretos, (orientação para o resultado) em que o interventor assume um papel de gestor de programas sociais;
- Modelo de **Acção Social** caracterizado por uma intervenção de perspectiva integrada (*macro, meso, micro*), orientada para a alteração dos sistemas de Poder em presença em que o interventor assume um papel de activista, advogado do sistema-cliente e negociador, aproximando-se da figura do militante”.

Sendo que a tendência actual, no âmbito do estilo de intervenção (tipologia de Rothman), como sublinha Carmo (2007) é a dominância dos modelos de *Desenvolvimento Local* e de *Planeamento Social* em detrimento do modelo de *Acção Social*. O autor salienta ainda que os projectos de DC tendem actualmente para seguintes temáticas:

- “aspectos teóricos, metodológicos e políticos
- aspectos relacionados com a saúde comunitária
- questão relativa às minorias
- trabalho com crianças e jovens
- apoio à família (*idem*, pp.103-104)”

Carmo (2007, p.192), no âmbito da metodologia da intervenção comunitária, sugere a aplicação da **abordagem sistémica** como sendo uma ferramenta útil para análise e intervenção nas comunidades. Esta abordagem “*parte da constatação que o Universo é constituído não por unidades singulares mas por sistemas, isto é por conjuntos de elementos em interacção*”. Este procedimento metodológico permite “*descrever os aspectos mais relevantes de uma dada realidade, seleccionando a informação mais relevante e eliminando os elementos de sobre-informação*” (*idem*, p.192). Uma dada comunidade considerada como um sistema permite formular um conjunto de interrogações básicas que “*podem servir de guia para formular um diagnóstico acerca da sua actual situação, que posteriormente servirá de fundamento ao programa de actuação*” (*idem*, pp. 192-193). Numa primeira aproximação ao trabalho comunitário, o autor identifica três conjuntos de perguntas relacionadas com:

- o **ambiente externo** (sistema contextual ou *macrossistema*) - interessa saber os aspectos do meio exterior que condicionam a vida da comunidade em causa, ou no sentido do seu desenvolvimento (oportunidades) ou do seu atraso (ameaças);
- o **ambiente interno** (o interior da comunidade como sistema) - é importante colher informações sobre o modo como responde aos inputs do macrossistema, ao modo como está organizado o sistema de poder e liderança, (estrutura formal e informal), os padrões de comunicação entre os residentes e entre estes e o exterior (*rede comunicacional*) e os principais valores e comportamentos partilhados pelas pessoas que vivem nessa comunidade (*cultura*).
- os **outputs** da comunidade face ao macrossistema (*saídas*) - o que é que os seus habitantes produzem para a própria comunidade e para o exterior (*bens e serviços*)? Que expectativas tem a população sobre o seu futuro individual e colectivo (*imagens de futuro*)?

Numa segunda aproximação o autor identifica os **inputs** (*entradas*) relevantes da comunidade. Estes “*podem ser agrupados sob a forma de exigências que o ambiente externo faz à comunidade (ex: solicitações de produção económica ou cultural, procura de mão-de-obra) e de recursos (investimentos financeiras, quadros técnicos, equipamentos)*” (*idem*, p.194). Numa terceira aproximação, o autor salienta que interessa saber **com que rapidez e com que qualidade responde a comunidade às exigências**.

Uma vez seleccionada informação relevante sobre uma dada comunidade onde se pretende intervir, o autor refere que se está em condições de realizar uma reflexão mais aprofundada sobre vários procedimentos que integram a **metodologia de intervenção**. De um modo geral podem distinguir-se quatro fases em qualquer projecto de desenvolvimento comunitário, nomeadamente: **o estudo e diagnóstico, o planeamento, a execução do plano e a avaliação final**. Dá-se especial atenção à avaliação de programas no capítulo seguinte, dado ser o enfoque da pesquisa em questão.

### **2.2.1. Avaliação de Projectos Sociais**

De acordo com Carmo (2007, p.211) a **avaliação de programas** deve ser considerada uma ferramenta para monitorar a execução de um dado plano e não apenas a sua etapa final. No entanto, sempre que um projecto termina deve ser realizado um balanço geral (avaliação final) sobre a acção desenvolvida. Esta tarefa deve responder a quatro questões:

- “qual foi a **eficácia absoluta do projecto**, ou, dito de outro modo, será que os resultados obtidos estão de acordo com os objectivos planeados?”
- qual a **eficácia relativa do projecto**, ou seja, como comparar a eficácia deste projecto com a eficácia de projectos análogos realizados noutras alturas e noutros lugares?”
- qual a **eficiência absoluta do projecto**, isto é, qual a relação entre os resultados obtidos e os recursos que foram afectados para atingir esses resultados (relação entre custos e benefícios)
- qual a **eficiência relativa do projecto**, ou seja, como comparar a eficiência deste projecto com a eficiência de projectos análogos realizados noutras alturas e noutros lugares?”

Segundo Capucha, Almeida, Pedroso e Silva (1996) a avaliação visa deliberadamente colocar questões e problemas relativos à concepção, às formas de tomada de decisão, à execução e aos efeitos de programas, políticas, projectos e investimentos. Recorre-se “*de sistemas de reflexão crítica a partir de informações recolhidas no decurso do acompanhamento ou após a conclusão desses dispositivos, de modo a permitir que as pessoas e as instituições envolvidas julguem o seu trabalho e aprendam com os julgamentos feitos*” (p.9). Os “*diferentes processos de avaliação produzem diferentes resultados, conhecimentos e aprendizagens*” (*idem*, p.11). Contudo, os autores salientam que é possível distinguir um conjunto de contributos mais frequentes, nomeadamente:

- “Melhoria do auto-conhecimento das instituições, da forma como funcionam, como se aproximam ou afastam dos seus objectivos, como utilizam os recursos, que oportunidades de desenvolvimento estratégico possuem;
- Melhoria da condução e gestão de dispositivos, programas e projectos, com afinação dos mecanismos de auto-correcção;
- Produção de informações sistematizadas que constituem memória das instituições e dos dispositivos de intervenção e meio de reprodução dos aspectos inovadores;
- Melhoria dos processos de tomada de decisão, de definição de prioridades e de gestão estratégica;
- Identificação das variáveis mais facilmente alteráveis e das de mais difícil manipulação;
- Melhoria dos mecanismos de difusão da informação, de promoção da participação e de negociação nos processos de mudança;
- Formação de actores no domínio do julgamento de ideias, actividades e resultados (o da auto-avaliação ou das capacidades reflexivas) e no domínio dos desempenhos profissionais (capacidades técnicas, sociais e relacionais);
- Prestação de contas e apuramento de resultados das actividades, desempenhos e projectos;
- Teste e afinação de teorias, conceitos, metodologias e conhecimentos sobre determinados assuntos, através da respectiva devolução aos agentes referidos” (Capucha *et al.*, 1996, p.11).

Quanto às **modalidades de avaliação** os autores referem que estas variam de acordo com os critérios utilizados. São eles a dimensão dos objectos (1), os intervenientes (2), a natureza dos objectos (3), o âmbito de incidência (4), os destinatários (5), as metodologias (6) e os produtos (7). Examinando resumidamente cada um deles tem-se:

1. **Dimensão dos objectos** - a avaliação pode exercer-se sobre, ou desenvolver-se no seio de pequenos projectos, empresas ou organizações, programas regionais, programas nacionais ou transnacionais.
2. **Intervenientes** – conforme os papéis dos avaliadores no processo de avaliação distinguem-se a auto-avaliação ou avaliação interna, a avaliação externa e as formas mistas de avaliação:
  - **Avaliação interna ou auto-avaliação** – os intervenientes nas actividades fazem a sua própria avaliação. Pode englobar para além dos técnicos responsáveis pela execução, os gestores, os decisores e os destinatários. O processo de avaliação tem como principais requisitos *“a disponibilidade, a implicação, a recolha sistemática de dados no decurso da acção, o trabalho reflexivo continuado e permanente, e a definição de objectivos de intervenção claros e concretos”* (Capucha et al., 1996, p.13). A auto-avaliação apresenta alguns riscos, como sejam: a avaliação pode confundir-se com a intervenção e tornar-se auto-justificação de processo, dado o acentuado envolvimento dos intervenientes; dificuldade de envolver técnicos, parceiros e destinatários da intervenção; dificuldade de afirmação da autoridade do avaliador face aos responsáveis. Quanto às principais vantagens salienta-se a *“facilidade com que as aprendizagens e os contributos se incorporam nos agentes, o volume de informação produzida e tornada disponível e a facilidade em controlar a responsabilidade do avaliador face aos resultados e consequências da avaliação”* (idem, p.13).
  - **Avaliação externa** - os avaliadores ficam colocados fora da organização responsável pela intervenção. A competência técnica e científica dos avaliadores, bem como a sua disponibilidade para se colocarem na perspectiva dos diversos intervenientes nas actividades, são os dois principais requisitos apontados. Quanto às vantagens e desvantagens da avaliação externa são, globalmente, as inversas da auto-avaliação, ou seja *“o que se perde em riqueza da informação disponível e em interiorização do processo avaliativo e seus resultados, ganha-se em distanciação crítica, em autoridade, em rigor técnico-metodológico e em distinção entre objectivos de intervenção e objectivos de avaliação”* (idem, p.13).
  - **Sistemas mistos, também chamados “avaliação interactiva”** - os avaliadores *“pertencem a organizações diferentes das que conduzem a intervenção, mas colocam-se em posição de estreita articulação com elas, com base em protocolos que asseguram a participação e cooperação no processo avaliativo”* (idem, p.14).
3. **Natureza dos objectos** - as estratégias de avaliação distinguem-se em função do momento das intervenções sobre as quais incide o esforço avaliativo. Distinguem-se a avaliação:

*ex-ante, on-going, ex-post:*

- **Avaliação prévia (ou “ex-ante”)** - questiona as intervenções na fase de concepção e planeamento. Visa-se principalmente conhecer a pertinência das intervenções, bem como a coerência interna entre os objectivos, as acções e os meios planeados, e a coerência externa em relação a programas ou sistemas políticos com os quais existem articulações ou interferências mútuas.
- **Avaliação de acompanhamento (ou “on-going”)** - incide sobre o processo interventivo. Está particularmente bem adaptada aos objectivos da gestão estratégica, na medida em que visa a auto-correcção permanente do processo de intervenção, no sentido de melhorar a eficácia e eficiência, bem como a adesão dos agentes.
- **Avaliação sumativa (de impacte ou “ex-post”)** - dirige-se aos resultados após terminada a intervenção. Embora possa ser utilizada com outros objectivos, é particularmente bem adaptada à produção de informação sobre os resultados das actividades, em termos de eficácia e eficiência.

No entanto estas três modalidades de avaliação não se excluem mutuamente, bem como não deverão obrigatoriamente ter a ordem cronológica apresentada. Assim, poder-se-á proceder a uma avaliação de impacte que implique a combinação da avaliação prévia (incluindo o diagnóstico da situação de partida) com a análise dos resultados finais (“*ex-ante*” + “*ex-post*”), visando assim caracterizar os efeitos líquidos, desejados e não desejados, directos e indirectos, do processo de intervenção, através da comparação das situações de partida e de chegada e da determinação dos factores que efectivamente produziram as mudanças verificadas. Pode-se ainda proceder a uma conjugação dos modelos de avaliação prévia, de acompanhamento e sumativa (avaliação dita *inter-activa*), combinando o questionamento simultâneo do planeamento, dos processos e dos impactes no decurso da própria intervenção.

**4. Âmbito de incidência** - as modalidades de avaliação distinguem-se em função da sua incidência: desempenho/resultados, processo, sistémica e processual, prospectiva.

- **Desempenho/resultados** - a avaliação incide sobre o desempenho (ou “*performance*”) dos intervenientes, quer dizer, sobre a sua capacidade de produzir efeitos de mudança. As variáveis principais são as que permitem medir níveis de cumprimento dos objectivos (eficácia) e algumas vezes também a eficiência na utilização dos meios.
- **Processo** - a avaliação inclui a organização e gestão das actividades, a coerência entre objectivos, actividades, acções e meios e a diversidade dos resultados.
- **Sistémica e processual** - acrescenta à avaliação de processo a incidência sobre os próprios

objectivos e sua pertinência e sobre a articulação com outros programas.

- **Prospectiva** – a estratégia de avaliação incide sobre a análise *prospectiva* de cenários de evolução dos efeitos das intervenções e identificação e modelização das *inovações* passíveis de reprodução alargada.
- 5. Destinatários** – a avaliação pode destinar-se aos intervenientes (técnicos), aos dirigentes, às instituições financiadoras, às populações destinatárias, aos públicos difusos (a opinião pública ou a comunicação social, por exemplo) ou a potenciais (como agentes ligados a futuros programas). Os destinatários principais “*influenciam os objectivos, as incidências e o próprio estilo de avaliação e da apresentação dos seus resultados*” (Capucha *et al.*, 1996, p.17).
- 6. Métodos** – os sistemas de avaliação adoptam normalmente estratégias compostas, complexas e plurimetodológicas. Usam-se na avaliação dados descritivos e/ou dados avaliativos, indicadores de realização física e financeira e/ou indicadores de processo e impacte, variáveis quantitativas e/ou variáveis qualitativas, análises extensivas e/ou análises intensivas e estudos de caso, construção de modelos e/ou tipologias. Os meios técnicos da avaliação abrangem de igual forma uma grande diversidade de instrumentos e suportes de recolha e tratamento de informação, de que se destacam a análise documental, as entrevistas exploratórias, dirigidas e de aprofundamento, os painéis de actores, as visitas e observação directa, os diários de actividade, os questionários e a análise de fontes estatísticas e dados administrativos. As estratégias metodológicas variam entre as avaliações mais *pontuais* ou localizadas em pequenos períodos de tempo, até às *análises comparativas*, a análise *prospectiva*, aos *estudos longitudinais*, à utilização de *painéis de observação*, às *metodologias experimentais*, entre outras.
- 7. Produtos** – os sistemas de avaliação permitem obter diversos produtos, sendo os mais frequentes: relatórios de progresso e relatórios finais de avaliação, sessões de formação e de informação, reuniões de debate (como seminários, “workshops”, colóquios, congressos, etc.), actas e registos de documentos, bases de dados e publicações diversas.

Como salientam Capucha *et al.* (1996, p.18) as combinações permitidas entre as diversas modalidades de avaliação “*são em número teoricamente exorbitante*”. Contudo, os autores salientam que se verificam em Portugal “*modelos mais ou menos estabilizados e institucionalizados pela experiência prática acumulada*” (*idem*, p.19). É exemplo disso a investigação sociológica que Alves, Martins e Cheta (2007) realizaram acerca do programa Rede Social, pois possibilitou-lhes construir uma proposta de um **modelo de avaliação de projectos** (ver quadro 27, anexo 1) “*cuja estrutura é facilmente adaptada e ajustável às várias redes*



*sociais do país (...)*” (*idem*, p.139). Considera-se este modelo como bom exemplo de um adequado sistema de avaliação para projectos em parceria que possibilita diversas combinações das modalidades de avaliação referidas anteriormente e que facilita a compreensão dos modelos, dos processos, das dinâmicas e dos impactes da intervenção. Segundo os autores a principal vantagem do modelo em questão:

“reside na possibilidade de, recorrendo a um conjunto de mecanismos e procedimentos administrativos de raiz científica, ir construindo uma bateria de dados e informações com utilidade para as redes sociais, bastando para tal ir modificando o sistema de variáveis e indicadores, em função das etapas e dos objectivos que se pretendem avaliar no âmbito de cada rede social em particular” (Alves *et al.*, 2007, p.145).

No contexto dos projectos em parceria dá-se especial atenção, no capítulo a seguir, ao *Trabalho em Parceria*, um importante instrumento de intervenção comunitária.

### 2.2.2. Trabalho em Parceria

Como salienta Carmo (2007), o processo de transformação das sociedades contemporâneas e da portuguesa em particular, “*resultante do choque civilizacional da sociedade agrícola tradicional, com as sociedades industrial e de informação*” (pp.211-212), produziu efeitos significativos sobre as pessoas e as famílias, reduzindo drasticamente o *capital social*<sup>4</sup>, o que se traduziu em níveis de confiança e de cooperação bastante baixos. Neste contexto, qualquer projecto de intervenção comunitária “*deve procurar dar consistência à sociedade civil, particularmente ao terceiro sector, a fim de fortalecer a rede social de apoio das pessoas e das famílias*” (*idem*, p.212).

Ao mesmo tempo é importante lembrar, como sublinha o autor, que a intervenção social local tende a dispersar os recursos em actividades muito diversificadas, situação que “*tem como efeitos encontrarmos na mesma zona diversos serviços a oferecerem o mesmo tipo de resposta, às vezes aos mesmos utentes enquanto, diversos cidadãos, que carecem de cuidados específicos, não os encontram*” (p. 219). Tendo em conta esta situação, parece ser lógico que as instituições “*se devem concentrar naquilo que fazem (ou podem fazer) bem, e não se devem dispersar por actividades múltiplas, muitas vezes com elevados custos e eficácia duvidosa*” (p.219).

Em suma, a diversificação da oferta em matéria de intervenção social “*deve ser feita não tanto pela criação de múltiplas valências na mesma instituição, mas pela articulação em parcerias*

<sup>4</sup> *Capital social* – pode ser definido como um conjunto de valores informais ou normas partilhadas pelos membros de um grupo que permite a cooperação entre essas pessoas (Fukuyama, 2000, cit. por Carmo, 2007, p. 212).

*sólidas entre instituições especializadas*” (p.220). Como refere o autor, pela análise de diversos textos de doutrina social contemporânea parece “*ser consensual a tese de que para a qualificação das respostas aos problemas sociais contemporâneos é indispensável uma articulação complexa de recursos, sob a forma de uma organização em rede na qual os actores (indivíduos e organizações) se assumem como parceiros*” (Carmo, 2007, p.221):

- “o primeiro actor é o **cidadão-cliente**, que deixa de ser considerado mero objecto de intervenção para ser desafiado a assumir o protagonismo de parceiro, de sujeito da sua história;
- o **voluntário**, individualmente considerado ou organizado em ONGs, deixa de ser considerado como mero instrumento de intervenção social, para assumir também ele o papel de parceiro nos projectos, com direito a acompanhamento e formação;
- as **agências públicas** de segurança social, saúde, educação, emprego e formação profissional deixam de trabalhar de costas voltadas, uma vez que a integração de respostas é condição estratégica de eficácia e de eficiência;
- os **serviços de segurança** (PSP, GNR, assumem neste modelo um particular relevo, não só como garantes da integridade física de todos e particularmente dos mais frágeis, mas também por se assumirem como efectivos parceiros na reconstrução do capital de confiança indispensável à construção da paz social;
- finalmente as **autarquias**, com a sua visão holística local, assumem um papel decisivo no fomento e no apoio das redes de recursos” (*idem*, p.221).

Sendo a Parceria um instrumento de intervenção comunitária eficaz e eficiente para resolver certo tipo de problemas, segundo o autor, tem todavia exigências que decorrem da sua natureza.

Começando por observar o significado da palavra no dicionário - *conjunto de parceiros* (in Carmo, 2007, p.222), tem-se:

- “O termo **conjunto** sublinha a natureza colectiva do conceito, o que já nos fornece uma primeira pista sobre as condições de funcionamento: só é possível existir uma parceria quando há um conjunto de actores sociais (pessoas, grupos, organizações, ...) que trabalham para um dado fim.
- Por seu turno o termo **parceiro** significa *aquele que participa em..., que compartilha de..., o que apela para um tipo de relação horizontal. Os parceiros não têm uma relação hierárquica, são pares*”.

Neste sentido, identificam-se **quatro tipos de exigências no trabalho em parceria**, segundo o mesmo autor:

- obriga cada actor (indivíduo, grupo ou organização) a um esforço de humildade que o leve a controlar o inevitável narcisismo, para se pôr ao serviço do bem comum;
- exige um estilo democrático de orientação (decisões participadas, tomadas por decisores legitimados pela parceria e respeitadas), que demora tempo a aprender. Para que o processo

de decisão decorra desta forma é indispensável comunicar melhor (ler, escrever, falar e escutar), individualmente e em grupo;

- exige criar e respeitar um conjunto de regras que dêem coesão à rede. É fundamental que as organizações parceiras viabilizem *de facto* e não apenas *de jure* o funcionamento da parceria sob pena de quebrarem a sua coesão interna;
- exige maturidade emocional por parte das pessoas intervenientes (saber lidar com as emoções próprias e com as dos outros). É necessário saber mobilizar vontades para atingir os objectivos colectivos, ultrapassando narcisismos e idiosincrasias pessoais e institucionais.

Se forem respeitadas estas exigências, “*o trabalho social com as populações locais subirá a um patamar superior de qualidade*” (Carmo, 2007, p. 223), não apenas por se responder de forma funcional e articulada às necessidades reais da população-cliente, mas também por ser possível trabalhar de forma participada, estreitando laços-inter-pessoais e aumentando o *capital social*.

Neste contexto, as diversas instituições da sociedade civil são decisivas, particularmente do terceiro sector<sup>5</sup>, pelo seu papel no quadro da intervenção social, como é o caso da integração social dos imigrantes. É de salientar que:

“Nos nossos dias, a designação de «sociedade civil» tem vindo a ser utilizada no seu uso corrente como quase equivalente à definição de «Terceiro Sector»: uma rede de organizações civis, resultantes do esforço e vontade de associação voluntária dos cidadãos, distintas tanto das instituições coercivas do Estado (...), como das instituições lucrativas do mercado, mobilizando os cidadãos para causas públicas e promovendo pela sua acção a estabilidade e efectividade das democracias” (Monteiro, 2004, p. 150).

Segundo Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000, p.67), é sobretudo a partir de meados da década de 90, com a alteração da política europeia, visando políticas sociais de combate à exclusão e de promoção da igualdade de oportunidades, que se passa “*de uma situação em que estado e sociedade civil trabalhavam de «costas voltadas» para um estatuto, reconhecido por todas as esferas do poder, em que as associações são consideradas actores privilegiados na intervenção junto dos grupos com dificuldades de inserção*”. Tendo em conta a diversidade de instituições da sociedade civil cuja intervenção é dirigida à promoção da integração das comunidades imigrantes não é de surpreender que existam dificuldades em construir e reforçar redes, uma vez que cada estrutura perspectiva objectivos específicos, nem sempre se conseguindo estabelecer consensos e prioridades comuns. Contudo, como salienta Albuquerque

---

<sup>5</sup> **Instituições do 3.º Sector em Portugal:** Associações Sindicais, Associações de Defesa do Ambiente, IPSS, as Fundações de Solidariedade Social, os Centros Sociais Paroquiais, as Misericórdias, entre outras organizações.

(2002), apesar dos obstáculos que possam surgir no trabalho inter-associativo, esta mesma pluralidade não mais permite a intervenção de uma associação isolada do movimento no qual está inserida. Só um investimento de longo prazo na cooperação e na concertação entre as diversas associações da sociedade civil permitirá aumentar, a favor dos imigrantes, a capacidade argumentativa de negociação com o estado e de o pressionar para a efectivação de políticas de igualdade.

### 2.3. Relação entre Desenvolvimento e Educação/Formação

Actualmente encara-se o desenvolvimento e todos os processos de mudança como sendo fruto de um processo de auto-educação. São vários os autores que reclamam novos olhares, metodologias e práticas sobre a formação dos adultos. Entenda-se por **formação**:

“acção educativa global. Trata-se de uma globalização a diferentes níveis. A formação não se cinge a uma acção educativa isolada do contexto em que se insere, arrumada a um canto da totalidade da vida dos que se formam, do processo social global em que participam e do conjunto de relações sociais que implica, ou apenas sobre um dos aspectos da actividade profissional ignorando os outros. A formação assume-se como um pensar e construir a vida de maneira global, permitindo a cada um mobilizar o seu potencial, assegurando a sua unidade” (Amiguiño, 1992, p.38).

Como salienta Canário (1999) para estes especialistas o combate à formação de carácter instrumentalista e técnica passa pela *Intervenção Comunitária* e o *Desenvolvimento Local*, processos caracterizados pela participação social. Os projectos criados à luz deste enquadramento tendem a devolver as possibilidades de uma formação mais intencionalmente transformadora e geradora de mudanças pessoais e sociais, por decorrerem da experiência e do trabalho dos adultos (aprendizagens informais). Simultaneamente, estes projectos de intervenção e de mudança tendem a capacitar os participantes para analisar o seu presente e decidir o seu futuro, mobilizando recursos e potencialidades, para superar problemas e dificuldades.

Carmo (2007) também lembra que, há bem poucos anos, considerava-se que os conhecimentos acumulados na primeira parte da vida de um indivíduo (formação inicial) “constituíam património cognitivo suficiente para o desempenho dos vários papéis que ele iria ter ao longo da sua vida” (*idem*, p.231). Contudo, hoje a situação alterou-se drasticamente. Resultante da força conjugada, do aumento da esperança média de vida das populações e da redução drástica do ciclo de vida do Conhecimento (Knowles, 1980, cit. por Carmo, 2007, p.231), a formação inicial perdeu peso relativo, circunscrevendo-se à aprendizagem básica de conhecimentos, técnicas e atitudes, susceptíveis de virem alicerçar a aprendizagem ao longo do

resto do ciclo de vida. Em consequência do alargamento da formação contínua, da escolaridade obrigatória, das taxas de cobertura dos ensinos secundário e terciário e à generalização da ideia de que a educação não se deve circunscrever apenas às camadas infanto-juvenis mas estender-se aos infantis pré-escolares e a toda a população adulta, activa ou não, “*tem contribuído para pressionar os sistemas educativos com uma sobrecarga de exigências a que estes não têm conseguido dar resposta*” (Carmo, 2007, p.232). O trabalho comunitário é, segundo o autor, um contributo fundamental para resolver problemas de absentismo, insucesso e abandono, bem como para enfrentar novos desafios como a educação intercultural.

Com o aumento de pressão social sobre os sistemas educativos e com a abertura destes a todos os segmentos sociais, tornou-se regra dominante a coexistência de diversas culturas num mesmo espaço. A corrente da **educação intercultural** “*assume que a crescente diversidade étnica, linguística, de género, de estatuto social e de capacidade de aprendizagem, deve ser considerada não só como problema mas também (e sobretudo) como recurso educativo*” (idem, p.241). Como salienta Mendes e Rocha-Trindade (1996, p.30), a “*implementação de uma pedagogia intercultural surge como um meio privilegiado de garantir a comunicação entre as culturas e os grupos em presença e a interacção das suas experiências e saberes*”. Souza (in Canário, 2007, p.37) também refere que a diversidade cultural pode possibilitar um diálogo entre as culturas (interculturalidade) na construção de uma educação não-escolar, mas também escolar, com as camadas populares, de forma a responder aos desafios da sociedade actual. A parceria escola/comunidade é um exemplo de como se “*pode organizar programas de desenvolvimento das competências cognitivas, emocionais, éticas e práticas, que permitam melhorar substancialmente o bem-estar da escola e da comunidade em geral, olhando o Outro não como uma ameaça mas como uma Oportunidade de crescimento em Paz*” (Carmo, 2007, p.242). Desta forma, contribui-se “*para a construção da multiculturalidade, característica fundamental, numa sociedade democrática*” (Souza, 2002, in Canário, 2007, p.74).

Os grupos de adultos em situação de exclusão social (famílias em situação de pobreza absoluta, os imigrantes e minorias étnicas excluídas, os sem abrigo, os desempregados e os reclusos e ex-reclusos) são particularmente vulneráveis a todo o género de exploração, em virtude das características que os identificam como física, cultural e juridicamente diferentes. Segundo Carmo (2007), a intervenção comunitária necessária passa pelo desenvolvimento de programas de educação intercultural, pela necessidade de se ter em conta o bilinguismo e “*pela indispensabilidade de integrar nesses programas estratégias claras de prevenção do racismo e da xenofobia*” (p.253).

Como refere Silvestre (2003, p.181), ao consciencializar os indivíduos “*convidando-os a (des)envolverem-se nos projectos e a intervirem no levantamento e na resolução de problemas, necessidades e aspirações quer pessoais quer das suas comunidades*”, está-se a dar rosto às vertentes do desenvolvimento (desenvolvimento pessoal, local e ou comunitário) e a colmatar desigualdades sociais e disparidades regionais.

É neste contexto que se evidencia a **Educação/Formação Comunitária (E/FC)**, pois, como sublinha o autor, “*isto só é possível através da educação/formação que neste contexto, terá de ser comunitária, tendo por finalidade fazer do desenvolvimento um meio e um instrumento ao serviço dessa educação/formação*” (*idem*, p.181).

Segundo Dias (1997 cit. por Silvestre, 2003, p.182), é “*preciso que essa E/F seja feita por todos, com todos e para todos*” respeitando as culturas, os saberes e as experiências das pessoas e as características próprias das comunidades/regiões/localidades.

Conforme afirma o mesmo autor,

“a educação [/formação] comunitária envolve assim um novo conceito de educação [/formação] que ultrapassa a escola nova, a educação [/formação] de adultos, e constitui a fórmula perfeita de educação [formação] permanente na medida em que é centrada não propriamente sobre o indivíduo, as suas diferenças, interesses, criatividade e realização pessoal, mas directamente sobre a comunidade, e sobre as diferenças, interesses e criatividade individuais, como factores de participação na tarefa comum” (*idem*, p.182).

Ao invés do conceito de Educação/Formação Permanente (E/FP) que se centra no indivíduo, a E/FC centra-se no grupo (comunidade). Para Silvestre (2003, p.183), será a dinâmica educativa/formativa resultante das relações das pessoas que constituem a comunidade e das suas interações “*que traduzirá a educação/formação comunitária de cada comunidade e o seu índice de desenvolvimento comunitário*”. Segundo o autor, esta E/FC pela interação que gera, para além de ajudar a cobrir e a consciencializar as necessidades, interesses e aspirações da comunidade, deve dotá-la de um “*poder que engendre capacidades e competências democráticas de intervenção, decisão, promoção, organização, formação, avaliação, autonomização, emancipação, libertação*” (p.184) que lhe permita implementar os seus projectos (*empowerment*).

O processo de progressivo fortalecimento individual e colectivo, como salienta Carmo (2007), remete para um dos conceitos actualmente muito utilizados: o **empowerment**. Surgido em finais da década de 70 nos Estados Unidos, está associado “*habitualmente à intervenção social com grupos populacionais particularmente vulneráveis (mulheres, minorias étnicas,*

*infectados com HIV, outros doentes, desempregados)*” (*idem*, p.168). De acordo com Carla Pinto (1998) citada por Carmo (2007, p.168) o *empowerment* é um:

“processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder - psicológico, sócio-cultural, político e económico - que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania”.

Nesta perspectiva, e de acordo com Canário (1999, p.64), a **relação entre a educação/formação e o desenvolvimento**,

“tende a deixar de ser encarada como uma relação de causalidade linear, em que a qualificação (por via escolar) de recursos humanos constituiria um requisito prévio, necessário suficiente, para desencadear processos de desenvolvimento [local, comunitário, pessoal]. Este tende a ser encarado não como o produto de um acréscimo de escolarização, mas sim como o resultado da implicação na acção por parte dos interessados no processo de desenvolvimento que, assim, se constitui como uma aprendizagem colectiva em que a transformação social é concomitante com a mudança de representações (visão do mundo) e de comportamentos (modo de agir no mundo), quer ao nível individual, quer ao nível colectivo”.

Neste sentido “*é importante sublinhar que não há desenvolvimento [local, comunitário, pessoal] sem que as colectividades locais manifestem a vontade de assumir o seu próprio futuro*” (Nóvoa *et al.*, 1992, cit. por Silvestre, 2003, p.185).

De acordo com Silvestre (2003) a **educação não escolar** ou **educação não formal** é uma das modalidades educativas/formativas por excelência que **pode colaborar com a E/FC**. A “*primazia da maior parte das actividades a desenvolver numa perspectiva de E/FC terá que ser não formal, informal, contextualizada e em parceria com o leque mais alargado possível de instituições (...)*” (*idem*, p.185).

Concordando-se com Silvestre (2003, p.189) a crise que se vive por todo o mundo na “*educação/formação em geral, leva-nos a pensar que a educação/formação de adultos e idosos, entendida numa perspectiva de educação/formação permanente e educação/formação comunitária*”, pode contribuir para a resolução dessa crise.

## CAPÍTULO II – METODOLOGIA

### 1. Objecto de Estudo

O projecto *Gente Acolhedora* (GA), um trabalho em parceria de acolhimento e integração de imigrantes, que decorreu no período de 2004 a 2009, constitui o objecto de estudo e referência permanente ao longo da pesquisa por ser pioneiro no distrito de Portalegre e pela sua representatividade junto da população imigrante a residir nesta região. De acordo com as estatísticas do SEF, terão estado em média neste distrito 2500 imigrantes em situação legal, por ano, no período em questão. A acrescentar a estes dados, encontram-se um número indeterminado de imigrantes ilegais. Para além da população imigrante, o projecto visa ainda as organizações e seus profissionais, bem como a comunidade local.

Os imigrantes tornaram-se uma realidade incontornável no país e, em particular, no Alentejo, do ponto de vista humano, social e económico. Poder-se-á encarar este fenómeno de duas formas: entendê-lo como um problema, ou perceber que se trata de uma nova oportunidade para tentar resolver uma preocupação actual: o despovoamento do Alentejo/ envelhecimento da sua população. Foi com base nas preocupações sociais face aos problemas dos imigrantes na região de Portalegre, bem como na possibilidade de resolver aquela preocupação que seis entidades locais - a *União dos Sindicatos do Norte Alentejano* (USNA), a *Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco* (CDPCB), a *Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide* (SCMCV), a *Associação Gente de Avis*, e os *Municípios de Alter do Chão* e de *Nisa* – iniciaram um trabalho em parceria (parceria de desenvolvimento nacional) para construir um modelo de acolhimento para os imigrantes em 5 concelhos do distrito Portalegre. Este projecto de intervenção social foi apoiado pelo PIC-EQUAL “de igual para igual”<sup>6</sup> e envolveu ainda uma parceria de desenvolvimento transnacional entre Portugal, Espanha, França e Eslováquia.



Figura 1 – Símbolo do Projecto Gente Acolhedora.

<sup>6</sup>Criação da unidade de gestão do Programa de Iniciativa Comunitária (PIC) EQUAL - Desp. n.º 6063/2002, de 26 de Junho de 2001, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 66, de 19 de Março de 2002.

**A EQUAL é co-financiada pelo Fundo Social Europeu (FSE)** - O FSE ocupa-se das medidas de prevenção e de combate ao desemprego e de desenvolvimento de recursos humanos e promoção da igualdade de oportunidades para todos no acesso ao mercado de trabalho e na manutenção dos postos de trabalho. A EQUAL procura beneficiar prioritariamente as pessoas que são vítimas das principais formas de discriminação (ligadas ao sexo, à raça, à origem étnica, à religião ou às convicções, a deficiência, à idade, à orientação sexual) e de desigualdade (*Web site* da EQUAL “de igual para igual”).



## 2. Apresentação dos Métodos e Técnicas

Na primeira parte deste trabalho dedica-se atenção especial às considerações teóricas sobre vários temas, designadamente: a multiculturalidade/interculturalidade, o desenvolvimento comunitário e a intervenção comunitária, destacando-se o trabalho em parceria, a formação (de adultos) e a avaliação de projectos sociais.

O quadro teórico exposto anteriormente permite esboçar a questão fundamental a que o trabalho pretende dar resposta: *Como se avalia, em termos de eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade, o Projecto Gente Acolhedora junto dos seus destinatários (imigrantes e parceiros)?*

Fornece, ao mesmo tempo, as bases para formular o objectivo da investigação: **realizar uma avaliação externa sumativa (de impacte ou “ex-post”) para verificar os efeitos do projecto junto dos parceiros e dos imigrantes e como se caracterizam em termos da sua eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade, bem como caracterizar sumariamente a concepção, operacionalização e execução do GA** (por razões de clareza e pertinência analítica).

Assim, para a consecução destes objectivos, a pesquisa apoia-se no *Modelo de Avaliação de Projectos Sociais* proposto por Alves, Martins e Cheta (2007) (ver quadro 27, anexo 1) por se considerar flexível, possibilitando a aplicação e a compreensão de várias modalidades de avaliação (no projecto vertente a avaliação *sumativa*), como referido no quadro teórico deste trabalho. O modelo implica necessariamente a identificação de várias dimensões (concepção, operacionalização, execução e efeitos) e indicadores (quantitativos e/ou qualitativos). No mesmo sentido, Marino (2003, p.24) salienta que é necessário definir indicadores para avaliar projectos sociais, “isto é, critérios norteadores do sucesso do projeto”. Uma avaliação “*de impacto analisa os resultados dos efeitos de um projeto. Os indicadores devem determinar o grau de alcance dos fins últimos do projeto, constatando se foram produzidas mudanças na população-objetivo; em que direção; em que medida; por quê*” (ONU, 1984, cit. por Cohen & Franco, 2008, p.167). Os “*indicadores de impacto devem ser comparados em dois tempos diferentes (antes - linha de base e depois - linha final) (...)*” (Cohen & Franco, 2008, p.167).

A metodologia do projecto em questão combina estratégias de investigação (quantitativa + qualitativa). No momento da **recolha de dados**, como refere Marino (2003), o papel do avaliador é o de criar as condições e os meios para que as informações necessárias sejam levantadas. Os **métodos de recolha** estão divididos em dois grupos que obedecem à característica básica da informação: qualitativa ou quantitativa. Na **abordagem quantitativa**

todas as informações podem ser medidas numericamente. A **avaliação qualitativa** tem carácter descritivo e envolve percepções, experiências vivenciadas, opiniões, sentimentos e conhecimentos adquiridos pelos envolvidos no projecto. A **escolha do método** adequado para o levantamento de informações depende do que se pretende em cada momento. O autor sugere algumas questões que orientam a escolha do método: “*Que perguntas queremos responder? Quais os indicadores que nos mostram as respostas a essas perguntas? Esses indicadores exigem informações de carácter qualitativo, quantitativo ou a combinação dos dois?*” (*idem*, p. 65). Neste sentido, e porque a pesquisa em questão pretende responder a questões das duas naturezas, ela combina metodologias de carácter **a)** qualitativo e **b)** quantitativo, recorrendo-se a diversas técnicas de recolha de dados.

**a) Vertente qualitativa:**

- Análise documental de registos produzidos pela PD e de documentos de outras fontes;
- Entrevistas informais aos dirigentes e técnicos da PD (aquando da aplicação do questionário presencial) num total de 8 entrevistas, realizadas em Janeiro e Fevereiro de 2010;
- Entrevistas semi-directivas a imigrantes (ver guião, anexo 4 e entrevistas, anexo 5) num total de 6, com respectiva análise de conteúdo (ver quadros 35 e 36, anexo 6), realizadas em Maio e Junho de 2010.

**b) Vertente quantitativa:**

- Aplicação de um inquérito por questionário aos dirigentes e técnicos da PD (ver anexo 3) num total de 8 inquéritos (2 dirigentes e 6 técnicos).

Com efeito, a diversificação de registos de recolha de dados constitui uma garantia da possibilidade de **triangular** os dados das diferentes fontes (pessoas, instrumentos e documentos) e, assim, “*Observar de diferentes pontos de vista*” (Sousa, 2005, p.172), para obter: **a)** uma visão mais completa da realidade, e **b)** uma validação dos dados.

**a) Uma visão mais completa da realidade** - a estratégia combinada de investigação (quantitativa + qualitativa) é importante dada a complexidade da realidade social e, no caso vertente, de um objecto de estudo que é em si mesmo complexo. Como observam Minayo e Sanches (1993) - num artigo publicado no âmbito da Saúde Pública “Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?” - nenhuma das abordagens é boa, no sentido de ser suficiente para a compreensão completa da realidade (social). Segundo os autores, ambas são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada. “*Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, em tais circunstâncias, como complementares, sempre que o planeamento da investigação esteja em conformidade*” (*idem*, p.240). Consideram

que, “do ponto de vista metodológico, não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferente” (idem, p.247). Argumentam que a relação entre quantitativo e qualitativo, entre objectividade e subjectividade, se complementa na compreensão da realidade, isto é, as relações sociais podem ser analisadas nos seus aspectos mais “concretos” e aprofundadas nos seus significados mais essenciais. “Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa” (idem, p.247).

**b) Uma validação dos dados** - como referem Minayo e Sanches (1993) do ponto de vista epistemológico, “nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra” (p.247). Argumentam que:

“uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e “melhor”, ainda que prenda à manipulação sofisticada de instrumentos de análise, caso deforme ou desconheça aspectos importantes dos fenômenos ou processos sociais estudados. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade” (p.247).

Defendem que é necessário utilizar todo o arsenal de métodos e técnicas que ambas as abordagens desenvolveram para que fossem consideradas científicas. De acordo com Lessard-Hébert *et al.* (2008, p.65), os critérios científicos (objectividade, validade e fidelidade) “utilizados nas metodologias qualitativas recebem normalmente a mesma denominação que na investigação quantitativa”. É ao nível dos procedimentos que a aplicação destes critérios difere. Quanto à validade científica de uma pesquisa, segundo vários autores, a preocupação do investigador é procurar que os seus dados recolhidos possam ter valor de representação e que os fenómenos sejam identificados correctamente, pois a validade levanta o problema de saber se o investigador “observa realmente aquilo que pensa estar a observar” (Kirk e Miller, 1986, cit. por Lessard-Hébert *et al.*, 2008, p.69). Os mesmos autores distinguem na validade três tipos: a validade *aparente* (os dados surgem como evidentes), a validade *instrumental* (dois instrumentos produzem resultados semelhantes) e a validade *teórica* (a teoria confirma os factos). Como referem Lessard-Hébert *et al.* (2008), a determinação dos dados de uma investigação em ambas as abordagens “passa por uma fase de codificação que irá permitir a sistematização dos resultados e o seu tratamento ulterior” (p.70), sendo por isso este código e não os dados que posteriormente será analisado e tratado. Esta codificação levanta problemas de erro de interpretação. Van der Maren (1987, cit. por Lessard-Hébert *et al.*, 2008, p.71) sustenta que este problema é mais complexo no caso dos dados quantitativos, por serem os próprios inquiridos que, além de terem de compreender as instruções do instrumento de recolha construído pelo investigador, “devem codificar as suas próprias respostas, isto é, eles mesmos deverão reduzir

as particularidades da sua experiência para a fazer coincidir com as categorias de resposta que lhes são impostas pelos questionários, pelas escalas e pelos testes”. Ao invés, no que toca à investigação qualitativa, é sobre o investigador que recai a responsabilidade desta “*redução das acções ou discurso dos indivíduos em função das condições de produção destes, assim como dos objectivos da sua investigação e do seu quadro teórico*” (idem, p.71). Por isso, o mesmo autor se interroga sobre se “*desde que seja acompanhada por uma codificação bem documentada, pois que efectuada pelo próprio investigador, uma recolha de dados qualitativos não originará dados mais pertinentes e mais credíveis*” (idem, p.71). Ainda, na abordagem quantitativa “*a codificação por indicadores é anterior à recolha dos dados, e não permite que se preserve qualquer traço dos comportamentos originais dos indivíduos nem do seu contexto de produção, o que anula a possibilidade de validar as inferências que vão dos comportamentos até ao(s) seu(s) significado(s)*” (pp.71-72). Lessard-Hébert *et al.* (2008) evidenciam ainda vários meios de reforçar a validade de uma investigação qualitativa, nomeadamente: interacção entre o investigador e o grupo-indivíduos, duração prolongada da estadia no meio, documentação dos procedimentos, triangulação das técnicas e triangulação das inferências (quer entre vários investigadores, quer entre investigador e indivíduos observados). Estes meios permitem evitar problemas que podem surgir - como sustenta Erickson (1986, cit. por Lessard-Hébert *et al.*, 2008, p.71) - na construção de uma relação interactiva entre os objectivos da investigação e a recolha de dados (correspondente a uma preocupação pela validade de tipo teórico), designadamente: o número e/ou diversidade insuficiente de provas, a interpretação errónea, a ausência de pesquisa de dados divergentes ou contraditórios, a insuficiência de análise de casos divergentes ou contraditórios.

Esclarecida a escolha do método, importa salientar que a **organização dos dados** recolhidos para se proceder à sua análise - passo seguinte do processo avaliativo – fez-se recorrendo a um **plano de observação** (ver quadro 37, anexo 7), isto é, uma matriz de cruzamento das técnicas de recolha e de tratamento de dados (quantitativos e qualitativos) com os momentos e as fontes de informação.

Assim, face ao exposto, o dispositivo da pesquisa sobre o projecto GA (ver quadro 2) visa a definição de indicadores (quantitativos e/ou qualitativos) no desenho do programa - concepção, operacionalização, execução e efeitos - que permitam, por um lado a caracterização sumária das três primeiras fases do projecto e, por outro a avaliação *sumativa* para verificar os efeitos efectivamente produzidos ao nível dos parceiros e imigrantes, e como se caracterizam em termos da sua eficácia, eficiência, inovação e reproduzibilidade. Trata-se também de apreciar, à luz dos resultados produzidos, a concepção, a operacionalização e a execução do programa. É de referir

que os indicadores são definidos com base em perguntas orientadoras e critérios de avaliação. As perguntas são importantes “para definir o foco e, com isso, dar direção ao processo de avaliação. Devem ser formuladas a partir dos objetivos do projeto e das expectativas expressas pelos diferentes interessados pela avaliação” (Marino, 2003, p.44). No projecto em questão as perguntas orientadoras de avaliação de efeitos, para além do objectivo central do projecto, integração e acolhimento dos imigrantes, visam também as temáticas sobre o trabalho de parceria, a formação de adultos (imigrantes e profissionais das instituições) e o desenvolvimento comunitário, expectativas do investigador.

**Quadro 2 - Modelo de Avaliação do GA:**  
dimensões, perguntas orientadoras, critérios de avaliação, indicadores, fontes e instrumentos de recolha

Dimensão de Análise	Perguntas Orientadoras	Crítérios de avaliação	Indicadores	Fontes de recolha	Instrumentos de recolha
<b>Concepção</b>	Qual a pertinência dos objectivos e acções do projecto?	Pertinência	Decisão de conceber a candidatura ao programa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD, responsáveis pelo projecto</li> <li>• USNA, entidade gestora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 1 e 2)</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Boletins bimestrais (9 edições)</li> <li>- Candidatura do Projecto</li> <li>- Cadernos e CD informativos sobre a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i></li> </ul> </li> </ul>
			Aferição e selecção de parceiros		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 3)</li> <li>• Análise documental:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Boletins bimestrais</li> </ul> </li> </ul>
			Aferição e selecção de destinatários das acções (grupos-alvo)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos</li> <li>• USNA</li> <li>• Site do Sistema Integrado do Fundo Social Europeu (SIIFSE)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 4)</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico de Necessidades</li> <li>- Boletins bimestrais</li> <li>- Cadernos e CD informativos sobre a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i></li> </ul> </li> <li>e de documentos de outras fontes</li> </ul>
			Perfil de competências das entidades convidadas a participar na PD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• Entidades parceiras</li> <li>• Site do EQUAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 5)</li> <li>• Observação directa no terreno</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Candidatura do Projecto</li> </ul> </li> <li>e de documentos de outras fontes</li> </ul>
			Objectivos (gerais e específicos) do GA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• USNA</li> <li>• Site do GA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico de Necessidades</li> <li>- Boletins bimestrais</li> <li>- Candidatura do Projecto</li> <li>- Página WEB</li> <li>- Cadernos e CD informativos sobre a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i></li> </ul> </li> </ul>
			Meios e recursos disponíveis à partida		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 7)</li> </ul>
			Expectativas iniciais face à concretização dos objectivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 11)</li> </ul>
			Adequação dos objectivos face aos problemas e necessidades		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 6)</li> </ul>
Relação/adequação entre problemas e recursos disponíveis		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 7, 8 e 9)</li> </ul>			

<b>Operacionalização</b> (planificação/implementação da intervenção)	Qual a adequação da organização e gestão da PD?	Adequação	Estrutura funcional: papéis atribuídos às estruturas criadas e grau de concretização dos mesmos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista informal</li> <li>• Questionário (questões 12 e 13)</li> <li>• Análise documental:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Candidatura do Projecto</li> </ul> </li> </ul>
	Em que grau o número de actividades desenvolvidas foi adequado para se conseguirem os objectivos propostos?	Suficiência	Número e tipo de actividades a desenvolver por cada parceiro e tipo de compromissos assumidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista informal</li> <li>• Questionário (questões 14, 14.1 e 15)</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Candidatura do Projecto</li> <li>- Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul> </li> </ul>
	Em que medida as entidades parceiras aderiram à participação das actividades e que responsabilidades assumiram?	Participação			
Qual o grau de adequação dos objectivos planeados, acções programadas e grupos-alvo previstos?	Adequação	Objectivos planeados/acções programadas /grupos-alvo previstos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Diagnóstico de Necessidades</li> <li>- Relatório de Auto-Avaliação</li> <li>- Candidatura do Projecto</li> <li>- Cadernos e CD informativos sobre a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i></li> </ul> </li> </ul>	
<b>Execução</b> (realização da intervenção)	Qual o grau de execução das acções?	Desempenho	Grau de execução das actividades previstas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• USNA</li> <li>• Site do EQUAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 15 e 16)</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul> </li> <li>e de documentos de outras fontes</li> </ul>
			Relação entre as actividades previstas e as actividades realizadas		
	Em que medida as actividades centrais do projecto (concepção/experimentação e disseminação do produto) correspondem ao prazo previsto na candidatura?	Adequação	Cumprimento dos prazos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- USNA</li> <li>- Site do SIIFSE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de Auto-Avaliação</li> <li>- Candidatura do Projecto</li> </ul> </li> <li>e de documentos de outras fontes</li> </ul>
	Qual o grau de adequação das acções desenvolvidas na resposta aos problemas e necessidades prioritários da PD?		Áreas prioritárias de intervenção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 10)</li> </ul>
	Qual o grau de adesão dos destinatários nas acções face ao previsto?	Adesão	Número e tipo de destinatários abrangidos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 17)</li> <li>• Análise documental:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de Auto-Avaliação</li> <li>- Cadernos e CD informativos sobre a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i></li> </ul> </li> <li>• Questionário (questões 17 e 18)</li> <li>• Análise documental:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul> </li> </ul>
		Grau de adesão dos destinatários (superior, igual ou inferior ao esperado)			
Em que medida e de que forma as entidades da PD aderiram à construção e desenvolvimento do projecto?	Adesão	Formas de participação de parcerias e respectivos graus de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questão 20)</li> </ul>	
	Desempenho	Contributos dos parceiros			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista informal</li> <li>• Questionário (questões 21 e 14.1)</li> </ul>

<b>Efeitos</b> (resultados da intervenção)	Qual a inovação do GA, isto é, que produtos inovadores são gerados que respondam às necessidades detectadas?  Que produtos inovadores foram transferidos para outros territórios?	Inovação Transferibilidade	Efeitos de <b>inovação e transferibilidade</b> noutros contextos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 27, 28, 29, 30.11, 30.12, 30.16, 30.17 e 30.18)</li> <li>• Entrevista informal</li> </ul>
	Como se caracterizam os impactos efectivos das acções junto dos destinatários (população imigrante, profissionais das instituições e comunidade local)? <ul style="list-style-type: none"> <li>• O projecto tem contribuído para a formação/qualificação dos destinatários?</li> <li>• O projecto tem contribuído para a consolidação do trabalho de parceria?</li> <li>• O projecto tem contribuído para se assegurar a integração da população imigrante?</li> <li>• Em que medida o projecto contribuiu para o desenvolvimento local?</li> </ul>	Eficácia	<b>Efeitos concretizados a respeito das acções:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• Imigrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 24, 30.3 e 30.9)</li> <li>• Entrevista semi-directiva</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• junto da população imigrante</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 24, 30.1, 30.2, 30.5, 30.6, 30.7 e 30.8)</li> <li>• Análise documental: - Relatório de Auto-Avaliação</li> <li>• Entrevista semi-directiva</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• junto dos profissionais (das entidades parceiras e outras instituições locais)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imigrantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 24, 30.4, 30.13, 30.15 e 30.19)</li> <li>• Entrevista semi-directiva</li> </ul>
	Qual foi a eficácia do GA, isto é, será que os resultados obtidos estão de acordo com os objectivos planeados?  Em que medida foram resolvidos os problemas e necessidades identificados na ZI?	Eficácia	<b>Análise de eficácia:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 22, 23 e 30.14)</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• objectivos realizados <i>versus</i> objectivos planeados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• USNA</li> <li>• Site do EQUAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Questionário (questões 15 e 16)</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD: - Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul>
			<ul style="list-style-type: none"> <li>• acções realizadas <i>versus</i> acções programadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• e de documentos de outras fontes</li> </ul>
	Qual a eficiência do GA, isto é, qual a relação entre os resultados obtidos e os recursos que foram afectados para atingir esses resultados (relação entre custos e benefícios)?	Eficiência	<b>Análise da eficiência:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos da PD</li> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista informal</li> <li>• Questionário (questão 26)</li> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD: - Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• objectivos atingidos <i>versus</i> recursos utilizados</li> <li>• actividades realizadas <i>versus</i> recursos utilizados</li> <li>• objectivos atingidos <i>versus</i> actividades realizadas</li> <li>• recursos utilizados <i>versus</i> recursos previstos</li> </ul>			<ul style="list-style-type: none"> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise documental de registos produzidos pela PD: - Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul>	
Que parcerias se mantêm?	Reprodutibilidade	<b>Parcerias</b> criadas: durabilidade e reprodutibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigentes e técnicos</li> <li>• USNA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevista informal</li> <li>• Questionário (questão 31)</li> <li>• Análise documental: - Relatório de Auto-Avaliação</li> </ul>	

Fonte: Adaptado de Alves, Martins e Cheta (2007).

## PARTE II

### Apresentação e Discussão dos Resultados

#### CAPÍTULO III - RESULTADOS

Como referido no capítulo da metodologia, os resultados de pesquisa apoiam-se na triangulação de dados obtidos através do inquérito, quer por questionário, quer por entrevista e da análise de conteúdo da documentação disponível sobre o projecto GA, visando avaliar de forma externa os seus efeitos. As questões (ver anexo 3) e a análise dos registos reproduzem os indicadores definidos para aferir as opiniões a respeito das seguintes dimensões de análise do projecto: **concepção**, **operacionalização**, **execução** e **efeitos**. O questionário foi aplicado de forma presencial a 8 profissionais (dirigentes e técnicos) que compõem a Parceria de Desenvolvimento, representando 100% do universo da população inquirida. A entrevista semi-directiva (ver guião, anexo 4) foi aplicada a 6 imigrantes, escolhidos por residirem em diferentes concelhos da ZI do projecto, visando captar com este instrumento o impacto do projecto junto destes destinatários.

#### 1. Dimensão de análise: concepção

##### Indicador: decisão de conceber a candidatura ao programa

Questionando os profissionais sobre o **momento de entrada para a equipa do projecto** (questão 1), 4 dos inquiridos (50%) responderam no início do projecto, representando as seguintes entidades parceiras: União dos Sindicatos do Norte Alentejano (USNA), Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco (CDPCB), e Associação Gente - Desenvolvimento de Comunidades Rurais. Os outros 4, constituindo 50% dos inquiridos, responderam que entraram para a equipa no decurso do projecto, correspondendo a profissionais da Santa Casa da Misericórdia de Castelo de Vide (SCMCV) e dos Municípios de Nisa e de Alter (ver quadro 3).

**Quadro 3 - Listagem das entidades que constituem a PD**

Denominação	Papel na PD	Data de entrada
USNA	Parceiro Interlocutor	2004/04/28
CDCBP	Parceiro	2004/04/28
Associação Gente	Parceiro	2004/04/28
SCMCV	Parceiro	2004/04/29
CM de Alter do Chão	Parceiro	2005/03/23
CM de Nisa	Parceiro	2005/03/17

Fonte: Candidatura ao Projecto GA.



No que toca à **decisão de conceber a candidatura ao programa EQUAL** (questão 2), os 4 inquiridos (50%) representando as entidades que entraram para a equipa no início do projecto (USNA, CDPCB e Associação Gente) responderam que foram estas as responsáveis por essa candidatura. Quando confrontados com a questão **“como surgiu essa decisão?”**, as suas respostas permitem concluir que essa decisão se deveu à necessidade sentida pelos parceiros em unir esforços para apoiarem a integração dos imigrantes (ver quadro 4).

Com base nos contributos de Carmo (2007), verifica-se que o GA é um **processo de intervenção social**, apresentando os principais elementos presentes em qualquer processo deste cariz, designadamente: sistema-cliente, sistema interventor, interacção e ambiente. O **sistema-cliente** é a população imigrante local que requer uma intervenção planeada e o sistema interventor é o conjunto das entidades que se constituem em recursos sociais do **sistema-cliente** para responder aos problemas existentes no âmbito da integração daquela população.

**Quadro 4 - Entidades que decidiram conceber a candidatura ao EQUAL e como surgiu essa decisão**

Entidades parceiras	Respostas para a questão “Como surgiu a decisão de conceber a candidatura ao programa EQUAL?”
USNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constatada a chegada de muitos trabalhadores oriundos dos países de Leste e as dificuldades de encontrarem habitação e emprego, propusemos a outras entidades trabalharmos em conjunto para ajudar à integração de quem procurava o nosso território. A candidatura ao Equal foi o resolver desse desejo.</li> <li>• Após a participação na 1ª fase da Iniciativa Comunitária Equal estavam aferidos alguns parceiros estratégicos em diferentes áreas de intervenção e foram elaboradas diferentes candidaturas com diferentes PD'S para diferentes áreas de intervenção (n<sup>7</sup>=2).</li> </ul>
CDPCB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esta decisão surgiu de uma necessidade sentida por alguns parceiros de criar um projecto que na região trabalhasse a temática da imigração, uma vez que, havendo algumas instituições e particulares que se dedicavam a apoiar os imigrantes de uma forma “desgarrada”, decidiram unir esforços em prol desta comunidade (n=1).</li> </ul>
Associação Gente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A decisão/intenção resulta da preocupação que se verificava com os problemas existentes com a comunidade imigrante, nomeadamente com a sua integração nas comunidades locais (n=1).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=4).

### Indicador: aferição e selecção de parceiros

Questionados sobre se a sua entidade decidiu sobre a **aferição e selecção de parceiros** (questão 3), 50% dos inquiridos responderam afirmativamente, representando as entidades: USNA, CDPCB e Associação Gente. Os profissionais que representam estas entidades, quando solicitados a referirem quais os **critérios utilizados para a PD** os aferir e os seleccionar, indicaram ter sido, sobretudo, a experiência de trabalho revelada no âmbito do acolhimento e integração da população imigrante local (ver quadro 5).

Utilizando-se neste projecto a **parceria**, um instrumento de intervenção comunitária eficaz e eficiente para resolver problemas sociais (Carmo, 2007), denota-se ainda através deste

<sup>7</sup> n = número de sujeitos inquiridos

indicador e dos registos do GA que na sua construção e desenvolvimento existiu a preocupação em juntar instituições da sociedade civil (dois Municípios, uma associação sindical, uma IPSS<sup>8</sup>, uma associação religiosa e uma ONG<sup>9</sup>) que, como salientam Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000) são decisivas no quadro da intervenção social, particularmente pelas suas competências no âmbito da imigração. Nesta parceria destacam-se as autarquias por serem decisivas no fomento e apoio das redes de recursos, dada a sua visão holística local (Carmo, 2007).

**Quadro 5 - Entidades que decidiram sobre a aferição de parceiros e quais os critérios utilizados**

Entidades Parceiras	Respostas para a questão “Quais os critérios utilizados para a PD aferir e seleccionar os parceiros?”
USNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A experiência de trabalho com imigrantes e o conhecimento de intervenções anteriores no campo social.</li> <li>• Experiência de trabalho em parceria; experiência em projectos financiados pela EQUAL; experiência de terreno na área de intervenção do projecto (n=2).</li> </ul>
CDPCB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O trabalho já realizado pelas entidades, na área da imigração, bem como a sensibilidade de estas para desenvolver um projecto desta natureza (n=1).</li> </ul>
Associação Gente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esta entidade foi convidada pela USNA, dado o seu trabalho com imigrantes no concelho em projectos anteriores (Projecto PAVIS). Aquando da entrada de novos parceiros, os critérios seriam semelhantes aos da Associação Gente, preocupação com a problemática da integração da população imigrante, bem como o trabalho já desenvolvido localmente por cada parceiro (e suas parcerias) com/e para com os imigrantes. Contudo a discussão e a decisão final foi das direcções das entidades parceiras e não dos técnicos, sendo que alguns participaram nas várias reuniões efectuadas e deram o seu parecer (n=1).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=4).

### **Indicador: aferição e selecção de destinatários das acções (grupos-alvo)**

Quanto à decisão sobre **aferição e selecção de destinatários das acções** (questão 4) 50% dos inquiridos também responderam afirmativamente, correspondendo às mesmas entidades, enunciadas anteriormente. Relativamente aos **procedimentos utilizados** pela PD, os inquiridos responderam ter sido através das reuniões de trabalho da equipa e com base no diagnóstico de necessidades (acção1) que se definiram em simultâneo actividades e destinatários (ver quadro 6). Através de registos do projecto também foi possível verificar que os beneficiários finais do GA foram definidos de acordo com as respectivas necessidades específicas (ver quadro 7).

O GA ao visar a integração e formação de um segmento populacional em situação de exclusão social, como é o caso dos imigrantes, pretendeu ainda oferecer formação para ajudar os profissionais das instituições e outros cidadãos a prepararem-se para viver e trabalhar neste novo contexto com que se confrontam no seu quotidiano: o de agir face à heterogeneidade crescente da população sediada na região de Portalegre e com a qual contactam no seu dia-a-dia.

A realização do estudo e diagnóstico do projecto permitiu ainda constatar a **interacção** entre o sistema-interventor e o sistema-cliente na identificação de necessidades e recursos, na procura de respostas adequadas às primeiras através dos segundos.

<sup>8</sup> IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social.

<sup>9</sup> ONG – Organização Não Governamental.

**Quadro 6 - Entidades que decidiram sobre aferição de destinatários das acções e quais os critérios**

Entidades parceiras	Respostas para a questão “Quais os critérios utilizados para a PD aferir e seleccionar os destinatários das acções?”
USNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi decidido realizar um diagnóstico a partir dos “pontos existentes” e que se relacionavam com as solicitações de ajuda que entretanto chegavam, quer aos sindicatos, quer às misericórdias.</li> <li>Através de um pré-diagnóstico de necessidades que deu base à elaboração da candidatura à Acção 1 do Projecto. Foram consultados diferentes Parceiros Sociais Locais e Regionais; ouvidos actores-chave no trabalho de terreno; definidas em PD – núcleo fundador - actividades específicas para os diferentes grupos-alvo (n=2).</li> </ul>
CDPCB	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os destinatários finais foram seleccionados nas reuniões de trabalho, onde, para além de se definir as actividades eram definidos os públicos-alvo. O conhecimento que os parceiros tinham desta temática foi uma mais-valia, para essa mesma definição (n=1).</li> </ul>
Associação Gente	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os destinatários tidos como prioritários (imigrantes) fazem parte desta área de intervenção do Programa Equal e foram seleccionados como grupo-alvo tendo em consideração a problemática a trabalhar, os restantes destinatários estão directamente relacionados com as actividades que foram propostas e executadas ao longo do projecto. Entidades que desenvolvem acções para e com a população imigrante e a própria comunidade local (n=1).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=4).

**Quadro 7 - Destinatários do GA e respectivas necessidades específicas**

Destinatários	Necessidades Específicas
População Imigrante	Formação de Língua Portuguesa; Conhecimento de direitos/deveres laborais; Redes de acolhimento; Serviços de orientação/informação; Melhoria das habitações; Valorização das competências pessoais e profissionais; Instrumentos de integração nas escolas.
Organizações e seus profissionais	Informação/formação sobre imigração e o processo da legalização e da empregabilidade imigrante; Trabalho em rede; Recursos humanos especializados; Serviços de observação da imigração a nível regional; Valorizar e potencializar a multiculturalidade.
Comunidade local	Informação acerca das dificuldades de integração do público-alvo; Valorização da multiculturalidade; Aproveitar os fluxos migratórios perante a desertificação/envelhecimento do distrito; Reconhecimento de competências dos imigrantes.

Fonte: Site do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu e Diagnóstico do Projecto.

**Indicador: Perfil de competências das entidades convidadas a participar na PD**

Relativamente, ao perfil de competências das entidades que constituem a PD, através da leitura do quadro 28 (ver anexo 2), verifica-se que as entidades convidadas a participar na equipa apresentam todas as seguintes competências:

- contacto privilegiado com entidades a nível local, regional e nacional;
- experiência no trabalho em parceria;
- experiência nos processos de avaliação nos projectos de intervenção social;
- conhecimento da realidade local, nomeadamente com a temática da imigração;
- parceiros activos na Rede Social do respectivo concelho;
- experiência na dinamização de workshops, conferências e seminários.

A USNA, entidade interlocutora do projecto, para além destas aptidões, detém ainda:

- experiência na coordenação e gestão de projectos EQUAL (avaliação, balanço de competências, disseminação de produtos), e o
- conhecimento mais aprofundado do projecto GA.

A análise das competências da PD permitiu inferir que o grupo de trabalho (PD) - composto pelas seis entidades que são reconhecidas na ZI e conhecedoras da realidade onde se pretende intervir - se respeitar as exigências do trabalho em parceria (estabelecer consensos e prioridades comuns), o trabalho social com as populações locais, como refere Carmo (2007), subirá a um patamar superior de qualidade, quer no âmbito das respostas à população-cliente (imigrantes), quer ao nível do trabalho participado (profissionais das instituições), quer, ainda, pelo aumento do *capital social* (confiança e cooperação das pessoas).

Quando questionados sobre as **entidades parceiras que participaram na construção das diversas fases do projecto** (questão 5), verificou-se que 3 entidades (USNA, CDPCB, e Associação Gente) participaram em todas as fases, nomeadamente: diagnóstico inicial; objectivos e estratégia global de intervenção; recursos materiais e humanos; actividades/acções; acompanhamento e avaliação do projecto. A SCMCV e os Municípios de Nisa e de Alter do Chão participaram apenas na concepção e execução das actividades/acções, e no acompanhamento e avaliação do projecto (ver quadro 8).

**Quadro 8 - Entidades que participaram na construção das diversas fases e actividades do projecto**

<b>Entidades parceiras</b> \ <b>Fases</b>	Elaboração do diagnóstico inicial do projecto	Definição dos objectivos e da estratégia global de intervenção	Definição e afectação dos recursos materiais e humanos para o projecto	Concepção e execução das actividades, acções e projectos	Acompanhamento e avaliação do projecto
USNA	X	X	X	X	X
CDPCB	X	X	X	X	X
SCMCV				X	X
Associação Gente	X	X	X	X	X
CM Alter do Chão				X	X
CM de Nisa				X	X

Fonte: Questionário (n=8).

Confrontados com a questão “**se não elaborou o diagnóstico, nem definiu os objectivos e a estratégia de intervenção, concorda com estas medidas na sua generalidade?**”, os técnicos das entidades que não participaram nestas fases do projecto (SCMCV, Municípios de Nisa e Alter do Chão) responderam afirmativamente.

Embora nem todos os parceiros tenham participado activamente em todas as fases de construção do projecto, todos concordaram com a metodologia de intervenção. Como qualquer projecto de desenvolvimento comunitário distingue-se na construção do GA o estudo e diagnóstico, o planeamento, a execução do plano e a avaliação.

### **Indicador: Objectivos gerais e específicos do GA**

De acordo com a candidatura e outros registos do projecto (diagnóstico, boletim bimestral, página WEB e cadernos/CD informativos sobre o produto) os **objectivos gerais** são: **(1) Promover a integração plena dos imigrantes numa forma adequada e harmoniosa** e **(2) Promover a valorização da multiculturalidade/ interculturalidade enquanto factor revitalizador da dinâmica económica e social da região**. Segundo, as mesmas fontes de recolha de dados constituem **objectivos específicos** do projecto: **(1) Experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais; (2) Conceber e experimentar actividades multiculturais/Interculturais como factor de integração da população imigrante, e (3) Conceber e experimentar técnicas de empowerment do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes**.

De notar, que o projecto apresenta ainda objectivos de disseminação do produto - *Modelo de Rede Local de Apoio ao Imigrante* – relativos à acção 3 do projecto, nomeadamente: **a) Fornecer pistas de trabalho em Rede para melhorar os serviços locais no acolhimento da comunidade imigrante e b) Facilitar a comunicação e o trabalho em Parceria em intervenções na área da imigração**.

### **Indicador: Meios e recursos disponíveis à partida**

Os resultados relativos a este indicador (questão 7), indicados mais à frente neste trabalho (ver quadro 9), revelam que os meios e recursos disponíveis na fase de arranque do projecto eram os seguintes:

- recursos materiais da PD;
- competência e experiência no âmbito do acolhimento e integração da população imigrante de técnicos da PD e outros profissionais exteriores à equipa, também designados por actores-chave (professores, enfermeira chefe do Centro de Saúde de Avis, Irmã do Lar do Sagrado Coração de Maria em Portalegre);
- disponibilidade dos sindicatos, SEF, Segurança Social, sectores da Igreja e outras entidades para fornecer toda a informação necessária;
- existência do Programa Rede Social nacional, de um CLAS<sup>10</sup> existente em todos os concelhos da ZI do projecto e de um CLAI a funcionar numa das entidades parceiras (CDCBP).

---

<sup>10</sup> CLAS – Conselho Local de Acção Social – é a Rede Social materializada a nível local. Constitui uma plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social a nível concelhio (*Web site* da Segurança Social).

**Indicador: Expectativas iniciais face à concretização dos objectivos**

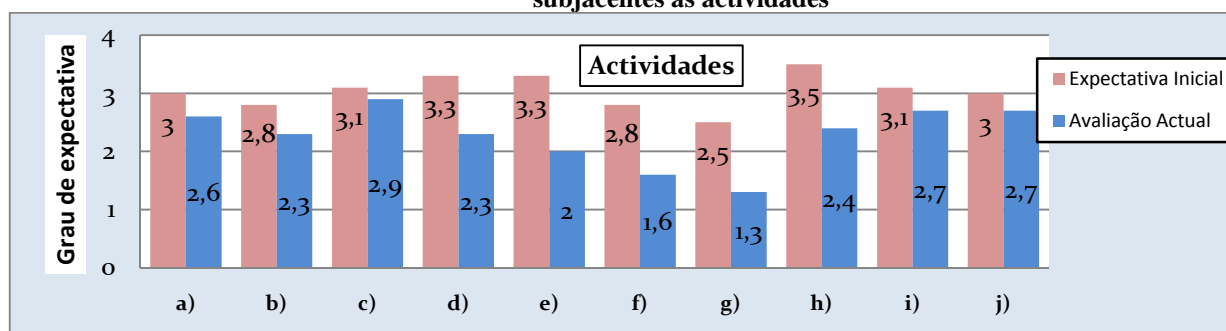
Recordando a **lista de actividades do projecto**, designadamente:

- a) Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços<sup>11</sup>
- b) Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade
- c) Edição de Material de Divulgação
- d) Concepção de guias de acolhimento locais
- e) Concepção e edição de um boletim bimestral
- f) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página Web
- g) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados
- h) Realização de Workshops
- i) Seminário – Igualdade de Oportunidades
- j) Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo

os profissionais inquiridos foram interrogados sobre a **expectativa inicial (no momento de arranque do projecto) e a avaliação actual que cada um faz face à concretização dos objectivos subjacentes a essas actividades** (questão 11). Os resultados obtidos indicaram que todas as acções ficaram aquém das expectativas iniciais, no momento de arranque do projecto: **(a) concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços**, (a média foi de 3 para a expectativa inicial e de 2,6 para a avaliação actual); **(b) desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade** (a média foi de 2,8 para a expectativa inicial e de 2,3 para a avaliação actual); **(c) edição de material de divulgação** (a média foi de 3,1 para a expectativa inicial e de 2,9 para a avaliação actual); **(d) concepção de guias de acolhimento locais** (a média foi de 3,3 para a expectativa inicial e de 2,3 para a avaliação actual); **(e) concepção e edição de um boletim bimestral** (a média foi de 3,3 para a expectativa inicial e de 2 para a avaliação actual); **(f) concepção, desenvolvimento e gestão de uma página Web** (a média foi de 2,8 para a expectativa inicial e de 1,6 para a avaliação actual); **(g) concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados** (a média foi de 2,5 para a expectativa inicial e de 1,3 para a avaliação actual); **(h) realização de Workshops** (a média foi de 3,5 para a expectativa inicial e de 2,4 para a avaliação actual); **(i) Seminário – Igualdade de Oportunidades** (a média foi de 3,1 para a expectativa inicial e de 2,7 para a avaliação actual); **(j) seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo** (a média foi de 3 para a expectativa inicial e de 2,7 para a avaliação actual) (ver tabela 2).

<sup>11</sup> Este modelo torna-se no produto validado para ser disseminado (acção 3 do projecto) por outros territórios com características idênticas à ZI.

**Tabela 2 - Relação entre a expectativa inicial e a avaliação actual face à concretização dos objectivos subjacentes às actividades<sup>12</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

### **Indicador: Adequação dos objectivos face aos problemas e necessidades contempladas**

Recordando a **lista de problemas<sup>13</sup> identificados na ZI**, designadamente:

- **Problema 1** - Ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa;
- **Problema 2** - Défice de conhecimentos de direitos e deveres laborais;
- **Problema 3** - Ausência de Redes de Acolhimento;
- **Problema 4** - Ausência de serviços de orientação/informação;
- **Problema 5** - Ausência de apoios para a melhoria das condições habitacionais;
- **Problema 6** - Inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes;
- **Problema 7** - Inexistência de instrumentos facilitadores da integração nas escolas;
- **Problema 8** - Défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para as organizações e os seus profissionais;
- **Problema 9** - Dificuldade de trabalho em rede;
- **Problema 10** - Ausência de Recursos Humanos especializados no trabalho de intervenção com imigrantes;
- **Problema 11** - Ausência de um serviço de observação da imigração a nível local;
- **Problema 12** - Falta de uma cultura de valorização da interculturalidade;
- **Problema 13** - Ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes ao nível local;
- **Problema 14** - Não aproveitamento dos fluxos migratórios e das competências dos imigrantes perante a desertificação e o envelhecimento da ZI.

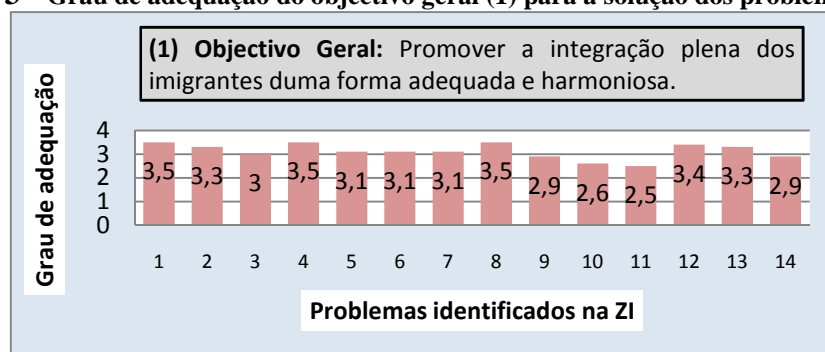
<sup>12</sup> Cifrando lista anterior.

<sup>13</sup> Fonte: Candidatura ao projecto e outros registos do projecto.

os inquiridos foram instados a relacionar os **objectivos com esses problemas** (questão 6), identificando o grau de adequação dos primeiros para a solução dos segundos. A média aritmética das respostas obtidas foi a seguinte:

- o objectivo geral (1) *promover a integração plena dos imigrantes numa forma adequada e harmoniosa* revelou-se o mais adequado para solucionar 3 dos problemas identificados, nomeadamente: (1) *ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa*; (4) *ausência de serviços de orientação/informação*, e (8) *défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para as organizações e os seus profissionais*. A média foi de 3,5 (ver tabela 3).

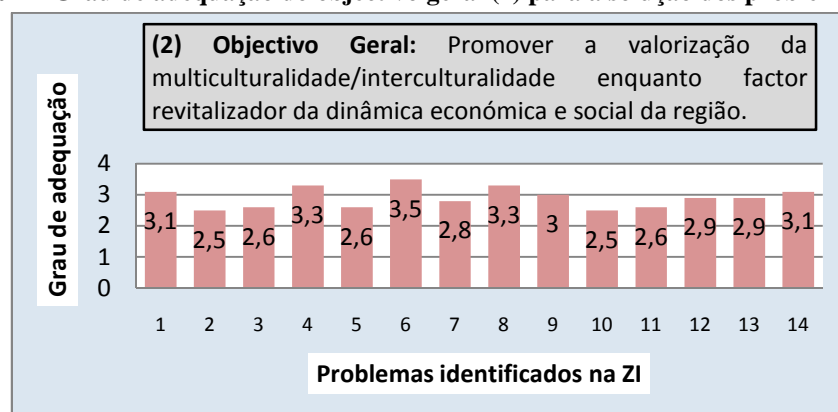
**Tabela 3 - Grau de adequação do objectivo geral (1) para a solução dos problemas da ZI<sup>14</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

- o objectivo geral (2) *promover a valorização da multiculturalidade/interculturalidade enquanto factor revitalizador da dinâmica económica e social da região* mostrou-se mais adequado para solucionar o problema (6) *inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes*. A média cifrou-se nos 3,5 (ver tabela 4).

**Tabela 4 - Grau de adequação do objectivo geral (2) para a solução dos problemas da ZI<sup>15</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

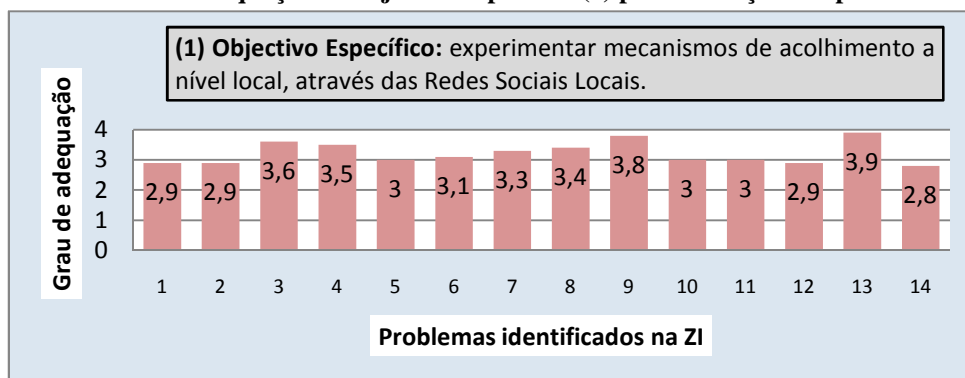
<sup>14</sup> Cifrando lista anterior.

<sup>15</sup> Cifrando lista anterior.



- o objectivo específico (1) *experimentalizar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais* apresentou o grau de adequação mais elevado para solucionar o problema (13) *ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes a nível local*. A média fixou-se nos 3,9. Obteve ainda elevada adequação para o problema (9) *dificuldade de trabalho em rede*: a média foi de 3,8 (ver tabela 5).

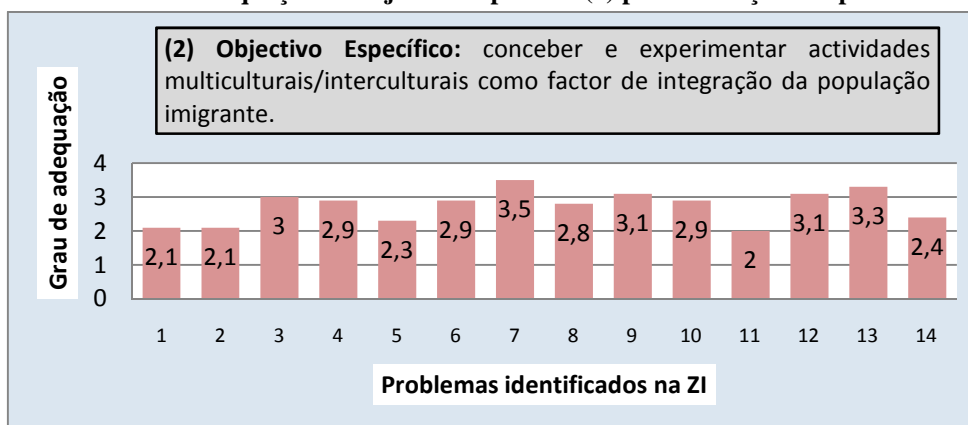
**Tabela 5 - Grau de adequação do objectivo específico (1) para a solução dos problemas da ZI<sup>16</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

- o objectivo específico (2) *conceber e experimentar actividades multiculturais/ interculturais como factor de integração da população imigrante* revelou um grau de adequação forte para solucionar o problema (7) *inexistência de instrumentos facilitadores da integração nas escolas*. A média foi de 3,5 (ver tabela 6).

**Tabela 6 - Grau de adequação do objectivo específico (2) para a solução dos problemas da ZI<sup>17</sup>**



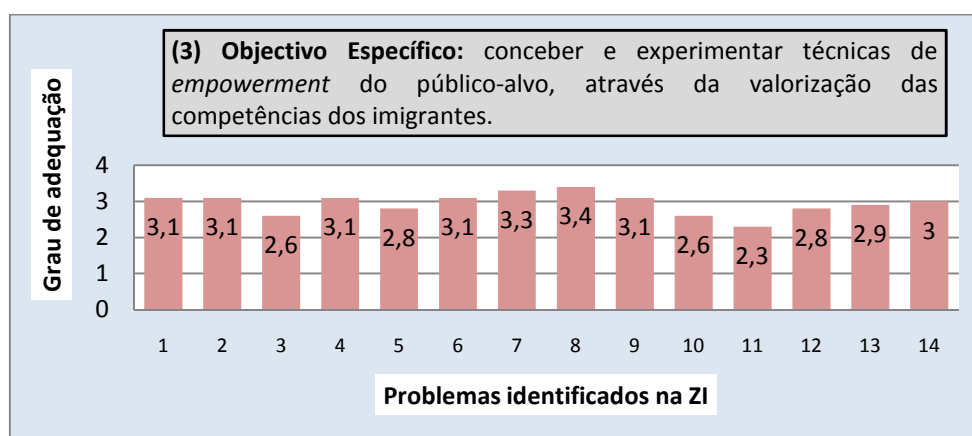
Fonte: Questionário (n=8).

<sup>16</sup> Cifrando lista anterior.

<sup>17</sup> Cifrando lista anterior.

- O objectivo específico (3) *conceber e experimentar técnicas de empowerment do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes* obteve um grau de adequação forte para solucionar os problemas (7) *inexistência de instrumentos facilitadores da integração nas escolas* e (8) *défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para organizações/ profissionais*. A média foi de 3,3 e de 3,4, respectivamente (ver tabela 7).

**Tabela 7 - Grau de adequação do objectivo específico (3) para a solução dos problemas da ZI<sup>18</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

### **Indicador: Relação/adequação entre problemas e recursos disponíveis**

Quando se solicitou aos inquiridos que identificassem os **meios e recursos disponíveis à partida para cada um dos problemas** (questão 7), foi possível verificar que na sua generalidade o sistema-interventor dispunha de técnicos da PD, dos CLAS e outros profissionais exteriores à equipa, bem como recursos materiais da PD. Contava ainda com os recursos financeiros e técnicos do EQUAL (ver quadro 9).

Foi possível apurar ainda que o GA constitui-se como um processo de **desenvolvimento endógeno**, pois como refere Canário (1999) baseia-se na optimização e recombinação dos recursos locais, em particular dos recursos humanos.

É de referir que 3 inquiridos, nomeadamente: um técnico da USNA, um da SCMCV e outro da CM de Nisa não responderam a esta questão. O primeiro referiu não poder responder, por se encontrar a residir noutra distrito, não tendo acesso, por isso, a todos os relatórios do projecto. O profissional da segunda entidade alegou não ter estado presente no início do projecto.

<sup>18</sup> Cifrando lista anterior.

**Quadro 9 - Meios e recursos disponíveis à partida para cada um dos problemas identificados na ZI**

<b>Problemas</b>	<b>Respostas para a questão: “Que meios e recursos disponíveis à partida?”</b>
<b>1 - Ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de alguns cursos, apesar de alguma incompatibilidade de horários (n=1).</li> <li>• nenhuns recursos humanos, mas disponibilidade em recursos físicos (salas) (n=1).</li> <li>• Capacidade de organizar formação “à medida” (atenuar as dificuldades do projecto “Portugal Acolhe”) (n=1).</li> <li>• Recursos financeiros do projecto e recursos físicos/materiais dos parceiros (n=1).</li> <li>• Alguns recursos humanos e materiais (voluntariado) (n=1).</li> </ul>
<b>2 - Défice de conhecimentos de direitos e deveres laborais;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A entidade interlocutora (USNA) e o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) possuem conhecimentos nessa temática (n=1).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa (ex. da professora aposentada de Castelo de Vide), ou do trabalho desenvolvido nas autarquias de Nisa (apoio à legalização de imigrantes) e de Alter do Chão (tentativa de ajudar no alojamento e acolhimento de imigrantes através de iniciativas de índole recreativa, como foi o caso do jantar de Natal) (n=1).</li> <li>• Disponibilidade dos sindicatos para dar toda a informação (n=2).</li> <li>• Conhecimento e experiências de alguns dos técnicos do projecto e seus parceiros e outras parcerias (n=1).</li> </ul>
<b>3 - Ausência de Redes de Acolhimento;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência dos CLAS em todos os concelhos (n=2).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa, ou do trabalho desenvolvido nas autarquias de Nisa e de Alter do Chão (n=2).</li> <li>• Recursos do projecto: consolidar todo o trabalho já existente e colocá-lo a funcionar de forma coordenada (n=1).</li> </ul>
<b>4 - Ausência de serviços de orientação /informação;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de um CLAI em funcionamento numa das entidades parceiras (CDPCB) (n=2).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa, ou do trabalho desenvolvido nas autarquias de Nisa e de Alter do Chão (n=2).</li> <li>• Informar, orientar, encaminhar e distribuir documentos de referência (ACIDI) recorrendo aos serviços de proximidade (n=1).</li> </ul>
<b>5 - Ausência de apoios para a melhoria das condições habitacionais;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não tínhamos recursos disponíveis para resolver esta questão (n=1).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa, ou do trabalho desenvolvido nas autarquias de Nisa e, sobretudo, de Alter do Chão (tentativa de ajudar no alojamento) (n=1).</li> <li>• Experiências de intervenção Municipal em Castelo de Vide e Alter do Chão (n=1).</li> <li>• Sensibilizar as entidades para a questão, apoiar e encaminhar na procura de habitação (n=1).</li> <li>• Algum trabalho realizado na SCMCV (n=1).</li> </ul>
<b>6 - Inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pensávamos criar uma base de dados curricular sobre os imigrantes, realizar reuniões com as entidades empregadoras (n=1).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa, ou do trabalho desenvolvido nas autarquias de Nisa e de Alter do Chão (n=1).</li> <li>• Não existiam (n=2).</li> <li>• Sensibilizar, consciencializar para as competências dos imigrantes, valorização do seu trabalho e experiências (n=1).</li> </ul>
<b>7 - Inexistência de instrumentos facilitadores da integração nas escolas;</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A sensibilidade de alguns professores, que se encontravam receptivos a aplicar produtos já existentes, promotores da interculturalidade (Kit Sem - Fronteiras) (n=1).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa (n=1).</li> <li>• Disponibilidade do sindicato dos professores da Zona Sul (n=1).</li> <li>• Informar, sensibilizar e disponibilizar produtos/instrumentos que facilitassem a integração (n=1).</li> <li>• Alguma experiência de trabalho em parceria entre a escola e outras instituições (n=1).</li> </ul>

<p><b>8</b> - Défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para as organizações e os seus profissionais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A entidade interlocutora (USNA) e o CLAI possuem conhecimentos nessa temática (n=1).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto (n=1).</li> <li>• Existência do CLAI e contacto com a Fundação Calouste Gulbenkian (n=1).</li> <li>• Informar, apoiar, distribuir informação e encaminhar para as entidades competentes (n=1).</li> <li>• Informação do SEF, da Segurança Social e do CLAI (n=1).</li> </ul>
<p><b>9</b> - Dificuldade de trabalho em rede;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Parceria já tinha elementos que tinham participado noutros projectos e desenvolvido actividades em conjunto (n=1).</li> <li>• Redes Sociais e o trabalho em rede (n=1).</li> <li>• Experiência entre alguns dos parceiros (USNA, Associação Gente, e SCMCV) (n=1).</li> <li>• Aproveitamento do trabalho realizado pelas parcerias locais e supra-concelhias (redes sociais) (n=1).</li> <li>• Parcerias informais (n=1).</li> </ul>
<p><b>10</b> - Ausência de Recursos Humanos especializados no trabalho de intervenção com imigrantes;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os parceiros tinham no seu seio, técnicos com conhecimentos na área de intervenção e que já faziam um trabalho em prol da comunidade imigrante (n=1).</li> <li>• Não existiam recursos - à partida contava-se com financiamento do PIC-EQUAL para a formação (n=2).</li> <li>• Experiências e técnicos na USNA, CDPCB e Município de Nisa (n=1).</li> <li>• Promover, encaminhar para formação na área do trabalho com imigrantes (n=1).</li> </ul>
<p><b>11</b> - Ausência de um serviço de observação da imigração a nível local;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dados do SEF e Segurança Social, apesar de que nem sempre são consensuais (n=1).</li> <li>• Competências e experiência de técnicos do projecto e de algumas pessoas exteriores à equipa, ou do trabalho desenvolvido nas autarquias de Nisa e de Alter do Chão (n=1).</li> <li>• Não existiam recursos (n=2).</li> <li>• Através do projecto e das parcerias obter e/ou complementar conhecimentos actuais e reais da população imigrante no distrito (n=1).</li> </ul>
<p><b>12</b> - Falta de uma cultura de valorização da interculturalidade;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização de actividades/acções interculturais na comunidade (n=1).</li> <li>• À partida contava-se com o desenvolvimento do próprio projecto (n=1).</li> <li>• Algumas acções pontuais (n=1).</li> <li>• Elaborar e construir acções/actividades e/ou complementar as existentes (n=1).</li> <li>• Sensibilidade de alguns dirigentes de instituições e das escolas em particular (n=1).</li> </ul>
<p><b>13</b> - Ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes ao nível local;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação do trabalho realizado por alguns parceiros, ter uma maior projecção na comunidade local (n=1).</li> <li>• À partida contava-se com o desenvolvimento do próprio projecto (n=1).</li> <li>• Informação nos sindicatos e em sectores da Igreja (n=1).</li> <li>• Adquirir conhecimentos reais e actuais com todos os parceiros (n=1).</li> <li>• Sensibilidade de alguns dirigentes de instituições e das escolas em particular (n=1).</li> </ul>
<p><b>14</b> - Não aproveitamento dos fluxos migratórios e das competências dos imigrantes perante a desertificação e o envelhecimento da ZI;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aproveitar o trabalho já realizado por algumas Câmaras Municipais no distrito (n=1).</li> <li>• À partida contava-se com o financiamento/desenvolvimento do projecto para que os imigrantes permanecessem no território (n=2).</li> <li>• Algumas das entidades despertas para essa realidade (n=1).</li> <li>• Promover, sensibilizar para as competências dos imigrantes e aproveitá-los na ZI (n=1).</li> </ul>

**Fonte: Questionário (n=5).**

Quanto à **relação estabelecida entre os problemas e os recursos disponíveis** (questão 8) no território de intervenção do projecto, a maioria dos profissionais inquiridos (75%) responderam “insuficiente”. Dois técnicos (um da USNA e outro da SCMCV), constituindo 25% da população inquirida, referiram ser “suficiente”.

Dos recursos disponíveis, quase todos os respondentes (87,5%) consideraram que, de uma forma global, estes pertenciam essencialmente à generalidade das entidades parceiras (questão 9). Apenas o dirigente da SCMCV referiu que os recursos pertenciam à entidade interlocutora do projecto (USNA).

Com base nestas questões, na leitura do quadro 9, nas entrevistas informais e, ainda, na análise da documentação sobre o projecto, depreende-se facilmente que o projecto não dispôs dos recursos adequados face a tão elevado número de problemas, sobretudo, por ter sofrido cortes orçamentais na ordem dos 75%, por parte do Gabinete de Gestão EQUAL.

Segue-se um quadro síntese da avaliação da dimensão de análise em questão.

#### Quadro 10 - Síntese da avaliação da concepção do GA

**Dimensão de análise:** Concepção do projecto GA

**Critério de avaliação:** Pertinência

**Pergunta orientadora da avaliação:** *Qual a pertinência dos objectivos e acções do projecto?*

**Indicadores:**

- Decisão de conceber a candidatura ao programa;
- Aferição e selecção de parceiros;
- Aferição e selecção de destinatários das acções;
- Perfil de competências das entidades convidadas a participar na PD;
- Objectivos (gerais e específicos) do GA;
- Meios e recursos disponíveis à partida;
- Expectativas iniciais face à concretização dos objectivos;
- Adequação dos objectivos face aos problemas e necessidades contempladas;
- Relação/adequação entre problemas e recursos disponíveis.

**Resultado da avaliação:**

A **pertinência dos objectivos e das actividades mostra-se positiva**, uma vez que a candidatura do projecto é concebida quando são sentidos na ZI problemas que vinham afectando o acolhimento e integração dos imigrantes e em simultâneo o trabalho das entidades no âmbito

desta temática. Os problemas/necessidades - dos imigrantes e dos profissionais das organizações locais - identificados no diagnóstico do projecto requeriam entre outras, respostas que o GA se propôs concretizar, sobretudo através da implementação de um **Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços** (produto EQUAL) que coordena o trabalho das instituições para o acolhimento mais eficaz dos imigrantes que escolheram o distrito para residirem e que visa a melhoria das condições sociais dos imigrantes. O trabalho de investigação realizado pelo sistema-interventor (profissionais da PD) visando a qualificação das respostas aos problemas do sistema-cliente (imigrantes) permitiu produzir um conjunto de metodologias e técnicas que, ao terem sido aprovadas pelo EQUAL para serem disseminadas na região (produto EQUAL), mostra também a adequação da resposta às necessidades detectadas na ZI. Foi possível verificar ainda que a intervenção social foi planeada assente em duas ferramentas eficazes para a análise e intervenção na comunidade, segundo Carmo (2007), nomeadamente: o **trabalho em parceria** e a **abordagem sistémica**. As 6 entidades com experiência e competências na área da imigração assumiram-se como parceiros - articulando recursos e conhecimentos - e consideraram a comunidade (os 5 concelhos do distrito de Portalegre) como um sistema. Este procedimento metodológico permitiu ao sistema-interventor descrever os aspectos mais relevantes acerca da realidade para fundamentar o programa de actuação. No estudo e diagnóstico verifica-se que a PD analisou as oportunidades do ambiente externo (recursos financeiro e técnicos do EQUAL, o Programa nacional das Redes Sociais), bem como do ambiente interno (um CLAS existente em todos os concelhos da ZI do projecto, um CLAI a funcionar numa das entidades parceiras, entre outros bens e serviços, e o potencial da população imigrante a residir na região). Por outro lado, o trabalho de investigação - como sugere Martins (2006) no seu estudo de *diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre* - dirigiu as entidades locais para a reflexão e a acção face ao envelhecimento da população e à incapacidade de renovação natural da base demográfica, utilizando como recurso comunitário a população imigrante a residir na região. É de salientar que o GA desviou-se do preconceito de ver aqui um *problema* ou de ignorar o peso demográfico crescente desta população na região.

Face ao exposto, o GA trata-se de um **projecto de DC** por se enquadrar na perspectiva de Ander-Egg (1980, in Carmo, 2007) pois mobiliza recursos humanos e institucionais mediante a participação (dos agentes locais) no estudo, planeamento e execução de um programa visando melhorar as condições de vida da população imigrante local (sobretudo através do produto de intervenção) e, ainda, por ser um processo tendente a criar condições de progresso económico e social para a região. Pois, como salienta Martins (2006) nos cenários identificados no seu

relatório, ao melhorar-se as condições sociais de vida dos imigrantes, a renovação demográfica da região poderá fazer-se acompanhar de um enriquecimento social e cultural da região.

A adequação dos objectivos e actividades do projecto também se revela positiva, pois foi possível verificar um significativo grau de articulação, quer entre objectivos e problemas/necessidades identificados na ZI, quer entre actividades e objectivos, quer ainda entre actividades e destinatários das acções. Além disso, as acções do GA e os objectivos subjacentes às mesmas evidenciam a **perspectiva intercultural** implementada actualmente na sociedade, visando a integração social da população imigrante na comunidade local, num respeito pela identidade cultural através da interacção/comunicação entre as várias culturas existentes no distrito de Portalegre. A concepção de um projecto deste cariz possibilita, como referem Albuquerque, Ferreira e Viegas (2000), que os imigrantes gradualmente participem activamente na vida económica, sindical, cívica, política, cultural e espiritual do país de acolhimento.

O **grau de adequação entre problemas e recursos disponíveis mostrou-se menos positivo**, pois foi fácil averiguar que o projecto não dispôs dos recursos adequados, sobretudo, por ter sofrido cortes orçamentais, e ter decorrido num período limitado face a tão elevado número de problemas assinalados na ZI. No mesmo sentido, a opinião geral dos técnicos e dirigentes da PD sobre a concretização dos objectivos subjacentes às actividades do projecto ficou aquém da expectativa inicial, revelando que o projecto não dispôs de uma capacidade de resposta à medida dos desafios que se lhe colocaram.

## 2. Dimensão de análise: operacionalização

### Indicador: Estrutura funcional - papéis atribuídos às estruturas criadas e grau de concretização dos mesmos

Quando se solicitou aos inquiridos que se pronunciassem sobre a **estrutura funcional da sua entidade e, no âmbito do projecto, que estruturas foram criadas e os respectivos papéis atribuídos** (questão 12), foi possível verificar que cada uma das entidades parceiras, constituída por uma direcção e um quadro de técnicos, oferecia uma estrutura de apoio aos imigrantes locais. Por exemplo, a CDCBP já possuía o CLAI e os Municípios de Nisa e Alter um gabinete de Acção Social onde as questões da imigração são tratadas. No âmbito do GA, cada uma destas organizações disponibilizou pelo menos um técnico para acompanhar a execução das actividades e um dirigente para garantir a ligação aos órgãos de direcção. A USNA, entidade gestora do projecto foi a que disponibilizou mais técnicos: 3 sociólogos contratados só para o GA, através do financiamento do EQUAL. Estes foram dispensados na acção 3, contudo, por falta de recursos financeiros (ver quadro 11).

**Quadro 11 - Estrutura funcional da entidade e estruturas criadas/papéis atribuídos no âmbito do GA**

PD	Respostas para a questão “Qual a estrutura funcional da entidade?”	Responsáveis
USNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Foi constituída uma equipa de trabalho constituída por 3 técnicos, contratados para o GA, e 1 dirigente sindical que garantia a ligação aos órgãos de direcção da USNA (n=1).</li> <li>Coube-nos desde o arranque do projecto todo o trabalho de organização, dinamização e envolvimento da PD; para além de sermos um elo fundamental na criação e consolidação da Parceria de Trabalho Transnacional. Acresce a estas funções a elaboração, desenvolvimento e execução dos Balanços de Competências e Auto-Avaliação/Pivot central da Avaliação externa - enquanto principal técnico da Entidade Interlocutora (n=1).</li> </ul>	Dirigente: Diogo Serra Técnico: Vítor Palmeiro
CDPCB	<ul style="list-style-type: none"> <li>A instituição é constituída por uma direcção e por um quadro de técnicos, tendo sido afecto ao projecto um técnico (o próprio). Na instituição já existia uma estrutura criada de apoio à comunidade imigrante (CLAI), o que facilita o contacto directo com esta população. No âmbito do projecto, as estruturas que estavam pensadas, não foram realizadas devido a cortes orçamentais (n=1).</li> </ul>	Dirigente: Elicídio Bilé Técnico: Luís Mamão
SCMCV	<ul style="list-style-type: none"> <li>No âmbito do projecto foi disponibilizado um técnico que acompanhou o desenvolvimento das actividades (n=2).</li> </ul>	Dirigente: Carolino Tapadejo Técnico: Ana Branquinho
Associação Gente	<ul style="list-style-type: none"> <li>A nível de gestão, a participação de um membro da direcção. No desenvolvimento do projecto, uma técnica para a equipa de trabalho da PD (n=1).</li> </ul>	Dirigente: Maria Gonçalves Técnico: Maria Conde
CM de Alter	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Município possui uma estrutura orgânica redesenhada com vista a criar serviços de Apoio Social, onde as questões da imigração são tratadas. No âmbito do projecto foi disponibilizado um técnico a 50% (o próprio) (n=1).</li> </ul>	Dirigente: Joviano Vitorino Técnico: Fernandino Lopes
CM de Nisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>O técnico adstrito ao EQUAL faz parte da Divisão do Desenvolvimento Social e Cultural e é coordenador do Gabinete de Acção Social (n=1).</li> </ul>	Dirigente: Rui Henriques Técnico: Rosário Lourenço

Fonte: Entrevista informal, questionário (n=8) e candidatura do projecto.

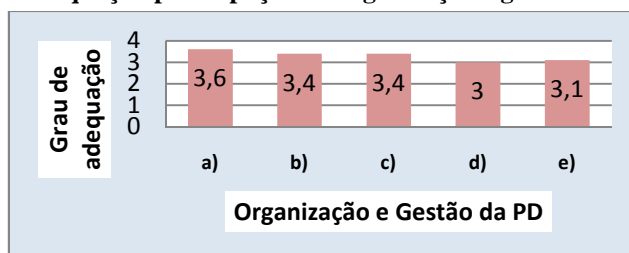
No âmbito da **avaliação da organização e gestão da parceria** (questão 13), confrontaram-se os respondentes com alguns itens nesta área, nomeadamente:



- a) a parceria, entendida como trabalho conjunto dos diferentes parceiros, contribuiu efectivamente para melhorar a resposta aos beneficiários;
- b) o processo de tomada de decisão revelou-se adequado;
- c) os mecanismos de comunicação interna foram ajustados a uma dinâmica de participação e partilha de conhecimento;
- d) as insuficiências detectadas, designadamente as que se reflectiram em termos de défices de cooperação, foram corrigidas com o envolvimento da própria PD;
- e) a organização da parceria revelou-se adequada (órgãos de decisão, consultivos, equipas de trabalho, ...).

A opinião global sobre cada um dos pontos referidos revelou-se bastante positiva, particularmente para o item (a) *a parceria, entendida como trabalho conjunto dos diferentes parceiros, contribuiu efectivamente para melhorar a resposta aos beneficiários*, pois a média cifrou-se nos 3,6. A média das respostas para os itens (b) e (c) foi de 3,4, enquanto para (d) e (e) fixou-se nos 3 e 3,1, respectivamente (ver tabela 8).

**Tabela 8 - Grau de adequação/participação da organização e gestão da PD (itens a, b, c, d, e)<sup>19</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

### **Indicador: Número e tipo de actividades por parceiro e tipo de compromissos assumidos**

Os responsáveis pelo GA quando instados a indicar as **actividades assumidas pela sua entidade** (questão 14) alcançaram-se os seguintes resultados (ver quadro 12):

**Quadro 12 - Actividades assumidas por cada entidade na fase 2 do projecto**

PD \ Activi- des	Modelo de acolhimento local inter-serviços <sup>20</sup>	Actividades para a valorização da Multiculturalidade	Material de Divulgação	Guias de acolhimento locais	Boletim bimestral	Página web	Base de dados	Workshops	Seminário	
									Igualdade de Oportunidades	Ser imigrante no Alto Alentejo
USNA	X	X	X	-	X	X	X	-	X	-
CDPCB	-	-	-	X	X	-	-	X	-	X
SCMCV	-	-	-	-	-	-	X	X	-	X
Gente	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-
CM Alter	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-
CM Nisa	X	-	-	X	-	-	-	-	X	-

Fonte: Candidatura à acção 2 do Projecto GA e questionário (n=8).

<sup>19</sup> Cifrando lista anterior.

<sup>20</sup> Esta actividade corresponde à concepção e experimentação do produto, que passa a designar-se *Rede Local de Apoio ao Imigrante* na acção 3 do projecto.

De salientar que o dirigente da USNA, em entrevista informal, referiu que a sua entidade também participou noutras actividades que não eram da sua responsabilidade, como seja a *Realização de Workshops* e, sobretudo, no *Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo*, para colmatar a falta de participação da entidade responsável, a SCMCV. Os técnicos dos municípios de Alter e de Nisa também indicaram que estiveram directamente envolvidos neste seminário. O projecto abrangeu outras actividades, relativas às acções 2 e 3, que não constam no quadro, designadamente: *Gestão e Coordenação do Projecto*, *Auto-Avaliação* e *Balanço de Competências*. A primeira acção foi assumida pela USNA e as duas últimas foram da responsabilidade de todas as entidades parceiras.

No quadro a seguir indicam-se as actividades associadas à disseminação do produto EQUAL: *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (acção 3) assumidas por cada entidade. De notar, que a SCMCV não participou na 3.ª fase do projecto. Segundo o dirigente, esta entidade deixou formalmente a PD por falta de recursos financeiros, referindo, no entanto, que continuaram disponíveis para colaborar com o apoio de voluntários (ver quadro 13).

**Quadro 13 - Actividades assumidas por cada entidade na fase 3 (disseminação do produto)**

PD \ Actividades	Seminários de apresentação do produto	Sessões de apresentação do produto (plataformas supraconcelhias)	Sessões de incorporação do produto (Redes Sociais)	Dinamização das <i>Redes Locais de Apoio ao Imigrante</i> de Alter e Nisa	Recolha e divulgação de boas práticas de empreendedorismo imigrante
USNA	X	X	X	X	X
CDPCB	X	X	X	-	X
SCMCV	-	-	-	-	-
Associação Gente	X	X	X	-	X
CM Alter	X	-	X	X	X
CM de Nisa	X	-	X	X	X

Fonte: Auto-Avaliação efectuado no final da acção 3 do GA (Setembro de 2009).

Questionando sobre o **tipo de compromissos assumidos pela sua entidade para a concretização das actividades** (questão 14.1), foi possível verificar que todas as acções foram definidas e distribuídas, em reuniões de trabalho por pequenos grupos de trabalho/parceiros, ficando sempre uma das actividades sob a responsabilidade de um técnico, como elemento dinamizador do trabalho e na concepção de relatórios de progresso e finais. Além disso, nas reuniões tiveram-se em conta as entidades que estariam mais aptas para desenvolver as diversas actividades. Ainda, esta e a anterior questão permitiram perceber que o técnico responsável devia participar e acompanhar todas as outras acções ainda que não fossem da sua responsabilidade directa. Por último, cada entidade comprometeu-se em fornecer recursos e logística da sua organização para a concepção e desenvolvimento das acções (ver quadro 14).

**Quadro 14 - Tipo de compromissos assumidos por cada entidade**

PD	Respostas para a questão “Quais os compromissos assumidos na concretização das actividades?”
USNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não respondeu.</li> <li>• Todas as actividades foram divididas por pequenos grupos de trabalho/parceiros, ficando sempre uma actividade sob a responsabilidade de um elemento da PD, como elemento dinamizador do trabalho e na concepção de relatórios de progresso e relatórios finais (n=1).</li> </ul>
CDPCB	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de um técnico afecto ao projecto, participação nas actividades do projecto. Após várias reuniões, foram definidas quais as entidades que estariam mais aptas para desenvolver as diversas actividades (n=1).</li> </ul>
SCMCV	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboração na implementação das actividades (n=1).</li> <li>• Disponibilização de um técnico para acompanhamento do projecto e disponibilização de salas e outros recursos existentes na instituição (n=1).</li> </ul>
Associação o Gente de Avis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de uma técnica a tempo inteiro, recursos (existentes na Associação) e logística para a concepção, elaboração, construção e realização das actividades da sua responsabilidade, bem como participar e acompanhar todas as outras acções ainda que não fossem da sua responsabilidade directa. A associação assumiu também (com a CDPCB) a participação/representação do projecto ao longo da acção 2, na Rede Temática II “Integração Social e Profissional de Imigrantes, Refugiados e Minorias Étnicas” (n=1).</li> </ul>
CM Alter	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de técnico a 50%; logística para organização de Seminário; transporte e outros (n=1).</li> </ul>
CM Nisa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilização de técnico a 50%; logística para organização de Seminário; transporte e outros (n=1).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=8).

Nos quadros 29 e 30 (ver anexo 2) indicam-se também as actividades (acções 2 e 3 do projecto) e os compromissos assumidos por cada entidade para a realização efectiva das mesmas, de acordo com a análise documental dos registos do projecto.

Os inquiridos quando confrontados com as **actividades do projecto (propostas numa primeira candidatura) que não se realizaram e as respectivas causas desse abandono** (questão 15), foi possível constatar que muitas das actividades inicialmente previstas não se efectuaram por falta de aprovação do GGE (significando na prática não financiamento). São elas:

- Fórum de observação regional de imigração;
- Acções de formação de Iniciação às TIC;
- Acções de formação de Língua Portuguesa;
- Acções de formação para Técnicos;
- Acções de formação sobre legislação laboral;
- Guias de orientação laboral;
- Guias de Apoio ao Associativismo.

Contudo, quatro dos inquiridos (50%) (um da Associação Gente, um da SCMCV e dois da USNA) referiram que, embora algumas das actividades não tenham sido aprovadas, com o apoio da parceria do projecto e recorrendo a outras entidades foi possível realizar algumas delas (formação de língua portuguesa, formação para técnicos, e formação sobre legislação laboral), com duração diferente da prevista, identificadas como *sessões de formação/informação e/ou*

**workshops.** Através do questionário verificou-se, ainda, que a **Base de Dados** - embora aprovada pelo EQUAL - foi abandonada pela PD por não terem considerado pertinente dar continuidade à acção, dada a falta de meios e recursos (financeiros e materiais). O GGE concordou com essa decisão, uma vez que já existia uma base de dados a nível nacional. A técnica da Associação Gente, entidade responsável pelas **actividades de valorização da multiculturalidade:** *Escola Multicultural, Semana da Multiculturalidade e Portalegre “Cidade Multicultural”*, também indicou que esta acção não se concretizou em parte, nomeadamente a fase final: Portalegre “Cidade Multicultural”. Quer esta técnica quer o técnico da USNA apontaram como causa desta lacuna o fraco envolvimento dos parceiros sociais regionais. Por último, a técnica da SCMCV não respondeu à questão, alegando falta de conhecimento sobre a matéria (ver quadro 15).

**Quadro 15 - Actividades que não se realizaram e as causas desse abandono**

Actividades	Causas
Escola Multicultural, Semana da Multiculturalidade e Portalegre “Cidade Multicultural”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A acção foi realizada através de diversas iniciativas, contudo o objectivo inicial não foi alcançado, pois não se conseguiu mobilizar todas as entidades e organizações necessárias para a actividade final (n=1_Associação Gente).</li> <li>• Fraco envolvimento dos Parceiros Sociais Regionais (n=1_USNA).</li> </ul>
Fórum de observação regional de imigração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não respondeu (n=2_Nisa e Associação Gente).</li> <li>• Cortes orçamentais (n=2_CDCBP e SCMCV).</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=1_Alter).</li> <li>• Foi criada na EU um observatório regional (n=1_USNA).</li> <li>• Incapacidade de criar um <i>focus group</i> que acompanhasse todo o projecto (n=1_USNA)</li> </ul>
Base de dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não respondeu (n=2_CDCBP e SCMCV).</li> <li>• O Gabinete EQUAL não considerou pertinente por já existir a nível nacional (n=2_Alter e Nisa).</li> <li>• Por dificuldades na definição de um modelo capaz de garantir a confidencialidade (n=1_USNA).</li> <li>• A acção dependia de produtos concebidos na 1.ª fase do Programa EQUAL, aos quais não foi possível aceder. Em contactos efectuados com o Gabinete EQUAL considerou-se não ser pertinente dar continuidade à acção, além de que a nível nacional estava-se a iniciar uma base de dados (n=1_Associação Gente).</li> <li>• Inexistência de estatísticas já trabalhadas; inexistência de meios financeiros e materiais capazes de desenvolver e alimentar esta actividade (n=1_USNA).</li> </ul>
Acções de formação de Língua Portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existência de cursos de português (n=1_CDCBP)</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=2_Alter, Nisa).</li> <li>• O Gabinete EQUAL não considerou pertinente por já existir cursos de português a nível nacional (“Portugal Acolhe”) (n=1_Associação Gente).</li> </ul>
Acções de formação de Iniciação às TIC	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cortes orçamentais (n=2_CDCBP e SCMCV).</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=3_Alter, Nisa e Associação Gente).</li> <li>• Por não ter havido interesse por parte do público-alvo (n=1_USNA).</li> <li>• Não se mostrou necessário dado que já existiam recursos locais disponíveis (n=1_USNA).</li> </ul>
Acções de Formação para Técnicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cortes orçamentais (n=1_CDCBP).</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=3_Alter, Nisa, Associação Gente).</li> </ul>
Acções de formação sobre legislação laboral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cortes orçamentais (n=1_CDCBP).</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=3_Alter, Nisa, Associação Gente).</li> </ul>
Guias de Apoio ao Associativismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cortes orçamentais (n=2_CDCBP e SCMCV).</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=3_Alter, Nisa, Associação Gente).</li> <li>• Por não ter havido interesse por parte do público-alvo (n=1_USNA).</li> </ul>
Guias de orientação laboral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cortes orçamentais (n=2_CDCBP e SCMCV).</li> <li>• Não recebeu aprovação por parte do Gabinete EQUAL (n=3_Alter, Nisa, Associação Gente).</li> <li>• Por existirem guias de qualidade e nas várias línguas dos imigrantes editados pela ACT<sup>21</sup> (n=1_USNA).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=7).

<sup>21</sup> ACT - Autoridade para as Condições de Trabalho.

**Indicador: Objectivos planeados/ acções programadas/ grupos-alvo previstos**

As acções planeadas tendo em consideração as necessidades detectadas e os objectivos<sup>22</sup> propostos, bem como os grupos-alvo previstos indicam-se no quadro 31 (ver anexo 2). O quadro 32 (ver anexo 2) apresenta as actividades previstas no diagnóstico aprofundado de necessidades do projecto, mas que não obtiveram aprovação pelo GGE.

Os quadros mostram que, na sua generalidade, as acções do GA foram planeadas visando a educação intercultural, a melhoria dos serviços locais no acolhimento da população imigrante - através do trabalho em parceria/rede e aproveitamento dos recursos da comunidade (CLAS) - e o *empowerment*, quer dos profissionais das instituições, quer dos cidadãos imigrantes.

De notar que as acções não aprovadas pelo GGE apontavam mais no sentido de se aumentar a eficácia do exercício da cidadania (*empowerment*) da população imigrante, uma vez que se integravam na perspectiva da formação de adultos. Como salienta Mendes e Rocha-Trindade (1996, p. 28), no caso das minorias provindas de imigração recente, a educação de adultos pode incluir a vertente de aprendizagem de capacidades de comunicação na língua do país de acolhimento, bem como facultar também um mínimo de informação específica destinada a facilitar o processo de inserção a essas populações, “*assegurando simultaneamente conhecimentos relacionados com os direitos que lhe são reconhecidos, com os benefícios a que tenham acesso e com as obrigações a que possam estar sujeitos*”. Reconhece-se assim o esforço da PD na realização de algumas dessas acções sem o apoio financeiro do EQUAL, como referido no ponto anterior deste trabalho.

O GA apresenta-se como sendo uma intervenção comunitária necessária para combater a exclusão social por se enquadrar num programa de **educação intercultural**, como sugere Carmo (2007). As acções parecem não ser um exemplo de boa prática ao nível do bilinguismo, mas são mesmo assim positivas no sentido de integrarem estratégias de prevenção do racismo e da xenofobia, sobretudo através da disseminação da *Rede Local de Apoio ao Imigrante* pelos territórios, uma vez que os CLAS, ao aderirem ao modelo de acolhimento, estarão a cuidar do encaminhamento dos imigrantes ao nível da educação/formação, saúde e direitos/deveres laborais no respectivo concelho de residência. Lembrando que a corrente da educação intercultural vê a crescente diversidade étnica, linguística, de género, de estatuto social e de capacidade de aprendizagem não apenas como problema, mas sobretudo como recurso educativo, o GA enquadra-se nesta perspectiva sobretudo através das actividades de valorização da multiculturalidade na escola (é de salientar o fraco envolvimento dos parceiros sociais

---

<sup>22</sup> Cifrando lista da pág. 43.

regionais nas acções fora da escola). A parceria escola/comunidade utilizada pelo GA para desenvolver aquelas actividades é uma estratégia recomendada por Carmo (2007) e outros autores para se implementar uma pedagogia intercultural. Segundo Mendes e Rocha-Trindade (1996, p.30):

“haverá que trazer para a escola e reconhecer na prática pedagógica que cada uma das culturas em presença tem a sua própria riqueza e especificidade a oferecer às demais, pelo que o Multiculturalismo é do ponto de vista pedagógico, um potencial de enriquecimento de experiências e de alargamento de horizontes.”

Segue-se a apresentação de um quadro síntese da avaliação da presente dimensão de análise.

#### **Quadro 16 - Síntese da avaliação da operacionalização do GA**

**Dimensão de análise:** Operacionalização (planificação/implementação) do projecto GA

**Critérios de avaliação:**

- Adequação
- Suficiência
- Participação
- Responsabilidade

**Perguntas orientadoras da avaliação:**

- *Qual a adequação da organização e gestão da PD?*
- *Em que grau o número de actividades desenvolvidas foi adequado para se conseguirem os objectivos propostos?*
- *Em que medida as entidades parceiras aderiram à participação das actividades e que responsabilidades assumiram?*
- *Qual o grau de adequação dos objectivos planeados, acções programadas e grupos-alvo previstos?*

**Indicadores:**

- Estrutura funcional: papéis atribuídos às estruturas criadas e grau de concretização dos mesmos
- Número e tipo de actividades a desenvolver por cada parceiro e tipo de compromissos assumidos
- Objectivos planeados/ acções programadas/ grupos-alvo previstos

**Resultado da avaliação:**

A **adequação da organização e gestão da PD revela-se apropriada**, pois foi possível verificar um significativo grau de satisfação dos técnicos e dirigentes, responsáveis pelo projecto, quanto ao processo de tomada de decisão da PD, aos mecanismos de comunicação interna, à forma como o envolvimento da PD conseguiu corrigir insuficiências detectadas (défices de cooperação) e, sobretudo, como o trabalho conjunto dos diferentes parceiros contribuiu efectivamente para melhorar a resposta aos beneficiários. De salientar que cada uma das seis entidades do distrito de Portalegre disponibilizou pelo menos um técnico (acompanhar a execução das actividades) e um dirigente (garantir a ligação aos órgãos de direcção) para constituir a equipa de trabalho, no âmbito do projecto GA.

O **número e tipo de actividades a desenvolver por cada parceiro e tipo de compromissos assumidos mostra-se também adequado**, pois foi possível averiguar - através do questionário e dos registos do projecto - que todas as acções foram definidas e distribuídas, em reuniões de trabalho, tendo em conta as entidades que estariam mais aptas para as desenvolver e em número suficiente para atingir os objectivos propostos. Cada técnico da equipa de trabalho assumiu a responsabilidade pela dinamização das respectivas actividades e concepção de relatórios de progresso e relatórios finais, bem como o compromisso de participar e acompanhar todas as outras acções ainda que não fossem da sua responsabilidade directa. Por último, cada entidade comprometeu-se em fornecer recursos e logística da sua organização para a concepção e desenvolvimento das actividades.

O **grau de adequação dos objectivos planeados, acções programadas e grupos-alvo previstos revela-se positivo**, pois foi possível verificar um significativo grau de articulação entre objectivos, acções e destinatários para responder às necessidades do projecto. Embora, várias actividades previstas no diagnóstico aprofundado de necessidades do projecto não tenham obtido aprovação pelo GGE, é de salientar a adequação das respostas a este e outros constrangimentos (elevados cortes orçamentais, falta de recursos humanos) enfrentados pelos agentes.

Tendo em conta a adequação e a suficiência das acções, bem como a participação e a responsabilidade das entidades parceiras na concepção e operacionalização do projecto, à semelhança do que se referiu no primeiro quadro síntese da avaliação, o GA enquadra-se na **estratégia de educação para o desenvolvimento** defendida pelos organismos internacionais, por implicar uma educação para a gestão dos recursos disponíveis de forma mais correcta e para a solidariedade. O conjunto de acções da intervenção, sobretudo o produto EQUAL (*Rede Local*

*de Apoio ao Imigrante*), envolve a educação dos profissionais da PD e de outras instituições locais para a gestão mais eficaz dos CLAS (existentes em todos os concelhos da ZI), no âmbito do trabalho em parceria para a sinalização e acompanhamento dos cidadãos imigrantes tendo em vista a resolução das suas necessidades e problemas. Ao mesmo tempo, a intervenção concede a esta população (sistema-cliente) o acesso a recursos e serviços que lhe permitem desfrutar de um melhor nível de vida (poder escolher onde e como quer viver e trabalhar, de forma crítica e com um estatuto de efectiva cidadania económica) e ajudá-la a pôr a render o seu potencial humano. É de salientar que o caderno 2, *Manual Metodológico* do produto (compilado num manual com 5 cadernos para ser apresentado e disseminado nas Redes Sociais) prevê a integração, na equipa de avaliação dos resultados atingidos com a dinamização da *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (produto), de cidadãos imigrantes.

Neste sentido, e partindo das considerações de Nóvoa (1992, in Canário, 1999), o GA apresenta-se como um **processo de Desenvolvimento Local** por ter resultado, não de políticas centralizadas, mas sim da acção de actores-locais e da valorização dos recursos das colectividades locais. Os actores-locais (mais importantes, segundo ao autor, do que os instrumentos e as políticas) auto-organizaram-se em torno dum projecto comum, enfatizando o trabalho em parceria. No mesmo sentido o GA, enquadra-se na expressão “*pensar globalmente, agir localmente*” (Canário, 1999) por ser multidimensional, aspirar à qualidade de vida da população imigrante e valorizar processos integrados (global) de intervenção ao nível de um território. O GA planeou as actividades de forma a abarcar e articular diferentes dimensões dentro da problemática da integração dos imigrantes através do envolvimento de diversas instituições: educação, saúde, emprego e condições de trabalho, movimento associativo e, no chamar a população a perceber a importância da atracção de novos habitantes para regiões de baixa densidade populacional.



### 3. Dimensão de análise: execução

#### Indicador: Grau de execução das actividades previstas

Quando se solicitou aos profissionais inquiridos que se pronunciassem sobre o **grau de execução e de envolvimento das actividades, na sua generalidade, por relação a cada parceiro** (questão 16), verificaram-se resultados positivos para a maioria das acções, realizadas durante a **segunda fase do projecto**. As acções são indicadas a seguir por ordem decrescente do nível de execução:

- **(j)** *seminário, Ser imigrante no Alto Alentejo* (média de 3,5 para a execução e de 4 para o envolvimento).
- **(i)** *seminário, Igualdade de Oportunidades* (média de 3,3 para a execução e de 3,8 para o envolvimento);
- **(a)** *concepção/experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços* (a média foi de 3,3 para a execução e de 3,6 para o envolvimento);
- **(d)** *concepção de guias de acolhimento locais* (a média foi de 3,2 para a execução e de 3,6 para o envolvimento);
- **(b)** *desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade* (média de 3, quer para a execução, quer para o envolvimento);
- **(h)** *realização de Workshops* (média de 3 para a execução e de 2,8 para o envolvimento);
- **(e)** *concepção/edição de boletim bimestral* (a média foi de 2,8 para a execução e de 3,2 para o envolvimento).

Outras acções, segundo a opinião global dos técnicos e dirigentes, apresentaram um grau de execução/envolvimento menos satisfatório, designadamente:

- **(c)** *edição de material de divulgação* (a média foi de 2,5 para a execução e de 2,6 para o envolvimento);
- **(f)** *concepção/desenvolvimento/gestão página Web* (a média foi de 2,2 para a execução e de 2 para o envolvimento).

Por último, uma das actividades previstas na acção 2 do projecto revelou um grau de execução/envolvimento nulo:

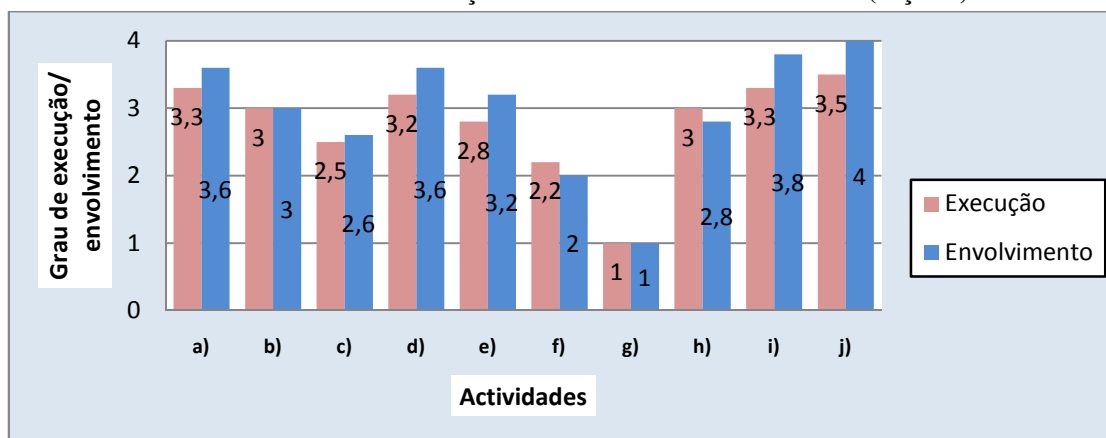
- **(g)** *concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados* (a média foi de 1).

Os resultados também permitiram mostrar que o grau de envolvimento para a maioria das acções foi superior ao grau de execução (ver tabela 9). De salientar que a técnica e o dirigente da

SCMCV não responderam a esta questão, alegando que a entidade participou de forma residual quanto ao desenvolvimento/accompanhamento das actividades, à excepção dos *Workshops*.

Estes dados são ainda complementados com a informação obtida através de registos do projecto (ver quadro 33, anexo 2).

**Tabela 9 - Grau de execução/envolvimento das actividades<sup>23</sup> (acção 2)**



Fonte: Questionário (n=8).

Quanto às actividades da **acção 3** do GA, relativas à disseminação do produto *Rede Local de Apoio ao Imigrante* concebido na anterior fase do projecto<sup>24</sup>, de acordo com o Relatório de Auto-Avaliação da PD, todas as actividades previstas e aprovadas foram executadas, designadamente:

- (1) *Gestão e Coordenação do Projecto*
- (2) *Seminários de apresentação do produto*
- (3) *Sessões de apresentação do produto (plataformas supraconcelhias)*
- (4) *Sessões de incorporação do produto (Redes Sociais)*
- (5) *Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter e Nisa*
- (6) *Avaliação do Projecto*
- (7) *Recolha e divulgação de boas práticas de empreendedorismo imigrante*

Contudo, duas das acções: (3) *Sessões de apresentação do produto (plataformas supraconcelhias)* e (4) *Sessões de incorporação do produto (Redes Sociais)* ficaram aquém do previsto (ver quadro 17). O quadro 34 (ver anexo 2) também destaca esta avaliação, no âmbito da disseminação do produto EQUAL.

<sup>23</sup> Cifrando lista da p.44

<sup>24</sup> Actividades: **a)** *Modelo de acolhimento local inter-serviços* e **d)** *Guias de acolhimento locais*.

**Quadro 17 - Actividades assumidas por cada entidade da PD na disseminação do produto (acção 3)**

Actividades Previstas	Actividades concluídas	Evolução face ao esperado <sup>25</sup>
1. Gestão e Coordenação do Projecto	X	=
2. Seminários de apresentação do produto	X	=
3. Sessões de apresentação do produto (plataformas supraconcelhias)	X	<
4. Sessões de incorporação do produto (Redes Sociais)	X	<
5. Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter e Nisa	X	=
6. Avaliação do Projecto	X	=
7. Recolha e divulgação de boas práticas de empreendedorismo imigrante	X	=

Fonte: Relatório de Auto-avaliação do projecto efectuado no final da acção 3 (Setembro de 2009).

Segundo a mesma fonte, as acções (3) e (4) obtiveram resultados menos positivos, pelas seguintes razões:

"(...) Não foi possível desenvolver a acção como o inicialmente esperado na plataforma de Castelo Branco e as sessões na Rede Social dos vários concelhos foi inferior ao previsto. (...) Quando se propôs a realização das sessões de incorporação do produto na Rede Social não se previu que se iriam deparar tantas dificuldades. Sabia-se pela experiência dos parceiros que integram os CLAS e pelos contactos efectuados nas acções 1 e 2 que haveriam entraves mas não era de prever que impossibilitassem o normal desenvolvimento da actividade. A pouca frequência das reuniões do CLAS, a fraca assiduidade, as dificuldades no trabalho das parcerias e os diferentes estágios de desenvolvimento das actividades da Rede Social contribuíram fortemente para os atrasos no início do processo de disseminação e para que não se realizassem mais sessões, quer na fase de convergência quer na fase de apropriação. Também ao nível das Plataformas Supraconcelhias deparámo-nos com dificuldades similares no distrito de Castelo Branco. Nos restantes distritos propostos em candidatura o processo decorreu de acordo com o previsto".

**Indicador: Relação entre as actividades previstas e as actividades realizadas**

Quanto à **relação estabelecida entre as actividades previstas e as actividades realizadas** as respostas dos inquiridos à questão 16 do questionário e os registos do projecto permitiram estabelecer uma correspondência positiva ao **nível de concretização**, uma vez que as actividades (fases 2 e 3) previstas e aprovadas pelo GGE foram realizadas na sua maioria, à excepção da acção (g) *concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados*, pois foi abandonada por razões já referidas anteriormente (ver tabela 9 e quadro 17). De salientar que algumas das acções não aprovadas numa primeira candidatura, previstas no Diagnóstico Aprofundado de Necessidades do projecto, foram desenvolvidas com o esforço da PD (formação de Língua Portuguesa, para Técnicos, e sobre Legislação Laboral), com duração inferior, diferente da prevista. Relativamente à relação entre as actividades previstas e as realizadas, **no âmbito dos objectivos** subjacentes às mesmas, ficaram aquém das expectativas iniciais (ver tabela 2).

<sup>25</sup> Considerar: <inferior ao esperado; = igual ao esperado;> superior ao esperado.

**Indicador: Cumprimento dos prazos**

O projecto Gente Acolhedora desenvolveu-se em 3 fases, no período que decorreu entre Outubro de 2004 e Junho de 2009 (ver quadro 18).

**Quadro 18 - As 3 fases do GA**

Acção 1 (Montagem):	2004/10/01 a 2005/02/28
Acção 2 (Implementação):	2005/08/01 a 2007/10/31
Acção 3 (Disseminação):	2008/03/10 a 2009/06/30

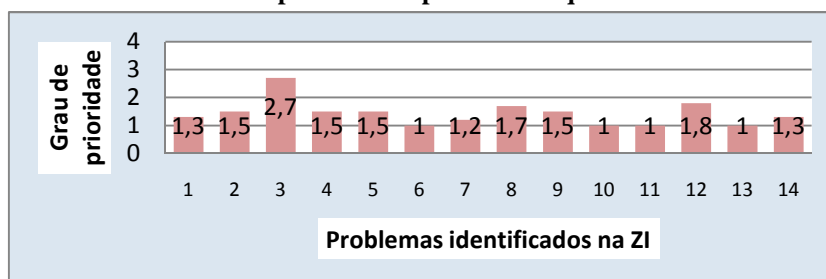
Fonte: Site do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu.

De acordo com registos do projecto, nomeadamente o Relatório Final realizado pela PD verifica-se que no processo de disseminação (acção 3), as actividades previstas do projecto GA:

“(…) foram executadas de acordo com o cronograma definido inicialmente, verificando-se no entanto um ligeiro atraso no arranque das actividades devido (...) ao atraso na entrega do produto por parte da gráfica, por exemplo na Plataforma Supraconcelhia de Portalegre não foi possível a entrega do produto, foram distribuídas cópias do mesmo e possibilitado o contacto com a maquete de apresentação, sendo o produto posteriormente distribuído pelo parceiro interlocutor com o apoio do Centro Distrital de Segurança Social às entidades participantes. Dificuldade na marcação das sessões de incorporação do produto nas várias Redes Sociais pois a maioria não reúne com frequência”.

**Indicador: Áreas prioritárias de intervenção**

Questionando sobre os **três problemas prioritários que mobilizaram a PD para uma resposta mais célere** (questão 10), a opinião global dos vários profissionais indicou como problema principal: **(3) ausência de redes de acolhimento**, fixando-se a média nos 2,7; **(12) falta de uma cultura de valorização da interculturalidade** como segunda prioridade (média de 1,8), e **(8) défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para organizações/profissionais**, na terceira prioridade, cifrando-se a média nos 1,7 (ver tabela 10). De salientar que dois profissionais, um da SCMCV e outro da CM de Nisa não responderam a esta questão.

**Tabela 10 - Os três problemas<sup>26</sup> prioritários que mobilizaram a PD**

Fonte: Questionário (n=6).

<sup>26</sup> Cifrando lista da p. 45.

**Indicador: Número e tipo de destinatários abrangidos**

No que se reporta ao **número e tipo de destinatários finais das actividades** do projecto (questão 17), os responsáveis pelas respectivas acções, no geral, não tiveram dificuldade em referir quem eram os destinatários das acções, mas o mesmo não se verificou em relação ao número de participantes (ver quadro 19).

**Quadro 19 - Número e tipo de destinatários finais das actividades do projecto**

Actividades	Destinatários (número e tipo)
a) Modelo de acolhimento local inter-serviços <sup>27</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes, organizações/profissionais, e comunidade local (n=3_Gente, CM de Nisa e Alter).</li> <li>Imigrantes e técnicos do CLAS. Aproximadamente 150 destinatários (n=1_USNA).</li> <li>Não respondeu (n=1_USNA).</li> </ul>
b) Actividades para a valorização da Multiculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Crianças e jovens (n=2_Associação Gente e USNA).</li> <li>Não respondeu (n=1_USNA).</li> </ul>
c) Edição de Material de Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes, serviços públicos. Provavelmente 5000 destinatários (n=1-USNA).</li> <li>Não respondeu (n=1_USNA).</li> </ul>
d) Concepção de guias de acolhimento locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes, organizações e seus profissionais (n=2_CM de Nisa e Alter).</li> <li>Imigrantes, organizações e seus profissionais e comunidade local (n=1_CDCBP).</li> <li>Imigrantes e serviços públicos. Provavelmente 1000 destinatários (n=1_USNA, embora não responsável por esta actividade).</li> </ul>
e) Concepção e edição de um boletim bimestral	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes, organizações e profissionais, a PD e a comunidade em geral (n=1_CDCBP).</li> <li>Imigrantes e serviços. Provavelmente 5000 destinatários (n=1_USNA).</li> <li>Não respondeu (n=1_USNA).</li> </ul>
f) Gestão de uma página web	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes e técnicos de serviços locais (n=1_USNA)</li> <li>Imigrantes, organizações e seus profissionais, e a população em geral (n=1_Gente).</li> <li>Não respondeu (n=1_USNA).</li> </ul>
g) Gestão de uma base de dados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Não respondeu (n=4_USNA e SCMCV).</li> </ul>
h) Realização de Workshops	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aproximadamente 300 imigrantes (n=1_USNA, embora não responsável pela actividade).</li> <li>Imigrantes, organizações e profissionais, a PD e a comunidade em geral (n=1_CDCBP).</li> <li>Aproximadamente 50 técnicos sociais (n=1_SCMCV).</li> <li>Mais de 40 imigrantes (n=1_SCMCV)</li> </ul>
i) Seminário – Igualdade de Oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes, organizações e profissionais e a comunidade local (n=1_Alter).</li> <li>Aproximadamente 50 imigrantes e técnicos (n=1_USNA).</li> <li>Comunidade (n=1_Nisa).</li> <li>Não respondeu (n=1_USNA).</li> </ul>
j) Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imigrantes, organizações e seus profissionais, a PD e a comunidade local (n=1_CDCBP).</li> <li>Aproximadamente 50 técnicos sociais (n=1_SCMCV).</li> <li>Não respondeu (n=1_SCMCV).</li> <li>Aproximadamente 100 destinatários: imigrantes e técnicos dos organismos oficiais (n=1_USNA, embora não responsável por esta actividade).</li> <li>Imigrantes, organizações e a comunidade local (n=2_Nisa e Alter embora não responsáveis por esta actividade).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=8).

Importa neste ponto acrescentar os seguintes dados, recolhidos do Relatório de Auto-Avaliação do projecto realizado pela PD:

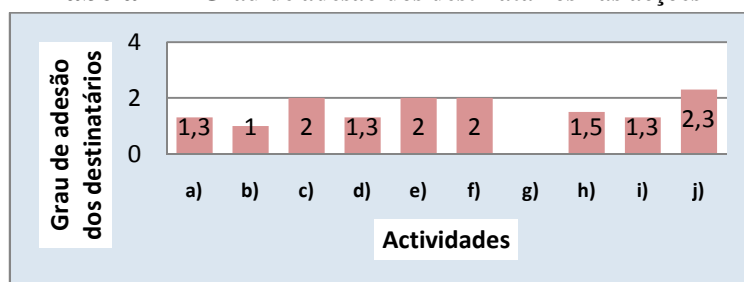
<sup>27</sup> Esta actividade – concepção do produto - abrange as acções relativas à fase 3 do projecto (disseminação da *Rede Local de Apoio ao Imigrante*).

“As actividades propostas e realizadas ao longo do projecto envolveram a PD; potenciais beneficiários (instituições locais que trabalham directamente com imigrantes e a própria comunidade imigrante), mas sobretudo implicaram a comunidade no seu todo. Exemplo disso, foram as actividades desenvolvidas com e nas escolas que permitiram o envolvimento de crianças, professores/as, educadores/as, encarregados/as de educação, imigrantes e autóctones. Todas as acções tiveram como objectivo implicar a comunidade, para que a comunidade se aproprie das ideias, das propostas alternativas à realidade existente”.

### **Indicador: Grau de adesão dos destinatários (superior, igual ou inferior ao esperado)**

Quanto à adesão dos destinatários nas acções face ao esperado (questão 17), as respostas dos inquiridos indicaram que, na sua maioria, as acções do projecto apresentaram um grau de adesão inferior (nível 1) (ver tabela 11).

**Tabela 11 - Grau de adesão dos destinatários nas acções<sup>28</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

Interessa também acrescentar neste ponto os dados, recolhidos do Relatório de Auto-Avaliação do projecto realizado pela PD, relativos à adesão dos destinatários (técnicos, animadores, dirigentes/gestores das instituições, e imigrantes) nas acções de disseminação do produto<sup>29</sup> (acção 3):

“É de salientar a presença significativa de decisores, o que é pertinente nesta fase para a incorporação do produto pois por um lado demonstra o reconhecimento do valor do mesmo, e por outro porque possuem poder de decisão ou de influenciar na incorporação do produto.  
(...)

De registar que no primeiro seminário, realizado em Portalegre estiveram presentes diferentes entidades que viriam a participar na apropriação e incorporação do produto. No seminário de encerramento, realizado em Elvas como resposta ao envolvimento e participação dos imigrantes (*empowerment*) intervieram as entidades envolvidas no projecto e um significativo número de imigrantes em particular moldavos e ucranianos”.

<sup>28</sup> Cifrando lista da p.44

<sup>29</sup> Recorde se que para disseminar a *Rede Local de Apoio ao Imigrante* o GA operacionalizou seminários e sessões de apresentação do produto às Plataformas Supraconcelhias de Portalegre, Beja, Évora e Castelo Branco e sessões de incorporação com as Redes Sociais dos diferentes concelhos.

Quando confrontados com a questão **“houve dificuldades no envolvimento dos destinatários nas acções realizadas?”** (questão 18), 4 dos inquiridos (50%) - técnicos da CDPCB, SCMCV e da CM de Nisa - responderam de forma negativa. Os que responderam afirmativamente (50%), quando induzidos a apresentarem **as causas e as estratégias encontradas para contornar as dificuldades**, apontaram como obstáculos comuns: o desconhecimento da realização das acções (imigrantes); a desconfiança dos imigrantes face aos objectivos das acções; e a dificuldade em envolver os parceiros sociais regionais nas actividades. Referiram como estratégias: a identificação de líderes na comunidade imigrante e o envolvimento de actores-chave por concelhos de intervenção, bem como a realização de contactos/convites com entidades locais alternativas às previstas (ver quadro 20).

**Quadro 20 - Causas das dificuldades no envolvimento dos destinatários e estratégias para as contornar**

Causas	Estratégias
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilidade do público-alvo, uma vez que as acções, algumas delas foram realizadas em horário de trabalho. Desconhecimento da realização das acções (n=1_Alter).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram implementadas estratégias porque as causas foram determinadas na hora em que as acções estavam a ser desenvolvidas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao princípio tivemos dificuldade em envolver os imigrantes. “Descobrimos” que em muitos casos eles não conheciam as iniciativas (n=1_USNA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar líderes na comunidade que promovem as iniciativas nos locais frequentados por imigrantes (supermercados, ...)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade em estabelecer laços de confiança com a população imigrante. Dificuldade no envolvimento dos parceiros em actividades centrais do projecto (n=1_USNA).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sinalização e envolvimento de actores-chave por concelhos de intervenção e diferentes grupos-alvo.</li> <li>• Responsabilização, acompanhamento e avaliação do trabalho dos parceiros por actividade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade no envolvimento das escolas nos concelhos envolvidos. Morosidade na resposta por parte dos Órgãos de Gestão das escolas. Excesso de burocracia até a aprovação do Plano de Actividades nas escolas envolvidas. Dificuldade em mobilizar a comunidade imigrante em alguns concelhos. Desconfiança (dos imigrantes) face aos objectivos das acções. Atraso na concepção da página WEB, bem como na introdução/actualização dos dados. (n=1_Associação Gente).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contactos/convites efectuados pelos Municípios envolvidos. Contactos directos com os professores responsáveis pelas actividades. Envolvimento de outras entidades parceiras das escolas (ex: Associação de Pais e Encarregados de Educação). Salientar sempre (aos imigrantes) que não haveria identificação dos participantes a outras entidades. Envolvimento de pessoas exteriores ao projecto e à sua parceria. Demonstrar o interesse que a página WEB poderia ter (ser útil, ter informação necessária e actualizada).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=4).

Destaca-se a seguir a noção de **actores-chave**, segundo o Relatório de Auto Avaliação do projecto realizado pela PD:

**“Os actores-chave** - A identificação dos sujeitos centrais do desenvolvimento local, que trabalham directamente com a comunidade imigrante revelou-se fundamental para que o GA mantivesse contactos privilegiados e dessa forma fosse possível desenvolver acções. Relevamos: em Castelo de Vide todo o trabalho foi possível a partir da existência de uma professora que os imigrantes já referenciavam como alguém disponível para ajudar e em que confiavam; em Avis a enfermeira chefe do Centro de Saúde Local mediou a nossa aproximação à comunidade imigrante residente no concelho; em Elvas o apoio partiu de dentro da comunidade imigrante: uma jornalista moldava, identificada como líder da sua comunidade, aceitou envolver-se no GA; em Portalegre, a Irmã Manuel, freira católica, identificada por Búlgaros, Ucrrianos e Romanos como ‘mãe’”.

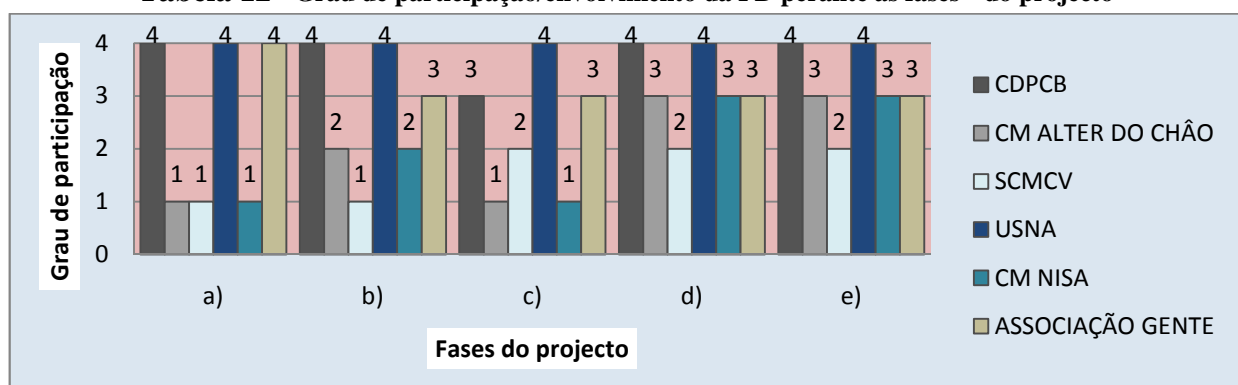
**Indicador: Formas de participação de parcerias e respectivos graus de envolvimento**

Questionando sobre o grau de participação/envolvimento da sua entidade perante as fases do projecto (questão 20), designadamente:

- a) elaboração do diagnóstico inicial do projecto
- b) definição dos objectivos e da estratégia global de intervenção
- c) definição e afectação dos recursos materiais e humanos para o projecto
- d) concepção e execução das actividades, acções e projectos
- e) acompanhamento e avaliação do projecto

das entidades parceiras - USNA, CDPCB, e Associação Gente - que participaram na construção de todas as fases do projecto (ver quadro 8) foi a USNA que participou de forma mais intensa, fixando-se a média nos 4; a CDPCB participou também intensamente (média de 3,8), apresentando no entanto menor envolvimento na fase (c) *definição e afectação dos recursos materiais e humanos* do projecto; das 3 entidades referidas foi a Associação Gente que participou com menos intensidade, cifrando-se a média nos 3,2, revelando maior participação na fase (a) *elaboração do diagnóstico* do projecto. Quanto às outras entidades parceiras - SCMCV e Municípios de Nisa e de Alter do Chão – que indicaram ter participado apenas na construção de 2 fases do projecto: (d) *concepção e execução das actividades*, e (e) *acompanhamento e avaliação do projecto* (ver quadro 8), os Municípios apresentaram um grau de participação/envolvimento regular (a média foi de 3), bem como um nível de participação, ainda, que reduzido (média de 2) na fase (b) *definição dos objectivos e da estratégia global de intervenção*. Já a SCMCV indicou que participou de forma residual (média de 2) nas únicas fases em que se envolveu, isto é, nas 3 últimas (ver tabela 12).

**Tabela 12 - Grau de participação/envolvimento da PD perante as fases<sup>30</sup> do projecto**



Fonte: Questionário (n=8).

<sup>30</sup> Cifrando lista anterior.



**Indicador: Contributos dos parceiros**

Quanto à **forma como a PD envolveu e fez participar no projecto os seus técnicos** (questão 21) as respostas dos inquiridos indicaram que a PD estabeleceu um plano de trabalho, através da realização de reuniões periódicas para análise, reflexão e avaliação sobre o incremento/resultado das diversas acções e a participação de cada entidade parceira, no âmbito do projecto. Ainda, através do questionário (questões 21 e 14.1) e entrevistas informais, os respondentes referiram que as acções foram distribuídas por pequenos grupos de trabalho/parceiros, ficando sempre cada actividade sob a responsabilidade de um técnico (ver quadros 21 e 14).

Quanto à **forma como a PD envolveu e fez participar no projecto os imigrantes** (questão 21) as respostas dos inquiridos mostraram que foi através de contactos personalizados e frequentes com os imigrantes. Recorreram, para isso, aos locais de trabalho e de concentração de imigrantes (supermercados), aos contactos já estabelecidos com “líderes” das diferentes comunidades e, sobretudo, valendo-se de pessoas individuais (actores-chave) que possuíam a confiança e já desenvolviam acções com os imigrantes (ver quadro 21).

**Quadro 21 - Forma como a PD envolveu e fez participar no projecto os técnicos e os imigrantes**

Actores do projecto	Forma como a PD os envolveu e os fez participar no projecto
<b>Técnicos das entidades parceiras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não houve grande dificuldade em envolver os técnicos da PD, uma vez que estes já demonstravam alguma sensibilidade para os problemas que afectavam os imigrantes. Estes participavam activamente nas reuniões da PD e nas actividades desenvolvidas ao longo do projecto (n=1_CDCBP).</li> <li>• Através de reuniões periódicas e de análise e reflexão sobre o incremento/resultado das diferentes acções (n=2_Alter e Nisa).</li> <li>• Através de reuniões periódicas (n=2_SCMCV).</li> <li>• Integrando-os em todas as fases do projecto desde a sua concepção à participação em todas as decisões (n=1_USNA).</li> <li>• Divisão de tarefas por técnicos; divisão de actividades por pequenos grupos de trabalho; responsabilização individual de parceiros por actividades (n=1_USNA).</li> <li>• A PD estabeleceu um plano de trabalho, através da realização de reuniões preparatórias e de análise, bem como de reflexão de todo o trabalho a ser desenvolvido no âmbito do projecto. A realização dos exercícios de Auto-Avaliação, o Balanço de Competências também foram utilizados para avaliar e reflectir acerca do desenvolvimento do projecto assim como da participação de cada entidade parceira (n=1_Associação Gente).</li> </ul>
<b>Imigrantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O envolvimento dos imigrantes foi um pouco mais difícil. Aquando do diagnóstico, mostraram algumas reticências a responder ao questionário aplicado, pois tinham dúvidas em relação aos objectivos do mesmo. Com o decorrer do projecto conseguimos captar a atenção de alguns imigrantes para as actividades e, mesmo após o término do projecto continuam a mostrar disponibilidade para desenvolver outras actividades (n=1_CDCBP)</li> <li>• Através de contactos personalizados e, especialmente, de interlocutores privilegiados (professora Fátima de Castelo de Vide, imigrantes residentes em Elvas/Programa de Rádio, CLAI/CDPCB) (n=3_Alter, Nisa e SCMCV).</li> <li>• Através de divulgação das actividades (panfletos e site) (n=1_SCMCV).</li> <li>• Informando, quer através do contacto directo nos locais de trabalho e locais de concentração de imigrantes (supermercados), quer através de contactos já estabelecidos com “líderes” das diferentes comunidades (n=1_USNA).</li> <li>• Através de actividades não centrais, como os cursos de língua portuguesa desenvolvidos em Portalegre e Castelo de Vide; trabalho com as escolas para fomentar a valorização da Multiculturalidade; realização de workshops para técnicos e entidades que trabalhem directa ou indirectamente com este grupo alvo (n=1_USNA).</li> <li>• A PD preparou todo um trabalho com as diversas parcerias locais de forma a conseguir contactos personalizados e frequentes com os imigrantes. Recorreu a pessoas individuais (facilitadores/as) que possuíam a confiança e desenvolviam acções com os imigrantes e já tinham contactos privilegiados com os mesmos. Através das redes já existentes (dos próprios imigrantes) também se conseguiu algum envolvimento (n=1_Associação Gente).</li> </ul>

Fonte: Questionário (n=8).

A seguir apresenta-se um quadro síntese da avaliação da dimensão de análise em questão.

### Quadro 22 - Síntese da avaliação da execução do GA

**Dimensão de análise:** Execução do projecto GA

**Critérios de avaliação:**

- Desempenho
- Adequação
- Adesão

**Perguntas orientadoras da avaliação:**

- *Qual o grau de execução das acções?*
- *Em que medida as actividades centrais do projecto (concepção/experimentação e disseminação do produto) correspondem ao prazo previsto na candidatura?*
- *Qual o grau de adequação das acções desenvolvidas na resposta aos problemas e necessidades prioritários da PD?*
- *Qual o grau de adesão dos destinatários nas acções face ao previsto?*
- *Em que medida e de que forma as entidades da PD aderiram à construção e desenvolvimento do projecto?*

**Indicadores:**

- Grau de execução das actividades previstas;
- Relação entre as actividades previstas e as actividades realizadas;
- Cumprimento dos prazos;
- Áreas prioritárias de intervenção;
- Número e tipo de destinatários abrangidos;
- Grau de adesão dos destinatários (superior, igual ou inferior ao esperado);
- Formas de participação de parcerias e respectivos graus de envolvimento.
- Contributos dos parceiros.

**Resultado da avaliação:**

O grau de execução e de envolvimento das acções, por relação a cada parceiro, revela-se positivo, pois foi possível apurar - através da opinião global dos técnicos e dirigentes e da análise de registos do projecto - um grau de execução/envolvimento médio (3 numa escala de 1 a 4) para a maioria das actividades. É de salientar que o financiamento do PIC-EQUAL implica a concepção, experimentação e disseminação de produtos aplicáveis noutros territórios ou contextos, logo o objectivo último da intervenção não é cada uma das actividades em si, mas sim o produto validado. Assim sendo, as actividades centrais do GA são a concepção/experimentação

do produto (acção 2) e o processo de disseminação, passando este a designar-se *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (acção 3). De acordo com as fontes referidas, foi a fase da disseminação a que se revelou menos satisfatória, dado o insuficiente envolvimento dos CLAS.

**A relação estabelecida entre as actividades previstas e as actividades realizadas, em termos de execução é positiva**, pois foi possível constatar que, na sua maioria, as actividades previstas e aprovadas pelo GGE foram concretizadas. Recorde-se que das várias acções previstas numa primeira candidatura (identificadas também no Diagnóstico Aprofundado de Necessidades do projecto), que não foram aprovadas pelo EQUAL e por isso não financiadas, algumas foram realizadas com o esforço de alguns parceiros da PD. Contudo, a mesma correspondência analisada **no âmbito dos objectivos subjacentes às actividades mostra-se pouco** satisfatória, pois verificou-se através do inquérito aplicado que o desenvolvimento das acções ficou aquém das expectativas iniciais.

Foi possível verificar também, segundo os registos do GA e do inquérito, que **as acções decorreram no período previsto**, apesar de alguns percalços verificados no seu desenvolvimento.

Segundo a opinião global dos profissionais, as áreas prioritárias da intervenção prenderam-se com a resposta que o GA se propôs concretizar, sobretudo, através da *Rede Local de Apoio ao Imigrante*. Esta solução revela-se adequada, pois foi possível **verificar um significativo grau de articulação entre os problemas prioritários identificados pela PD e as características do produto**.

O **grau de adesão de destinatários** (profissionais de outras instituições que trabalham directamente com os imigrantes, a população imigrante e a comunidade no geral da ZI) é **pouco satisfatório**, pois foi possível verificar - através do questionário aplicado à PD, entrevistas informais e das entrevistas semi-directivas aos imigrantes - um número inferior, sobretudo, de imigrantes nas acções realizadas (incluindo a actividade central), face ao previsto.

Apesar de já se ter aferido, na fase da operacionalização do GA, **a adequação da PD relativamente à sua organização e gestão**, segundo a opinião geral dos profissionais inquiridos, a **participação/envolvimento das entidades parceiras perante as fases e actividades do projecto revela-se pouco equilibrada**, pois foi possível identificar uma diferença significativa quanto aos respectivos graus de envolvimento de cada uma das instituições na construção das diversas fases do projecto. A PD **apresenta homogeneidade quanto à forma como envolveu os actores do projecto** (técnicos e imigrantes), pois foi possível verificar estratégias comuns às 6 entidades.

## 4. Dimensão de análise: efeitos

### Indicador: Efeitos de inovação e transferibilidade noutros contextos

Questionados sobre os **produtos validados** (questão 27) das actividades realizadas no âmbito do projecto, os profissionais da PD que responderam à questão (75%) indicaram o guia “**Rede Local de Apoio ao Imigrante**”. Segundo o gestor do projecto (dirigente da USNA) - por sugestão do GGE - a PD optou por concentrar as actividades da acção 2 num único produto que fosse validado e disseminado. Este resultou sobretudo da junção de duas acções: *A concepção e experimentação do Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços* e os *Guias de Acolhimento Locais*. De salientar, que os dois inquiridos que não responderam (25%) representando a SCMCV, não participaram na 3.ª fase do projecto, alegando falta de recursos financeiros e, conseqüentemente, de recursos humanos. Contudo, o dirigente defendeu que a colaboração desta entidade continuou com a PD, embora ao nível de voluntários.

A opinião global dos respondentes (75%) - ao pronunciarem-se sobre o **carácter inovador e a singularidade do produto validado** (questão 28), bem como os **meios utilizados pela PD** (questão 29) para verificar/validar essa característica da intervenção – possibilitou verificar que o carácter inovador residiu em otimizar o Modelo de Rede Social (CLAS) implementado no país, criando um produto (*Rede Local de Apoio ao Imigrante*) que concentrasse informação e metodologias para técnicos e instituições locais no apoio ao acolhimento/integração dos imigrantes (durante e após o projecto), de forma a contrariar a descoordenação e descentralização da prestação destes serviços verificada antes do projecto, e ao mesmo tempo consciencializando os parceiros sociais dos territórios locais para a temática da imigração (ver quadro 23).

Quanto à **validação do produto**, esta foi realizada pelo processo obrigatório de validação de produtos EQUAL. Assim, de acordo com os critérios de análise das dimensões da qualidade da validação de produtos EQUAL – inovação, *empowerment*, adequabilidade, utilidade, acessibilidade, igualdade e transferibilidade – a *Rede Local de Apoio ao Imigrante* foi validada entre os Pares (Parceiros Nacionais e Transnacionais), em Rede Temática<sup>31</sup>, e pelos destinatários finais do produto (imigrantes, técnicos e instituições). Para isso a PD verificou, através de pesquisa, a inexistência de produto idêntico a nível nacional e realizou, ao longo da construção

---

<sup>31</sup> **Rede Temática** - Rede Nacional de Projectos EQUAL a desenvolver em simultâneo projectos da mesma área de intervenção e financiados pela mesma Iniciativa Comunitária EQUAL (*Web site* da EQUAL “de igual para igual”).

do produto até à versão final, sessões de discussão com especialistas, parceiros e com os possíveis utilizadores finais (ver quadro 23).

**Quadro 23 - Carácter inovador/singular do produto e meios utilizados pela PD para o validar**

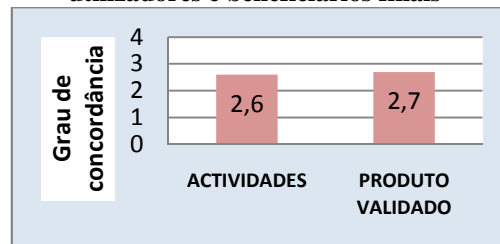
PD	Carácter inovador e singular do produto	Meios utilizados para validar o carácter inovador
CDCBP	O carácter inovador reside em otimizar o Modelo de Rede Social implementado, criando um grupo de trabalho específico para a área da imigração, consciencializando os parceiros locais para as questões do acolhimento e integração da população imigrante (n=1).	A validação do produto foi realizada pelos diversos projectos da rede temática, à qual o GA fazia parte, pela PD, e ainda por potenciais incorporadores. Foi ainda pedido o testemunho de peritos externos e de destinatários finais (n=1)
CM de Alter	Face à inexistência de um produto que concentrasse informação e metodologias para ajudar o acolhimento dos imigrantes, a par de convocar as Redes Sociais para esta “missão”, pode ser entendida como a característica inovadora e singular deste projecto GA (n=1).	Verificar a inexistência de produto idêntico a nível nacional, decorrente de investigação e pesquisa dos técnicos da PD (n=1).
CM de Nisa	Considerada a actividade de carácter inovador e singular por parte da Iniciativa Equal (n=1).	Após reuniões de trabalho e conhecimento da realidade dos imigrantes, consideramos ser singular e inovador e também porque foi logo uma das acções aprovada pelo EQUAL (n=1).
USNA	Fundamentalmente no aproveitamento de uma estrutura já criada: os CLAS e na garantia da sua continuidade para lá do projecto (n=1_dirigente)	Reuniões de especialistas e parceiros; Reuniões com utilizadores finais (n=1_dirigente)
	No percurso de trabalho em parceria ao sermos a primeira PD a executar um projecto nesta área; na complementaridade das actividades, simultaneamente direccionadas para os diferentes grupos alvo: imigrantes; técnicos; instituições locais (n=1_técnico)	Através do processo obrigatório de validação do Produto que passou para a Acção 3, <i>Fase de Disseminação</i> do mesmo: validação entre os Pares (Parceiros Nacionais e Transnacionais); Validação em Rede (Rede Nacional de Projectos Equal a desenvolver em simultâneo projectos da mesma área de intervenção e financiados pela mesma Iniciativa Comunitária Equal; Validação do Produto pelos destinatários finais do produto (imigrantes; técnicos e Instituições que poderão utilizar os modelos e ferramentas elaborados pela PD) (n=1_técnico)
Associação Gente	O produto permitiu a optimização do Modelo de Rede Social implementado, consciencialização dos parceiros sociais e dos territórios locais para a questão do acolhimento e integração dos imigrantes. Foi concebido utilizando dimensões que o tornam claramente diferenciador de todas as respostas anteriores, pois contraria a descoordenação e descentralização da prestação de serviços de acolhimento e integração dos imigrantes que se verificava. Esta intervenção inovadora permite aplicar uma metodologia já testada com resultados positivos e desenvolver uma estratégia de trabalho sustentável de médio prazo garantida pelo próprio funcionamento das Redes Sociais locais (n=1).	A validação do produto foi realizada de acordo com os critérios de análise das dimensões da qualidade - inovação, <i>empowerment</i> , adequabilidade, utilidade, acessibilidade, igualdade e transferibilidade - da validação dos Produtos EQUAL. Teve várias sessões de discussão com os diversos intervenientes ao longo de toda a sua construção até à versão final, onde participaram na validação final os seus autores (PD do projecto e seus parceiros), os pares (membros da Rede Temática II, peritos externos (da Universidade de Évora) e representantes dos beneficiários finais (n=1).

Fonte: Questionário (n=6).

Foi possível averiguar, também, o **carácter inovador/singular e de transferibilidade noutros contextos** da *Rede Local de Apoio ao Imigrante* quando os técnicos e dirigentes da PD foram solicitados a **expressar a sua opinião a respeito das actividades e do produto validado, em particular** (questão 30). De salientar que a técnica da SCMCV não respondeu à questão e o dirigente da mesma entidade fê-lo apenas em relação às actividades, no geral. Eis os resultados:

- Quando confrontados com a frase **“as acções promovem a autonomia e a auto-responsabilização dos utilizadores (profissionais das organizações) e beneficiários finais (imigrantes)”** (questão 30.11), a opinião global foi positiva: média de 2,6 para as actividades e de 2,7 para o produto (ver tabela 13).

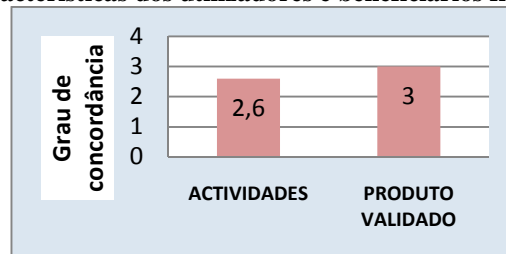
**Tabela 13 - Grau de concordância para a frase “promovem a autonomia e a auto-responsabilização dos utilizadores e beneficiários finais”**



Fonte: Questionário (n=7).

- Quanto à opinião sobre se as acções **“correspondem às necessidades e respeitam as características dos utilizadores e beneficiários finais”** (questão 30.12), a média cifrou-se nos 2,6 para as actividades, no geral, e nos 3 para o produto validado (ver tabela 14).

**Tabela 14 - Grau de concordância para a frase “correspondem às necessidades e respeitam as características dos utilizadores e beneficiários finais”**



Fonte: Questionário (n=7).

- O grau de concordância foi elevado acerca da frase **“as actividades e o produto são facilmente integráveis nos hábitos e práticas dos beneficiários finais e utilizadores”** (questão 30.17), pois a média cifrou-se nos 3,3 e nos 3,5, respectivamente (ver tabela 15).

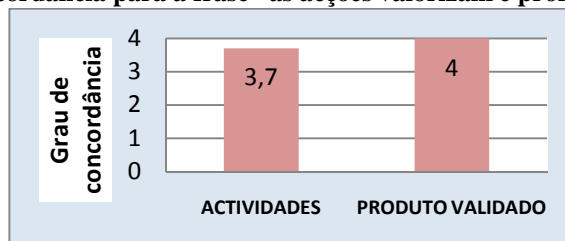
**Tabela 15 - Grau de concordância para a frase “são facilmente integráveis nos hábitos dos beneficiários e utilizadores”**



Fonte: Questionário (n=7).

➤ No que concerne à frase “**as acções respeitam, valorizam e promovem a interculturalidade**” (questão 30.18), a opinião geral foi deveras positiva, pois a média situou-se nos 3,7 para as actividades e nos 4 para o produto validado da intervenção (ver tabela 16).

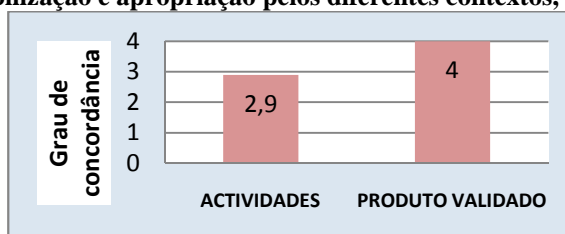
**Tabela 16 - Grau de concordância para a frase “as acções valorizam e promovem a interculturalidade”**



Fonte: Questionário (n=7).

Ainda, a alínea 30.16 da mesma questão permitiu avaliar as **características do produto quanto à sua transferência para outros territórios**. A média das respostas dos inquiridos cifrou-se nos 2,9 para as actividades, no geral, e nos 4 para a *Rede Local de Apoio ao Imigrante*, mostrando-se o produto claramente superior ao nível da sua apropriação pelos diferentes territórios e organizações (ver tabela 17).

**Tabela 17 - Grau de concordância para a frase “as actividades e o produto incluem características que favorecem a sua disponibilização e apropriação pelos diferentes contextos, territórios e organizações”**



Fonte: Questionário (n=7).

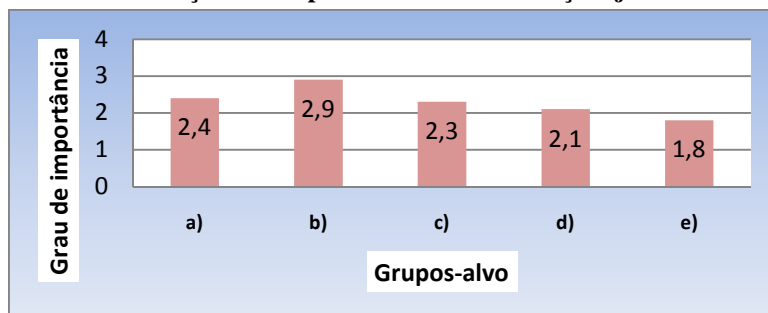
### **Indicador: Efeitos concretizados a respeito das acções junto dos destinatários**

Questionando a PD sobre a **caracterização dos impactos efectivos das acções desenvolvidas junto dos destinatários** (questão 24), designadamente:

- a) população imigrante,
- b) dirigentes e técnicos das entidades parceiras,
- c) outros profissionais das entidades parceiras,
- d) profissionais de outras instituições locais e
- e) comunidade local,

os resultados indicaram que essas acções tiveram mais importância para **(b) dirigentes e técnicos das entidades parceiras** (a média foi de 2,9). Detiveram alguma importância para **(a) população imigrante**, **(c) outros profissionais das entidades parceiras** e **(d) profissionais de outras instituições locais** (a média foi de 2,4; 2,3 e 2,1, respectivamente), Os impactos efectivos das acções desenvolvidas revelaram-se menos importantes junto da **(e) comunidade local**, pois a média cifrou-se nos 1,8 (ver tabela 18).

**Tabela 18 - Caracterização dos impactos efectivos das acções junto dos destinatários<sup>32</sup>**



Fonte: Questionário (n=8).

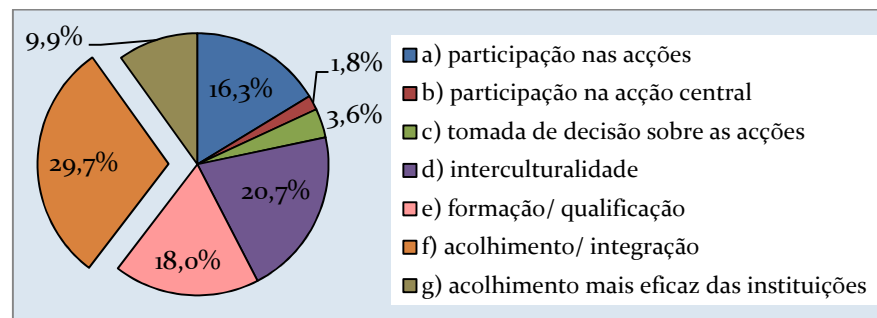
As entrevistas semi-directivas realizadas aos imigrantes permitiram, por sua vez, avaliar os **impactos efectivos das acções de uma forma mais específica**, nomeadamente:

- a) participação nas acções, no geral
- b) participação na acção central do projecto (produto)
- c) tomada de decisão sobre as acções
- d) interculturalidade
- e) formação/qualificação
- f) acolhimento/integração
- g) acolhimento mais eficaz das instituições

De acordo com a análise de conteúdo (ver quadro 35, anexo 6) verificou-se que os imigrantes inquiridos consideraram que as acções do projecto contribuíram para o acolhimento/integração, que se apresenta com um peso de 29,7%, seguindo-se a interculturalidade (20,7%), a formação/qualificação (18%), a participação nas acções, no geral (16,3%), o acolhimento mais eficaz das instituições (9,9%), a tomada de decisão sobre as acções (3,6%) e por fim a participação na acção central do projecto (1,8%). Segue-se um gráfico ilustrativo dos resultados:

<sup>32</sup> Cifrando lista anterior.



**Gráfico 1 - Impactos do GA junto da população imigrante em relação a vários itens (a, b, c, d, e, f, g)<sup>33</sup>**

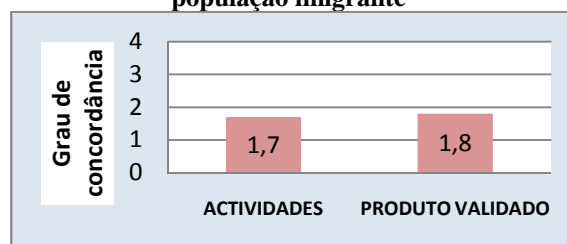
Fonte: Entrevista (n=6).

Vários itens da questão 30 aplicada aos profissionais da PD<sup>34</sup> permitiram também avaliar os **impactos efectivos das acções junto dos destinatários**, no âmbito dos mesmos itens anteriores. Indicam-se a seguir os resultados obtidos para os diferentes públicos-alvo: população imigrante, profissionais da PD e comunidade local.

### População imigrante

- Quando os profissionais inquiridos foram confrontados com a frase **“as acções têm contribuído para a formação/qualificação da população imigrante”** (questão 30.3), a opinião global revelou-se pouco satisfatória, pois a média das respostas foi de 1,7 para as actividades e de 1,8 para o produto (ver tabela 19). É de salientar que a opinião global dos imigrantes inquiridos foi, no entanto, positiva relativamente ao impacto na sua formação (ver gráfico 1).

**Tabela 19 - Grau de concordância para a frase “têm contribuído para a formação/qualificação da população imigrante”**



Fonte: Questionário (n=7).

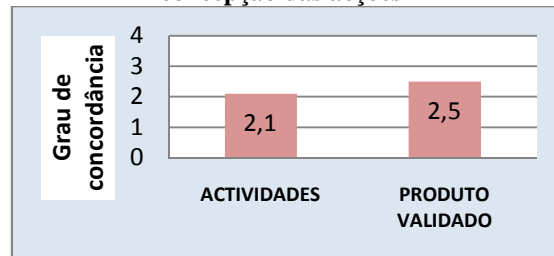
- Quanto à opinião sobre se **“os beneficiários finais (imigrantes) participaram activamente na concepção das acções”** (questão 30.9), o balanço das respostas dos profissionais foi também pouco positivo: a média foi de 2,1 para as actividades, e de 2,5 para o produto (ver

<sup>33</sup> Cifrando lista anterior.

<sup>34</sup> Recorde-se que a técnica da SCMCV não respondeu à questão e o dirigente da mesma entidade fê-lo apenas em relação às actividades, no geral.

tabela 20). Neste campo, a opinião global dos imigrantes inquiridos indica que estes participaram em algumas acções, mas pouco contribuíram para a concepção/experimentação e disseminação do produto (ver gráfico 1).

**Tabela 20 - Grau de concordância para a frase “os beneficiários finais participaram activamente na concepção das acções”**



Fonte: Questionário (n=7).

A análise conceptual de DC prevê a “*participação activa da sua população e a partir da sua iniciativa*”, no entanto **o GA não conseguiu envolver a população imigrante como sujeito da acção, mas apenas como destinatário**. Segundo a opinião dos inquiridos (profissionais e imigrantes), os imigrantes não participaram efectivamente na tomada de decisão sobre as acções, como se previa no arranque do projecto, não contribuindo de forma decisiva para a sua formação/qualificação.

A PD permitiu ao sistema-cliente assumir o protagonismo de parceiro na resolução dos seus problemas, com acções não de natureza meramente assistencialista, mas também de natureza preventiva, no sentido de dotar de voz e de capacidade de intervenção aqueles que a não tinham, como se pretende numa intervenção social na actualidade, segundo Carmo (2007). Não obstante as características das actividades, sobretudo do produto EQUAL (inovação, *empowerment*, adequabilidade, utilidade, acessibilidade, igualdade e transferibilidade) a intervenção falhou ao nível da interacção entre o sistema-interventor e o sistema-cliente, dada a fraca participação dos imigrantes nas actividades desenvolvidas ao longo do projecto.

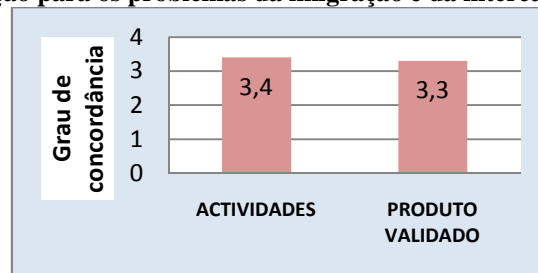
É de salientar que a optimização do Modelo de Rede Social (CLAS) implementado no país, criando a *Rede Local de Apoio ao Imigrante*, pode ainda dar esse “poder” aos cidadãos imigrantes, a médio prazo, caso os actores sociais adiram efectivamente ao produto apresentado nas Redes Territoriais.

### **Dirigentes e técnicos das instituições parceiras**

- A opinião global sobre as actividades e o produto validado do projecto dada por confrontação com a frase “**dão origem (na ZI e nos territórios onde o produto validado vier a ser**

incorporado), a impactos tais como: **uma maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade**” (questão 30.1) foi bastante positiva. A média das respostas dos profissionais fixou-se nos 3,4 para as actividades no geral, e nos 3,3 para o produto validado (ver tabela 21).

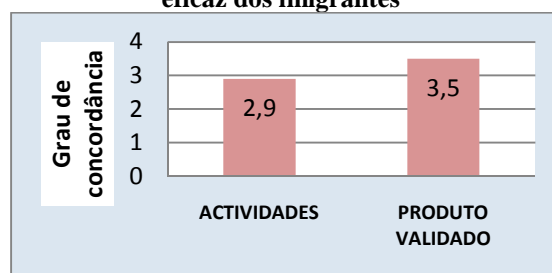
**Tabela 21** - Grau de concordância para a frase “dão origem a impactos tais como: uma maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade”



Fonte: Questionário (n=7).

- Quanto à frase “**as acções dão origem (na ZI e nos territórios onde o produto validado vier a ser incorporado), a impactos tais como: o acolhimento mais eficaz dos imigrantes**” (questão 30.2), a média das respostas dos técnicos e dirigentes revelou um grau de concordância positivo: 2,9 para as actividades e 3,5 para o produto validado, mostrando-se este último mais adequado à questão colocada (ver tabela 22). É de salientar que a opinião dos imigrantes também reconhece valor nas acções do projecto, quanto ao seu acolhimento e integração na região (ver gráfico 1).

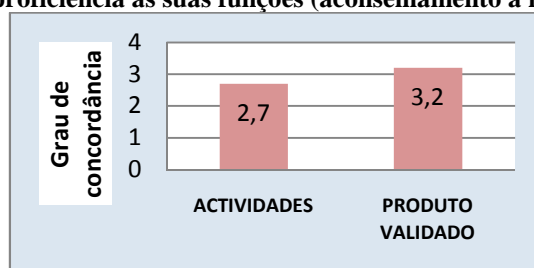
**Tabela 22** - Grau de concordância para a frase “dão origem a impactos tais como: o acolhimento mais eficaz dos imigrantes”



Fonte: Questionário (n=7).

- A opinião geral sobre se as acções “**têm contribuído para que os profissionais das instituições desempenhem com mais proficiência as suas funções no que respeita à aptidão para fazer aconselhamento a imigrantes**” (questão 30.5) favoreceu o produto. A média das respostas foi de 2,7 para as actividades, e de 3,2 para o produto (ver tabela 23).

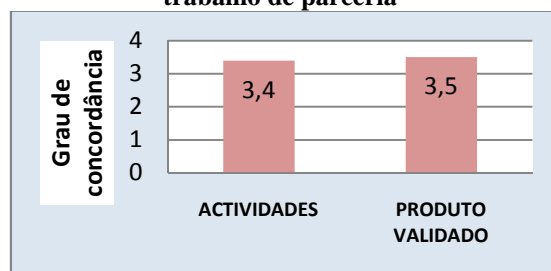
**Tabela 23 - Grau de concordância para a frase “têm contribuído para que os profissionais desempenhem com mais proficiência as suas funções (aconselhamento a imigrantes)”**



Fonte: Questionário (n=7).

- A opinião geral sobre se “**as entidades consolidam uma cultura favorecedora do trabalho de parceria**” (questão 30.6), obteve uma opinião global positiva: a média foi de 3,4 para as actividades, e de 3,5 para o produto validado (ver tabela 24).

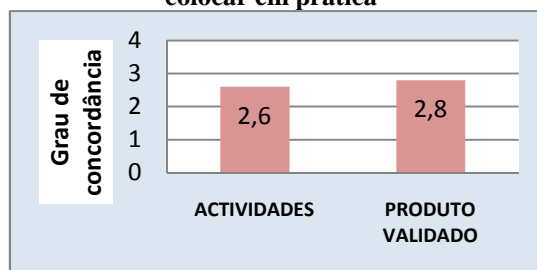
**Tabela 24 - Grau de concordância para a frase “as entidades consolidam uma cultura favorecedora do trabalho de parceria”**



Fonte: Questionário (n=7).

- As actividades e o produto “**promovem e mobilizam novas formas de aprender para colocar em prática**” (questão 30.7) adquiriu um grau de concordância global satisfatória: a média cifrou-se nos 2,6 para as actividades, e nos 2,8 para o produto (ver tabela 25).

**Tabela 25 - Grau de concordância para a frase “promovem e mobilizam novas formas de aprender para colocar em prática”**

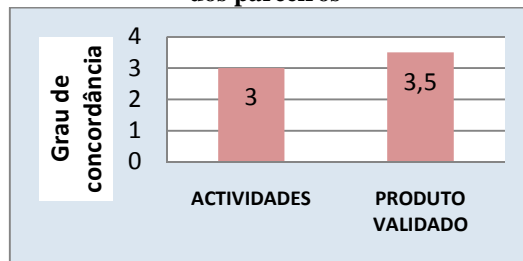


Fonte: Questionário (n=7).

- A opinião global foi positiva quando confrontados com a frase “**as acções resultam dos contributos diversificados e complementares dos diferentes parceiros**” (questão 30.8). A

média das respostas fixou-se nos 3 para as actividades, e nos 3,5 para o produto validado (ver tabela 26).

**Tabela 26 - Grau de concordância para a frase “resultam dos contributos diversificados e complementares dos parceiros”**



Fonte: Questionário (n=7).

Nesta secção, relativa à caracterização dos impactos efectivos das acções desenvolvidas junto dos dirigentes e técnicos das entidades parceiras, importa acrescentar as informações do Relatório de Auto-Avaliação, efectuado pela PD no final do projecto:

“(…) No que diz respeito às mudanças ocorridas nas organizações parceiras e entidades que participaram no momento de disseminação, podemos indicar uma maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade; uma maior aptidão para tratar, encaminhar e/ou aconselhar a comunidade imigrante e promover alterações nas práticas ou metodologia de trabalho, o aumento da capacidade para reforçar os laços institucionais e melhorar a comunicação organizacional.”

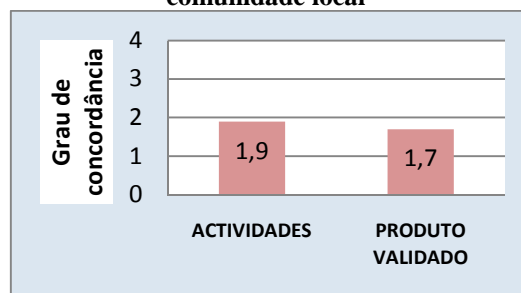
As actividades do GA direccionadas para diferentes grupos-alvo, segundo a opinião global dos técnicos e dirigentes inquiridos, tiveram mais impacto para eles próprios. As acções, sobretudo o produto da intervenção, permitiram a estes profissionais (e a outros no momento de disseminação do produto) adquirirem maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade, maior aptidão para tratar/encaminhar e/ou aconselhar a população imigrante, alterar práticas ou metodologia de trabalho (ainda que a um nível inferior) e consolidar uma cultura favorecedora do trabalho de parceria.

Neste sentido, as acções do GA enquadram-se na perspectiva de E/FC, segundo Silvestre (2003), pois a modalidade educativa/formativa, subjacente às actividades, é de carácter informal, contextualizada e em parceria com um leque alargado de instituições. A relação entre a educação/formação e o desenvolvimento (local, comunitário, pessoal), de acordo com Canário (1999), não é encarada como uma relação de causalidade linear, em que a qualificação (por via escolar) de recursos humanos constituiria um requisito para desencadear processos de desenvolvimento, mas sim como o resultado da implicação dos indivíduos na acção (projecto).

**Comunidade local**

- Os profissionais inquiridos quando confrontados com a frase **“têm contribuído para a formação/qualificação da comunidade local”** (questão 30.4), a opinião global foi algo reduzida, pois a média cifrou-se nos 1,9 para as actividades e nos 1,7 para o produto validado (ver tabela 27).

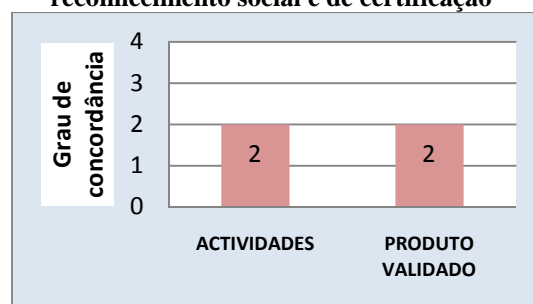
**Tabela 27 - Grau de concordância para a frase “têm contribuído para a formação/qualificação da comunidade local”**



Fonte: Questionário (n=7).

- A frase **“as competências promovidas são passíveis de reconhecimento social e de certificação”** (questão 30.15) obteve um grau de concordância também pouco satisfatório. A média foi de 2 para as actividades e para o produto (ver tabela 28).

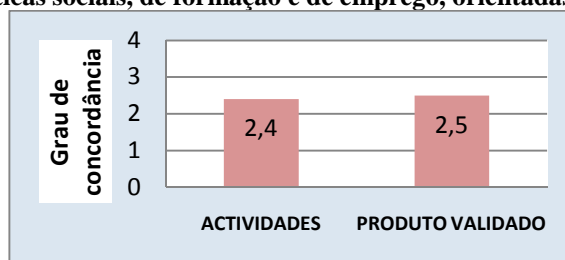
**Tabela 28 - Grau de concordância para a frase “as competências promovidas são passíveis de reconhecimento social e de certificação”**



Fonte: Questionário (n=7).

- Quando impelidos a opinar sobre a frase **“as acções têm potencial para influenciar mudanças nas práticas das organizações e nas políticas sociais, de formação e de emprego, orientadas para a economia social”** (questão 30.19), o grau de concordância foi medianamente positivo. A média foi de 2,4 para as actividades e de 2,5 para o produto (ver tabela 29).

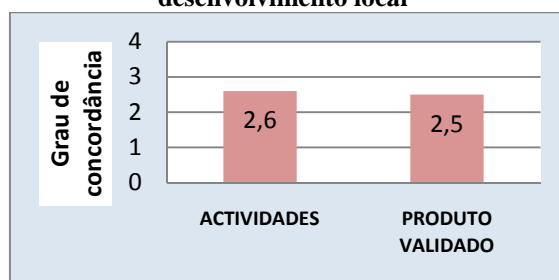
**Tabela 29 - Grau de concordância para a frase “têm potencial para influenciar mudanças nas práticas das organizações e nas políticas sociais, de formação e de emprego, orientadas para a economia social”**



Fonte: Questionário (n=7).

- O grau de concordância foi também medianamente favorável, quando confrontados com a frase “as acções promovem a formação de adultos e o desenvolvimento local” (questão 30.13). A média foi de 2,6 para as actividades e de 2,5 para o produto (ver tabela 30).

**Tabela 30 - Grau de concordância para a frase “as acções promovem a formação de adultos e o desenvolvimento local”**



Fonte: Questionário (n=7).

Os impactos efectivos das acções do GA, segundo a opinião geral da PD, são pouco significativos junto da comunidade local, nomeadamente ao nível da sua formação/qualificação. Os imigrantes inquiridos acrescentam que as acções do GA foram pouco divulgadas na comunidade local, quer para imigrantes, quer para autóctones (ver quadro 36, anexo 6).

Apesar disso, os profissionais da PD consideram que a intervenção tem algum potencial para influenciar mudanças nas práticas das organizações e nas políticas sociais, de formação e de emprego, orientadas para a economia social. A ser assim tem implicitamente algum potencial para a formação de adultos e o desenvolvimento local.

### **Indicador: Análise de eficácia (objectivos realizados versus objectivos planeados)**

Recordando os **objectivos (específicos)** do projecto, nomeadamente:

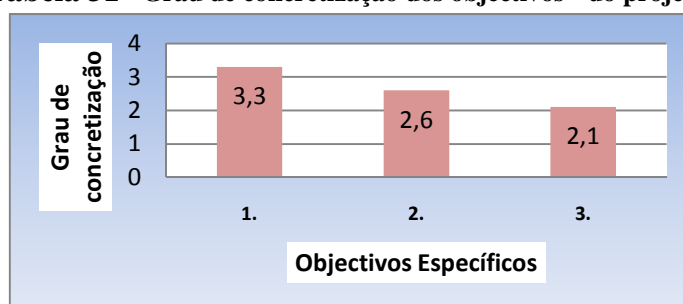
- 1) <sup>35</sup> experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais,

<sup>35</sup> Consideram-se incluídos os **objectivos de disseminação da Rede Local de Apoio ao Imigrante**. São eles: a) *Fornecer pistas de trabalho em Rede para melhorar os serviços locais no acolhimento da comunidade imigrante* e b) *Facilitar a comunicação e o trabalho em Parceria em intervenções na área da imigração*.

- 2) conceber e experimentar actividades multiculturais/interculturais como factor de integração da população e
- 3) conceber e experimentar técnicas de *empowerment* do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes,

os profissionais inquiridos foram confrontados com o **grau de concretização dos mesmos na sua fase de arranque** (questão 23). As respostas indicaram que os objectivos: (1) e (2) foram medianamente alcançados, pois a média cifrou-se nos 3,3 e 2,6, respectivamente. Já o objectivo (3) deteve o grau de concretização mais reduzido, situando-se a média nos 2,1 (ver tabela 31).

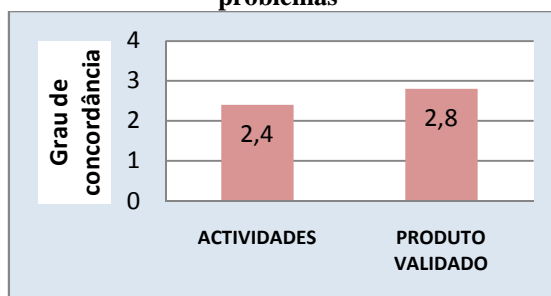
**Tabela 31 - Grau de concretização dos objectivos<sup>36</sup> do projecto**



Fonte: Questionário (n=8).

Tendo em conta que a concretização dos objectivos implica a resolução dos problemas identificados na ZI, através das acções do projecto, os dirigentes e técnicos da PD foram confrontados com a frase **“as actividades e o produto contribuem activamente para a resolução dos problemas e necessidades dos utilizadores e beneficiários finais, tendo em conta o território de intervenção do projecto”** (questão 30.14). O grau de concordância dos inquiridos favoreceu o produto, pois a média cifrou-se nos 2,4 para as actividades, e nos 2,8 para a *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (ver tabela 32).

**Tabela 32 - Grau de concordância para a frase “as acções contribuem activamente para a resolução dos problemas”**



Fonte: Questionário (n=7).

<sup>36</sup> Cifrando lista anterior.



Outra questão permitiu analisar o **grau de atenuação/solução dos problemas** (questão 22). Segundo os inquiridos, os problemas que mais se atenuaram, por ordem decrescente, foram:

- (7) *inexistência de instrumentos de integração nas escolas* e (10) *ausência de recursos humanos especializados no trabalho de intervenção com imigrantes* (média de 3,8);
- (9) *dificuldade de trabalho em rede* (média de 3,5);
- (2) *défice de conhecimentos de direitos/deveres laborais*; (3) *ausência de redes de acolhimento* e (4) *ausência de serviços de orientação/informação* (média de 3,3);
- (8) *défice de informação/formação sobre a imigração para organizações/profissionais* (média de 3);
- (1) *ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa*; (5) *ausência de apoios para a melhoria das condições habitacionais*; (6) *inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes*, e (12) *falta de uma cultura de valorização da interculturalidade* (média de 2,5).

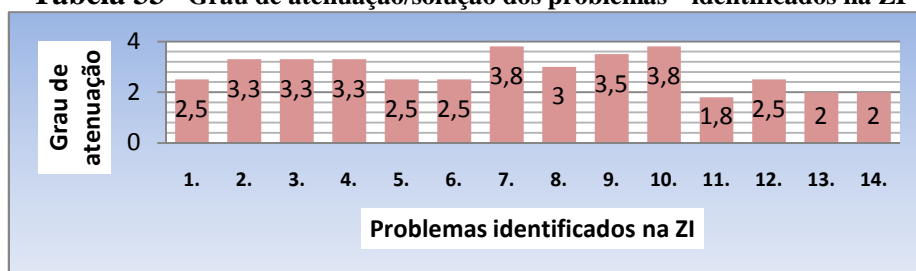
Outros problemas, de acordo com a opinião global, mantiveram-se inalterados, designadamente:

- (13) *ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes ao nível local* e (14) *não aproveitamento dos fluxos migratórios e das competências dos imigrantes perante a desertificação/envelhecimento na ZI* (média de 2).

Verifica-se ainda que um dos problemas agravou-se, pois a média cifrou-se nos 1,8, nomeadamente:

- (11) *ausência de um serviço de observação da imigração a nível local* (ver tabela 33).

**Tabela 33 - Grau de atenuação/solução dos problemas<sup>37</sup> identificados na ZI**



Fonte: Questionário (n=8).

### **Indicador: Análise de eficácia (acções realizadas versus acções programadas)**

O grau de execução das actividades já foi indicado anteriormente<sup>38</sup>, obtido através do questionário aplicado à PD e da análise de documentos produzidos pelos agentes.

<sup>37</sup> Cifrando lista anterior.

<sup>38</sup> Ver Indicador de Execução: *Relação entre as actividades previstas e as actividades realizadas*, p. 65.

**Indicador: Análise de eficácia (grupos-alvo atingidos versus grupos-alvo previstos)**

Quanto à questão “os grupos-alvo atingidos estão de acordo com os grupos-alvo previstos?” (questão 25), a totalidade dos inquiridos (100%) respondeu afirmativamente. De notar que no inquérito aplicado de forma presencial os respondentes não conseguiram precisar um número de adesão de destinatários nas acções desenvolvidas, indicando porém no geral um grau de adesão inferior, face ao esperado (ver tabela 11).

**Indicador: Análise da eficiência (actividades realizadas/objectivos atingidos versus recursos utilizados)**

Na questão em que se pretende **relacionar as actividades realizadas com os objectivos<sup>39</sup> do projecto** (questão 26) os dados obtidos, bem como os registos do GA permitiram verificar que os objectivos foram concretizados, embora aquém do previsto (ver tabela 2). As acções apontadas pelos profissionais como as mais significativas para o projecto e que contribuíram para aquela realização foram as seguintes: o Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços (incluindo a sua apresentação); os Guias de Acolhimento Locais; o Trabalho em Rede/ Reuniões com os parceiros da PD; o Boletim Bimestral; os Seminários; as Sessões entre os parceiros e o público-alvo e as Actividades para a valorização da Multiculturalidade, realizadas na escola (ver quadro 24).

Ainda no âmbito da mesma questão foi possível determinar que as acções e os objectivos subjacentes às mesmas foram realizados com **recursos humanos** (técnicos da PD, dos CLAS, outros profissionais e imigrantes), **recursos materiais** (espaços da PD e de outros parceiros regionais para reuniões e outras actividades, viaturas e outros equipamentos da PD, materiais/informação da temática já existentes da PD e de outras instituições) e **recursos financeiros** da PD e do PIC-EQUAL (ver quadro 24). É de salientar que o financiamento do Gabinete de Gestão EQUAL foi consideravelmente inferior ao previsto limitando, por sua vez, os recursos humanos.

De notar que dois técnicos inquiridos - um da entidade parceira da SCMCV e outro da USNA - não responderam à questão, dado entenderem ter falta de conhecimento sobre a matéria. A profissional da SCMCV alegou falta de envolvimento por parte da sua entidade na concepção e desenvolvimento das actividades assumidas. O técnico da USNA declarou residir longe do distrito da ZI e, por isso, não possuir em seu poder os registos do projecto.

---

<sup>39</sup> Cifrando lista das pp. 85-86.

Quadro 24 - Relação entre actividades, recursos (previstos e utilizados) e objectivos

PD	Acções mais significativas	Descrição dos Recursos		Importância das acções para a concretização dos objectivos <sup>40</sup>
		Previstos	Utilizados	
CDCB (n=1_técnico)	Concepção e experimentação de um Modelo de acolhimento local inter-serviços.	Utilização das redes locais dos parceiros envolvidos	CLAS de Nisa e Alter do Chão	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
USNA (n=1_dirigente)		6 técnicos	14 técnicos	
USNA (n=1_dirigente)	Apresentação do Modelo às Redes Territoriais de Acção Social de Portalegre, Beja e Évora.	4 técnicos 2 viaturas	4 técnicos 2 viaturas	
CM de Nisa (n=1_técnico)	Percepção das potencialidades do trabalho em rede	Entidades da PD	Entidades da PD	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
CM de Alter (n=1_técnico)				
SCMCV (n=1_dirigente)	Reuniões com os parceiros da PD	Recursos humanos e materiais da PD	Recursos humanos e materiais da PD	
CDCB (n=1_técnico)	Guias de acolhimento locais	Informação do ACIDI, da CM e pesquisa de outros guias já existentes.	Informação do ACIDI, da CM e pesquisa de outros guias já existentes.	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
CM de Nisa (n=1_técnico)		Concretizar instrumentos através do projecto EQUAL.	Financiamento para pagamento.	
CM de Alter (n=1_técnico)				
CDCB (n=1_técnico)	Boletim bimestral	Informação do ACIDI e entrevistas a imigrantes	Informação do ACIDI e entrevistas a imigrantes	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
USNA (n=1_dirigente)	A sua realização/divulgação exerceu uma atracção junto dos imigrantes e da população	Não respondeu	Não respondeu	
CDCB (n=1_técnico)	Seminário: <i>Ser imigrante no Alto Alentejo (AA)</i>	Envolvimento de entidades mais relacionadas com os imigrantes	Envolvimento do SEF, ACT, delegação regional de Saúde, imigrantes	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
CM de Nisa (n=1_técnico) CM de Alter (n=1_técnico)	Seminários: <i>Ser imigrante no AA e Igualdade de Oportunidades</i>	Salas e equipamentos da CM Técnicos da PD	Salas e equipamentos da CM Técnicos da PD	
SCMCV (n=1_dirigente)	Sessões entre os parceiros e o público-alvo (workshops)	Recursos humanos e materiais da PD	Recursos humanos e materiais da PD	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
Associação Gente de Avis (n=1_técnico)	Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade.	Materiais da temática já existentes Construção de novos materiais em conjunto e partilhada com os intervenientes	Os mesmos	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>
Associação Gente de Avis (n=1_técnico)	Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página Web.	Financiamento do projecto	Os previstos	<p>Grau de importância</p> <p>1. 2. 3.</p> <p>Objectivos Específicos</p>

Fonte: Questionário (n=6).

<sup>40</sup> Cifrando lista das pp.85-86.

### **Indicador: Análise da eficiência (objectivos atingidos versus actividades realizadas)**

A mesma questão (questão 26) permitiu também aferir os objectivos que se atingiram através da realização das actividades. De várias, cada inquirido foi instado a indicar apenas as que eram da sua responsabilidade e as que considerava como mais significativas para o projecto na sua globalidade. Eis os resultados (ver quadro 24):

- Das entidades responsáveis pelo **Modelo de acolhimento** (USNA, Associação Gente, CM de Nisa e CM de Alter) verificou-se que a Associação Gente não o concebeu/experimentou. Já o técnico da CDPCB referiu ter participado na sua concepção. Este técnico e o dirigente da USNA consideraram-na importante para a concretização de 2 objectivos: **(1) experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais** (grau 3) e **(3) conceber e experimentar técnicas de empowerment do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes** (grau 3,5). Apontaram-na como menos importante para a consecução do objectivo **(2) conceber e experimentar actividades multiculturais/interculturais como factor de integração da população** (grau 2).
- De salientar que os técnicos dos municípios não nomearam a actividade anterior (responsáveis sobretudo pela experimentação do Modelo), mas indicaram a **percepção das potencialidades do trabalho em rede** como uma das acções mais significativas para o projecto. O dirigente da SCMCV acrescentou as **reuniões com os parceiros da PD**. Estes profissionais consideraram as acções importantes para a concretização dos objectivos **(1)** e **(2)** (grau 3,7 e 3, respectivamente) e menos importante para o objectivo **(3)** (grau 2,3).
- Quanto aos **Guias de acolhimento locais**<sup>41</sup>, os responsáveis por esta acção (CDCBP, CM de Nisa e CM de Alter do Chão) consideraram-na muito importante para a concretização do objectivo **(1)** (grau 4), e razoavelmente importante para os outros dois (grau 2,3).
- Segundo os inquiridos incumbidos pelo **Boletim bimestral** (CDCBP e USNA), esta acção revelou-se importante para a concretização dos objectivos **(2)** e **(3)** (grau 3 e 3,5, respectivamente), e menos importante (grau 2) para a realização do objectivo **(1)**.
- Relativamente aos **Seminários: Igualdade de Oportunidades e Ser imigrante no Alto Alentejo**, os respondentes (os técnicos dos municípios relativamente aos dois seminários e o técnico da CDPCB apenas em relação ao segundo) indicaram que as acções foram importantes, sobretudo, para a concretização dos 2 primeiros objectivos específicos do GA (grau 2,7 e 3,3 respectivamente) e menos importante para o objectivo **(3)** (grau 2,3). É de

<sup>41</sup> Recorde-se que esta acção faz parte do *Modelo de acolhimento local inter-serviços* na 3.ª fase do projecto, passando a designar-se *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (produto validado).

salientar que o primeiro seminário foi assumido pela USNA e pelos 2 Municípios, enquanto o segundo pela CDPCB e SCMCV, contudo verificou-se que os Municípios e a USNA participaram na execução dos dois eventos e a SCMCV não dinamizou a acção prevista. De notar que o dirigente da USNA não nomeou estes seminários.

- Os *Workshops* não foram apontados pelos inquiridos responsáveis (CDPCB e SCMCV), todavia o dirigente da SCMCV mencionou as *sessões entre os parceiros e o público-alvo* como acções significativas para o projecto, importantes para a concretização dos 3 objectivos (grau 3). É de referir que através da realização de entrevistas informais e pelo questionário (questão 15) foi possível verificar que a USNA também dinamizou sessões de informação e aconselhamento para técnicos e imigrantes, apesar de não terem sido indicadas pelo gestor inquirido como acções emblemáticas do GA. Recorde-se que as sessões prenderam-se sobretudo com a necessidade da entidade gestora colmatar a falta de aprovação de várias actividades, previstas numa primeira candidatura.
- A técnica da Associação Gente considerou as *actividades para a valorização da Multiculturalidade* como das mais significativas. Considerou-as muito importantes para a concretização do objectivo (2) (grau 4) e importantes para a consecução dos outros dois objectivos (grau 3). De salientar, que esta acção não foi apontada pela USNA, também responsável pela sua dinamização.

Outras acções não foram consideradas, por estes profissionais, como significativas para a concretização dos objectivos do GA, nomeadamente:

- a *Página Web* assumida pela Associação Gente e a USNA. É de salientar que a acção foi indicada pela técnica da primeira entidade como sendo importante para o projecto, tendo porém referido que não teve o impacto previsto aquando da apresentação da candidatura, considerando-a por isso pouco relevante para a concretização dos três objectivos (grau 2),
- a *Base de dados* atribuída à USNA e à SCMCV. A actividade foi abandonada pela PD dada a falta de recursos, já referida anteriormente neste trabalho (ver tabela 9 e quadro 15) e
- a *edição de Material de Divulgação* da responsabilidade da USNA.

### **Indicador: Análise da eficiência (recursos utilizados versus recursos previstos)**

Relativamente à relação entre recursos previstos e recursos utilizados, dadas as respostas dos dirigentes e técnicos da PD inquiridos (questão 26), no geral, não se verificaram diferenças significativas nessa correspondência (ver quadro 24). De salientar que o projecto sofreu elevados

cortes orçamentais e como tal os recursos financeiros e humanos foram inferiores aos previstos aquando do arranque do projecto (ver quadro 15).

### **Indicador: Parcerias criadas - durabilidade e reprodutibilidade**

Por fim, os inquiridos foram solicitados a expressarem a sua opinião a respeito das **parcerias criadas, em termos de durabilidade e reprodutibilidade, no âmbito do projecto e exterior ao projecto** (questão 31). Através da opinião global dos técnicos e dirigentes foi possível verificar que a parceria criada no âmbito do GA consolidou-se o suficiente para permitir a sua continuidade para além do projecto, quer de forma formal ou informal (ver quadro 25). Contudo, também foi possível notar algum descontentamento por parte de alguns agentes, devido à existência de interesses particulares que se sobrepõem aos interesses comuns da parceria.

**Quadro 25 - Parcerias criadas, em termos de durabilidade e reprodutibilidade, intra e extra projecto**

PD	Parcerias criadas - durabilidade e reprodutibilidade
CDPCB (n=1)	A parceria criada foi o resultado de um trabalho já realizado no âmbito de um outro projecto, que apesar de não estar vocacionado para as questões da imigração, levou-nos a ponderar sobre esta problemática, daí o juntar esforços e novos parceiros, para o desenvolvimento deste projecto. No final do GA, poderemos dizer que este trabalho de parceria não fica por aqui e que em situações futuras poderemos desenvolver novas actividades de uma forma mais formal ou informal.
CM Alter (n=1)	Considero a parceria uma mais-valia muito importante que decorreu muito bem e conseguiu cimentar-se para o trabalho futuro. Considero-a muito positiva e encorajadora de novos desafios e oportunidades de trabalho em rede.
CM de Nisa (n=1)	Considero a parceria uma mais-valia e muito positiva/encorajadora de muitos e novos desafios e oportunidades de trabalho em rede.
SCMCV (n=2)	Não respondeu. ----- Seria desejável que a parceria se tornasse durável para além do tempo de vida do projecto, ainda que informalmente.
USNA (n=2)	As parcerias criadas não só cumpriram os objectivos no âmbito do projecto como se consolidaram o suficiente para permitirem a sua continuidade para além do projecto EQUAL. ----- A consolidação da PD permitiu chegar a bom porto ao terem sido validados em todas as redes com classificação favorável os produtos desenvolvidos. A durabilidade e reprodutividade da Parceria esteve dependente da (in)capacidade financeira dos parceiros em saber disseminar os produtos em redes sociais e institucionais pós-EQUAL. A Acção de Disseminação, última fase, viu-se reduzida pelo insuficiente financiamento e pelo drástico corte de Recursos Humanos na PD, no qual me incluo. Face à reduzida verba disponibilizada para a Acção de Disseminação a PD não soube ou não considerou importante aplicar os produtos no terreno com a mesma efectividade que as etapas anteriores. Considero que para além dos outputs saídos da execução do Projecto, as principais mais-valias foram o trabalho desenvolvido no seio da equipa técnica, quer pela elaboração dos produtos finais, quer pela execução das actividades em si. É importante aferir os interesses particulares dos parceiros e os inputs e outputs criados com o GA, pois o sucesso de uma Parceria reside no equilíbrio entre os interesses particulares de cada um dos agentes e o interesse comum para o qual se juntaram. É desse equilíbrio que resulta a eficácia da intervenção do trabalho em parceria.
Associação Gente (n=1)	A parceria construída no âmbito do projecto foi uma mais-valia para todo o trabalho realizado, que sem dúvida continuará após o GA. Para muitos dos “pares” com quem trabalhamos no programa EQUAL (e não só) a PD era de facto um exemplo por ter a trabalhar em prol do mesmo objectivo Municípios, Sindicatos, IPSS, Associações religiosas e uma ONG não sendo de todo fácil, nem previsível, mas um objectivo comum e as mesmas preocupações tudo conseguem. Um projecto como este (e todos em prol das populações e/ou públicos-alvo) só pode obter resultados se de facto houver uma parceria efectiva. (...) O trabalho em parceria continua a não ser o desejado ou melhor o necessário para procurar efectivamente respostas para as necessidades existentes nos diversos territórios. Enquanto a visão/missão individual for a principal dificilmente os parceiros terão os seus objectivos cumpridos. O produto teve o mérito de conseguir uma parceria que cumpriu os seus objectivos, mas o mesmo só se poderá dizer acerca dos resultados do produto se as parcerias das “Redes Sociais” também conseguirem atingir os objectivos definidos para as mesmas.

Fonte: Questionário (n=7).

A reforçar a ideia da parceria construída como tendo sido uma mais-valia para a intervenção realizada, o Relatório de Auto-Avaliação realizado pela PD no final do projecto indica que o trabalho em parceria é considerado uma das acções do projecto que se revelou como um capital de experiências a considerar no processo de aprendizagem por parte dos agentes:

“O trabalho em parceria é fundamental - indispensável para pensar e actuar sob todas as perspectivas. Cada parceiro observa a realidade social, de uma forma muito particular e é através dos vários olhares que se pode dar resposta a determinada problemática. Todas as instituições que compõem a PD têm perspectivas e até actuações diferentes perante o desafio do Acolhimento de Imigrantes. Foi uma experiência muito positiva o facto de instituições tão diferentes e por vezes, até divergentes, poderem dar o seu contributo; o seu *know-how* ao mesmo desafio. Estamos certos que o projecto beneficiou com esse facto, bem como os técnicos das instituições. O trabalho em parceria permite transformar os parceiros, dando-lhes movimento, numa lógica de qualificação e desenvolvimento do território.”

No mesmo sentido entendem que para haver mudança e desenvolvimento é necessária uma Parceria de Desenvolvimento:

“ (...) a construção de um grupo de trabalho, uma parceria-chave, composto por entidades/instituições que sejam reconhecidas na ZI e conhecedoras da realidade onde se pretende intervir. Cada parceiro, cada instituição vê o objecto de análise numa perspectiva diferente, a partir da sua realidade, e isso reproduzir-se-á na forma de actuação. É a partir do olhar de cada um que se constrói um olhar comum. Consideramos que é essa a "Arte" do desenvolvimento. A PD do Gente Acolhedora atingiu, pensamos, esse patamar.”

Em jeito de síntese, segue-se um quadro que mostra os resultados da avaliação dos efeitos do projecto GA.

#### Quadro 26 - Síntese da avaliação dos efeitos do GA

**Dimensão de análise:** Efeitos (resultados) do projecto GA

**Critérios de avaliação:**

- Inovação
- Transferibilidade
- Eficácia
- Eficiência
- Reprodutibilidade

**Perguntas orientadoras da avaliação:**

- *Qual a inovação do GA, isto é, que produtos inovadores são gerados que respondam às necessidades detectadas?*
- *Que produtos inovadores foram transferidos para outros territórios?*
- *Como se caracterizam os impactos efectivos das acções junto dos destinatários*

(população imigrante, profissionais das instituições e comunidade local)?

- ✓ *O projecto tem contribuído para a formação/qualificação dos destinatários?*
- ✓ *O projecto tem contribuído para a consolidação do trabalho de Parceria?*
- ✓ *O projecto tem contribuído para se assegurar a integração da população imigrante?*
- ✓ *Em que medida o projecto contribuiu para o desenvolvimento local?*
- *Qual foi a eficácia do GA, isto é, será que os resultados obtidos estão de acordo com os objectivos planeados?*
- ✓ *Em que medida foram resolvidos os problemas e necessidades identificados na ZI?*
- *Qual a eficiência do GA, isto é, qual a relação entre os resultados obtidos e os recursos que foram afectados para atingir esses resultados (relação entre custos e benefícios)?*
- *Que parcerias se mantêm?*

#### **Indicadores:**

- Efeitos de inovação e transferibilidade noutros contextos.
- Efeitos concretizados a respeito das acções (quadro de chegada):
  - junto da população imigrante;
  - junto dos profissionais (das entidades parceiras e outras instituições locais);
  - junto da comunidade local.
- Análise de eficácia:
  - objectivos realizados versus objectivos planeados,
  - acções realizadas versus acções programadas,
  - grupos-alvo atingidos versus grupos-alvo previstos,
- Análise da eficiência:
  - objectivos atingidos versus recursos utilizados,
  - actividades realizadas versus recursos utilizados,
  - objectivos atingidos versus actividades realizadas,
  - recursos utilizados versus recursos previstos.
- Parcerias criadas: durabilidade e reprodutibilidade.

#### **Resultado da avaliação:**

A *Rede Local de Apoio ao Imigrante (produto EQUAL)* é inovadora na resposta às necessidades detectadas na ZI, bem como **apresenta elevado grau de transferibilidade** a outros territórios, pois foi possível verificar - através do questionário e análise de documentação do projecto - estas características, entre outras, validadas por utilizadores, beneficiários e especialistas. É de salientar que o produto foi apresentado às Redes Territoriais de Acção Social



de Portalegre, Beja, Évora e Castelo Branco.

Os **impactos efectivos das acções junto dos destinatários** (população imigrante, profissionais das organizações e comunidade local) - de acordo com as mesmas fontes - **são medianamente positivos**. É de destacar que as acções, sobretudo o produto validado, surtiram **maiores impactos junto dos profissionais da PD**, nomeadamente ao nível da sua formação/qualificação para fazer aconselhamento a imigrantes, da promoção de alterações nas metodologias de trabalho das entidades e na consolidação do trabalho de parceria. Contudo, de acordo com a opinião global destes responsáveis, após o resultado da experiência institucional de aprendizagem ocorrida ao longo do GA, continuam a verificar-se entraves ao trabalho com os imigrantes, apesar da maior sensibilização das entidades locais para os problemas da imigração e da interculturalidade. A parceria do GA foi uma mais-valia para todo o trabalho realizado, porém denotam-se obstáculos (visão/missão individual), sobretudo no trabalho de parceria das Redes Sociais para a implementação do produto da intervenção. Só um investimento de longo prazo na cooperação e na concertação entre as diversas associações da sociedade civil permitirá tirar partido, a favor dos imigrantes, da *Rede Local de Apoio ao Imigrante*. Por sua vez, a intervenção possibilitou alguns **efeitos, junto da população imigrante**, pois foi possível verificar – através do questionário e da entrevista – um significativo grau de articulação entre o processo de formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, manifestado pela satisfação dos imigrantes quanto ao acesso aos serviços/ técnicos para a resolução dos seus problemas. É de referir que, segundo as mesmas fontes, os imigrantes pouco participaram no desenvolvimento das acções e, ainda menos, na concepção das mesmas. Mesmo assim, os imigrantes inquiridos consideraram que a intervenção contribuiu para a sua formação e integração social. Por último, as acções do projecto causaram **menor impacto junto da comunidade local**, nomeadamente ao nível da formação/qualificação e do desenvolvimento local (processo de mudança), pois foi possível verificar que o processo de auto-educação das instituições e de toda a comunidade local, não foi suficiente para produzir mudanças significativas na ZI do projecto. De salientar que o GA no desenvolvimento das actividades tentou abarcar o maior número de instituições locais das mais diversificadas áreas - educação, saúde, emprego e condições de trabalho, movimento associativo - e preocupou-se em chamar a população a perceber a importância da atracção de novos habitantes para regiões de baixa densidade.

Relativamente à **eficácia do GA**, as fontes utilizadas permitem considerar **a intervenção razoavelmente positiva**, pois foi possível verificar que, apesar dos constrangimentos

enfrentados (meios humanos e financeiros) um grande número de problemas e necessidades identificados no diagnóstico do projecto foram medianamente atenuados com a intervenção, sobretudo através do produto validado. Portanto os resultados alcançados indicam que os objectivos planeados do projecto, subjacentes às actividades, foram razoavelmente realizados.

Quanto à **eficiência do GA**, as fontes utilizadas permitem considerar **a intervenção também razoavelmente positiva**, atendendo aos resultados obtidos e os recursos materiais, financeiros e humanos disponíveis.

Por último, a **parceria criada no âmbito do GA em termos de durabilidade e de reprodutibilidade é bastante positiva**, tendo em consideração os benefícios que os dirigentes e técnicos esperam que perdurem após a conclusão do projecto, nomeadamente na melhoria do apoio social. Através do questionário averiguou-se que o trabalho em parceria permitiu o intercâmbio de experiências que resultaram em aprendizagens e que serão uma mais-valia em projectos futuros.

## CONCLUSÃO

O processo de investigação sobre a avaliação externa após a conclusão do projecto GA permitiu o confronto com uma multiplicidade de questões - relativas à sua concepção, à sua operacionalização (formas de tomada de decisão), à sua execução e aos seus efeitos - sobre as quais se procurou produzir algum conhecimento, do qual só é possível uma apropriação através de uma atitude de interpelação da realidade que nos afronta. Muitas dessas questões foram suscitadas pelo conhecimento que se adquiriu do projecto no terreno e pela experiência de avaliadores de outros projectos sociais, sobre a qual existe vasta literatura. Estas contribuíram para a compreensão dos processos, das dinâmicas e dos impactos da intervenção, ao mesmo tempo que permitiram confrontarem-se teorias, conceitos, metodologias e conhecimentos sobre o *Desenvolvimento Comunitário*, a *Formação (de adultos)*, o *Trabalho em Parceria* e a *Integração Social dos Imigrantes*.

A construção de um dispositivo metodológico, ao combinar estratégias de investigação (quantitativa + qualitativa) permitiu a diversificação das fontes e técnicas e a triangulação de dados, no sentido de assim se conseguir maior eficácia e validade científica, critérios que devem presidir a qualquer trabalho de investigação.

Ao longo do trabalho foram sendo assumidas e realçadas as conclusões analíticas parciais relativas às quatro dimensões de análise do projecto, nomeadamente: concepção, operacionalização, execução e efeitos. Assim, não será expectável encontrar aqui a sua repetição, tentando-se nesta fase proporcionar uma visão integral dos resultados, de modo a responder-se à questão inicial da investigação. Ao mesmo tempo, pretende-se salientar algumas ideias centrais e reflectir sobre as mesmas, de modo a que possam suscitar um amplo campo de novas possibilidades investigativas.

Recordando a problemática de estudo: *Como se avalia, em termos de eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade, o Projecto Gente Acolhedora junto dos seus parceiros (dirigentes e técnicos) e imigrantes?*

- a) **Como se processou a concepção, a operacionalização e a execução do projecto?**
- b) **Quais os efeitos do projecto e como se caracterizam em termos da sua eficácia, eficiência, inovação e reprodutibilidade?**

tem-se:

- O projecto GA considera-se um exemplo de **um projecto de Desenvolvimento Comunitário que contempla dois níveis de desenvolvimento, Regional e Local**, segundo

Jack Rothman (1995, in Carmo, 2007). A intervenção comunitária é aplicada a uma escala regional cujas metas são orientadas para resultados em que o interventor assume um papel de gestor (Planeamento Social), mas também encaminhadas para processos de criação de grupos de auto-ajuda em que o interventor assume um papel facilitador com uma forte componente sócio educativa (Desenvolvimento Local).

Com apoio externo do EQUAL (técnico e financeiro) o interventor (seis instituições parceiras constituindo a PD) definiu uma zona de intervenção onde procurou concentrar os recursos do projecto. A área escolhida abrangeu cinco concelhos do distrito de Portalegre: Avis, Alter do Chão, Castelo de Vide, Portalegre e Nisa, com um total de 47617 habitantes<sup>42</sup>. Trata-se de uma região do interior, predominantemente rural, com serviços centralizados e desadequados no âmbito do acolhimento e integração dos imigrantes. Após a efectivação de um diagnóstico da situação definiram-se áreas-chave de intervenção (instauração de redes de acolhimento, fomento de uma cultura de valorização da interculturalidade e informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para organizações/profissionais), onde foram concentrados os esforços do projecto. Foram traçados 2 objectivos gerais e 3 específicos, tal como 10 actividades específicas para diferentes grupos-alvo. Aproveitando os recursos locais para responder às necessidades, as acções culminaram no produto EQUAL (*Rede Local de Apoio ao Imigrante*) que integra uma metodologia (assente no modelo de Rede Social) que permite otimizar o trabalho realizado pelos diferentes CLAS (em funcionamento nos 5 concelhos), na medida que facilita e fornece pistas de trabalho quer no diagnóstico de problemas ligados à imigração, quer na tomada de decisão e *empowerment* dos parceiros sociais locais implicados, quer na maior celeridade e eficiência nas respostas a problemas ligados ao acolhimento e integração dos imigrantes.

Na disseminação do produto nas Redes Sociais (compilado num manual), em territórios com características idênticas à ZI do projecto, a PD (interventor) assume um papel de gestor do GA. No entanto, no desenvolvimento do projecto pode dizer-se que a PD, as outras instituições convidadas, a comunidade local e os imigrantes que participaram nas acções constituem um grupo de auto-ajuda orientado para a resolução dos problemas detectados na ZI. O GA remete o grupo para um processo educativo e de progressivo fortalecimento individual e colectivo (*empowerment*). Possibilitou o trabalho em parceria, a troca de experiências e a abertura de novos horizontes no conhecimento e reflexão sobre o

---

<sup>42</sup> **Fonte:** Censo de 2001 no *Web site* do Portal Portalegre Biz.

acolhimento /integração de imigrantes na região. Permitiu a um grupo vulnerável, como é o caso dos imigrantes, participarem em variadas acções, no sentido de facilitar o seu acesso ao exercício dos seus direitos individuais e sociais, nomeadamente nas áreas da saúde, habitação, educação e justiça. Ainda, o sistema-interventor actuou face ao envelhecimento da população e à incapacidade de renovação natural da base demográfica na região (Martins, 2006) candidatando-se a um projecto que utiliza como recurso comunitário a população imigrante a residir na região com vista a criarem-se condições de progresso económico e social para a região.

- **A avaliação dos efeitos do GA em termos de eficácia considera-se satisfatória, pois as acções (à excepção de duas) e os objectivos planeados concretizaram-se, ainda que apresentando um desempenho inferior ao previsto, segundo a opinião generalizada da PD. As actividades atingiram os grupos-alvo previstos, mostrando maior impacto junto dos profissionais da PD.**

- A PD considera que 11 dos 14 **problemas/necessidades identificados na ZI** atenuaram-se com o resultado da intervenção, sobretudo: **1)** a inexistência de instrumentos de integração nas escolas; **2)** a ausência de recursos humanos especializados no trabalho de intervenção com imigrantes; **3)** dificuldade do trabalho em rede; **4)** défice de conhecimentos de direitos/deveres laborais; **5)** ausência de redes de acolhimento; **6)** ausência de serviços de orientação/informação e **7)** défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para organizações/ profissionais. Outros são apontados com grau inferior de atenuação, nomeadamente: **8)** ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa; **9)** ausência de apoios para a melhoria das condições habitacionais; **10)** inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes e **11)** falta de uma cultura de valorização da interculturalidade. É de salientar que, dos **três problemas de prioridade máxima** (5, 11 e 7 por ordem de prioridade), é a falta de uma cultura de valorização da interculturalidade que a PD considera ter conseguido combater com menor eficácia na ZI do projecto.

Os profissionais consideram que continuam a ser problemas na ZI: **12)** ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes ao nível local; **13)** não aproveitamento dos fluxos migratórios e das competências dos imigrantes perante a desertificação/envelhecimento na ZI e **14)** ausência de um serviço de observação da imigração a nível local.

- **Os problemas foram atenuados com a concretização das acções** que apresentam na sua maioria uma avaliação favorável, nomeadamente: **1)** concepção/experimentação e disseminação de um modelo de acolhimento local inter-serviços; **2)** desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade; **3)** edição de material de divulgação; **4)** concepção de guias de acolhimento locais; **5)** concepção e edição de um boletim bimestral; **6)** realização de Workshops; **7)** Seminário Igualdade de Oportunidades e **8)** seminário Ser imigrante no Alto Alentejo.

Relativamente à **9)** concepção, desenvolvimento e gestão de uma página Web regista-se uma avaliação não favorável e a **10)** concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados foi abandonada. De notar que as características destas duas acções mostravam-se muito favoráveis no combate aos problemas/necessidades diagnosticados, sobretudo para aqueles que a PD ainda considera persistirem na região, se realizadas eficazmente.

- **Os técnicos e dirigentes da PD, embora sentindo que a intervenção produziu efeitos para a população imigrante, consideram que teve mais impacto para eles próprios.** Sobretudo através da contribuição do produto, consideram-se mais aptos para fazer aconselhamento a imigrantes, indicando que o trabalho em rede no apoio social à população imigrante encontra-se consolidado entre as instituições parceiras (melhor comunicação e alteração de metodologias de trabalho). Detectam ainda uma maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade, quer por parte das entidades que representam, quer por parte das que foram chamadas à atenção para esta problemática e convidadas a tornar esta temática uma prioridade na lista de acção dos CLAS.
- A opinião global dos **imigrantes entrevistados** revela que a intervenção possibilitou o seu acolhimento/integração na comunidade local, dado o acesso aos serviços/técnicos para a resolução dos seus problemas, e mostrou-se intercultural pelo convívio e contactos proporcionados. Contribuiu ainda para a sua formação/qualificação (informal), por ter permitido a aquisição de saberes/informações sobre legislação (direitos e deveres), por ter facilitado contactos estratégicos ao nível da sua orientação na comunidade local, por ter possibilitado conhecer e dar a conhecer experiências de vida/ dificuldades e oportunidades/ aptidões académicas e por ter provocado a promoção de atitudes propícias à melhoria das suas condições pessoais e colectivas de vida.
- **Dos 3 objectivos específicos do GA,** a PD aponta o objectivo: **1) experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais** como sendo

aquele que mais se alcançou com a intervenção. O facto da equipa de trabalho considerar o objectivo específico: **2) *conceber e experimentar actividades multiculturais/interculturais como factor de integração da população*** atingido apenas medianamente pode-se entender como uma das causas possíveis, entre outras, por persistir a falta de uma cultura de valorização da interculturalidade na ZI. A PD indica que o objectivo **3) *conceber e experimentar técnicas de empowerment do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes*** deteve o grau de concretização menos significativo, revelando-se assim o insuficiente envolvimento dos imigrantes nas acções, sobretudo ao nível da concepção das mesmas. Neste trabalho de pares, os imigrantes foram também desafiados a assumir o protagonismo de parceiro, de sujeito da sua história, como salienta Carmo (2007), tendo contudo esta participação ficado aquém do previsto. O plano da intervenção implicou comunicação/interacção entre o sistema-interventor (PD) e o sistema-cliente (população imigrante local) quer na fase de estudo e diagnóstico, quer na de execução. O problema adveio da fraca interacção registada. Não obstante, é de salientar o esforço investido pelos agentes no contacto e mobilização deste público-alvo. É assinalável, ainda, a intervenção ter facilitado a formação da primeira associação de imigrantes no distrito, bem como uma emissão de rádio com e para imigrantes (actividades extra projecto).

- **Quanto aos efeitos em termos de eficiência, deduz-se que globalmente a avaliação do projecto é também satisfatória**, atendendo aos resultados das acções e objectivos concretizados, dado os recursos – materiais, financeiros e humanos - disponíveis terem-se mostrado inferiores ao previsto, aquando do arranque do projecto.
- **Relativamente aos efeitos do GA em termos de inovação, verifica-se que a avaliação é bastante favorável**, dado a opinião global da PD traduzir uma forte consciencialização da utilidade e do potencial do produto elaborado quer para os públicos-alvo (imigrantes e profissionais das entidades locais) da ZI, quer para os territórios onde for adaptado e utilizado por entidades incorporadoras.
- **No que concerne à reprodutibilidade, os efeitos do GA apresentam uma avaliação também bastante satisfatória**, dado a opinião global da PD traduzir uma forte consciencialização da utilidade e potencial da parceria criada para além da conclusão do projecto quer no apoio social a imigrantes, quer para outros projectos futuros.
- **Em suma**, embora a concretização do projecto tenha sido realizada com assinalável sucesso - dada a pertinência dos objectivos, das acções e dos grupos-alvo previstos, a adequação da

organização e gestão da PD, a avaliação favorável de 8 das 10 actividades específicas realizadas - não se pode considerar que dele tenham resultado mudanças significativas na ZI. A intervenção tentou abarcar o maior número de instituições locais das mais diversificadas áreas e preocupou-se em chamar a população a perceber a importância da atracção de novos habitantes para regiões de baixa densidade populacional. Porém, como salienta a PD, as acções causaram pouco impacto junto da comunidade local. Os imigrantes entrevistados acrescentam que as acções do GA deviam ter sido mais divulgadas, quer para imigrantes, quer para autóctones, para se conseguir o envolvimento necessário. A maior virtude da intervenção reside no aprofundamento do conhecimento de uma situação nova para os profissionais das entidades locais, face às recentes mudanças na sociedade portuguesa (imigração) e na auto-organização dos actores locais em torno de um projecto comum que valoriza a utilização dos recursos locais.

A triangulação de dados permite deduzir que **vários constrangimentos** - endógenos e exógenos - ao longo da vigência do projecto, revelaram-se decisivos nos impactos da intervenção, quer junto dos seus parceiros (dirigentes e técnicos), quer dos imigrantes. São eles: os cortes orçamentais do GGE e, conseqüentemente, a falta de recursos humanos, a não aprovação de algumas actividades fulcrais aquando duma primeira candidatura ao EQUAL (é de salientar o esforço da PD na realização de algumas dessas acções), o período limitado para a execução do projecto face ao tão elevado número de problemas assinalados na ZI, a insuficiente interacção registada entre a PD e a população imigrante relativamente à tomada de decisão sobre as acções, a adesão inferior à prevista dos destinatários das acções, a insuficiente divulgação do projecto - quer junto da comunidade local, quer da população imigrante, quer ainda no âmbito do plano de comunicação/ divulgação do produto - e o pouco envolvimento dos CLAS da Rede Social na concepção e disseminação do modelo de acolhimento (défice de dinâmicas e/ou de trabalho de parceria de alguns CLAS).

Não obstante, não se considera que a PD se tenha demitido perante as dificuldades e o estudo realizado revela impactos positivos anteriormente apontados, associados à problemática da imigração na ZI. As acções podem não ter sido capazes de cumprir todas as promessas dum projecto que se integra num processo de desenvolvimento de uma região, mas também podem cumprir expectativas positivas (im)previstas à medida que se distancia no tempo a conclusão do projecto. A aprendizagem verificada das instituições parceiras e dos agentes na potencialização dos recursos locais é assinalável, mas só um investimento de longo prazo na consolidação do trabalho de parceria dos CLAS, de forma a tornar eficaz este recurso da região, permitirá tirar partido, a favor dos imigrantes, da *Rede Local de Apoio ao*



*Imigrante. Como salienta Melo (1998, p.62) “o desenvolvimento local é antes de mais, uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de os combinar de forma racional para a construção de um melhor futuro”.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Bibliografia

- ACIME (2005, 9 Junho). Imigração. Os mitos e os factos. *VISÃO*, pp. 1-23.
- Albuquerque, R., Ferreira, L. & Viegas, T. (2000). *O Fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Alves J., Martins A. & Cheta R. (2007). *Emprego, formação e redes sociais*. Lisboa: Celta Editora.
- Amiguinho, A. (1992). *Viver a Formação, Construir a Mudança*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos. Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Canário, R. (Org.) (2007). *Educação popular e movimentos sociais*. Coleção Ciências da Educação. Educa/UI&DCE. n.º2. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.
- Capucha, L., Almeida, J., Pedroso, P. & Silva J. (1996). Metodologias de avaliação. O estado da arte em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 22, 9-27.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento comunitário*. 2.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Universidade Aberta.
- Cohen, E., & Franco, R. (2008). *Avaliação de projetos sociais* (8.<sup>a</sup>ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cortesão, L. & Pacheco, N. (1991). O Conceito de educação intercultural. Interculturalismo e realidade portuguesa. (Vol.4, pp. 33-44). In *INOVAÇÃO*. INOVAÇÃO
- Cortesão, L., Leite, C., Madeira, R., Nunes, R. & Trindade, R. (2000). *Nos bastidores da formação. Contributo para o conhecimento da situação actual da formação de adultos para a diversidade em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Franco, A. (1995). Desenvolvimento local: a questão das teorias e modelos. *A REDE*, 13, 6-10.
- Lessard Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2008). *Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas* (3.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Instituto Piaget. (Edição original 1990).
- Marino, E. (2003). *Manual de avaliação de projectos sociais* (2.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Sena.
- Melo, A. (1998). O desenvolvimento local como processo educativo: impressões e opiniões autoentrevistais. *A REDE*, 2, 58-63.

- Mendes, M. & Rocha-Trindade, M. (1996). *Educação intercultural de adultos*. CEMRI. Coleção de Estudos Pós-Graduados. Universidade Aberta. Lisboa: Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação.
- Monteiro, A. (2004). *Associativismo e novos laços sociais. Observatório dos poderes locais*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Peres, A. N. (1999). Na era da interculturalidade. In *Educação intercultural-utopia ou realidade? Processos de pensamento dos professores face à diversidade cultural: integração de minorias migrantes na escola* (Genebra e Chaves) (pp. 33-56). Porto: Profedições.
- Silvestre, C. (2003). *Educação/formação de adultos. Como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget.
- Sousa, A. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Souta, L. (1997). *Multiculturalidade e educação*. Porto: Profedições.

### **Documentos do projecto GA**

- Djahnine H. (2005). *Migrants en europe. Des homms et dès femmes témoignent*. [DVD]. Meeting Point Project. Equal.
- Europa-EQUAL-DP Information. *Gente acolhedora*. Consultado em 9 de Novembro de 2009, em:  
<https://webgate.ec.europa.eu/equal/jsp/dpComplete.jsp?cip=PT&national=2004-024#innovation>
- Europa-EQUAL-DP Monitoring Complete (2005). *Gente Acolhedora*. Consultado em 9 de Novembro de 2009, em:  
<https://webgate.ec.europa.eu/equal/jsp/dpMonitoringComplete.jsp?cip=PT&national=2004-024&year=2005>
- Europa-EQUAL-DP Monitoring Complete (2006). *Gente Acolhedora*. Consultado em 9 de Novembro de 2009, em:  
<https://webgate.ec.europa.eu/equal/jsp/dpMonitoringComplete.jsp?cip=PT&national=2004-024&year=2006>
- Projecto Gente Acolhedora (2005). Consultado em 16 de Abril de 2009, em:  
<http://genteacolhedora.com.sapo.pt/>

- Projecto Gente Acolhedora (2006, Janeiro-Fevereiro). *Boletim Informativo*, n.º 1.
- Projecto Gente Acolhedora (2006, Março-Abril). *Boletim Informativo*, n.º2.
- Projecto Gente Acolhedora (2006, Maio-Junho). *Boletim Informativo*, n.º3.
- Projecto Gente Acolhedora (2006, Julho-Agosto). *Boletim Informativo*, n.º4.
- Projecto Gente Acolhedora (2006, Setembro-Outubro). *Boletim Informativo*, n.º5.
- Projecto Gente Acolhedora (2006, Novembro-Dezembro). *Boletim Informativo*, n.º6.
- Projecto Gente Acolhedora (2007, Janeiro-Fevereiro). *Boletim Informativo*, n.º7.
- Projecto Gente Acolhedora (2007, Março-Abril). *Boletim Informativo*, n.º8.
- Projecto Gente Acolhedora (2007, Maio-Junho). *Boletim Informativo*, n.º9.
- Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu. *Gente Acolhedora (n.º 2004/EQUAL/A2/EM/024)*. Consultado em 9 de Novembro de 2009, em:  
<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDetalheProjEQUAL.asp?GestDirProd=N&NumPed=2005000607>
- Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu. *Gente Acolhedora (n.º 2004/EQUAL/A3/EM/024)*. Consultado em 9 de Novembro de 2009, em:  
<https://siifse.igfse.pt/asp/directorioProjectos/eqDetalheProjEQUAL.asp?GestDirProd=N&NumPed=2007003222>
- União de Sindicatos do Norte Alentejano (2005). *Candidatura do projecto*. Portalegre, USNA.
- União de Sindicatos do Norte Alentejano (2005). *Diagnóstico sobre a imigração em Portalegre*. Portalegre, USNA.
- União de Sindicatos do Norte Alentejano (2009). *Relatório de Auto-Avaliação da PD*. Portalegre, USNA.

### **Legislação**

Disp. n.º 6063/2002, de 26 de Junho de 2001, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 66, de 19

Sites

ACIDI. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Internacional, I.P. Consultado em 23 de Abril de 2009, em:

<http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=51>

Albuquerque, R. (2002). *Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes*. Consultado em 1 de Junho de 2009, em:

[http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/1316/1/2002\\_rosana.pdf](http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/1316/1/2002_rosana.pdf)

EQUAL “de igual para igual”. *Sobre a Equal*. Consultado em 23 de Fevereiro de 2010, em:

[http://www.equal.pt/non\\_accessible/sobre\\_a\\_equal/O\\_que\\_equal.asp](http://www.equal.pt/non_accessible/sobre_a_equal/O_que_equal.asp)

Martins, A. (2006). *Diagnóstico sobre a situação social dos imigrantes no concelho de Portalegre*. Consultado em 23 de Abril de 2009, em:

[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/diagnostico\\_imigrantes\\_Portalegre.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/diagnostico_imigrantes_Portalegre.pdf)

Minayo, M., & Sanches, O. (1993). *Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade?* Consultado em 2 de Novembro de 2009, em:

<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>

Portal Portalegre Biz. Territorial. *Caracterização do distrito*. Consultado em Junho de 2010, em:

<http://www.portalegredigital.biz/pt/conteudos/territorial/Caracterização+do+Distrito/>

Segurança Social. *Acção social/ rede social*. Consultado em 12 de Setembro de 2009, em:

<http://195.245.197.202/left.asp?03.06.10>

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (2009). *Relatórios*. Consultado em 9 de Novembro de 2009, em:

[http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/relatorios.aspx?id\\_linha=4265&menu\\_position=4141#0](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/relatorios.aspx?id_linha=4265&menu_position=4141#0)

# **ANEXOS**

## ANEXO 1 – Modelo de Avaliação para Projectos Sociais

Quadro 27 - Modelo de avaliação: quadro global de dimensões e indicadores

Dimensões de análise	Variáveis e indicadores
<p><b>Concepção</b></p> <p>Lógica e desenho do modelo de implementação e sua continuidade a nível local</p> <p>Critérios de avaliação subjacentes a esta dimensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– clareza,</li> <li>– pertinência,</li> <li>– adequação,</li> <li>– participação,</li> <li>– qualidade,</li> <li>– coerência interna e externa,</li> <li>– exequibilidade.</li> </ul>	<p><b>Pertinência</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Decisão de conceber a candidatura ao programa;</li> <li>– Aferição e selecção de parceiros;</li> <li>– Aferição e selecção de destinatários das acções (grupos-alvo);</li> <li>– Perfil de competências das entidades convidadas a participar na parceria da rede social;</li> <li>– Objectivos (gerais e específicos) da Rede Social (e critérios subjacentes);</li> <li>– Meios e recursos disponíveis à partida;</li> <li>– Critérios subjacentes à constituição do CLAS (Concelho Local Acção Social), do NE (Núcleo Executivo), das CSF (Comissões Sociais de Freguesia), das CSIF (Comissões Sociais Inter-freguesias) e dos GTT (Grupos de trabalho temáticos);</li> <li>– Tipo de dificuldades/conflictos verificados na constituição da parceria;</li> <li>– Estratégias mobilizadas para ultrapassar as dificuldades de constituição da parceria;</li> <li>– Nível de expectativas entre a fase pré-parceria e após a parceria estar constituída;</li> <li>– Nível de satisfação dos parceiros face à liderança da parceria na fase de constituição;</li> <li>– Níveis de envolvimento e responsabilidade esperados dos parceiros;</li> <li>– Expectativas iniciais face à concretização dos objectivos.</li> </ul> <p><b>Coerência Interna</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Adequação dos objectivos gerais e específicos face aos problemas e necessidades contempladas em cada diagnóstico social;</li> <li>– Relação/adequação entre problemas e recursos disponíveis;</li> <li>– Articulação da rede com outros projectos de dimensão concelhia (luta contra a pobreza, toxicoddependência, protecção de crianças e jovens, carta educativa, PDM, entre outros);</li> <li>– Relação/adequação entre as estratégias preconizadas e o contexto social diagnosticado.</li> </ul> <p><b>Coerência Externa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Articulação da rede social local com as políticas e programas de desenvolvimento social local, de âmbito regional e nacional, e de outras directrizes superiores da Segurança Social (exemplo: PNAI).</li> </ul>
<p><b>Operacionalização</b></p> <p>Processo de planificação/implementação da intervenção</p> <p>Critérios de avaliação subjacentes a esta dimensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– adequação</li> <li>– participação</li> <li>– integração/complementaridade;</li> <li>– responsabilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Disponibilização de recursos financeiros, organização e logísticos (instalações, equipamentos,...) e sua afectação do funcionamento de rede e suas actividades;</li> <li>– Funcionamento dos mecanismos de gestão e formas de tomada de decisão;</li> <li>– Estrutura funcional: papeis atribuídos às estruturas criadas e grau de concretização dos mesmos;</li> <li>– Grau de envolvimento dos parceiros;</li> <li>– Procedimentos relativos à aprovação e emissão de parceiros pelo CLAS;</li> <li>– Grau de concordância com o processo de emissão de pareceres;</li> <li>– Número e tipo de actividades/projectos a desenvolver por cada parceiro e tipo de compromissos assumidos;</li> <li>– Meios de divulgação das intervenções;</li> <li>– Objectivos planeados/acções programadas /grupos-alvo previstos;</li> <li>– Formas de percepção e apropriação do programa Rede Social e seus objectivos;</li> <li>– Momentos de maior e menor intensidade de trabalho e envolvimento dos actores;</li> <li>– Grau de satisfação e motivação dos parceiros em relação à própria parceria e ao trabalho entretanto desenvolvido;</li> <li>– Grau de articulação do modelo de organização da parceria, nas suas diferentes vertentes, face às necessidades de trabalho em parceria e eventuais novos objectivos;</li> <li>– Nível de eficácia da coordenação e gestão do trabalho em parceria, do seu conjunto e de cada parceiro em particular, no estabelecimento de ligações e relações institucionais entre os diferentes parceiros tendo em conta as metas definidas;</li> <li>– Nível de aceitação e respeitabilidade relativamente aos contributos de cada parceiro;</li> <li>– Capacidade de reorientação da organização da parceria face a novas dificuldades e desafios de rede social;</li> <li>– Grau de consolidação das competências adquiridas sobre o trabalho em parceria;</li> <li>– Nível de empenho de cada parceiro.</li> </ul>

<p><b>Execução</b></p> <p>Realização da intervenção (a intervenção em si mesma)</p> <p>Critérios de avaliação subjacentes a esta dimensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- adesão,</li> <li>- clareza,</li> <li>- pertinência,</li> <li>- adequação,</li> <li>- exequibilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau de execução das actividades previstas;</li> <li>- Relação entre as actividades previstas e as actividades realizadas;</li> <li>- Cumprimento dos prazos;</li> <li>- Detecção de desvios e suas causas face às acções e projectos programados;</li> <li>- Áreas prioritárias de intervenção;</li> <li>- Grau de adesão dos destinatários (superior, igual ou inferior ao esperado);</li> <li>- Número e tipo de destinatários abrangidos (face ao previsto);</li> <li>- Formas de participação de parcerias e respectivos graus de envolvimento;</li> <li>- Contributos dos parceiros;</li> <li>- Dificuldades e obstáculos encontrados no decurso do processo e respectivas formas de solução/atenuação;</li> <li>- Peso das iniciativas da rede no conjunto das prioridades e acções das entidades envolvidas/parceiros;</li> <li>- Capacidades de inovação e experimentação;</li> <li>- Estruturas organizadas criadas;</li> <li>- Capacidade de sustentação das actividades iniciadas;</li> <li>- Níveis de cumprimento (ou tendência para cumprir as metas anunciadas);</li> <li>- Posicionamento e dinâmicas dos actores/parceiros;</li> <li>- Continuidades e inflexões do processo;</li> <li>- Entendimentos e grau de adesão dos vários actores sociais envolvidos: técnicos, responsáveis políticos e parceiros em geral.</li> </ul>
<p><b>Efeitos</b></p> <p>Resultados da intervenção</p> <p>Critérios de avaliação subjacentes a esta dimensão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- eficácia,</li> <li>- eficiência,</li> <li>- inovação,</li> <li>- reprodutibilidade/ disseminação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efeitos esperados a respeito das acções em concreto (quadro de partida);</li> <li>- Efeitos concretizados a respeito das acções em concreto (quadro de chegada):  <ul style="list-style-type: none"> <li>Junto dos destinatários,</li> <li>Junto dos parceiros,</li> <li>nos contextos sociais;</li> </ul> </li> <li>- Análise de eficácia (comparação entre os resultados observados e os objectivos definidos):  <ul style="list-style-type: none"> <li>objectivos realizados <i>versus</i> objectivos planeados,</li> <li>acções realizadas <i>versus</i> acções programadas,</li> <li>grupos-alvo atingidos <i>versus</i> grupos-alvo previstos;</li> </ul> </li> <li>- Análise da eficiência (comparação entre os resultados observados e os meios/recursos mobilizados ):  <ul style="list-style-type: none"> <li>objectivos atingidos <i>versus</i> recursos utilizados,</li> <li>actividades realizadas <i>versus</i> recursos utilizados,</li> <li>objectivos atingidos <i>versus</i> actividades realizadas,</li> <li>recursos utilizados <i>versus</i> recursos previstos;</li> </ul> </li> <li>- Efeitos de inovação e transferibilidade noutros contextos (boas práticas);</li> <li>- Parcerias criadas: durabilidade e reprodutibilidade.</li> </ul>

Fonte : Alves *et al.*, 2007, pp. 146-147.



## ANEXO 2 – Registos do Projecto

Quadro 28 - Características e competências das entidades que constituem a PD

PD	Características	Competências para a execução das actividades	Tipo e Tamanho
USNA	<p>Associação sindical sediada em Portalegre que representa os trabalhadores defendendo os seus interesses junto das entidades patronais. Fornece:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio sindical e jurídico para tratar e defender os direitos e interesses dos associados em questões sócio laborais;</li> <li>• Aconselhamento jurídico para ordem particular;</li> <li>• Formação profissional;</li> <li>• Parceiro social na região, ao nível de aconselhamento do desenvolvimento social e económico da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local e inter-serviços</i></li> <li>- <i>Actividades para a valorização da Multiculturalidade (acção 2)</i> - capacidade de envolvimento com as diversas entidades e serviços, favorecendo o desenvolvimento e a participação de todos desde a concepção até à finalização das actividades pretendidas.</li> <li>- <i>Edição de Material de Divulgação (acção 2)</i> - conhecimento profundo do projecto GA e das acções que pretende desenvolver.</li> <li>- <i>Gestão e Coordenação do Projecto (acção 2 e 3)</i> - experiência comprovada na coordenação e gestão de projectos Equal (anterior acção 2 do projecto GA) e experiência de coordenação na disseminação de produtos Equal (Guia formativo sobre Legislação Laboral para as IPSS do projecto <i>Excelência na Solidariedade</i>).</li> <li>- <i>Concepção e edição de um boletim bimestral (acção 2)</i> - conhecimento da realidade económica, social e cultural da ZI contribuindo para que na publicação do boletim se responda a dúvidas e questões actuais do público-alvo.</li> <li>- <i>Concepção e manutenção e gestão de uma página Web (acção 2)</i> - conhecimento aprofundado acerca do desenvolvimento das actividades realizadas no âmbito do projecto, colaborando decisivamente na permanente actualização da informação disponibilizada no site.</li> <li>- <i>Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados (acção 2)</i> - conhecimento de todas as necessidades e dificuldades da comunidade imigrante ao nível laboral e das possíveis respostas a estes problemas; contacto facilitado junto das várias entidades locais; conhecimento profundo da legislação laboral.</li> <li>- <i>Seminário Igualdade de Oportunidades (acção 2)</i> - por um lado a experiência na organização deste tipo de eventos e por outro lado a CGTP<sup>43</sup> contar com a colaboração da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens.</li> <li>- <i>Seminários de apresentação do produto</i><sup>44</sup> (acção 3) - experiência da organização e promoção de eventos (seminários, conferências, workshops); contactos privilegiados com entidades de natureza diversa e principais actores, agentes e órgãos de decisão local, regional e nacional; experiência na coordenação de seminários nacionais e transnacionais.</li> <li>- <i>Sessões de Apresentação do Produto (Plataformas Supraconcelhias) (acção 3)</i> - experiência na dinamização de sessões de apresentação de produtos Equal; experiência na dinamização de Workshops, conferências e seminários; conhecimento da metodologia de funcionamento do programa Rede Social, sendo parceiro activo na Rede Social de Portalegre.</li> <li>- <i>Sessões de Incorporação do Produto (Rede Social)</i><sup>45</sup> (acção 3) – experiência na coordenação de reuniões de trabalho, na gestão de equipas de trabalho, e no trabalho em parceria.</li> <li>- <i>Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter do Chão e de Nisa (acção 3)</i> – experiência em gestão do processo de apropriação e incorporação de produtos Equal; experiência na gestão e coordenação de trabalho em parceria.</li> <li>- <i>Avaliação (acções 2 e 3)</i> – experiência em gestão e coordenação da Auto-avaliação e Balanços de Competências de projectos Equal. Experiência comprovada na elaboração de relatórios de avaliação de projectos.</li> </ul>	<p>Organização privada não lucrativa</p> <p>Menos de 10 Funcionários</p>

<sup>43</sup> CGTP - Comissão Geral dos Trabalhadores Portugueses.

<sup>44</sup> Produto – é a *Rede Local de Apoio ao Imigrante* que resulta das actividades realizadas na acção 2 do projecto, designadamente: (1) *concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local e inter-serviços* e (2) *concepção de Guias de Acolhimento Locais*. O produto é validado para ser disseminado nos territórios exteriores à ZI do projecto (acção 3).

<sup>45</sup> A *Rede Social* aplica-se ao território nacional, é uma plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados que assenta no trabalho de parceria alargada, efectiva e dinâmica, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão e à promoção do desenvolvimento social. Pretende-se fomentar a formação de uma consciência colectiva dos problemas sociais e contribuir para a activação dos meios e agentes de resposta e para a optimização possível dos meios de acção nos locais. Trata-se de um Programa Co-financiado pelo Fundo Social Europeu e o Estado Português - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (*Web site* da Segurança Social).

CDCBP	<p>Serviço da Igreja Diocesana destinado à promoção e exercício da sua acção social. Abrange toda a área geográfica da diocese de Portalegre e Castelo Branco, estando sediada em Portalegre. Tem como orientações fundamentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a doutrina social da igreja;</li> <li>- as definidas pelo Plano Pastoral Diocesano;</li> <li>- os imperativos da solidariedade;</li> <li>- a legislação civil e canónica.</li> </ul> <p>Tem como missão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- assistir os mais desfavorecidos,</li> <li>- promover a solidariedade,</li> <li>- fomentar o voluntariado,</li> <li>- promover o desenvolvimento solidário integral e personalizado,</li> <li>- incentivar a cooperação e o intercâmbio interinstitucional,</li> <li>- contribuir para a transformação social,</li> <li>- animar as comunidades,</li> <li>- intervir socialmente junto dos centros de decisão públicos e privados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Concepção de Guias de Acolhimento Locais (acção 2)</b> - contacto privilegiado com o público-alvo (CLAI<sup>46</sup>), tendo conhecimento das suas reais necessidades e dificuldades, às quais é prioritário dar resposta.</li> <li>- <b>Concepção e edição de um boletim bimestral (acção 2)</b> – contacto privilegiado com o público-alvo (CLAI) contribuindo para complementar o apoio a prestar na resposta a questões que diariamente se colocam aos mesmos.</li> <li>- <b>Realização de Workshops (acção 2)</b> - experiência noutros projectos Igual da fase 1 na preparação, animação e avaliação de workshops; facilidade de envolvimento dos diferentes públicos neste tipo de acções.</li> <li>- <b>Seminário - Ser Imigrante no Alto Alentejo (acção 2)</b> – grande experiência no desenvolvimento deste tipo de actividades.</li> <li>- <b>Seminários de apresentação do produto (acção 3)</b> - experiência da organização e promoção de eventos (seminários, conferências, workshops); contactos privilegiados com entidades de natureza diversa e principais actores, agentes e órgãos de decisão local, regional e nacional.</li> <li>- <b>Sessões de Apresentação do Produto (Plataformas Supraconcelhias) (acção 3)</b> - experiência na dinamização de Workshops, conferências e seminários; conhecimento da metodologia de funcionamento do programa Rede Social, parceiro activo na Rede Social de Portalegre</li> <li>- <b>Sessões de Incorporação do Produto (Redes Sociais) (acção 3)</b> – experiência na coordenação de reuniões de trabalho, gestão de equipas de trabalho, e trabalho em parceria.</li> <li>- <b>Avaliação (acções 2 e 3)</b> - conhecimento e experiência nos processos de avaliação nos projectos de intervenção social.</li> </ul>	<p>Organização privada não lucrativa</p> <p>Menos de 10 Funcionários</p>
Associação Gente	<p>A Associação Gente – Desenvolvimento de Comunidades Rurais, sediada em Avis, tem por objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• incentivar o aproveitamento dos recursos endógenos com salvaguarda da entidade cultural dos valores tradicionais do património ambiental e das legítimas aspirações das populações;</li> <li>• estimular a concretização de projectos e planos de intervenção com impacto na melhoria da qualidade de vida das populações;</li> <li>• fomentar a criação de condições favoráveis à fixação das populações;</li> <li>• motivar e preparar os recursos humanos para a revitalização da vida social e económica através da capacidade empreendedora dos indivíduos e das pequenas comunidades;</li> <li>• fornecer elementos de análise que ajudem as entidades públicas e privadas a adequar as suas intervenções às realidades locais;</li> <li>• promover a igualdade entre homens e mulheres, raças e credos;</li> <li>• fomentar e incentivar a prática da protecção e/ou protecção integrada das culturas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local e inter-serviços</b></li> <li>- <b>Actividades para a valorização da Multiculturalidade (acção 2)</b> - conhecimento no desenvolvimento de actividades junto da população e do público-alvo e com a larga experiência e contacto directo com as diversas comunidades.</li> <li>- <b>Concepção e manutenção e gestão de uma página Web (acção 2)</b> – realização de diversas actividades desenvolvidas na área das novas tecnologias de informação e conhecimento das necessidades detectadas junto dos actores conhecidos.</li> <li>- <b>Seminários de apresentação do produto (acção 3)</b> - experiência da organização e promoção de eventos (seminários, conferências, workshops); contactos privilegiados com entidades de natureza diversa e principais actores, agentes e órgãos de decisão local, regional e nacional.</li> <li>- <b>Sessões de Apresentação do Produto (Plataformas Supraconcelhias) (acção 3)</b> - experiência na dinamização de Workshops, conferências e seminários; conhecimento da metodologia de funcionamento do programa Rede Social, sendo parceiro activo na Rede Social de Avis.</li> <li>- <b>Sessões de Incorporação do Produto (Redes Sociais) (acção 3)</b> – experiência de coordenação de reuniões de trabalho, gestão de equipas de trabalho, e de trabalho em parceria.</li> <li>- <b>Avaliação (acções 2 e 3)</b> - conhecimento e experiência nos processos de avaliação nos projectos de intervenção social.</li> </ul>	<p>Organização privada não lucrativa</p> <p>Menos de 10 Funcionários</p>

<sup>46</sup> CLAI - Centro Local de Apoio ao Imigrante

SCMCV	<p>IPSS sedeadada em Castelo de Vide, cuja acção se estende a todo o concelho. A sua actividade principal é a prestação de serviços de apoio domiciliário, Centro de Dia e Lar, vindo também a desenvolver uma acção significativa de apoio a pessoas deficientes e carenciadas. Tem em fase final de construção, instalações de apoio a pessoas com deficiência. Participa na Comissão Distrital do Rendimento Mínimo Garantido.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados (acção 2)</i> - possui competências no domínio da gestão de recursos humanos, recrutamento e selecção.</li> <li>- <i>Realização de Workshops (acção 2)</i> - experiência em desenho, preparação e coordenação de actividades desta natureza; relações de proximidade com os diferentes grupos de destinatários a nível local.</li> <li>- <i>Seminário - Ser Imigrante no Alto Alentejo (acção 2)</i> - conhecimento acumulado no trabalho desenvolvido junto da comunidade imigrante local e também nos contactos privilegiados com as entidades relacionadas com esta temática.</li> </ul>	<p>Pública</p> <p>Menos de 10 Funcionários</p>
CM de Alter do Chão	<p>A Entidade e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal.</p> <p>Objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- realização plena, oportuna e eficiente das acções e tarefas pelos órgãos municipais no sentido do desenvolvimento do município e designadamente as constantes do plano, o programa das actividades;</li> <li>- obtenção de elevados padrões de qualidade dos serviços prestados à população;</li> <li>- máximo aproveitamento possível dos recursos disponíveis no quadro de uma gestão racionalizada e moderna;</li> <li>- a dignificação e valorização cívica e profissional dos trabalhadores municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local e inter-serviços</i></li> <li>- <i>Concepção de guias de acolhimento locais (acção 2)</i> - conhecimento alargado da população local assim como um contacto privilegiado com as entidades e serviços locais.</li> <li>- <i>Seminário Igualdade de Oportunidades (acção 2)</i> – conhecimento adquirido pelo trabalho desenvolvido no terreno e experiência desenvolvida na organização e divulgação deste tipo de iniciativas, bem como capacitação e facilidade de envolvimento dos públicos que se pretendem atingir.</li> <li>- <i>Seminários de apresentação do produto (acção 3)</i> - disponibilização de infra-estruturas e recursos na organização de eventos diversificados e experiência na organização e promoção de eventos.</li> <li>- <i>Sessões de Incorporação do Produto (Redes Sociais) (acção 3)</i> – testemunho do Município enquanto conceptor e agente experimental do produto.</li> <li>- <i>Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter do Chão e de Nisa (acção 3)</i> - promotor da Rede Social do Concelho de Alter; conhecimento da realidade local, nomeadamente com a temática da imigração; agente privilegiado na gestão e coordenação de trabalhos em parceria a nível local; experiência prévia em projectos com a população imigrante.</li> <li>- <i>Avaliação (acções 2 e 3)</i> - conhecimento e experiência nos processos de avaliação nos projectos de intervenção social.</li> </ul>	<p>Pública</p> <p>Mais de 10 Funcionários</p>
CM de Nisa	<p>A Entidade e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal.</p> <p>Desenvolve actividades nos sectores do artesanato e do termalismo, onde cerca de 300 pessoas trabalham. Relativamente às áreas sociais tem parcerias com variadas instituições do concelho. Desenvolve actividades de apoio social aos grupos mais desfavorecidos nomeadamente aos jovens - o abandono escolar está a ser alvo de grandes preocupações e de intervenção.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local e inter-serviços</i></li> <li>- <i>Concepção de guias de acolhimento locais (acção 2)</i> - o facto de ter em funcionamento o projecto da rede social pode utilizar a sua experiência para apoiar e conceber a elaboração dos guias respondendo a uma necessidade do público-alvo.</li> <li>- <i>Seminário Igualdade de Oportunidades (acção 2)</i> - experiência acumulada nos diversos projectos em que participou, promoveu e se orientou de acordo com a igualdade de oportunidades.</li> <li>- <i>Seminários de apresentação do produto (acção 3)</i> - disponibilização de infra-estruturas e recursos na organização de eventos diversificados e experiência na organização e promoção de eventos.</li> <li>- <i>Sessões de Incorporação do Produto (Redes Sociais) (acção 3)</i> – testemunho do Município enquanto conceptor e agente experimental do produto.</li> <li>- <i>Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter do Chão e de Nisa (acção 3)</i> - promotor da Rede Social do Concelho de Nisa; conhecimento da realidade local nomeadamente com a temática da imigração; agente privilegiado na gestão e coordenação de trabalhos em parceria a nível local; experiência prévia em projectos com a população imigrante.</li> <li>- <i>Avaliação (acções 2 e 3)</i> - conhecimento e experiência nos processos de avaliação nos projectos de intervenção social.</li> </ul>	<p>Pública</p> <p>Mais de 10 Funcionários</p>

Fonte: Web site do Europa-EQUAL-DP information, candidatura do projecto e observação directa no terreno.

Quadro 29 - Compromissos assumidos por cada entidade da PD para a realização das respectivas actividades (acção 2)

PD	Acções	Acção 2 – Conceção do produto									
		Modelo de acolhimento local inter-serviços	Actividades multiculturais	Material de Divulgação	Guias de acolhimento locais	Boletim bimestral	Página web	Base de dados	Workshops	Seminários:	
										Igualdade de Oportunidades	Ser imigrante no Alto Alentejo
USNA	Apoiar a concepção do Modelo	Envolver as diversas entidades e serviços onde se pretende actuar	Fornecer informação sobre o projecto GA e as acções a desenvolver	-	Fornecer informação sobre a realidade económica, social e cultural da ZI, para responder a dúvidas e questões dos imigrantes	Colaborar na actualização da informação	Participar na recolha e divulgação de informação; contactar as várias entidades. Participar na sua experimentação e divulgação	-	Colaborar na planificação	-	
CDPCB (CLAI)	-	-	-	Informar sobre as reais necessidades/dificuldades dos imigrantes, às quais é prioritário dar resposta	Fornecer respostas a questões colocadas pelos imigrantes	-	-	Preparar, animar e avaliar; participar na sistematização das conclusões e na disseminação	-	Organizar/ divulgar e coordenar	
SCMCV	-	-	-	-	-	-	Sensibilizar o público-alvo para colaborar na concepção do modelo e a sua experimentação/validação nos concelhos de Castelo de Vide e Portalegre e posterior sistematização a disponibilizar aos parceiros	Dinamização dos agentes a nível local e apoio logístico e técnico	-	Dinamização dos agentes a nível local e apoio logístico e técnico	
Associação Gente	Apoiar a concepção do Modelo	Coordenar e organizar as actividades	-	-	-	Coordenar e participar na sua divulgação	-	-	-	-	
CM de Alter Chão	Conceber e experimentar o Modelo de Acolhimento nos seus concelhos	-	-	Apoiar e conceber a elaboração dos guias. Fornecer informação sobre as entidades e serviços locais.	-	-	-	-	Organizar/ divulgar e coordenar. Apoio logístico e técnico	-	
CM de Nisa											

Fonte: Candidatura do projecto à acção 2 do projecto.

Quadro 30 - Compromissos assumidos por cada entidade da PD para a realização das respectivas actividades (acções 2 e 3)

Acções PD	Acção 3 - Disseminação do produto Produto: Rede Local de Apoio ao Imigrante					Acções 2 e 3	
	Seminários de apresentação do produto	Sessões de apresentação do produto (plataformas supraconcelhias)	Sessões de incorporação do produto (Redes Sociais)	Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter e Nisa	Recolha e divulgação de boas práticas de empreendedorismo imigrante	Gestão e Coordenação do projecto	Auto-Avaliação e Balanço de Competências
USNA (um dos conceptores do produto na acção 2)	Organizar e coordenar; contactar as entidades e principais actores	Dinamizar sessões de apresentação	Coordenar reuniões de trabalho/ gerir equipas de trabalho	Gerir o processo de apropriação e incorporação de produtos Equal/ gerir e coordenar o trabalho em parceria	Não há referência	<b>Interlocutor do projecto</b> - responsável pela gestão e coordenação do projecto; do plano de disseminação e comunicação do produto, assumindo todos os contactos institucionais intra e extra projecto, nomeadamente com o Gabinete de Gestão Equal. Monitorizar a execução física e financeira do projecto	Gerir e coordenar a Auto-avaliação e Balanços de Competências do projecto; elaborar relatórios de avaliação do projecto
CDPCB	Organizar e promover os seminários; contactar as entidades e principais actores.	Dinamizar sessões de apresentação.	<b>Facilitador da disseminação</b> - principalmente ao nível das sessões de incorporação do produto nas sessões de trabalho previstas com os Núcleos Executivos e CLAS das Redes Sociais	-	Não há referência	-	Participar nos exercícios
SCMCV	-	-	-	-	-	-	Participar nos exercícios (só na acção 2)
Associação Gente (um dos conceptores do produto na acção 2)	Organizar e promover os seminários; contactar as entidades e principais actores.	<b>Facilitador da disseminação</b> - através da mediação entre os conceptores e os incorporadores do produto. Apresentações do produto através de sessões de trabalho com as Plataformas Supraconcelhias das Redes Sociais	Coordenar reuniões de trabalho/ gerir equipas de trabalho.	-	-	-	Participar nos exercícios
CM de Alter Chão e CM de Nisa (conceptores do produto na acção 2)	Disponibilização de infra-estruturas e recursos.	-	Fornecer o testemunho do Município enquanto concepor e agente experimental do produto	<b>Incorporadores do produto</b> - responsáveis pela monitorização, promoção e avaliação da dinamização do produto nos seus concelhos, experimentado na acção 2. Apresentaram-se no plano de disseminação perante futuros incorporadores como um testemunho real da implementação do produto.	Não há referência	-	Participar nos exercícios

Fonte: Candidatura do projecto às acções 2 e 3.



Quadro 31 - Acções programadas, objectivos planeados e grupos-alvo previstos

	Actividades	Descrição e objectivos planeados	Grupos-alvo previstos
Acção 2	Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços	<b>Criação de Gabinetes Técnicos de Apoio</b> - pretende-se com esta actividade criar um modelo de acolhimento ao nível local, de forma descentralizada, que permita realizar atendimento e encaminhamento no local, para a resolução de todo o tipo de problemas da comunidade imigrante. Ao contrário de outras instituições de apoio já existentes nos centros urbanos, com a criação destes gabinetes técnicos pretende-se dar um apoio imediato, e encaminha-los para as redes locais inter-serviços, de modo a que todo o apoio seja prestado a nível local e de forma mais eficaz.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• População imigrante</li> <li>• Profissionais das organizações</li> </ul>
	Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade	No âmbito desta actividade pretende-se realizar acções de animação e sensibilização em diferentes concelhos do distrito no âmbito da valorização da multiculturalidade, como factor revitalizador da dinâmica social e económica da região, e como forma de enriquecimento das comunidades locais. A acção será repartida por três eixos principais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A <b>escola multicultural</b>, recorrendo ao espaço educativo "projecto da área escola", como meio de difusão dos objectivos do projecto. Pretende-se convidar todas as escolas a integrar no seu caderno de actividades, acções integradas ao fenómeno da imigração; acolhimento e sobretudo a valorização da multiculturalidade. Estão previstas reuniões de esclarecimento e convites formais, a pelo menos uma escola por concelho.</li> <li>• <b>Semana multicultural</b> que envolverá as comunidades locais no desenvolvimento das diversas actividades intergeracionais e interculturais. Nesta semana prevê-se a integração da apresentação dos trabalhos das escolas referentes às acções da actividade anterior.</li> <li>• <b>Portalegre: Capital da Multiculturalidade</b> - esta actividade pretende ser o culminar das actividades anteriores, e prevê-se um leque de acções de animação e sensibilização na capital de distrito (espectáculos, feiras gastronómicas; debates; artesanato de diferentes países, etc.). Prevê-se a colaboração da Câmara Municipal de Portalegre, e que as actividades sejam integradas na Agenda Cultural da Cidade.</li> </ul> Esta acção pretende assim recorrer a dois modelos já existentes: o projecto área escola e a agenda cultural dos municípios. As técnicas de empowerment a aplicar junto da comunidade infantil e comunidade em geral servirão como meio de apropriação dos princípios da Equal e dos objectivos do projecto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imigrantes</li> <li>• Comunidade em geral com especial incidência das instituições (escolas, autarquia, centros de saúde, etc.) que directa ou indirectamente trabalham com os imigrantes</li> </ul>
	Edição de Material de Divulgação	Pretende-se elaborar, publicar e distribuir material informativo acerca do projecto e das suas actividades, nomeadamente em formato de brochuras. Pretende-se incorporar quer no design, formatação e disseminação os princípios da EQUAL e as regras publicitárias, em todo o material de difusão. A estratégia de marketing a utilizar prevê uma familiarização da população com o logótipo do projecto, e com a sua temática, de modo a que este seja facilmente identificado. Esta acção é essencial para divulgar o projecto, objectivos e actividades. O mesmo servirá também para sensibilizar a população para esta problemática.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População</li> <li>- Entidades participantes,</li> <li>- Imigrantes</li> </ul>
	Concepção de guias de acolhimento locais	Estes guias pretendem servir de instrumento de orientação disponibilizando informação acerca das entidades públicas e privadas que na ZI prestam apoio e aconselhamento, assim como o encaminhamento aos vários serviços. Nos guias pretende-se que conste todo o tipo de informação considerada essencial para o conhecimento da realidade local, com vista a uma melhor integração social, pessoal e profissional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entidades e serviços que prestam ou não apoio aos imigrantes</li> <li>- Imigrantes</li> </ul>
	Concepção e edição de um boletim bimestral	O boletim bimestral pretende ser uma publicação (folhetim informativo de distribuição bimensal) com e para a comunidade imigrante de carácter regional que lhes poderá possibilitar uma comunicação frequente e actualizada com assuntos do seu interesse. Os mesmos poderão construir as suas notícias sobre os temas que considerarem pertinentes (ensaios, artigos de opinião, histórias de vida, etc.). Servirá também para informar o público-alvo e a comunidade em geral das actividades a desenvolver no âmbito do Gente Acolhedora.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População imigrante</li> <li>- População geral</li> </ul>
	Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página Web	Pretende-se implementar este instrumento a dois níveis: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Constituição de uma comunidade de práticas, por parte da equipa do projecto, que utilize este sistema como meio de comunicação e interacção - intranet.</li> <li>- Constituição de diversos apartados de divulgação das actividades, sua planificação e avaliação; um fórum de opinião, etc. - sistema extranet.</li> </ul> O mesmo sistema servirá para experimentar a disseminação de alguns produtos e boas práticas. Prevê-se ainda que este instrumento conflua com a parte transnacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População imigrante</li> <li>- Empresários e todos os que demonstrem interesse por esta área temática.</li> </ul>
	Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados	A base de dados consistirá num diagnóstico de competências e qualificações do público-alvo (imigrantes) de forma a valorizar o percurso académico e profissional dos mesmos. Terá como principal objectivo conhecer e dar a conhecer junto das entidades competentes públicas e privadas o perfil da comunidade imigrante local com dados em permanente actualização, na tentativa de contribuir para suprimir o deficit de mão-de-obra existente em determinados sectores de actividade regional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- População imigrante</li> <li>- Entidades que contactam com os imigrantes (entidades empregadoras, associações de empresários, IEFP<sup>47</sup>, CCVC<sup>48</sup>)</li> </ul>

<sup>47</sup> IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional.

<sup>48</sup> CCVC - Centros de Certificação e Validação de Competências.

Acção 2	Realização de Workshops	<p>Pretendem-se desenhar, preparar e animar, dois tipos de workshops:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5 workshops para educadores e professores - na elaboração do diagnóstico detectámos que os profissionais da área educativa eram para além de mais sensibilizados para esta problemática, os mais preocupados com a questão da inserção e integração dos imigrantes e a necessidade de valorizar a diferentes níveis a multiculturalidade. Esta actividade está integrada na estratégia de envolvimento da comunidade escolar e tem ligação com as actividades específicas sobre a multiculturalidade.</li> <li>- 2 para empresários - os workshops para empresários surgiram também da necessidade evidenciada no diagnóstico de necessidades, de momentos de partilha de opiniões entre vários sectores de actividade sobre a inserção dos imigrantes; bem como na responsabilização das entidades para garantir a Igualdade de Oportunidades, recrutamento e selecção dos seus recursos humanos.</li> </ul> <p>Os empresários e professores/educadores - ao mesmo tempo destinatários e utilizadores de outros produtos do projecto - são agentes principais no processo de alteração, consciencialização da comunidade, e impulsionadores privilegiados da mudança que deseja alcançar (a sensibilização e promoção das mais-valias das competências interculturais nos diferentes sectores e na comunidade local).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Empresários</li> <li>- Professores/educadores</li> </ul>
	<p>Seminário – Igualdade de Oportunidades</p> <p>Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo</p>	<p>Dois seminários distintos onde se pretende a intervenção de oradores quer das entidades com responsabilidades nesta temática, quer da comunidade imigrante através do seu testemunho pessoal. Acima de tudo estes seminários pretendem ser uma reflexão da comunidade imigrante da zona de intervenção envolvendo também as entidades públicas e privadas que estão em contacto directo ou indirecto com estes. O primeiro evento tem como objectivo identificar as principais dificuldades de integração social, que afectam as mulheres imigrantes que sofrem de dupla discriminação, bem como alertar a comunidade de acolhimento para o problema iminente de tráfico/exploração de seres humanos principalmente mulheres imigrantes. Pretende-se ainda identificar o fenómeno da imigração no distrito como um factor de revitalização do tecido social e económico da região, e do rejuvenescimento desta zona geográfica dado que se encontra bastante envelhecida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participantes e oradores (agentes locais e regionais, população imigrante)</li> </ul>
Acção 3	<p>Produto validado: <b>Rede Local de Apoio ao Imigrante</b></p>	<p>A criação de uma <b>Rede Local de Apoio ao Imigrante</b> surge como o produto final do GA, desenvolvido a partir da experiência de trabalho de 24 meses (acção 2) em 5 concelhos do distrito de Portalegre: Avis, Alter do Chão, Castelo de Vide, Portalegre e Nisa. A necessidade de trabalhar em rede surge no território devido à evolução recente do fenómeno da imigração no Alto Alentejo. Dadas as características particulares da região (região do interior, predominantemente rural com serviços centralizados e desadequados), foi determinante traçar uma estratégia de trabalho, que assentasse, por um lado, no acolhimento integrado dos imigrantes, e por outro lado, que facilitasse a comunicação institucional e melhorasse o trabalho que até aqui havia sido realizado (descoordenação dos serviços de acolhimento e integração dos imigrantes, sobreposição de trabalho ou repetição de acções isoladas de trabalho). Assente no modelo de Rede Social, esta metodologia permite otimizar o trabalho realizado pelos diferentes CLAS, na medida que fornece pistas de trabalho quer para o diagnóstico de problemas ligados à imigração, quer na tomada de decisão e <i>empowerment</i> dos parceiros sociais locais, implicados na sua resolução, quer na maior celeridade e eficiência nas respostas. O produto foi compilado num <b>manual</b>, para ser apresentado e disseminado nas Redes Sociais, em territórios com características idênticas à ZI do projecto. O manual encontra-se dividido em <b>5 cadernos</b> de modo a facilitar a compreensão de todas as metodologias testadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Caderno 1 - Rede Local de Apoio ao Imigrante</b> - apresenta de forma simplificada o modelo de trabalho proposto e descreve os objectivos deste tipo de Rede, os agentes a envolver, os beneficiários e identifica as mais-valias na incorporação deste produto.</li> <li>- <b>Caderno 2 - Manual Metodológico</b> - apresenta o diagnóstico de base a partir do qual se desenvolveu o modelo de Rede proposto e sugere 10 passos ou etapas de trabalho para implementar o modelo de <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i> em qualquer território de intervenção - desde que possua características similares.</li> <li>- <b>Caderno 3 - Manual de Animador/a de Rede</b> - descreve o conceito de Animador/a da Rede, responsável pela implementação do Modelo de Rede Local de Apoio ao Imigrante, identifica o perfil deste promotor/a a nível local e fornece pistas de trabalho na dinamização do Modelo de Acolhimento local proposto.</li> <li>- <b>Caderno 4 - Manual do/a Facilitador/a da Rede</b> - descreve o conceito de Animador/a da Rede - elo fundamental no contacto e aproximação com os imigrantes, apresenta uma metodologia de trabalho para o/a animador/a na dinamização da Rede Local de Apoio ao Imigrante, bem como os processos necessários na tomada de decisão e selecção consensual nos Conselhos Locais de Acção Social.</li> <li>- <b>Caderno 5 - Guia de Acolhimento Local</b> - a título de exemplo fornece o Guia de Acolhimento desenvolvido para o concelho de Nisa, elaborado a partir da identificação e simplificação da prestação de serviços locais de todas as entidades públicas e privadas do concelho, disponibilizando toda a informação crucial para o acolhimento e integração dos imigrantes na zona.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicos e animadores das instituições</li> <li>- Dirigentes e gestores das instituições</li> <li>- Uma representação significativa de imigrantes</li> </ul>
	Processo de disseminação	<p>O <b>processo de disseminação</b> planificado pela equipa de trabalho assenta numa estratégia de apresentação, comunicação e manipulação do produto (Rede Local de Apoio ao Imigrante) quer em contextos formais (seminários) quer em contextos informais (contactos exploratórios e reuniões com futuras entidades incorporadoras) assente na <b>convergência</b> (comprometer); <b>apropriação</b> (aprender e apreender); <b>incorporação</b> (adaptar/reconstruir) e <b>avaliação</b> (metodologia de disseminação proposta pelo Gabinete de Gestão Equal).</p>	

Acção 3	Actividades de disseminação do produto adoptadas pela PD	Seminários de apresentação	Consiste na apresentação oficial do produto (plano de comunicação e marketing do projecto e plano de disseminação <sup>49</sup> ) envolvendo desde o início os potenciais incorporadores do produto, garantindo desde o arranque do projecto um <i>empowerment</i> organizacional dos agentes visados na disseminação da <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i> . <b>Metodologia:</b> Concepção do programa do seminário; Concepção da lista de convidados; Envio de convites; Realização do evento; Avaliação do evento (questionário de satisfação).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicos e animadores das instituições</li> <li>- Dirigentes e gestores das instituições</li> <li>- Uma representação significativa de imigrantes.</li> </ul>
		Sessões de apresentação (plataformas supraconcelhias)	Consiste na apresentação dos cinco cadernos que compõem o Manual da <i>Rede de Apoio Local ao Imigrante</i> , no sentido de demonstrar a pertinência do modelo de intervenção proposto, assim como para aferir eventuais sinergias com as Redes Sociais Supraconcelhias (possíveis incorporadores). <b>Metodologia:</b> Contactos com a entidade coordenadora das plataformas supraconcelhias propondo a apresentação do produto nas mesmas. Prevê-se essa apresentação utilizando metodologias expositivas, interrogativas e participativas, com recurso a meios audiovisuais, manuseamento do produto, promovendo um debate entre conceptores e incorporadores. Avaliação das sessões através da aplicação de questionários de satisfação.	
		Sessões de incorporação (Redes Sociais)	Consiste na apresentação do produto. Apresentação e manuseamento/apropriação dos conteúdos dos cinco cadernos do produto apresentando a experiência que levou à concepção do produto, dando exemplos reais de ações que permitiram envolver o público alvo e ultrapassar os obstáculos; elaboração de planos de trabalho. <b>Metodologia:</b> contactos com os Núcleos Executivos das Redes Sociais (Évora, Beja e Castelo Branco); realização de reuniões de preparação com os mesmos; dinamização da sessão de apresentação; aplicação de questionários de satisfação.	
		Dinamização das Redes Locais de Apoio ao Imigrante de Alter e Nisa	Consiste na consolidação das <i>Redes Locais de Apoio ao Imigrante</i> de Nisa e de Alter do Chão já sinalizados nesta fase como incorporadores de um modelo que os mesmos experimentaram. <b>Metodologia:</b> realização de reuniões com os Núcleos Executivos das Redes Sociais de Nisa e Alter do Chão; dinamização de sessões de incorporação do produto nos CLAS de Nisa e Alter do Chão; elaboração de planos de trabalho; avaliação dos processos de incorporação do produto.	
		Recolha e divulgação de boas práticas de empreendedorismo imigrante	Não há referência.	
Acção 2 e 3	Gestão e Coordenação do projecto	Consiste na gestão do trabalho em parceria, e da coordenação das actividades propostas; monitorização da execução física e financeira do projecto; na coordenação dos processos de marketing e comunicação do plano de disseminação; na coordenação dos processos de auto-avaliação e balanço de competências. <b>Metodologia:</b> elaboração de um instrumento de monitorização e coordenação do projecto; elaboração de dossiers técnicos e financeiros do processo de disseminação; coordenação e redacção de Actas das Reuniões de Parceria e processos de tomada de decisão; elaboração de relatórios de auto-avaliação e balanço de competências.	- PD	
	Balanço de Competências e Avaliação	Concepção de instrumentos de avaliação e monitorização do projecto; dinamização dos exercícios de auto avaliação e balanço de competências.	- PD	

Fonte: Registos do projecto (Diagnóstico Aprofundado de Necessidades, Relatório de Avaliação, Candidatura do projecto e *Web site* do SIIFSE).

<sup>49</sup> Plano de disseminação - **convergência** (comprometer); **apropriação** (aprender e apreender); **incorporação** (adaptar/reconstruir) e **avaliação do processo**.



**Quadro 32 - Descrição das actividades previstas no diagnóstico, mas que não obtiveram aprovação**

Fórum de observação regional de imigração	A construção do observatório regional de imigração pretende ser um fórum de conhecimento, investigação e análise integrada de todas as intervenções que estão a ser realizadas na região do Alto Alentejo, quer públicas, quer privadas no âmbito desta temática. Pretende-se constituir um modelo de trabalho interdisciplinar de modo a que umas redes de actores sociais e económicas, chave da região possam intervir, com base na análise, avaliação das intervenções efectuadas, de modo a consolidar o envolvimento efectivo da comunidade na integração dos imigrantes. O observatório servirá também para a compilação e disponibilização de dados actualizados, para que todos os agentes intervenientes possam elaborar um planeamento estratégico e sustentável, partindo da mesma base de trabalho.
Acções de formação de Língua Portuguesa para a população imigrante	Através do diagnóstico constatou-se que uma das maiores dificuldades sentidas pelo público-alvo do projecto é a barreira da língua e da cultura, o que leva na grande maioria dos casos, a um isolamento quase total destes. A nível distrital verificou-se que as acções de formação de língua Portuguesa e da cidadania são realizadas somente nas maiores sedes de concelho nomeadamente através do Programa Portugal Acolhe promovido pelo IEFP. Deste modo, as pequenas comunidades residentes nos concelhos e freguesias mais isoladas não têm possibilidades de participar pelo que é fulcral a realização de acções de formação de iniciação à língua portuguesa e à cidadania nos vários concelhos do distrito. Objectivos: pretende-se dotar os formandos de conhecimentos de língua Portuguesa, de forma a quebrar a barreira da língua e facilitando a comunicação, bem como sensibilizar para os direitos e deveres inerentes à sua integração na sociedade promovendo e desenvolvendo competências pessoais e sociais facilitadoras da sua integração pessoal e profissional.
Acções de formação de Iniciação às TIC	Pretende-se inserir formação na área das tecnologias de informação e comunicação, porque apesar de muitos imigrantes possuírem habilitações e conhecimentos nesta área, sentem dificuldades em adaptar-se à realidade com que se deparam.
Acções de Formação para Técnicos	Pretende-se com esta actividade realizar pequenas acções de formação sobre legislação e multiculturalidade para técnicos, empresários e empregadores, tendo como objectivo dotar os mesmos de conhecimentos capazes de dar respostas às mais diversas questões colocadas no dia-a-dia de quem trabalha directa ou indirectamente com esta comunidade. Só através de um conhecimento profundo dos direitos destes trabalhadores e da sua aplicação se poderá conseguir uma integração plena a nível laboral e ao mesmo tempo social. No decurso do diagnóstico verificou-se que o desconhecimento e a não aplicação da legislação laboral por parte das entidades empregadores cria desigualdades entre os trabalhadores imigrantes e os restantes, que em alguns casos coloca em risco a permanência do trabalhador imigrante no País. Promover a tolerância e respeito no local de trabalho e fomentar a troca de saberes e costumes tornando as diferenças como uma mais-valia em prol do desenvolvimento comunitário.
Acções de formação sobre legislação laboral para a população imigrante	Para facilitar a integração no mercado de trabalho pretende-se esclarecer o público-alvo relativamente aos seus direitos e deveres conforme o previsto na legislação laboral e daí que se justifique a realização de acções de formação nesta área. Desta forma pretende-se evitar os sucessivos abusos e a exploração de que são alvos os imigrantes nas diversas áreas em que se encontram a trabalhar.
Guias de Apoio ao Associativismo	Esta actividade tem como principal objectivo incentivar e fomentar o associativismo entre a comunidade imigrante, na medida em que, se constatou ao longo do diagnóstico um isolamento dos imigrantes que se mantêm como um grupo fechado à comunidade local que possuem residência na maioria das vezes em locais afastados e não se integrando nas actividades desenvolvidas a nível local.
Guias de orientação laboral	A elaboração de Guias de orientação laboral pretende constar a legislação actualizada acerca da temática em causa. Tal como os guias de acolhimento visam a uma melhor integração pessoal e profissional.

**Fonte: Diagnóstico do projecto e Web site do SIIFSE.**

Quadro 33 - Execução/envolvimento das actividades relativas à acção 2 do projecto

Actividades		Execução/envolvimento	
		Monitorização EQUAL (2006)	Relatório de Avaliação da PD (2009)
Modelo de acolhimento local inter-serviços		O ano de 2006 tornou-se em termos de execução física das actividades planificadas decisivo para colmatar as dificuldades sentidas na fase inicial do projecto, em particular o envolvimento do público-alvo, bem como o trabalho conjunto com outras entidades (público-alvo secundário). No que se refere ao desenho do Modelo de Acolhimento, a adaptar pelas Redes Sociais, depois de pré-formatado pela equipa técnica foi realizado um trabalho conjunto de sistematização; auscultação das necessidades dos parceiros sociais locais que integram as próprias Redes, bem como a própria população imigrante (em especial a partir do trabalho realizado em Castelo de Vide entre Agosto a Dezembro de 2006 com um grupo de trabalho constituído por imigrantes do Leste Europeu). É de realçar ainda que a pré-formatação do Modelo teve na sua equipa conceptora 2 técnicos de Redes Sociais (Nisa e Alter do Chão) já implementadas o que nos possibilita a validação sistemática de cada fase de desenvolvimento do produto. Constituído como a aposta da PD como produto final do projecto para passar à Acção 3, o formato bem como os instrumentos a utilizar estão neste momento em fase de pré-validação junto dos vários actores envolvidos no processo de concepção e validação.	Esta actividade materializou-se no produto.
Guias de acolhimento locais		Um dos instrumentos a utilizar na dinamização do Modelo de Acolhimento são os Guias de Acolhimento, desenhados nesta fase apenas para os concelhos de Nisa e de Alter do Chão, resumindo de forma simples e estratégica os recursos existentes em cada concelho. Encontram-se em fase de sistematização os principais serviços disponíveis aos imigrantes, bem como formas de contacto e tipo de serviços prestados. A concepção e divulgação destes guias pretendem servir de instrumento de orientação, disponibilizando informação (os imigrantes e aos técnicos) acerca das entidades públicas e privadas que na zona de intervenção (sede de distrito e respectivos concelhos), prestam apoio e aconselhamento, assim como o encaminhamento aos vários serviços.	Esta actividade materializou-se no produto ( <b>Caderno 5</b> - Guia de Acolhimento Local).
Realização de Workshops		Estão a ser desenvolvidos diversos workshops sobre a temática da Imigração, Interculturalidade e Igualdade de Género, tendo sido realizados até ao momento 2 eventos em Portalegre e em Castelo de Vide.	Teve como objectivo promover o projecto na ZI, envolver os beneficiários finais do projecto, nomeadamente as organizações e seus técnicos e a comunidade imigrante. Por ser fundamental auscultar os beneficiários intermediários e finais para dar conta das propostas de produto que gostaríamos de validar, realizaram-se workshops nos cinco concelhos da ZI: Castelo de Vide; Avis; Portalegre; Alter do Chão e Nisa. Estas acções constituíram o marketing do GA.
Seminário	Igualdade de Oportunidades	Prevê-se a realização de 2 seminários sobre estas temáticas.	Em Setembro de 2007 teve lugar na Biblioteca Municipal de Nisa o Seminário “Igualdade de Oportunidades” que contou com a participação de vários actores-chave locais entre os quais, mulheres que desempenham cargos de relevo no concelho: a presidente do município e a comandante dos bombeiros, entre outras. Foram abordados temas como Igualdade de Oportunidades na vida política, em contexto profissional e por último a integração dos Imigrantes em Portugal.
	Ser imigrante no Alto Alentejo		Em Outubro de 2007 teve lugar em Alter do Chão o Seminário “Ser Imigrante no Alto Alentejo”, cujo objectivo principal consistiu na apresentação dos produtos finais da PD nacional e da PD transnacional. Por fim efectuou-se o balanço de dois anos de trabalho e anteciparam-se as linhas gerais a propor na Acção 3.
Base de dados		Tendo sido inicialmente proposta a executar a elaboração de uma base de dados, ou utilização duma ferramenta já concebida na fase 1 do EQUAL, promovendo a empregabilidade dos imigrantes, esta actividade acabou por ser abandonada dadas as dificuldades inerentes à não disponibilização dessa ferramenta bem como ao facto deste projecto se tratar de uma intervenção experimental - pioneira no distrito e no trabalho com este tipo de público-alvo.	Não há referência.

Boletim bimestral	A edição dos Boletins Bimestrais é desde o início do projecto o veículo privilegiado de divulgação das actividades em execução (nacionais e transnacionais). Salientam-se as Histórias de Vida divulgadas, recolhidas a partir do trabalho de terreno efectuado, como forma de divulgação e promoção do debate no que refere à dupla discriminação que as mulheres imigrantes sofrem continuamente. O boletim bimestral pretendeu ser um meio de divulgação das actividades a desenvolver durante o período a que se reporta, servir de meio de comunicação entre a comunidade imigrante onde os mesmos poderão construir as suas notícias sobre os temas que considerarem pertinentes, (estudos sobre imigração, artigos de opinião, histórias de vida, etc.). Para além da comunidade imigrante pretende-se também fazer chegar a informação junto da população em geral.	Não há referência.
Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade	(...) Ao longo do ano de 2006 foram sendo realizadas várias acções/actividades sobre o tema em questão com a participação de crianças e jovens da ZI com principal incidência no concelho de Avis. Os principais intervenientes foram os próprios técnicos do projecto, os educadores, auxiliares de educação da Santa Casa da Misericórdia e da Rede de Ludotecas do Concelho de Avis. Numa primeira fase procedeu-se à sensibilização dos indivíduos acima referidos para a multiculturalidade e para os métodos de trabalho a utilizar. Para tal organizou-se uma sessão de informação/sensibilização com a colaboração de um técnico (Fernando Moital) do projecto “Sem Fronteiras” que efectuou uma exposição de um produto (concebido durante a fase 2 do mesmo) nomeadamente de um Kit Pedagógico para a Intercultura. Dado que ambas as entidades desenvolvem trabalho com as referidas faixas etárias foi bastante pertinente a apresentação de materiais já concebidos com esta finalidade, pois permitem a sua utilização em diversas situações, seja numa sala de aulas com um carácter mais formal onde é possível promover projectos interdisciplinares com a articulação de conteúdos ou em actividades lúdicas a desenvolver em ambientes mais informais. Com este grupo de crianças foram trabalhados vários temas e construídos alguns jogos através dos quais se pretendeu alcançar uma melhor compreensão das diferentes culturas, dotar os participantes de uma maior capacidade de comunicar com pessoas de culturas diferentes, maior facilidade de adaptação a contextos de diversidade cultural, maior capacidade de participar e valorizar a interacção social, consciencializar para a igualdade de oportunidades e de género. A execução concretizou-se em actividades diversas com dois momentos distintos nas actividades e não nos objectivos. Numa primeira fase utilizou-se o Kit Pedagógico explorando as suas diferentes vertentes, utilizando materiais que os próprios participantes reuniram, onde se conseguiu também envolver os pais bem como a própria comunidade local. Numa segunda fase foram sendo adaptados e construídos jogos relacionados com diferentes temáticas tais como: história, geografia, língua portuguesa, possibilitando estes desde logo a concepção de uma metodologia a utilizar com outros grupos e em outros locais. A tentativa de conseguir realizar um trabalho contínuo a assíduo com as escolas da zona de intervenção não foi possível numa fase inicial, pois as mesmas não se mostraram disponíveis para realizar ou mesmo colaborar nas acções/actividades propostas, um dos motivos apresentados foi a falta de horários disponíveis. Esta falta de colaboração acabou por dificultar o desenvolvimento das actividades inicialmente previstas. Encontramo-nos neste momento a iniciar as actividades nas Escolas 2/3 de Nisa e Castelo de Vide.	Estas actividades tiveram por base a necessidade de integração dos imigrantes na comunidade local, em particular, as crianças e jovens entre os 6 e os 15 anos. Ao todo, foram envolvidos 153 crianças e jovens, bem como educadores/as; auxiliares de educação; professores/as, pais e encarregados de educação. Numa das actividades utilizámos como suporte o livro “No Jardim do Mundo - à procura da Professorinha” e os jogos das “etiquetas”, ambos os materiais do “Kit sem Fronteiras”, com as devidas adaptações; permitindo o interesse dos participantes, estimulando-os a viajar pelo mundo dentro dos limites da sala de aula. Estas actividades permitiram uma melhor compreensão das diversas culturas identificadas na comunidade local e uma maior capacidade de comunicar entre pessoas de diferentes culturas, promoveu a interdisciplinaridade reforçando a sensibilidade dos profissionais de educação para a temática da imigração e gerando uma maior capacidade de participar na interacção social, criadora de identidades e sentido de pertença. O maior dos ganhos foi o reconhecimento das famílias, crianças, escola e comunidade em geral e da importância da continuação das actividades efectuadas.
Outras	Não há referência.	Não há referência.

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação da PD, realizado no final da acção 3 do projecto (Setembro de 2009), e Monitorização do EQUAL, 2005 e 2006 (Web site Europa-EQUAL-DP Monitoring Complete).

Quadro 34 - Execução/envolvimento das actividades relativas à disseminação do produto (acção 3)

O produto <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i>	
<b>Disseminação</b>	<p><b>Considerações Finais</b></p> <p><b>A Disseminação</b> - O GA desenvolveu a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i>, produto inovador, que compila todas as informações necessárias aos imigrantes que chegam à nossa região. Constatando a vantagem e receptividade deste produto, através da experiência vivenciada pelos CLAS de Nisa e Alter do Chão, o GA transferiu essa inovação para outros territórios. É nesta medida que a disseminação constitui uma mais-valia, pois é através deste processo que uma ideia, uma prática ou um produto podem ser utilizados noutros contextos. A disseminação foi a melhor forma de sustentar a inovação; mostrando a ideia, reconstruindo e adaptando-a a outras realidades. O feedback que obtivemos, quer dos incorporadores, quer dos beneficiários finais foi muito positivo. Realça as vantagens que o produto trouxe ao trabalho de todos os parceiros locais: a sistematização e divisão de tarefas e a celeridade nas respostas. Esta experiência permitiu, antes de mais, dar a conhecer a realidade do acolhimento de imigrantes noutros locais e apresentou uma proposta alternativa, trazendo alguma visibilidade ao GA e às instituições que dele fazem parte: possibilitou também o alargamento da rede de contactos para futuros compromissos e cooperação estratégica e, acima de tudo, foi possível contribuir para chamar a atenção para esta problemática e torná-la uma prioridade na lista de acção dos CLAS. A disseminação capacitou a PD de novas competências, como uma maior autonomia e capacidade de trabalho e responsabilização por esse trabalho, uma maior flexibilidade e disponibilidade para voltar a trabalhar em parceria. Este processo permitiu ainda à PD consolidar novas práticas sustentadas pelos princípios Equal, dos quais destacamos o <i>empowerment</i> e a igualdade de oportunidades. A existência de um dispositivo de mudança que permita alterar o funcionamento das redes instituídas (dinâmica do CLAS) para produzir melhores resultados e uma melhor resposta, concertada e em tempo útil aos imigrantes é claramente um aspecto positivo e inovador que traz benefícios aos territórios, às instituições e aos cidadãos que o compõem.</p>
<b>Convergência<sup>50</sup></b>	<p>(...) efectuada tal como o previsto nas sessões de apresentação pública do produto e nas reuniões com as várias Redes Sociais (onde estão representados os parceiros de várias áreas nomeadamente os municípios, freguesias, saúde, educação, colectividades, ipss`s,...).</p> <p style="text-align: center;">(...)</p> <p>Nas sessões (...) apresentámos o produto e as suas potencialidades e recolhemos testemunhos de dificuldades sentidas pelo público. (...) exemplificamos duas situações: um cidadão búlgaro que ao dirigir-se aos serviços locais de Segurança Social para requerer um subsídio lhe é solicitado o preenchimento de um formulário, em português, quando o imigrante não dominava a língua portuguesa e uma cidadã brasileira que estava a ser prejudicada em termos profissionais porque não sabia a que instituição recorrer para lhe serem reconhecidos e homologados os seus diplomas que lhe permitiriam exercer a sua profissão em Portugal. Foi no desenvolvimento e explanação de situações e realidades vividas que o produto se mostrou pertinente e capaz de dar resposta às dificuldades do acesso à informação e capacitar as instituições para valorizarem a necessidade dessa resposta.</p>

<sup>50</sup> O processo de disseminação assenta numa estratégia de apresentação, comunicação e manipulação do produto quer em contextos formais (seminários) quer em contextos informais (contactos exploratórios e reuniões com futuras entidades incorporadoras) assente na **convergência** (comprometer); **apropriação** (aprender e apreender); **incorporação** (adaptar/reconstruir) e **avaliação**.

<p><b>Apropriação e Incorporação</b><sup>51</sup></p>	<p>Realizadas de acordo com o inicialmente previsto com as actividades de apresentação e manipulação do produto, numa 1.ª fase através de sessões de aprendizagem e aquisição de competências para a dinamização do Modelo, e na 2.ª fase a experimentação/colocação do produto ou como se verificou de algumas das partes do modelo apresentado de acordo com as características do território. O processo final de incorporação ficou aquém das previsões iniciais também em muito devido às dificuldades verificadas no normal trabalho das parcerias da Rede Social. (...) Perante os relatos feitos pelos participantes podemos afirmar que existem evidências de que a disseminação com total incorporação do produto é extremamente difícil, pelo pouco tempo em que a acção se desenvolve e por alguma morosidade do processo que as próprias Redes Sociais têm de promover até à aprovação do produto por todos os seus membros.</p> <p>(...)</p> <p>A PD seleccionou os potenciais incorporadores do produto e outros actores relevantes para o processo de disseminação: Os 15 concelhos do distrito de Portalegre, os 14 concelhos do distrito de Évora, os 14 concelhos do distrito de Beja, Sines e Santiago do Cacém do distrito de Setúbal e Castelo Branco. Nesta sessão participaram os Municípios de Sines e de Santiago do Cacém; o CLAS de Sines; o CLAI; a Associação Cabo Verdeana de Sines e Santiago; Caritas de Sines e Santiago e União de Sindicatos de Sines. Sines foi uma das cidades seleccionadas para apresentar e disseminar o produto por ser um local de chegada de muitos imigrantes mas também por tratar-se de um território diferente da ZI; com maior densidade populacional, com mais recursos, mais serviços mas também mais dispersos, realidade bem diferente do Norte Alentejano. Uma das inquietações manifestadas na sessão foi o desconhecimento do trabalho que é feito em prol dos imigrantes por cada um dos actores no terreno, o que dificulta ou atrasa as respostas possíveis: a Associação Cabo Verdeana acolhe na sua sede o CLAI, tendo por esse motivo, uma maior intervenção, prestando apoio a quem chega, sobretudo no que diz respeito ao preenchimento de formulários; ajuda na procura de habitação e encaminhamento para outras instituições; a União dos Sindicatos de Sines presta informações e apoio jurídico a todos os cidadãos portugueses ou não que necessitem de tais esclarecimentos, muitos deles imigrantes, mas o seu dirigente referiu que não fazendo parte do CLAS, desconhecem o trabalho que tem vindo a ser realizado. A Caritas de Sines tem tido uma intervenção mais directa, uma vez que auxilia quem necessita de bens alimentares, roupa ou de habitação mas, segundo uma das suas voluntárias, desconhecem quem trabalha e que trabalho fazem as restantes instituições do concelho. Tratava-se pois, de exemplos de trabalho desarticulado e que a <i>Rede Local de Apoio ao Imigrante</i> pode melhorar. Todos os parceiros convidados mostraram interesse e entusiasmo com a proposta (...), sugerindo:</p> <p><b>a)</b> A efectiva entrada e participação de instituições-chave na plataforma do CLAS, uma vez tratar-se de uma zona mais populosa; <b>b)</b> Aumentar o número de reuniões de trabalho do CLAS, uma vez que as reuniões do CLAS são muito espaçadas e existe grande dificuldade em avaliar e traçar estratégias de intervenção; <b>c)</b> A criação de uma base de dados com identificação de todos os pedidos de ajuda e tipo de resposta, para que se avalie o desempenho das entidades, das respostas e se procure melhorar a performance das mesmas; <b>d)</b> A eleição de um/a mediador/a e/ou /facilitador/a em cada uma das instituições presentes no CLAS, para que cada instituição tenha um rosto e um papel definido e que possa ser a referência na instituição no que concerne à temática da imigração. Neste caso os incorporadores constataram uma especificidade (dificuldade em identificar o "rosto" de cada instituição) e adaptaram o produto elegendo em cada instituição um/a facilitador/a.</p> <p>(...)</p> <p><b>Resultados</b> - Consideramos razoável o envolvimento dos mediadores identificados pela PD para a eficaz disseminação do produto, no entanto, constatamos que ao longo deste percurso foi difícil a integração dos possíveis incorporadores, sobretudo os CLAS. Acreditamos que a integração dos Centros Distritais de Segurança Social e uma maior aposta no marketing do projecto, poderiam assegurar mais facilmente a presença das entidades/organizações sensibilizando todos os parceiros que os compõem e valorizando a mais-valia que o produto traz à execução do trabalho de cada CLAS. As maiores dificuldades sentidas na disseminação do produto prenderam-se com os diferentes estádios de desenvolvimento e de trabalho em que se encontram as Redes Sociais. Se existem CLAS que já apresentam um grande dinamismo, como é o caso de Alter do Chão e Nisa, outros há, que apenas reuniram uma ou duas vezes e que ainda não têm trabalho feito, como Sines ou Castelo Branco. As estruturas menos dinamizadas, perante as necessidades e desafios locais, são menos receptivas às propostas que o GA apresenta.</p> <p>(...) Uma das lições extraídas da acção 3 foi a clara e contínua necessidade de melhorar o plano de comunicação e divulgação do produto. Para além, das conferências de imprensa, notas na comunicação social com divulgação de eventos e actividades do projecto Gente Acolhedora e intervenções nas rádios locais é necessário traçar um plano de comunicação virado para o interior das instituições, nomeadamente a sensibilização das entidades regionais para estimularem a presença das entidades locais a estas ligadas. A Segurança Social, o IEFP e os próprios Governos Cívicos são exemplos de entidades que podem ajudar a melhorar a participação.</p> <p>(...)</p> <p>Durante o processo de disseminação do produto "Rede Local de Apoio ao Imigrante" demonstrou-se que o mesmo incorporou, e é demonstrativo das suas mais-valias, os princípios EQUAL. (...) Contudo, verificaram-se ainda dificuldades no trabalho em parceria. Na opinião dos técnicos e agentes a parceria não funcionou da forma desejada e necessária, situando-se num nível abaixo do previsto: verificaram-se lacunas na comunicação e na distribuição de responsabilidades o que causou dificuldades no trabalho a executar. Balanço Final (terminado o período em que decorreu a acção 3 do projecto): Pontos fortes: Credibilidade no terreno de todas as entidades que compõem a PD; Consolidação do trabalho em parceria; Aceitação do produto pelos beneficiários; Resultados obtidos com a incorporação do produto; Empowerment individual e organizacional; Reconhecimento do produto por parte dos beneficiários. Pontos fracos: Dificuldade no envolvimento dos CLAS da Rede Social; Atraso na entrega do produto por parte da gráfica; Dificuldades na realização das sessões de incorporação do produto no distrito de Castelo Branco; Défice de dinâmicas e/ou de trabalho de parceria; Falta de disponibilidade para mudar as práticas.</p>
---	--

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação da PD, realizado no final da acção 3 do projecto.

<sup>51</sup> O processo de disseminação assenta numa estratégia de apresentação, comunicação e manipulação do produto quer em contextos formais (seminários) quer em contextos informais (contactos exploratórios e reuniões com futuras entidades incorporadoras) assente na **convergência** (comprometer); **apropriação** (aprender e apreender); **incorporação** (adaptar/reconstruir) e **avaliação**.

## ANEXO 3 – Questionário



INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE  
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

MESTRADO EM FORMAÇÃO DE ADULTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

*“O trabalho em parceria e a formação de adultos na construção da multiculturalidade: uma avaliação externa dos efeitos do Projecto Gente Acolhedora”.*

### QUESTIONÁRIO AOS PARCEIROS DO PROJECTO EQUAL: GENTE ACOLHEDORA

Este **questionário** integra-se no processo de Dissertação de Mestrado em Formação de Adultos e Desenvolvimento Local, da ESE de Portalegre e visa avaliar de forma externa os efeitos do projecto Gente Acolhedora.

É dirigido aos dirigentes e técnicos que compõem a PD, e as questões reproduzem os indicadores definidos para aferir as opiniões dos vários parceiros a respeito das fases de concepção, operacionalização, execução e efeitos do projecto em questão.

A informação registada neste questionário destina-se exclusivamente ao tratamento e análise no âmbito do referido processo de avaliação integrado na Dissertação de Mestrado. Por isso, as suas respostas são anónimas e confidenciais.

**Atenção:** Para qualquer esclarecimento adicional sobre o presente questionário, contactar:

Dezembro de 2009

NQ:

**Concepção do Projecto**

**1. Assinale a entidade parceira no âmbito da qual está em representação neste projecto:**

- |  |                          |   |                            |                          |   |
|--|--------------------------|---|----------------------------|--------------------------|---|
| União dos Sindicatos do Norte Alentejano         | <input type="checkbox"/> | 1 | Associação Gente de Avis   | <input type="checkbox"/> | 4 |
| Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco | <input type="checkbox"/> | 2 | Município de Alter do Chão | <input type="checkbox"/> | 5 |
| Misericórdia de Castelo de Vide                  | <input type="checkbox"/> | 3 | Município de Nisa          | <input type="checkbox"/> | 6 |

**1.1. Qual o momento de entrada para a equipa do projecto?**

- No início do projecto  1      No decurso do projecto  2

**2. Se faz parte da entidade que decidiu conceber a candidatura ao programa EQUAL, refira como surgiu essa decisão?**

---

---

---

---

---

---

---

**3. A sua entidade decidiu sobre a aferição e selecção de parceiros?**

- Sim  1      Não  2

**3.1. Se sim, quais foram os critérios utilizados para a PD?**

---

---

---

---

---

---

---

4. A sua entidade decidiu sobre a aferição e selecção de destinatários das acções (grupos-alvo)?

Sim  1 Não  2

4.1. Se sim, quais foram os procedimentos utilizados?

---



---



---



---



---



---

5. Identifique as entidades parceiras que participaram na realização das diversas fases e actividades do projecto, de acordo com a legenda abaixo. Responda apenas por relação à(s) acções que dinamizou, assinalando com um x.

Entidades parceiras do projecto	A	B	C	D	E
União de Sindicatos do Norte Alentejano					
Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco					
Misericórdia de Castelo de Vide					
Associação Gente de Avis					
Município de Alter do Chão					
Município de Nisa					

A – Elaboração do diagnóstico inicial do projecto

B – Definição dos objectivos e da estratégia global de intervenção

C – Definição e afectação dos recursos materiais e humanos para o projecto

D – Concepção e execução das actividades, acções e projectos

E – Acompanhamento e avaliação do projecto

5.1. Se não elaborou o diagnóstico, nem definiu os objectivos e a estratégia de intervenção, concorda com estas medidas na sua generalidade?

Sim  1 Não  2

5.2. Se respondeu não à questão anterior, refira porquê e descreva os aspectos que deveriam constar no mesmo processo?

---



---



---



6. Relacione os **objectivos** com os **problemas** identificados no território de intervenção do projecto, identificando a adequação dos primeiros para a solução dos segundos. Utilize a seguinte escala e inscreva o respectivo nº na tabela.

- 0 = adequação nula
- 1 = pouca adequação
- 2 = alguma adequação
- 3 = adequação forte
- 4 = adequação muito forte

Problemas detectados na ZI	Objectivos Gerais		Objectivos Especificos		
	(1) Promover a integração plena dos imigrantes numa forma adequada e	(2) Promover a valorização da multiculturalidade interculturalidade enquanto factor revitalizador da dinâmica económica e social	a) Experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais	b) Conceber e experimentar actividades multiculturais/ interculturais como factor de integração da população imigrante.	c) Conceber e experimentar técnicas de <i>empowerment</i> do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes.
1 - Ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa;					
2 - Défice de conhecimentos de direitos e deveres laborais;					
3 - Ausência de Redes de Acolhimento;					
4 - Ausência de serviços de orientação/informação;					
5 - Ausência de apoios para a melhoria das condições habitacionais;					
6 - Inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes;					
7 - Inexistência de instrumentos facilitadores da integração nas escolas;					
8 - Défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para as organizações e os seus profissionais;					
9 - Dificuldade de trabalho em rede;					
10 - Ausência de Recursos Humanos especializados no trabalho de intervenção com imigrantes;					
11 - Ausência de um serviço de observação da imigração a nível local;					
12 - Falta de uma cultura de valorização da interculturalidade;					
13 - Ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes ao nível local;					
14 - Não aproveitamento dos fluxos migratórios e das competências dos imigrantes perante a desertificação e o envelhecimento da ZI;					
15 – Outro: refira Qual? _____					

7. Tendo em conta a lista de problemas, quais os **meios e recursos disponíveis** à partida, para cada um deles?

- Problema 1 \_\_\_\_\_
- Problema 2 \_\_\_\_\_
- Problema 3 \_\_\_\_\_
- Problema 4 \_\_\_\_\_
- Problema 5 \_\_\_\_\_
- Problema 6 \_\_\_\_\_
- Problema 7 \_\_\_\_\_
- Problema 8 \_\_\_\_\_
- Problema 9 \_\_\_\_\_
- Problema 10 \_\_\_\_\_
- Problema 11 \_\_\_\_\_
- Problema 12 \_\_\_\_\_
- Problema 13 \_\_\_\_\_
- Problema 14 \_\_\_\_\_
- Problema 15 \_\_\_\_\_

8. Para cada um dos mesmos problemas, que relação estabeleceu entre estes e os recursos disponíveis no território de intervenção do projecto?

Suficiente  1      Insuficiente  2

9. Dos recursos disponíveis, considera que a generalidade dos mesmos pertencem essencialmente:

(assinale apenas uma resposta)

À entidade parceira e interlocutora do projecto  1

À generalidade das entidades parceiras do projecto  2

Aos destinatários das acções/iniciativas do projecto  3

10. Da lista de problemas identificados no diagnóstico, quais os três principais problemas que considerou prioritários, a necessitar de uma resposta mais célere, mobilizando a PD para esse efeito?

Problema 1 \_\_\_\_\_

Problema 2 \_\_\_\_\_

Problema 3 \_\_\_\_\_

11. Face às actividades/projectos desenvolvidos desde o início do projecto, refira qual a expectativa inicial (que criou no momento de arranque) e a avaliação que neste momento faz face à concretização dos objectivos subjacentes às mesmas acções. Responda a todas as alíneas independentemente daquelas em que participou.

(assinale como **X**, em que 1 corresponde a uma expectativa reduzida e 4 corresponde a uma expectativa elevada).

**a) Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços**

	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**b) Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade**

	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>c) Edição de Material de Divulgação</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>d) Concepção de guias de acolhimento locais</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>e) Concepção e edição de um boletim bimestral</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>f) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página web</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>g) Concepção, Desenvolvimento e gestão de uma base de dados</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>h) Realização de Workshops</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>i) Seminário – Igualdade de Oportunidades</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>j) Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo</b>				
	1	2	3	4
expectativa inicial (no momento de arranque do projecto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
avaliação que faz actualmente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Operacionalização do projecto

12. Refira a estrutura funcional da entidade a que pertence, no âmbito do projecto, que estruturas foram criadas e os respectivos papéis atribuídos.

---



---



---

13. Avalie a adequação da organização e gestão da parceria quanto aos seguintes itens. Utilize a seguinte escala: (Assinale com um x, em que 1 corresponde a um grau de adequação fraco e 4 corresponde a muito bom).

Itens	Grau de adequação/ participação			
	1	2	3	4
A organização da parceria revelou-se adequada (órgãos de decisão, consultivos, equipas de trabalho, ...)				
O processo de tomada de decisão revelou-se adequado				
Os mecanismos de comunicação interna foram ajustados a uma dinâmica de participação e partilha de conhecimento				
As insuficiências detectadas, designadamente as que se reflectiram em termos de défices de cooperação, foram corrigidas com o envolvimento da própria PD				
A parceria, entendida como trabalho conjunto dos diferentes parceiros, contribuiu efectivamente para melhorar a resposta aos beneficiários				

14. Indique as actividades/projectos assumidos pela entidade à qual pertence?

- a) Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços
- b) Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade
- c) Edição de Material de Divulgação
- d) Concepção de guias de acolhimento locais
- e) Concepção e edição de um boletim bimestral
- f) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página web
- g) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados
- h) Realização de Workshops
- i) Seminário – Igualdade de Oportunidades
- j) Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo

14.1. Que tipo de compromissos foram assumidos pela sua entidade para a concretização da(s) actividade(s)?

---



---



---



---

15. Algumas das actividades propostas numa primeira candidatura à acção 2 do projecto não se realizaram. Identifique-as (assinale com um X) e indique quais as causas desse abandono?

Actividades		Causas
Escola Multicultural, Semana da Multiculturalidade e Portalegre "Cidade Multicultural"		
Fórum de observação regional de imigração		
Modelo de acolhimento inter-serviços ao nível local		
Seminários		
Site		
Base de dados		
Workshops		
Acções de formação de Língua Portuguesa		
Acções de formação de Iniciação às TIC		
Acções de Formação para Técnicos		
Acções de formação sobre legislação laboral		
Guias de Acolhimento a nível local		
Guias de Apoio ao Associativismo		
Guias de orientação laboral		
Outra: _____ _____		

### Execução do projecto

16. Como considera o grau de execução das actividades/acções na sua generalidade, inicialmente previstas (aquando do arranque do projecto), por relação a cada parceiro? Responda independentemente das actividades que dinamizou.

(Considere: 1 = grau de envolvimento/execução nulo, 2 = grau de envolvimento/execução reduzido, 3 = grau de envolvimento/execução médio e 4 = grau de envolvimento/execução elevado).

Actividades/acções	Execução	Envolvimento
a) Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços		
b) Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade		
c) Edição de Material de Divulgação		
d) Concepção de guias de acolhimento locais		
e) Concepção e edição de um boletim bimestral		
f) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página web		
g) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados		
h) Realização de Workshops		
i) Seminário – Igualdade de Oportunidades		
j) Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo		

17. Identifique quais e quantos são os destinatários finais das actividades do projecto GA. Em seguida, assinale se esses destinatários foram em n.º inferior, igual ou superior ao esperado, aquando do arranque do projecto. Preencha só por relação às acções que dinamizou:

(Utilize a escala: < nos casos em que é inferior, = nos casos em que seja igual e > nos casos em que é superior)

Actividades	Destinatários (número e tipo)	Grau de adesão face ao esperado		
		<	=	>
a) Concepção e experimentação de um modelo de acolhimento local inter-serviços				
b) Desenvolvimento de actividades para a valorização da Multiculturalidade				
c) Edição de Material de Divulgação				
d) Concepção de guias de acolhimento locais				
e) Concepção e edição de um boletim bimestral				
f) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma página web				
g) Concepção, desenvolvimento e gestão de uma base de dados				
h) Realização de Workshops				
i) Seminário – Igualdade de Oportunidades				
j) Seminário – Ser imigrante no Alto Alentejo				

18. Houve dificuldades no envolvimento dos destinatários nas acções realizadas? Responda só por relação à(s) que dinamizou.

Sim  1 Não  2

19. Se respondeu afirmativamente, quais as causas dessas dificuldades e quais as estratégias encontradas para as contornar?

19.1 - Causas	19.2 - Estratégias
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

**20. Avalie o grau de participação/envolvimento da entidade que representa no projecto perante as fases e actividades do projecto.**

Responda só na perspectiva da(s) entidade(s) que representa e utilize a escala:

- 1 = não participou  
2 = participou de forma residual  
3 = participou com regularidade  
4 = participou de forma intensa

Entidades parceiras do projecto	A	B	C	D	E
União de Sindicatos do Norte Alentejano					
Cáritas Diocesana de Portalegre e C.B.					
Misericórdia de Castelo de Vide					
Associação Gente de Avis					
Município de Alter do Chão					
Município de Nisa					

- A – Elaboração do diagnóstico inicial do projecto  
B – Definição dos objectivos e da estratégia global de intervenção  
C – Definição e afectação dos recursos materiais e humanos para o projecto  
D – Concepção e execução das actividades, acções e projectos  
E – Acompanhamento e avaliação do projecto enquanto o mesmo decorreu

**21. Explícite como é que a PD envolveu e fez participar no projecto os diferentes actores, designadamente:**

**21.1 – Os técnicos das entidades parceiras:**

---



---



---

**21.2 – Os destinatários (imigrantes):**

---



---



---

**Efeitos/ impactos do projecto**

**22. Tendo em conta a lista de problemas identificados, como avalia, na sua perspectiva, o grau de atenuação/solução dos mesmos problemas?**

(Utilize a escala: < nos casos em que o problema se tenha atenuado, = nos casos em que se tenha mantido inalterado e > nos casos em que se tenha agravado).

Problema	Evolução (<, =, >)	Problema	Evolução (<, =, >)
1 - Ausência de cursos de formação de Língua Portuguesa;		8 - Défice de informação/formação sobre a imigração e o processo de legalização e da empregabilidade imigrante para as organizações e os seus profissionais;	
2 - Défice de conhecimentos de direitos e deveres laborais;		9 - Dificuldade de trabalho em rede;	
3 - Ausência de Redes de Acolhimento;		10 - Ausência de Recursos Humanos especializados no trabalho de intervenção com imigrantes;	
4 - Ausência de serviços de orientação /informação;		11 - Ausência de um serviço de observação da imigração a nível local;	
5 - Ausência de apoios para a melhoria das condições habitacionais;		12 - Falta de uma cultura de valorização da interculturalidade;	
6 - Inexistência de uma cultura de valorização e reconhecimento das competências pessoais e profissionais dos imigrantes;		13 - Ausência de informação sobre as reais dificuldades de integração dos imigrantes ao nível local;	
7 - Inexistência de instrumentos facilitadores da integração nas escolas;		14 - Não aproveitamento dos fluxos migratórios e das competências dos imigrantes perante a desertificação e o envelhecimento da zona de intervenção.	

23. Recordando os objectivos do projecto na sua fase de arranque, como caracteriza o grau de concretização dos mesmos?

(Assinale com um **X**, considerando: **1** = grau de concretização nulo, **2** = grau de concretização reduzido, **3** = grau de concretização médio e **4** = grau de concretização elevado)

Objectivos	Grau de concretização			
	1	2	3	4
Experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais.				
Conceber e experimentar actividades multiculturais/Interculturais como factor de integração da população imigrante.				
Conceber e experimentar técnicas de empowerment do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes.				

24. Recordando as acções desenvolvidas, como caracteriza os impactos efectivos das mesmas junto dos destinatários? Responda apenas por relação à(s) actividades que dinamizou.

(Assinale com um **X**, considerando: **0** = importância nula; **1** = pouca importância; **2** = alguma importância; **3** = importância forte; **4** = importância muito forte)

Grupos-alvo	Grau de importância				
	0	1	2	3	4
População imigrante					
Dirigentes e técnicos das entidades parceiras, responsáveis pelo projecto GA					
Outros profissionais das entidades parceiras					
Profissionais de outras instituições locais					
Comunidade local					

25. Considera que os grupos-alvo atingidos estão de acordo com os grupos-alvo previstos?

Sim  1 Não  2

25.1. Se respondeu negativamente, refira os outros destinatários atingidos e quais as causas desse envolvimento?

---



---



---



26. Enuncie as actividades realizadas e os recursos (previstos e utilizados). De seguida relacione essas actividades com os objectivos, identificando a importância das primeiras para a concretização dos segundos, do ponto de vista dos seus efeitos directos e indirectos. Utilize a seguinte escala e inscreva o respectivo nº nas colunas dos objectivos. Responda apenas por relação à(s) actividades que dinamizou.

- 0 = importância nula
- 1 = pouca importância
- 2 = alguma importância
- 3 = importância forte
- 4 = importância muito forte

Descrição das actividades, acções, projectos (mais significativos) para o projecto, na sua globalidade	Descrição dos recursos:		Objectivos		
	previstos	utilizados	1 - Experimentar mecanismos de acolhimento a nível local, através das Redes Sociais Locais.	2 - Conceber e experimentar actividades multiculturais/Interculturais como factor de integração da população imigrante.	3 - Conceber e experimentar técnicas de empowerment do público-alvo, através da valorização das competências dos imigrantes.

27. Das actividades/projectos realizados no âmbito do projecto, identifique o(s) produto(s) validado(s).

---



---

28. Na sua opinião, onde reside o carácter inovador e a singularidade do(s) produto(s) no âmbito do projecto?

---



---



---

29. Quais os meios utilizados pela PD para verificar/validar o carácter inovador da intervenção?

---



---



---



---

30. Exprese a sua opinião a respeito das actividades e do(s) produto(s) validado(s) do projecto em relação aos seguintes itens, recorrendo à escala:

*1 corresponde a um grau de concordância reduzido e 4 a um grau de concordância elevado.*

	Actividades	Produto(s) validado(s)
30.1. Dão origem (na ZI e nos territórios onde o produto validado vier a ser incorporado), a impactos tais como: uma maior sensibilização para os problemas da imigração e da interculturalidade.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
30.2. Dão origem (na ZI e nos territórios onde o produto validado vier a ser incorporado), a impactos tais como: o acolhimento mais eficaz dos imigrantes.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
30.3. Têm contribuído para a formação/qualificação da população imigrante.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
30.4. Têm contribuído para a formação/qualificação da comunidade local.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
30.5. Têm contribuído para que os profissionais das instituições desempenhem com mais proficiência as suas funções no que respeita à aptidão para fazer aconselhamento a imigrantes.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
30.6. As <u>entidades</u> consolidam uma cultura favorecedora do trabalho de parceria.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>
30.7. Promovem e mobilizam novas formas de aprender para colocar em prática.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>

	Actividades	Produto(s) validao(s)
30.8. Resultam dos contributos diversificados e complementares dos diferentes parceiros.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.9. Os utilizadores e os beneficiários finais participaram activamente na concepção das acções.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.10. As competências dos imigrantes são utilizadas para combater a desertificação/ envelhecimento da ZI.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.11. Promovem a autonomia e a auto-responsabilização dos utilizadores e beneficiários finais.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.12. Correspondem às necessidades e respeitam as características dos beneficiários e utilizadores finais.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.13. Promovem a formação de adultos e o desenvolvimento local.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.14. Contribuem activamente para a resolução dos problemas e necessidades dos utilizadores e beneficiários finais, tendo em conta o território de intervenção do projecto.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.15. As competências promovidas são passíveis de reconhecimento social e de certificação.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.16. Incluem características que favorecem a sua disponibilização e apropriação pelos diferentes contextos, territórios e organizações dos utilizadores e beneficiários finais.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.17. São facilmente integráveis nos hábitos e práticas dos beneficiários finais e utilizadores.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.18. Respeitam, valorizam e promovem a interculturalidade.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.19. Têm potencial para influenciar mudanças nas práticas das organizações e nas políticas sociais, de formação e de emprego, orientadas para a economia social.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
30.20. As características, os conteúdos e materiais que os integram conferem-lhes suficiente autonomia facilitadora da sua transferência/ apropriação.	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	1 2 3 4 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

31. Por fim, pedimos-lhe que expresse a sua opinião a respeito das parcerias criadas, em termos de durabilidade e reprodutibilidade, no âmbito do projecto e exterior ao projecto?

---



---



---

**O seu questionário termina aqui. Obrigada pela paciência e amabilidade no seu preenchimento.**

*A aluna de mestrado, Catarina Sarmento*

## ANEXO 4 – Guião de Entrevista

**Pergunta orientadora:** O projecto GA contribuiu para a integração social e formação da população imigrante local?

### Indicadores:

- Participação
- Formação/*empowerment*
- Integração social

**Objectivo da entrevista:** registar e analisar o discurso reflexivo dos imigrantes, tendo em conta o modo como o projecto GA que os representa e em que participaram contribuiu para a valorização da multiculturalidade/interculturalidade, para a integração desta população e, ainda, para a sua formação.

### Perguntas:

1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções?
2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?
3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na Rede Local de Apoio ao Imigrante (produto final do projecto), designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?
4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía? Quais?
5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida? Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?
6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?

## ANEXO 5 – Entrevistas

### ENTREVISTA 1

**Mulher, 40 anos,**

Nasceu na República da Moldávia mas tem nacionalidade romena. Foi durante 7 anos jornalista na Televisão Pública da Moldávia, chegou a Portugal em 2004 e radicou-se em Elvas com o marido e o filho, onde exerce a profissão de empregada doméstica. É também responsável por 2 programas de rádio (em Elvas, semanal e em Portalegre, mensal).

#### **1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções?**

**R:** Conheci este projecto através do Sr. D. (gestor do projecto). Ele ouviu a emissão de rádio que faço aqui em Elvas e ficou interessado em conhecer-me. Através da rádio marcou uma entrevista e nela propôs-me participar no projecto GA, uma vez que sou a presidente da associação de imigrantes de leste e por isso conhecer bem a vida deles aqui nesta zona do Alto Alentejo. Aceitei e participei em algumas actividades destinadas aos imigrantes. Foi um Encontro onde organizámos na primeira parte um debate sobre os problemas dos imigrantes e depois um convívio com gastronomia e convidados alguns grupos musicais tradicionais dos países de Leste. Foi em Portalegre e participaram imigrantes desta cidade, de cá, não eram muitos, mas romenos, búlgaros, moldavos. Foi muito muito bonito e todos gostaram. Outra vez organizou-se em Portalegre um Encontro no âmbito deste projecto e em conjunto com a Cáritas sobre os problemas da religião. Como a maioria dos imigrantes de leste são ortodoxos, a Cáritas organizou um encontro entre a igreja católica e a igreja ortodoxa, também um programa intercultural, mas no âmbito da religião. Também houve um Encontro no âmbito do GA com imigrantes de leste onde foram convidados representantes do Ministério da Saúde, do SEF, onde os imigrantes puderam colocar perguntas para resolverem alguns dos seus problemas. No final do Encontro também organizámos um convívio gastronómico de leste e convidámos um grupo musical de Moldávia chamado “A Caça” de Benavente. Podemos dizer que este projecto facilitou a formação desta Associação (de imigrantes), iniciada ao mesmo tempo do GA e a partir desse momento todos os outros subprojectos foram combinados em conjunto: USNA, Cáritas e Associação de Imigrantes de leste. Pessoalmente só conheci estas entidades.

**2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?**

**R:** Pode dizer-se que sim, não sei... Não sinto que esta Rede de Apoio ao Imigrante esteja implementada na região. No final do projecto, mais ao menos um ano sentia algumas mudanças, algum apoio, por exemplo no programa de Rádio, mas agora não sinto nada, todos estão implicados nos seus próprios problemas e não têm nada a ver com imigrantes. Os imigrantes são os últimos que são apoiados, mais ao menos e no final, num caso concreto posso dizer que antes o SEF fazia o título de residência mais ao menos num mês, dois meses. Agora demora meio ano, onde é ... este é o resultado. Também quero dizer que eu faço há mais de 4 anos uma emissão de rádio em Elvas “Uma Saudade com Nome Moldávia” e é um noticiário com as notícias mais importantes dos países de leste, todos os domingos, e com o apoio deste projecto há mais de um ano fazemos uma emissão na rádio de Portalegre “A Voz do Imigrante” com talk show, com imigrantes que realizaram alguma coisa aqui. Foi um projecto muito bonito e com resultados mas como acabou o patrocínio deste projecto terminou em Abril (de 2010) e até agora nós não encontramos patrocínio para podermos continuar. Possivelmente pela crise, não sei, mas agora tudo acabou. O programa fica assim com esperança que encontramos mas já passaram 2, 3 meses e como não há nenhuma resposta de ninguém que patrocine...

**3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na Rede Local de Apoio ao Imigrante (produto final do projecto), designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?**

**R:** Sim, participei em algumas reuniões, 2 ou 3, já não sei. Conhecia o projecto, fui informada e eu também da minha parte informava outros, mas não fui muito implicada nas ideias da Rede, só fui informada e participei como participante, para apanhar a informação, mas a minha opinião não foi muito importante...

**4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía? Quais?**

**R:** Sim, para a minha formação sim, porque como eu já disse participava nestes encontros e ouvia muitas coisas ligadas a direitos, dificuldades, modalidades de resolver alguns problemas,

onde podemos perguntar, como podemos resolver muitos problemas ligados à vida dos imigrantes e informação.

**5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida? Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?**

**R:** Sim, claro que sim. Uma das medidas foi realizar a emissão que é a minha profissão e não é fácil aqui em Portalegre trabalhar na sua profissão, não é fácil, é muito complicado e para mim esta contribuiu muito, por poder demonstrar que eu possuo as minhas capacidades, e a escola que eu fiz...

**6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?**

**R:** Na minha opinião eu considero que, não é só este, todos os projectos que são ligados aos imigrantes parecem que são para imigrantes, mas os imigrantes não participam. São para imigrantes, mas faz-se tudo para portugueses (risos), ninguém dos imigrantes apanha nada disto, ou só apanham muito poucos... Na minha opinião gostava que ficassem mais abertos, e é importante para o projecto deste género entrar mais na vida dos imigrantes, para conhecer mais, porque tudo é mais formal, do que concretamente prático, parece às vezes que é só para assinar papéis e pronto, é a minha opinião, eu gosto de dizer sempre a verdade como é... Mas também é gratificante que existam pessoas, como o Sr. D, o Sr. L., porque são muito poucas pessoas deste género que são interessadas na nossa vida e na nossa integração, são muito muito poucas.

## ENTREVISTA 2

**Mulher, 31 anos,**

Tem nacionalidade brasileira, chegou a Portugal em 2003 e radicou-se em Portalegre com o marido e o filho, onde exerce a profissão de cabeleireira.

**1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções?**

**R:** Conheci este projecto através duma cliente minha, esposa do Sr. D. (gestor do projecto) que me convidou para ir a uma reunião (encontro) com várias pessoas de outros países na Câmara de Nisa. Fui duas vezes à Câmara com o pessoal participar num Encontro. Estava lá a Presidente e outros representantes de países diferentes. Falámos das dificuldades de integração, mas também das facilidades. Eu já tinha mãe a viver cá há dez anos e foi através dela que eu consegui integrar-me em Portugal.

**2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?**

**R:** Sim, sim. No meu caso não, porque eu já tinha tudo resolvido, mas eu acredito que sim. Em relação a outras pessoas tiveram já mais abertura para superar as dificuldades, pessoas para conversar, para tirar dúvidas, para chegar até ao SEF mais fácil. Teve, teve mais solução.

**3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na Rede Local de Apoio ao Imigrante (produto final do projecto), designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?**

**R:** Não, não tive tempo. Fui convidada, mas não pude ir. Fui convidada para ir ajudar numa reunião que tinha de ir com o pessoal, de imigrantes. **Em que sentido?** Ideias, o que eu achava, o que eu podia colaborar, se eu podia ir lá conversar com eles. Era outra reunião com o pessoal de aqui, mas eu não tive tempo. **Sabe se outros imigrantes foram?** Não sei, mas provavelmente sim.



**4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía?**

**Quais?**

**R:** Não, no meu caso não porque eu não tive muito contacto com isso, foi mesmo naquelas duas reuniões, já estava aqui há mais tempo e não tinha dificuldades.

**5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida?**

**Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?**

**R:** Considerei o projecto intercultural, foi bom para conhecer outras pessoas, outros imigrantes, conheço muita gente de cá devido ao trabalho, mas achei muito bom em relação a isso, porque quando estive lá com eles conheci outras pessoas de outros países e outras dificuldades. Mais que isso não. Não contribuiu para a minha integração, porque já estava bem integrada no país.

**6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?**

**R:** Foi um bom trabalho, mas podia ser mais divulgado para mais pessoas, pessoas mesmo do próprio país para poderem ver as dificuldades dos imigrantes, as dificuldades que a gente tem de se legalizar. É muito difícil, em relação a eles (autóctones) tudo se dificulta, tudo é não, não, não... Acho que devia ser integrado também para todo o pessoal, para os imigrantes e do próprio país. Senti que os portugueses locais tiveram pouco conhecimento, deviam ter mais.

### ENTREVISTA 3

**Mulher, 27 anos,**

Tem nacionalidade brasileira, chegou a Portugal em 2004 e fixou-se em Alter do Chão onde conseguiu um emprego como empregada de mesa num café/restaurante. Casou 2 anos depois com um português, de quem tem uma filha.

**1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções<sup>52</sup>?**

**R:** Conheci o projecto através do Sr. F (técnico da CM de Alter do Chão, entidade da PD). Particpei no filme<sup>53</sup>. Na verdade não era para mim, o filme, era para outra funcionária do café, mas como na altura não pôde, não teve disposição para ir fazer, então o Sr. F veio ter comigo se eu podia fazer e eu aceitei. Na altura eu tinha a minha filha pequenina, tinha 7 dias. O filme era para falar das dificuldades, o acolhimento que a gente aqui teve, se foi bem recebido, se não foi, se teve a ajuda das entidades patronais ou da Câmara, essas coisas assim. Só que na altura eu estava cá há pouco tempo, tive dificuldade como toda a gente teve e têm alguns, não é. Não sabia que tinha de ir pedir ajuda à Câmara, porque eu não conhecia ninguém. Soube através da Câmara, porque eles depois me procuraram através deste projecto. Na altura houve um almoço de convívio aqui no “Álamo”, só que muito poucos imigrantes quiseram participar, por medo, desconfiança que pudesse estar lá o SEF, que pudesse ser uma armadilha para poder mandá-los embora, e muito poucos participaram, e eu não participei porque na altura ainda não estava cá. Só depois então é que o Sr. F. disse “quando precisar peça ajuda à Câmara, se tiver alguma dificuldade, a gente, a segurança social pode-te ajudar nessa maneira ou na outra”. Mas na altura eu não participei em nada, porque trabalhava, não é, não tinha aquela precisão de estar a pedir ajuda. Foi quando surgiu a oportunidade do filme. Depois participei no Seminário “Ser Imigrante no Alto Alentejo” que até saiu no jornal do Alto Alentejo. Tivemos palestra, falámos. Todos os que queriam falar tiveram oportunidade de falar, o que é que achou do filme, o que achava que deveria ser melhorado ou quais eram as atitudes que as autarquias deviam melhorar em relação aos imigrantes, mas nessas alturas muito poucos apareceram, era a altura de todos se juntarem, não é, para debater os problemas, mas eram mais os portugueses, as pessoas que estavam envolvidas no projecto.

<sup>52</sup> A inquirida não referiu o Boletim Bimestral (n.º 9) do GA onde aparece a sua história de vida.

<sup>53</sup> O DVD editado no âmbito do GA apresenta o depoimento de dois imigrantes a residir na ZI, um búlgaro e uma brasileira (a entrevistada), bem como outros testemunhos de imigrantes a trabalhar e residir em Espanha, França e na Eslováquia, por serem os países membros da parceria transnacional do projecto.

**2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?**

**R:** Acho que sim, não é, sempre tudo ajuda, ainda mais quando a gente tem oportunidade, porque eu muita coisa desconhecia e que a partir daquele momento eu passei a conhecer melhor, as leis, onde eu podia pedir ajuda, ou se houvesse alguém em dificuldade podia, como fiz muitas vezes, passou por aqui pessoas que tinham acabado de chegar e tinham dificuldade ou em arranjar casa, ou em arrumar papéis ou ir à segurança social e eu falava “olha vai assim”, e eu até cheguei a levar ao Sr. F. para que ele pudesse ajudar também. Ele e o projecto ajudaram não só a mim, mas a muita gente que esteve ali envolvida e muita gente também que depois se sentiu distinguido. Mas pronto serviu também para ajudar porque eu acho que tudo o que falta nas pessoas é informação e desde que se tenha um projecto à frente, nem que seja para abrir só um bocadinho da luz, já é importante. E esse projecto eu acho que ajudou muita gente mesmo, porque teve muita gente envolvida apesar de não terem participado, mas muita gente procurou se informar sobre o assunto. Eu acho que essa é a forma mais importante que alguém pode divulgar num trabalho, num projecto. E mais nós que somos imigrantes que às vezes chegamos a um país que não conhecemos. Para nós, os brasileiros ainda é mais fácil, por causa da língua que é quase igual, as leis são diferentes, a cultura é diferente, então muita coisa muda e a gente chega, pelo menos quando eu cheguei me senti perdida. Perdida porquê? Porque não conhecia ninguém, não tinha ninguém a quem pudesse perguntar “Olha como é que funciona? Como é que deixa de funcionar? O que é que eu tenho direito? O que eu tenho dever? E essas coisas. E isso ajuda, não é. Na altura eu tinha acabado de chegar, não tinha assim muita formação sobre os assuntos e para mim foi muito importante o projecto, me abriu muito os olhos. Foi uma coisa que eu fiz e me deixou muito feliz.

**3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (produto final do projecto), designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?**

**R:** A reunião funcionou nesse dia, no Seminário. Não só a mim, como se perguntou a todos os que queriam participar - estavam lá várias entidades, o SEF e outras - o que é que a gente achava, o que devia melhorar, o que é que podia ser feito, quais eram as nossas principais dificuldades

(qual é a principal dificuldade do imigrante? É a documentação, não é? Para que se possa trabalhar, para que se possa deslocar, para ter uma vida mais ao menos boa). Apesar de tudo poucos falaram, não sei se por vergonha, não sei se por medo. Eu não tive vergonha, nem medo, porquê? A gente tem que expor os nossos sentimentos e as nossas dúvidas. Da minha parte eu dei a minha opinião, dei o que eu sentia, o que eu pensava e eu acho. Pronto para mim me ajudou (o projecto), não sei se para outros ajudou, mas a minha intenção era ajudar, não é?

#### **4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía?**

##### **Quais?**

**R:** Sim, conheci pessoas que não conhecia, não é? Assim, outros imigrantes também me procuraram para saber como é que era, como é que foi, o que é que precisavam fazer. Portugueses. Conheci alguns. Tive até alguns contactos se fosse o caso de precisar algum dia, pessoal do SEF ou da gestão humana, que é o Sr. F., da Segurança Social. Senti mais competências para orientar outros imigrantes. Só o simples facto de uma pessoa chegar e dizer toma lá esse número, um dia se for preciso, pode contactar a hora que for preciso ou se conhecer alguém que precise pode dar esse número, é uma coisa muito boa que a gente encontrou ali, não é? Porque a gente quando chega está muito fragilizada e o que a gente quer é uma pessoa que nos estenda a mão. Quem me deu esse número foi o Sr. F. que é de um rapaz lá de Portalegre, que é o L.M. (técnico do CLAI e da CDPCB, entidade parceira) e disse, qualquer hora que precisar pode ligar para ele que ele resolve o seu problema na hora. É uma coisa assim muito boa, porque são conhecimentos, que se não fossem pelo filme eu jamais tinha, não é? Não talvez por a gente não conhecer as pessoas, é por não saber quem são as pessoas.

#### **5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida?**

##### **Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?**

**R:** Sim, aqui no distrito toda a gente falou, até foi na terra do meu marido, lá em São Julião, lá em Portalegre, toda a gente diziam vi-te no jornal, vi-te no “Alto Alentejo”. Eu acho que isso foi um projecto a nível europeu. Eu acho que praticamente todos os imigrantes gostam de ver essas coisas, não é? E até para saber um bocado da cultura do outro. Depois também fui chamada para fazer uma entrevista na rádio “Álamo” que é a rádio de aqui, de Alter, na véspera do Natal, baseada também no filme, as primeiras dificuldades, as primeiras sensações que eu tive aqui, depois contar um bocado da nossa cultura lá no Brasil. Eu acho que tudo são coisas que vão...uma puxa na outra, não é?

## **6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?**

**R:** Que fizesse mais vezes, não é? Esse tipo de projecto. Não só abrir portas para um ou dois, mas abrir praticamente com a população e que se divulgue mais o trabalho, não é? Porque a divulgação é importante. Porque é assim, esse desconforto que a gente teve em relação a esse trabalho que eles aqui fizeram, eu acho que não foi por falta da Câmara, mas foi pela falta de informação, porque eles tiveram uma boa intenção, só que as pessoas que estavam por trás e que fizeram este desconforto todo não sentiram por esse lado, porque dizem que não sabem e que nem sequer tinham sido informados. Então eu acho que a divulgação do trabalho e abrir as portas para quem quiser, “olha em tal dia a porta está aberta, quem quiser participar...”, apesar de que ninguém vai, praticamente ninguém vai. Éramos o quê? Brasileiro era só eu. Romenos tinham lá umas duas ou três. Dos que participaram no filme, a única que foi fui eu. O Seminário estava aberto a quem quisesse, não é? E na altura estava lá um senhor do SEF e ele disse mesmo que as pessoas não fossem aos almoços e jantares de convívio que a Câmara sempre fazia cá em Alter. Todos os anos faziam um jantar de convívio que era para os imigrantes contarem os seus problemas e participarem de alguma forma. Até para eles saberem a quantidade de pessoas que estavam aqui, que precisavam de ajuda, ninguém ia por medo e o SEF disse “não somos inimigos de ninguém, queremos é ajudar a resolver os problemas, mas as pessoas não nos procuram, nós não podemos fazer nada”. Porque é assim, as pessoas não procuram ajuda e eu vejo que muita gente passa aqui neste café a pedir trabalho, não tem documentos, “então, vá, vamos ali à Segurança Social para te inscrever e as pessoas “ai, não, não, porque vai lá o SEF”. É o medo. Eu também já senti isso, e na altura que eu cheguei foi uma altura muito má, porque foi uma altura de fiscalizações, de muitas rusgas e tudo e as pessoas que não tivessem documentos iam mesmo embora. E eu acho que o que prevalece nessas pessoas é isso, é o medo de ir embora.

## ENTREVISTA 4

**Homem, 40 anos,**

É da Geórgia, chegou a Portugal em 2001 e radicou-se em Portalegre com a mulher. O filho nasceu nesta cidade.

**1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções?**

**R:** Este projecto não conheço assim muito bem. Não estou dentro deste projecto. Algumas vezes eles chamaram-me (CLAI) mas eu não conheço este projecto. Uma vez chamaram-me para dar informações, contar a minha história de vida no CAEP. Nós sabemos que este lugar (CLAI) dá muita ajuda aos imigrantes. Eu primeiro tive uma altura muito difícil e depois eles ajudaram-me muito, roupa, informação, telecomunicações. Quando cheguei não estava aberto (CLAI) na altura. Mas depois aprendi aqui um bocadinho da língua e orientei-me. Conheço o L. (técnico do CLAI e responsável pelo GA) há 4 ou 5 anos, ele talvez tivesse falado deste projecto, porque na verdade eu não sei se eu compreendi nessa altura o projecto...

**2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?**

**R:** Eu não sei se foi pelo projecto, mas o L. sempre perguntou qual a ajuda que é preciso para os imigrantes, não só para mim, mas para os outros também. Se nós temos alguma dificuldade de traduzir a língua e isso nós temos aqui ajuda, para enviar documentos com o FAX ...

**3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na Rede Local de Apoio ao Imigrante (produto final do projecto), designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?**

**R:** Não.

**4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía?**

**Quais?**

**R:** Sim, quando tive aqui e eles ajudaram-me e eu tive a sorte depois de ajudar também os outros. Eu vi e depois quando eu normalizei a situação de vida eu queria ajudar os outros também. Aprendi e ajudei outros. E muita gente falava para mim se eu conseguisse ajudar nesta ou noutra situação. Porque quando vim aqui não sabia nada e quando eles ajudaram-me a mim eu vi de que maneira era possível fazer isso, depois eu ajudei os outros que não sabiam.

**5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida?**

**Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?**

**R:** Aqui eu posso dizer é só isso eles fizeram coisas porque aqui não estamos só georgianos, há outros também e por exemplo nós aqui conhecemos outros imigrantes, brasileiros, búlgaros..., aqui falamos sobre a nossa vida e esta área ajudou-nos a conhecer e neste sentido foi intercultural.

**6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?**

**R:** Quer dizer este projecto quando vai terminar se calhar novamente é preciso de dar novos projectos, porque não podemos parar. As pessoas já se habituaram umas às outras e é preciso dar mais. O que é que nós podemos dar por elas, sabes? Às vezes nós apoiámos as outras, mas eles só compreenderam isso, nós fazemos isso, mas eles ainda não conseguiram dar para os outros apoio, por isso, se calhar precisa de mais projectos que podem isso. O que é que eu falei da minha história, porque outros também precisam de darem isso, explicar a sua história, as suas dificuldades, e também muitas pessoas só ficaram nesta situação a apoiarem sim, este é bom, mas para apoiarem outras ainda não fizeram porque ainda há muitos imigrantes que precisam de apoio.

## ENTREVISTA 5

### Mulher, 36 anos,

É Romena, chegou a Portugal em 2002 e radicou-se em Castelo de Vide com o marido, onde já se encontravam amigos do casal. Começou por fazer limpezas, ao fim de 6 meses consegue o primeiro contrato de trabalho numa pastelaria e a legalização ao fim de 11 meses, com o apoio da técnica da SCMCV. Actualmente integra a Equipa de Apoio Domiciliário desta instituição, que começou por fazer a substituição de uma outra funcionária que se encontrava de baixa.

#### **1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções?**

**R:** Eu participei mas não sei se foi directamente para o projecto. Tive formação sobre apoio domiciliário. Foi apoio aos utentes, melhorar o serviço. Eu quando vim para cá (SCMCV) já sabia a língua. Aprendi a língua através de uma assistente social. Era a Dr.<sup>a</sup> G., já não está cá. Acho que fazia parte deste projecto, não me lembro bem<sup>54</sup>. Através dela conheci a professora F. que dava aulas à noite (de português) aos estrangeiros. Deve ter ouvido falar? **Esta era a professora que vos conhecia bem e era através dela que os técnicos do projecto interagiam com vocês?** Sim, sim, mas nunca percebi que estas aulas tinham a ver com o projecto. **Então a sua história de vida contou a quem?** (está publicada no Boletim Bimestral, n.º3 do GA) Ai, eu contei a muita gente. Eu sei que foi com o projecto. Sei que apareceu duas vezes a minha história de vida no jornal da Misericórdia. Depois também foi uma coisa registada, filmada também lá para um projecto. Foi um rapaz de Portalegre que me veio entrevistar e filmar, para gravar num CD para mandar para um projecto na Itália. Quem vinha falar comigo eu falava com toda a gente (risos).

#### **2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?**

**R:** Através deste projecto? É assim, eu acho que é complicado, ser estrangeiro é muito ..., podes ser boa rapariga para trabalhar, pode ser o que tu quiseres, mas sempre há uma coisinha de seres

<sup>54</sup> Esta técnica é efectivamente responsável pelo GA. Exerce funções na CM de Nisa e acompanhou o processo de legalização e outras necessidades da cidadã imigrante.



estrangeiro. **Discriminação?** Não há discriminação, não se pode dizer, eu não tive problemas na Santa Casa, não tive problemas por ser estrangeira, mas não sei se é a minha impressão, porque ninguém me tratou mal, mas eu neste momento posso declarar-me uma pessoa com sorte.

**3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na *Rede Local de Apoio ao Imigrante* (produto final do projecto), designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?**

**R:** Não.

**4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía? Quais?**

**R:** Eu estou fora desse projecto ... não sinto que tenha sido o projecto, porque se eu tinha problemas, até de contrato ou outras coisas era a professora F. que tratava deles, por isso ... Ela ainda ajuda só que neste momento é assim, a malta já não precisa de tanta ajuda, porque passaram os anos já se orienta, já fala, já sabe que precisa de ir ao SEF, ou pelo visto, já sabe o que é um contrato, já sabe ler, já é diferente, agora no principio ...

**5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida? Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?**

**R:** Se me pergunta o que significa o projecto eu não sei dizer ... mas considerei a acção da professora F. muito importante para a minha integração. Continuo a dizer que era como uma segunda mãe, só não fazia mais para qualquer estrangeiro porque não podia. Dava língua portuguesa e conselhos, se a gente precisava de uma casa, ela falava de uma casa...

**6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?**

**R:** É assim eu nunca vou dizer que o projecto não foi feito por imigrantes, até se calhar houve imigrantes que beneficiaram através deste projecto, eu não digo que não, mas que eu não conhecia muita coisa do projecto, é uma verdade. **Então que recomendações faria?** Olha! Eu acho que eles deviam fazer o melhor para eles e para os outros (risos), é o que eu posso dizer.

## ENTREVISTA 6

### Mulher, 33 anos,

Veio da Roménia para Portugal em 2003 e radicou-se em Nisa através do contacto de um primo. Teve vários empregos (como empregada doméstica, na apanha da azeitona e como empregada de balcão num restaurante). O processo de legalização foi moroso, apesar do apoio da própria entidade patronal (restaurante) e de outras instituições. Actualmente explora um pequeno espaço comercial (café/bar). A filha de 12 anos, “razão da sua luta”, está na Roménia.

#### **1. Como conheceu o projecto GA? Participou em alguma actividade do projecto e/ou colaborou na tomada de decisão sobre as acções?**

**R:** Eu ainda não estou bem entendida neste projecto. Eu só fui sempre a fazer entrevistas e pronto de resto nunca mais me procurou ninguém. Algumas 2 ou 3. Acho que 3 (entrevistas). Só respondi às perguntas que me fizeram. Eram da minha vida. O normal, como estava a correr, se estava bem, se tenho trabalho. Foi a Dr.<sup>a</sup> G. (técnica da CM de Nisa) e outro senhor que não sei como se chamava. Não conheço bem o projecto, porque não tive também um papel, qualquer coisa para me dar a ver. A Dr.<sup>a</sup> G. explicou-me mas nunca entendi muito bem por causa de ... eu preciso de um papel que é melhor, vou ver, vou ler e vou entender, não é?

#### **2. Tendo em conta que o GA visa também a formação das instituições e o acolhimento mais eficaz dos imigrantes na ZI, está satisfeito com os serviços prestados? O acesso aos serviços é mais fácil do que antes? Sentiu que este projecto contribuiu para uma maior rapidez na resolução dos problemas individuais (ilegalidade, falta de condições mínimas quanto ao mercado de trabalho, à formação profissional, à educação, à saúde e ao alojamento)?**

**R:** Acho que ela (técnica da CM de Nisa) contribuiu por uma coisa muito importante, a legalização e depois a partir dali nunca mais nos encontramos para a gente ter assim uma relação mais perto. Depois da legalização não foi preciso mais ajuda, porque uma vez que tenho um trabalho, a gente está a trabalhar, está orientada na vida. Aprendi a língua portuguesa no trabalho, direitos e deveres e uma formação no trabalho de acidentes e segurança, essas regras principais.

#### **3. Participou/contribuiu para melhorar a prestação desses serviços? Esteve envolvido nas acções que culminaram na Rede Local de Apoio ao Imigrante (produto final do projecto),**

**designadamente: (1) concepção e experimentação de um Modelo de Acolhimento Local Inter-Serviços e (2) concepção de Guias de Acolhimento locais?**

**R:** Não sei se eu contribuí. Eu não sei responder a essa pergunta, porque como não conheço muito bem o projecto como eu posso saber se contribui com alguma coisa. **Talvez a sua história de vida?** Não, não sei.

**4. O GA proporcionou-lhe conhecimentos, competências, atitudes que antes não possuía? Quais?**

**R:** Não. Isso fui eu. A Dr. só me ajudou com aquele papel e eu fui sempre muito activa e então ela fez o seu serviço muito bem, não é? A legalização. Eu fiquei satisfeita, considerei que ela é uma boa pessoa, também muito activa e empenhada. Quando faz uma coisa gosta de acabar bem. Nós não podemos fazer nada só com a ajuda dos outros, se nós não queremos, não lutamos.

**5. O projecto GA contribuiu para a sua integração num país e numa cidade desconhecida? Considerou o projecto intercultural? As acções visaram a sua participação cívica na região? Em que medida?**

**R:** Acho que este projecto é bom para o mundo conhecer histórias de vida, não é? E ver que alguém se preocupa por alguém e pronto. Ainda não conheci outros imigrantes, nunca se fez aqui nada.

**6. Que recomendações faria à Equipa de Trabalho do GA após conclusão do projecto?**

**R:** Podia haver mais contacto com as pessoas, uma vez que fui entrevistada, depois também tem que se manter uma relação mais perto, não é? Mais ou menos. Assim, uma vez falamos e eu já esqueci e nunca mais me lembrei de nada. Pensei que só foi assim, pronto. As coisas têm que se manter numa relação que é para correr bem. Assim quando se faz uma vez e depois nunca mais se lembra de nada...Senti que faltou uma sede (gabinete) que dá mais confiança aos imigrantes que você quer ajudar. É que os estrangeiros sejam daqui, de lá dentro ou de fora precisam sempre de uma informação e então tem que haver um sítio certo, não é?

## ANEXO 6 – Análise de Conteúdo das Entrevistas

Quadro 35 – Matriz de análise de conteúdo

Categorias	Unidades	Número	Total	Frequência
Participação nas acções, no geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontro/ Reunião/ Seminário/ Debate/ Convívio/ Entrevista</li> <li>• Filme/DVD/ Rádio/ Aulas/ Formação</li> </ul>	IIIIII II II I III III	18	16,3%
Participação na acção central <sup>55</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Particpei em algumas reuniões (...) para apanhar a informação, mas a minha opinião não foi muito importante...</i></li> <li>• <i>Dei a minha opinião, dei o que eu sentia, o que eu pensava</i> (numa reunião/ seminário)</li> </ul>	I I	2	1,8%
Tomada de decisão sobre as acções	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Organizamos/ convidamos/ combinados em conjunto</i></li> </ul>	IIII	4	3,6%
Interculturalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Convívio/ Gastronomia/ Grupos musicais/ em conjunto</li> <li>• Projecto intercultural</li> <li>• <i>Emissão (...) com talk show, com imigrantes que realizaram alguma coisa aqui</i></li> <li>• Conhecer outras pessoas (autóctones ou imigrantes)/ conhecer histórias de vida</li> <li>• Falar da nossa cultura/ saber a cultura do outro</li> <li>• Oportunidade (em grupo) de falar/ expor os nossos sentimentos e as nossas dúvidas /falar das dificuldades e oportunidades</li> </ul>	IIIIIIII III IIIIII III II I	23	20,7%
Formação/ qualificação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ouvia muitas coisas / Passei a conhecer melhor/ Aprendi/ Orientei-me/ Me abriu muito os olhos</i> (Formas de resolver problemas/dificuldades/ Direitos/deveres/ Informação/ Contactos)</li> <li>• <i>Este projecto facilitou a formação desta Associação</i> (de imigrantes)</li> <li>• <i>Sim</i> (para a formação)</li> <li>• <i>Poder demonstrar que eu possuo as minhas capacidades, e a escola que eu fiz...</i></li> <li>• Competências para orientar outros estrangeiros/ <i>aprendi e ajudei outros</i></li> <li>• Formação profissional/ de Língua Portuguesa</li> </ul>	IIIIII IIIII IIII III	20	18%
Acolhimento/ Integração	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Sim/ claro que sim/</i></li> <li>• <i>Este projecto facilitou a formação desta Associação</i> (de imigrantes)</li> <li>• <i>Com o apoio deste projecto há mais de um ano fizemos uma emissão na rádio de Portalegre/ uma das medidas (para a minha integração) foi realizar a emissão/ Poder demonstrar que eu possuo as minhas capacidades, e a escola que eu fiz.../ com imigrantes que realizaram alguma coisa aqui/ foi um projecto muito bonito e com resultados</i> (emissão de rádio)</li> <li>• <i>Toda a gente diziam vi-te no jornal (... )/ Eu acho que todos os imigrantes gostam de ver essas coisas/ Fui chamada para fazer uma entrevista na rádio/ apareceu duas vezes a minha história de vida no jornal</i></li> </ul>	IIIIIIIIII IIIIIIIIII II IIII III	33	29,7%

<sup>55</sup> Concepção/experimentação e disseminação do produto EQUAL (*Rede Local de Apoio ao Imigrante*)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oportunidade para resolver problemas/ debate sobre os problemas (de religião e outros)/ <i>participava nos Encontros / O filme era para falar (...)/ Chamaram-me para contar/ perguntaram-me como estava a correr (a minha vida), se estava bem, se tenho trabalho</i></li> <li>• <i>Desde que se tenha um projecto à frente, nem que seja para abrir só um bocadinho de luz, já é importante/ acho que ajudou muita gente (o projecto) porque teve muita gente envolvida apesar de não terem participado/ para mim me ajudou</i></li> <li>• <i>Foi muito bonito e todos gostaram (Encontro) / Muita gente que depois se sentiu “distinguido” (valorizado) / foi muito importante o projecto, me abriu muito os olhos. Foi uma coisa que eu fiz e me deixou feliz</i></li> <li>• <i>Quem vinha falar comigo eu falava com toda a gente/ através de uma assistente social (técnica do projecto) conheci a prof. F. que dava aulas (a imigrantes) e conselhos/orientação/ Considerei a acção da Prof. F. muito importante para a minha integração (...)/ posso declarar-me uma pessoa com sorte/ eles fizeram coisas/</i></li> <li>• <i>Acho que ela (técnica do GA) contribuiu por uma coisa muito importante, a legalização/ Eu fiquei satisfeita</i></li> </ul>			
Acolhimento mais eficaz das instituições	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Pode dizer-se que sim/ Eu acredito que sim/ sim/ Acho que sim</i></li> <li>• <i>Outras pessoas tiveram já mais abertura para superar as dificuldades/ teve mais solução/</i></li> <li>• <i>Tudo ajuda/ qualquer hora que precisar pode ligar para ele que ele resolve o seu problema na hora (um dos técnicos) / sempre perguntou qual a ajuda que é preciso (um dos técnicos) / nós temos aqui ajuda (uma das instituições da PD)</i></li> <li>• <i>Através de uma assistente social (técnica do projecto) conheci a prof. F. que dava aulas (a imigrantes)</i></li> <li>• <i>Acho que ela (técnica do GA) contribuiu por uma coisa muito importante, a legalização/ Ela fez o seu serviço muito bem</i></li> <li>• <i>É gratificante que existam pessoas (técnicos da PD) que são interessadas na nossa vida e na nossa integração</i></li> </ul>	<p style="text-align: center;">II    III    II I    II</p>	11	9,9%

Fonte: Entrevistas semi-directivas (n=6).

Quadro 36 – Matriz de análise de conteúdo

Categoria: Recomendações que os imigrantes fazem à PD	Número	Total	Frequência
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Não é só este, todos os projectos que são ligados aos imigrantes parecem que são para imigrantes, mas os imigrantes não participam. Ninguém dos imigrantes apanha nada disto, ou só apanham muito poucos</i></li> <li>• <i>Eu não conhecia muita coisa do projecto / não conheço muito bem o projecto</i></li> </ul>	I    I    I	3	33,4%
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Foi um bom trabalho, mas podia ser mais divulgado para mais pessoas, pessoas mesmo do próprio país para poderem ver as dificuldades dos imigrantes (...). Senti que os portugueses tiveram pouco conhecimento, deviam ter mais</i></li> <li>• <i>Abrir portas para (...) a população e que se divulgue mais o trabalho</i></li> </ul>	I    I	2	22,2%
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>É importante para o projecto deste género entrar mais na vida dos imigrantes, para conhecer mais, porque tudo é mais formal, do que concretamente prático, parece às vezes que é só para assinar papéis</i></li> <li>• <i>Podia haver mais contacto com as pessoas (...) manter uma relação mais perto (próxima) (...) Senti que faltou uma Sede que dá mais confiança aos imigrantes</i></li> </ul>	I    I	2	22,2%
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Que fizesse mais vezes (...) esse tipo de projecto</i></li> <li>• <i>É preciso realizar novos projectos (...) não parar (...) ainda há muitos imigrantes que precisam de apoio</i></li> </ul>	I    I	2	22,2%

Fonte: Entrevistas semi-directivas (n=6).

**ANEXO 7 – Plano de Observação****Quadro 37 - Matriz de cruzamento das técnicas de recolha e de tratamento de dados com os momentos e as fontes de informação para avaliar o GA**

Dimensão de análise: _____				
Indicadores	Dados/informações	Técnicas	Fontes	Momentos